RELATÓRIO

DO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

1961

APRESENTADO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, PELO SENHOR FRANCISCO CLEMENTINO DE SAN TIAGO DANTAS, MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Seção de Publicações da Divisão de Documentação

ÍNDICE

PÁGINAS

I — INTRODUÇÃO ....

ASSUNTOS AMERICANOS 3

América do Norte e Central

Estados Unidos da América 4
México 8
Cuba 9
República Dominicana 10

América Meridional

Argentina 13
Paraguai 14
Uruguai 16
Chile 16
Peru 16
Venezuela 18

Organização dos Estados Americanos

Assuntos Político-Jurídicos 18
Assuntos Sócio-Econômicos 24
Associação Latino-Americana de Livre Comércio 29

ASSUNTOS DA EUROPA OCIDENTAL E ÁFRICA

Europa Ocidental 35
África 39
Grupo de Trabalho para a África 39
Missões Diplomáticas 40

Páginas

Missões Especiais 40
Repartições Consulares 41
N. E. «Custódio de Mello» 41
Conferências Internacionais 42
Oriente Médio 42
Países de cultura predominantemente islâmica 42
Israel 44

Assuntos da Europa Oriental e Ásia

Introdução 49
Europa Oriental 51
Representação diplomática 51
Assuntos Políticos 53
Reunião Preliminar e Conferência de Chefes de Estado e Govêrno de Países Não-Alinhados 53
Missão Soviética de Boa Vontade 53
Visita do Ministro das Relações Exteriores da Polônia 54
Assuntos Econômicos 55
Grupo de Trabalho da Polônia 55
Grupo de Trabalho da República Democrática Alemã 56
Missão João Dantas 57
Delegação Comercial Brasileira à União Soviética . 59
Reunião da Comissão Mista Brasil-Polônia 60
Reunião da Comissão Mista Brasil-Tchecoslováquia 60
Ásia e Oceania 61
Austrália, Camboja, Índia e Indonésia 61
Japão, Nova Zelândia 62
China, Coréia 63
República Popular da Coréia 64

Organismos Internacionais

Nações Unidas 67
Conselho de Segurança ....
Assembléia Geral (2ª parte da XV Sessão) 69
Angola 69

PÁGINAS

Controvérsia Cuba-Estados Unidos 70
Questão do Congo 71
O Problema da Discriminação Racial na África do Sul 72
Territórios Não-Autônomos 72
Ruanda-Urundi 73
Assembléia Geral (III Sessão Extraordinária) 73
Questão de Bizerta 73
Assembléia Geral (XVI Sessão) 74
Morte e Substituição de Dag Hammarskjold 74
Desarmamento e Experiências Termo-Nucleares ... 75
Comissão Científica das Nações Unidas sôbre os Efeitos das Radiações Ionizantes 76
Espaço Cósmico 77
O Problema da Discriminação Racial na África do Sul 78
Questão da Representação da China 78
Questão da Argélia 78
Questão de Bolzano 79
Questões Econômicas 79
Emenda Brasileira contra a Propaganda de Guerra 79
Questão dos Refugiados da Palestina 79
Fundo Internacional de Socôrro à Infância (FISI) .. 80
Territórios Não-Autônomos e sob Regime de Tutela 81
Admissão de Novos Membros 83
A Crise Financeira da ONU 83
Questões Jurídicas 84
Eleição do Embaixador Gilberto Amado para a Comissão de Direito Internacional 84
Eleições de Delegados Brasileiros 85
Eleições no ECOSOC 85

Conferências, Organismos e Assuntos Gerais 85

Organização Internacional do Trbaalho 85

Convenções 86
Recomendações 86

PÁGINAS

Participação do Ministério do Trabalho e Previdência Social 87
Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) 87
Campanha Mundial contra a Fome 89
Eleições 89
Contribuição aos Organismos Internacionais 90
Reuniões Internacionais Efetuadas no Brasil (Quadro) . 91
Reuniões Internacionais a que o Brasil compareceu em 1961 (Quadro) 93

ASSUNTOS ECONÔMICOS

Política Comercial 105
Associação Latino-Americana de Comércio Livre (ALALC) 105
Acôrdo Geral sôbre Tarifas e Comércio (GATT) 107
Produtos de Base 110
Café 114
Açúcar 117
Trigo 118
Cacau 119
Cooperação Econômica e Técnica 119
Estados Unidos da América 121
França, Alemanha, Japão 122
Israel, Bélgica 123
Feiras e Exposições Internacionais de Comércio e Indústria 123
Comissão Nacional de Assistência Técnica 125
Transportes 137
Propaganda e Expansão Comercial 140
Organização e Coordenação 141
Funcionamento dos SEPRO 142
Cooperação com as Entidades de Classe 142
Informações Comerciais 143
Zona Franca de Manaus 143
Viagem do «Custódio de Mello» 143

PÁGINAS

Carta do Brasil para a África 144
A Nova Política Econômica 144
Mapa Econômico do Brasil 145
Promoção do Mate no Exterior 145
Cooperação com o Instituto Brasileiro do Café 146
Conselho de Propaganda 146
Filmes 146
Programa de Publicações 147
Mostruário 147
Bibliotecas 148
Feiras e Exposições 148
Serviço Técnico de Análise e Planejamento (STAP) 153

ASSUNTOS CULTURAIS E DE INFORMAÇÕES

Acôrdos Culturais 159
Cooperação Intelectual 159
Setor Educacional — Difusão da Língua Portuguêsa 159
Centros e Institutos Culturais 162
Leitorados no Exterior 163
Professôres-Conferencistas 165
Auxílios a Estudantes Brasileiros 166
Prêmio Itamaraty 167
Bôlsas de Estudo 168
Matrículas de Estudantes Latino-Americanos 170
Professôres e Estudantes Norte-Americanos 171
Visitas de Caravanas Universitárias 172
Difusão Cultural 172
Bibliotecas 172
Material de Difusão, Revista, Fotografias e Dispositivos 174
Exposições 175
Exposições Internacionais 175
Exposições de Arte Brasileira 176
Gravura 177
Arquitetura 178
Arte Popular 179

PÁGINAS

Exposição de Arte e de Livros Infantis 179
Filmes e Cinematografia 179
Música e Discos 182
Ballet 183
Serviço de Informações 183
Divulgação das Atividades do Itamaraty no Brasil e no Exterior 183
Divulgação das Atividades Brasileiras para as Repartições no Exterior 184
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS 189
Orçamento 191
Execução Orçamentária 191
Elaboração Orçamentária 192
Distribuição de Créditos (Quadro) 201
Execução Orçamentária (Quadro 201
Créditos Especiais (Quadro) 202
Créditos Suplementares (Quadros) 202
Plano de Contenção de Despesas (Quadro) 203
Proposta Orçamentária para 1962 (Quadro) 204
Orçamento do Ministério das Relações Exteriores (Quadro) 205
Pessoal 205
Mapa Estatístico dos Trabalhos da Divisão do Pessoal . 207
Lactário Emma Negrão de Lima 208
Material 209
Patrimônio 210
Comunicações e Arquivo 215
Telegramas 216
Malas Diplomáticas 216
Setor das Malas de Brasília 217
Carteira de Saída 217
Carteira de Entrada 217
Cartas-Telegramas 218
Datilografia 218
Correspondênria Especial 219

PÁGINAS

Seção de Multiplicação 219
Serviço de Expedição 221
Distribuição de Impressos 222
Arquivo 222
Microfilmagem 222
Classificação e Distribuição 223
Arquivo de Originais 223
Arquivo de Antecedentes 223
Grupo de Revisão 224
Documentação 224
Biblioteca 224
Biblioteca (Movimento de 1961) (Quadro) 229
Mapoteca 230
Arquivo Histórico 231
Publicações 233
Movimento do Depósito de Impressos durante o ano de 1961 (Quadro) 242

INSTITUTO RIO BRANCO

Exame de Admissão ao Instituto Rio Branco 245
Funcionamento dos Cursos 249
Prêmio Rio Branco 252
Pesquisas e Publicações 253
Biblioteca 253

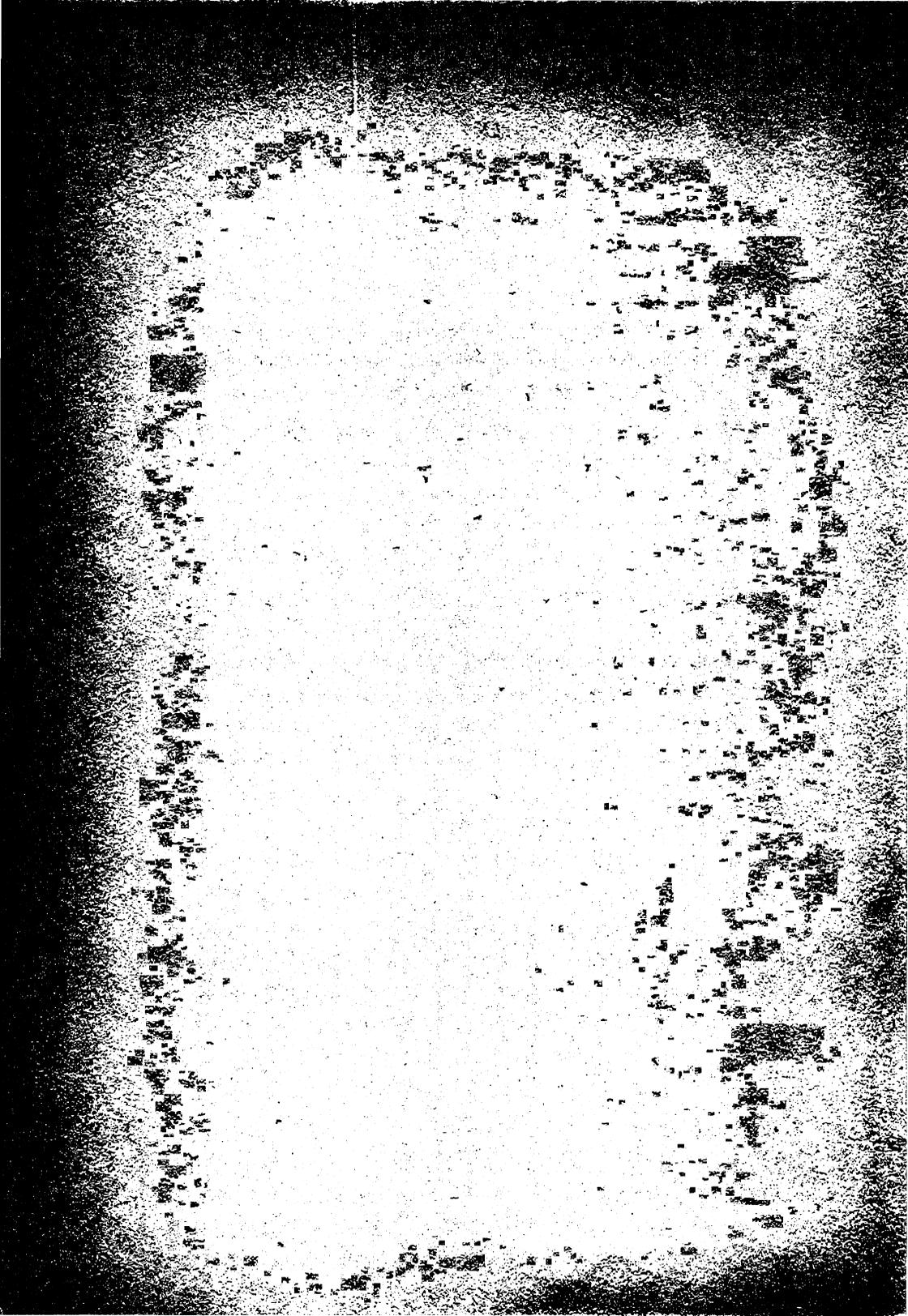
ASSUNTOS CONSULARES E DE IMIGRAÇÃO

Serviços Consulares 259
Jurisdição Consular 259
Despacho de Aeronaves 260
Despacho Consular de Petroleiros 260
Emolumentos 261
Reconhecimento de Firmas e Guias para Pagamento na Alfândega 262
Automóveis e Bens 262
Turismo 263

PÁGINAS

Atos Notariais 263
Sucessão, Fretamentos e Liberação de Carga 264
Sinistros Marítimos 266
Faturas 266
Contrabando 268
Setor de Repatriação e Proteção a Brasileiros desvalidos no Exterior 268
Nacionalidade 270
Serviço Militar 271
Concessão de Exequatur 272
Cartas Patentes 276
Carteira de Identidade do Corpo Consular Estrangeiro .. 278
Passaportes 279
Acôrdos sôbre Vistos e Convênios de Turismo 279
Vistos Permanentes 280
Vistos Temporários — Viagens de Homens de Negócios e Técnicos Estrangeiros 282
Circulares 282
Imigração 283
Reunião do Subcomitê de Orçamento e Finanças do CIME 283
XIV Sessão do Conselho do CIME 283
Reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução n.º 233 284
XV Sessão do Conselho do CIME 285
Implementação de Projetos 286
Visitas 288
Imigração Espontânea 288
Agências Benévolas 289
Grupo de Estudo da Mão-de-Obra 289
Anteprojeto sôbre Centros de Formação Profissional . 290
Colonização 291
Plano de Colonização no Baixo Rio das Velhas 291
Visita do Doutor Herzel Weizmann 292
Primeiro Núcleo Colonial Belga no Brasil 292
Imigração de Agricultores Inglêses de Quênia 293

PÁGINAS

Recrutamento e Seleção de Espanhóis do Marrocos 293
Reforma Agrária 294
ASSUNTOS JURÍDICOS 295
Atos Internacionais 297
Atos Internacionais assinados pelo Brasil em 1961 297
Atos Internacionais denunciados pelo Brasil em 1961 309
Atos Internacionais aprovados pelo Congresso Nacional em 1961 310
Atos Internacionais ratificados pelo Brasil em 1961 311
Atos Internacionais promulgados pelo Brasil em 1961 ... 312
Coleção de Atos Internacionais 314
Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes 314
Reunião no Rio de Janeiro do Grupo Consultivo Interamericano sôbre Fiscalização de Entorpecentes ... 315
DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS 319
Brasil-Bolívia 323
Brasil-Guiana Francesa 325
Brasil-Paraguai 326
Brasil-Venezuela 326
Brasil-Uruguai 328
CERIMONIAL 329
CONSULTORIA JURÍDICA 335

INTRODUÇÃO

O presente Relatório diz respeito às atividades do Ministério das Relações Exteriores, durante o ano de 1961. No primeiro mês dêsse ano, ainda durante o govêrno do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, estêve à frente do Itamaraty o Senhor Horácio Láfer. Com a transmissão do poder ao Presidente Jânio da Silva Quadros, assumiu a pasta o Sr. Afonso Arinos de Melo Franco. Posteriormente, já depois de o Sr. João Belchior Marques Goulart haver assumido a Presidência da República, coube ao Sr. Francisco Clementino de San Tiago Dantas dirigir o Ministério das Relações Exteriores.

Foram portanto doze meses em que se procedeu ao revezamento de três chanceleres e durante os quais se verificou a mudança do regime político, com a adoção do parlamentarismo. Sobreleva também notar que nesse mesmo período foi aprovada e começou a ser executada a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, que reformou o Ministério das Relações Exteriores.

A grande modificação verificada neste curto lapso de tempo, entretanto, foi a da orientação da política exterior brasileira, que o decurso dos anos tornara inimaginativa e processualística. A necessidade de dar maior vigor ao trato dos negócios estrangeiros do país foi exatamente um dos estímulos para o reaparelhamento do Ministério das Relações Exteriores. Vinha sendo sentida de longa data e propiciara uma série de iniciativas e projetos que culminou na já citada lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961.

Mesmo antes de promulgado êsse diploma legal, todavia, o clima em que passaram a ser tratados os assuntos de política exterior modificou-se fundamentalmente no Itamaraty. Dando cumprimento ao desejo e determinação do Presidente Jânio Quadros, foram intensificadas as relações do Brasil com grande parte dos países do mundo de que, por uma série de fatores, o Brasil vivia alheiado. Estabeleceram-se relações com países recentemente independentes, principalmente na África, continente de que em tantos sentidos está tão próximo o Brasil. Também com países da área socialista o Brasil atou ou reatou relações de ordem política e econômica, inclusive com a União Soviética, com quem havíamos interrompido, em época anterior, os nossos contatos diplomáticos.

Coube ao Sr. San Tiago Dantas restabelecer as relações diplomáticas com a União Soviética, em 23 de novembro de 1961.

O espírito da nova política exterior brasileira revelou-se entretanto ainda mais ativo e empreendedor, em iniciativas de caráter político, em terreno onde já se encontrava consolidada a presença do Brasil. Assim, do encontro, na cidade de Uruguaiana, de 20 a 22 de abril de 1961, dos Presidentes Jânio Quadros e Arturo Frondizi, resultaram documentos básicos para as relações entre o Brasil e a Argentina e para a posição do Brasil no cenário americano: um acôrdo cultural, uma declaração de caráter econômico e outra de caráter político e, enfim, um Convênio de Amizade e Consulta, aberto à adesão dos demais povos do continente, pelo qual foi institucionalizado o sistema de trocas de informações entre os dois governos.

As relações entre o Brasil e a Argentina, desde então, tomaram um tom de estreita colaboração. Recebemos, de 6 a 10 de julho de 1961, a visita do Chanceler Adolfo Mujica e em 24 de setembro do mesmo ano, de passagem pelo Brasil,

o Presidente Frondizi assinou, com o Presidente João Goulart, a «Declaração do Galeão», pela qual foram confirmados os princípios de Uruguaiana. Em 13 de novembro de 1961, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil visitou Buenos Aires, dando prosseguimento a essa tarefa de reafirmação e implementação dos acôrdos de Uruguaiana, assinando a Declaração Conjunta Carcano-San Tiago Dantas e outros atos bilaterais do interêsse dos dois países.

Por outro lado, o Brasil participou ativamente da formulação de princípios da Aliança para o Progresso, cuja carta, elaborada na Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, realizada em Punta del Este, de 5 a 17 de agôsto de 1961, é o documento basilar da cooperação econômica entre os países da América. Tendo como objetivo um esfôrço comum para alcançar-se uma vida melhor para todos os habitantes do continente americano, a Aliança contou com o empenho, da parte dos Estados Unidos da América, da contribuição de US$ 20 bilhões, a serem dispendidos durante os próximos dez anos, na promoção do desenvolvimento econômico e social da América Latina.

Aos órgãos brasileiros de administração interna cabe a responsabilidade maior pela implementação dos compromissos assumidos na reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social, em Punta del Este. Mas o Itamaraty não descurou da coordenação das autoridades internas e tem procurado promover ou acelerar a tomada de providências relacionadas com a Aliança, no plano internacional.

No ambiente americano, assinalou-se com a maior ênfase a preocupação brasileira com a autodeterminação dos povos que o desgaste dos conceitos políticos, proveniente dos atritos derivados da competição entre as superpotências mundiais, ameaça relegar a um plano secundário. Foi assim que, ao tratar, no âmbito do Conselho da Organização dos Estados Americanos, das sanções adicionais que deveriam ser apli-

cadas à República Dominicana, em conseqüência de resolução adotada na VI Reunião de Consulta dos Estados Americanos, (São José da Costa Rica, agôsto de 1960), o Brasil absteve-se, por considerar que não se haviam comprovado novas agressões que justificassem a tomada de medidas que viriam atingir principalmente o povo dominicano, inocente do caráter anti-democrático do seu govêrno.

Nesta área conturbada das Caraíbas, o problema cubano ocupou de maneira primacial a atenção e os esforços da diplomacia brasileira. E, mais do que em qualquer outra questão, foi nesta área que o Brasil teve ocasião de invocar o princípio de autodeterminação e pôr côbro a tentativas de soluções políticas extremadas, em detrimento dos princípios jurídicos, para o grave problema que representa a aproximação de Cuba do bloco soviético. Foi assim que o Brasil, acompanhado de maioria do Conselho da OEA, não aprovou a proposta do govêrno peruano, o qual solicitara em outubro de 1961, a convocação do órgão de consulta interamericano para investigar a situação cubana, como ameaçadora da paz e da segurança continentais.

Baseou-se a decisão brasileira na falta de condições específicas para o remédio drástico proposto pelo Peru e ainda mais na preocupação de não isolar Cuba e não contribuir para que a evolução da situação cubana resultasse numa influência ainda maior do bloco soviético.

O Brasil sempre se preocupou em manter a questão cubana no âmbito exclusivo das relações interamericanas e tudo fêz para que êsse espinhoso problema não se tornasse mais um ítem da guerra fria entre as grandes potências ou um escolho desastroso à unidade do sistema interamericano.

Posteriormente, em novembro do mesmo ano, quando o govêrno da Colômbia propôs uma Reunião de Chanceleres, baseada no artigo 6 do Tratado do Rio de Janeiro, a fim de considerar as ameaças à paz e à independência política que

possam advir da intervenção de potências extracontinentais, a posição do Brasil pautou-se pela mesma serena isenção e cauteloso procedimento, para que medidas injustificadas não consumassem a ruptura de Cuba com o sistema interamericano. Não seria do interêsse dêsse mesmo sistema pôr em marcha um processo político de última instância, sem que fôssem prèviamente investigados, em nível de conversações interministeriais, as conseqüências detrimentais de tal procedimento. Por essa razão, considerando que a proposta colombiana não preenchia os requisitos jurídicos necessários para se invocar o Tratado do Rio, o Brasil se absteve na votação da mesma.

Fora do continente, é digna de menção a tomada de contato com Portugal, onde estêve, quando Ministro das Relações Exteriores, o Senhor Afonso Arinos de Melo Franco, ocasião em que foi dado a conhecer ao govêrno português o ponto-de-vista brasileiro sôbre a questão de Angola, em debate nas Nações Unidas.

Esta introdução procura apenas esboçar em traços largos o que foi a atividade do Ministério das Relações Exteriores em 1961. No relatório que se segue poderá ser encontrada menção detalhada de todos os assuntos em que se reflete o labor e o senso de dever de todos os que trabalham no Itamaraty.

Foi o ano de 1961 dos mais significativos para as relações interamericanas em geral e particularmente para a política do Brasil no Continente, como resultado da determinação do Presidente Jânio Quadros e, em seguida, do atual Govêrno, de estabelecer uma política exterior independente, que refletisse fielmente as aspirações do povo brasileiro e assim melhor projetasse no exterior a imagem do país.

Em princípios do ano, o nôvo Presidente dos Estados Unidos da América, Sr. John F. Kennedy, anunciou a atenção especial que mereceria de seu Govêrno a América Latina, lançando então o programa de cooperação econômico-financeira chamado «Aliança para o Progresso», objeto de reunião especial do Conselho Interamericano Econômico e Social realizada em agôsto, em Punta del Este, no Uruguai e integrada pelos Ministros da Fazenda das Repúblicas Americanas.

Foi ainda em 1961 que se pôs em execução o Tratado de Montevidéu, pelo qual se criou a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, a que já aderiram 9 países latino-americanos. Abrem-se, com a ALALC, amplas perspectivas para o incremento do comércio entre os países latino-americanos.

Pode-se dizer que as relações entre a Argentina e o Brasil foram postas em têrmos inteiramente novos como decorrência dos encontros entre os Chefes de Estado dos dois países e das visitas do Chanceler argentino ao Brasil e do Ministro do Exterior brasileiro à República Argentina.

Acentuou-se a complexidade do problema cubano, devido a fatôres os mais distintos, tais como o rompimento de

relações de vários países do Continente com o Govêrno Fidel Castro, o episódio dos documentos falsos com a Argentina, a convocatória de uma reunião de consulta e a declaração, pelo Primeiro Ministro de Cuba, da implantação no país de um regime socialista de inspiração marxista-leninista.

Persistiram as dificuldades decorrentes da situação na República Dominicana, ainda a braços com problemas herdados de um regime autoritário de longa duração.

No encaminhamento de soluções para cada um dêsses diversos e momentosos problemas, nunca deixou o Brasil de estar presente, atuando sempre de maneira positiva e procurando constantemente contribuir para intensificar e melhorar as relações interamericanas.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

No Brasil e nos Estados Unidos da América, novos governantes tomaram posse e dinamizaram as respectivas políticas externas, com repercussões no âmbito bilateral.

O nôvo Presidente dos Estados Unidos da América destacou a América Latina como área de atenção especial, prometendo cooperar em seu desenvolvimento econômico e progresso social, em proporções substanciais, no quadro de uma programação a que denominou de «Aliança para o Progresso». Êsse programa de revitalização da cooperação interamericana vinha, em essência, satisfazer objetivos da política seguida pelo Brasil nos anos imediatamente anteriores, quando tomara a iniciativa de apresentar à opinião pública e ao govêrno norte-americano a problemática latino-americana, indicando as linhas gerais de soluções que se impunham.

A «Aliança para o Progresso» é tratada sob outra epígrafe dêste Relatório.

Por outro lado, o nôvo Presidente da República do Brasil, Senhor Jânio Quadros, adotou uma política externa que se caracteriza pela independência e flexibilidade, embora dentro do marco ideológico democrático ocidental e com pleno respeito aos compromissos interamericanos e mundiais do Brasil. A nova política brasileira, definida na Mensagem do Presidente da República ao Congresso, de 15 de março, harmonizava-se perfeitamente com a continuação e intensificação das relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos da América. O Govêrno que se instalou no Brasil, em setembro, empenhou-se em reforçar a tradicional amizade e cooperação entre os dois países, nas bases de franqueza, objetividade e mútuo proveito.

Nas relações financeiras entre o Govêrno brasileiro e o dos Estados Unidos da América, iniciou-se nova fase de cooperação, destinada, em grande parte, a redistribuir no tempo os pagamentos de dívidas anteriores do Brasil e, por outro lado, a suprir recursos para as importações. Essa cooperação tornava-se indispensável para que tais importações pudessem ser mantidas em nível compatível com as necessidades do desenvolvimento econômico do Brasil e ainda para o êxito dos esforços destinados a estabilizar o valor internacional do cruzeiro.

A missão do Embaixador Walter Moreira Salles, em março, obteve os créditos necessários, o que envolveu principalmente negociações com o Govêrno norte-americano, não só no que tange às agências dêle diretamente dependentes, senão também no pertinente a organismos financeiros internacionais em que o referido govêrno tem voto ponderado superior a 25% do total. Coroando tais esforços, em maio de 1961, o então Ministro da Fazenda, Senhor Clemente Mariani, e o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos da América, Senhor Douglas Dillon, puderam anunciar conjuntamente, em Washington, a concessão de vários créditos ao

Brasil, destacando-se, do total das operações: 600 milhões de dólares do Banco de Exportação e Importação, em parte para consolidação de dívida anterior, cujo pagamento foi redistribuído pelo prazo mais longo de 20 anos; 170 milhões de dólares do Tesouro norte-americano, a prazo curto; 100 milhões de dólares da então projetada Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID); adiantamento pelo Fundo Monetário Internacional de responsabilidades por 140 milhões e concessão de empréstimo de 160 milhões.

Apesar de dificuldades naturais decorrentes da crise política por que passou o país, não se interrompeu depois de setembro a continuidade da execução dessa cooperação financeira, para cujo bom êxito o Ministério das Relações Exteriores se empenhou em tôdas as oportunidades.

Não menos significativa tem sido a cooperação dos dois países no concernente ao comércio de produtos de base e ao intercâmbio comercial em geral. Ressaltam os entendimentos em âmbito bilateral, ou multilateral, respeitantes ao trigo, açúcar e café.

Com a presença no Brasil do Senhor Douglas C. Dillon, foi assinado no Rio de Janeiro, em 4 de maio de 1961, o III Acôrdo sôbre Produtos Agrícolas para compra, pelo Brasil aos Estados Unidos da América, de um milhão de toneladas de trigo. Na mesma ocasião, foram assinados um têrmo de entendimento relativo ao III Acôrdo sôbre Produtos Agrícolas e uma nota sôbre taxa de conversão.

Pelo aludido acôrdo, os Estados Unidos da América comprometeram-se a exportar para o Brasil um milhão de toneladas de trigo, prevendo-se que os recursos, provenientes da venda do trigo, seriam emprestados ao Brasil para o financiamento de projetos destinados a promover o desenvolvimento econômico. A taxa de conversão para 85 por cento do valor das transações, os quais se destinam a empréstimos e doações, foi estabelecida em Cr$ 200,00 (du-

zentos cruzeiros) por dólar, nos têrmos da Instrução 209, da SUMOC.

Os dois Governos acordaram, ainda, na aplicação de 20 por cento dos recursos (aproximadamente Cr$ .... 32.600.000,00) em programas para o desenvolvimento econômico do Nordeste.

O principal benefício do III Acôrdo foi a supressão da cláusula de manutenção do valor total das vendas de excedentes agrícolas, comprometendo-se o Govêrno brasileiro a reembolsar apenas as somas que lhe forem emprestadas em cruzeiros.

Desde 1955 o Govêrno brasileiro tem insistido nas vendas de açúcar ao mercado norte-americano, mercado regulamentado, onde se criaram posteriormente possibilidades de colocação, em conseqüência da cessação dos fornecimentos cubanos. O «deficit» de suprimento deveria, por fôrça da lei, ser atendido preferencialmente pelos países que já tinham quotas no mercado americano e só subsidiàriamente por outros fornecedores. O Brasil estava nesse último caso. Mesmo assim, como fornecedor subsidiário, o Brasil exportou 290.637 toneladas métricas em 1961 para os Estados Unidos da América. Foi preocupação constante do Ministério das Relações Exteriores, em cooperação com outros órgãos da Administração brasileira, fazer as gestões necessárias para que ao Brasil viesse a ser atribuída uma quota estatutária adequada, caso fôsse revisto pelo Congresso norte-americano o «Sugar Act», cujo prazo de vigência termina a 31 de junho de 1962.

No âmbito do acôrdo internacional do café, os Estados Unidos da América cooperaram com o Brasil, sendo de assinalar que, por primeira vêz, no projeto preparado em fins de 1961, concordaram com a participação dos países importadores nas medidas de execução do acôrdo.

MÉXICO

As relações com o México tiveram nôvo incremento em 1961. Primeiro, estêve, no Brasil, encabeçada pelo Senhor Plácido Garcia Reinoso, Subsecretário de Comércio do México, uma Missão Comercial para visitar o II Salão de Automóvel em São Paulo, tomar contato com industriais brasileiros e o Grupo Executivo da Indústria Automobilística e examinar a possibilidade de uma eventual complementação da indústria automobilística nos dois países.

Veio ainda ao Brasil, em setembro, o Senhor Jorge Grajales Enriquez, dirigente da Federação de Pecuaristas do Estado de Chiapas, a fim de conhecer as condições atuais da pecuária brasileira e adquirir exemplares de gado zebu.

Em 15 de novembro, foi inaugurada a linha de «Transportación Marítima Mexicana S.A.», para o Brasil, com navios mensais.

Sob os auspícios da Embaixada do Brasil, foi realizada uma exposição, na cidade do México, de tornos de fabricação brasileira, com os melhores resultados.

A Embaixada do Brasil procurou divulgar as possibilidades do parque industrial brasileiro e de sua capacidade de concorrência. O mercado mexicano revelou maior interêsse pela importação dos seguintes produtos brasileiros: rocha fosfórica, máquinas para carpintaria, máquinas de beneficiar café, cobre, enxôfre, zinco, colofônio, chumbo, óleos vegetais, forragens, lingotes de aço e castanha de caju.

Esteve ainda no Brasil uma delegação de representantes do comércio e da indústria do México, chefiada pelo Senhor Miguel Bujazan, presidente da Câmara Nacional de Transformação da Baixa Califórnia, com o objetivo de incrementar as relações econômicas entre os dois países, no âmbito do Tratado de Montevidéu.

Por determinação do Senhor Presidente da República, um grupo de Trabalho realizou estudos destinados a incrementar o intercâmbio comercial Brasil-México. Além de funcionários do Ministério das Relações Exteriores, integraram o aludido Grupo de Trabalho representantes do Lóide Brasileiro, Carteira de Comércio Exterior, Carteira de Câmbio, Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional de Comércio, Ministério da Indústria e Comércio e Petrobrás.

CUBA

As relações entre o Brasil e Cuba continuaram a ser corretas, apesar do incremento da tensão que se criara nas relações entre aquêle país e vários outros do Continente. O Govêrno brasileiro manteve contatos com o Govêrno de Havana e com os demais que com êle estavam em controvérsia aguda e empenhou-se em propiciar o afrouxamento das tensões, explorar tôdas as possibilidades conciliatórias, obter em muitos casos clemência para pessoas consideradas como inimigas pelo Govêrno cubano e conservar vivas as esperanças de recuperação daquela República irmã para o sistema interamericano. Conforme as suas tradições, a diplomacia brasileira sempre agiu com o objetivo de, mesmo nos momentos mais difíceis, explorar qualquer oportunidade de recuo das posições extremadas assumidas pelas Partes mais diretamente interessadas, convencida como está de que nem os métodos coercitivos, nem as soluções já cristalizadas na prática interamericana, poderiam adequar-se à situação internacional «sui generis» criada pela revolução cubana. Dentro dêsse espírito desenvolveram-se as conversações das autoridades brasileiras com os representantes dos demais países americanos e, em particular, com os Senhores Olivares, Subsecretário das Relações Exteriores de Cuba, e Adlai Stevenson, Representante dos Estados Unidos da América.

junto às Nações Unidas, por ocasião das visitas dos mesmos ao Brasil.

No curso do ano, a Embaixada do Brasil em Havana concedeu asilo diplomático a 168 pessoas. A 31 de dezembro de 1961, encontravam-se na Embaixada 9 asilados.

Do tratamento da questão cubana na OEA e na ONU cuidam outras secções dêste Relatório.

De 14 a 25 de agôsto de 1961, estêve em Havana a missão comercial brasileira chefiada pelo Conselheiro Mário T. Borges da Fonseca. Das negociações então havidas, resultou o Convênio de Pagamentos subscrito entre o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Cuba, no qual se estabelecem as condições gerais para o intercâmbio comercial entre os dois países. Nessa ocasião foi ainda criada, por troca de notas, uma Comissão Mista brasileiro-cubana, que, devendo reunir-se em sessões ordinárias uma vêz cada ano, velará pelo fiel cumprimento do Convênio e efetuará estudos que possibilitem a conclusão de um Convênio Comercial e um Convênio de Pagamentos a longo prazo, entre os dois países.

REPÚBLICA DOMINICANA

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República Dominicana estiveram interrompidas durante todo o ano, em conseqüência de decisão da VI Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.

Foram mantidas, entretanto, as relações consulares.

Do tratamento do assunto no seio da OEA ocupa-se outra secção do Relatório.

ARGENTINA

Inaugurou-se um nôvo sistema de cooperação brasileiro-argentina como decorrência dos entendimentos entre os Pre-

sidentes Quadros e Frondizi, em Uruguaiana, e do encontro do Galeão, entre o Primeiro mandatário argentino e o Presidente Goulart, realizados ambos em 1961 e complementados pelas visitas do Doutor Adolfo Mujica, Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, ao Brasil, em julho e do Chanceler San Tiago Dantas a Buenos Aires, em novembro.

De 20 a 22 de abril, na cidade de Uruguaiana, encontraram-se os Doutores Jânio Quadros e Arturo Frondizi, que, depois de examinarem os problemas existentes no âmbito das relações entre os dois países, bem como questões de interêsse regional e mundial, assinaram uma declaração econômica e uma declaração conjunta, de natureza política. Na mesma ocasião, os Ministros do Exterior dos dois países assinaram um Acôrdo Cultural e um Convênio de Amizade e Consulta, êste último aberto à adesão dos demais povos do Continente, pelo qual ficou estabelecido, de maneira formal e solene, o sistema de consulta e troca de informações entre o Brasil e a Argentina.

De 6 a 10 de julho, o Doutor Adolfo Mujica, Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, visitou o Brasil, tendo estado em Brasília e no Rio de Janeiro. Foram assinados pelo Ministro visitante e pelo Chanceler Afonso Arinos de Melo Franco um convênio sôbre concessão de privilégios e isenções aduaneiras a Agentes e Repartições consulares de carreira e um acôrdo administrativo sôbre troca de correspondência diplomática. Do programa da visita constou a inauguração da exposição de artistas plásticos contemporâneos argentinos, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, à qual compareceu o Presidente Quadros, que pronunciou discurso sôbre a posição do Brasil no cenário político internacional, dando ênfase à colaboração entre os dois países.

Em 24 de setembro, quando da passagem do Presidente Frondizi pelo Brasil, com destino aos Estados Unidos da

América, realizou-se, no Aeroporto do Galeão, um encontro entre o Primeiro Mandatário argentino e o Presidente João Goulart, durante o qual foram reafirmados os princípios de Uruguaiana e nesse sentido assinada uma declaração conjunta, que ficou conhecida como a «Declaração do Galeão».

A 13 de novembro o Ministro de Estado foi a Buenos Aires para retribuir a visita do Chanceler Mujica, estudar a implementação dos convênios de Uruguaiana e debater aspectos diversos de problemas de interêsse dos dois Governos. Discursou na Academia Nacional de Direito, situando a posição do Brasil diante dos problemas continentais e mundiais e analisando a necessidade de uma ação comum argentino-brasileira, em benefício do desenvolvimento econômico dos dois países e das demais nações do continente. Assinou com o Ministro Cárcano um Tratado de Extradição e uma Convenção sôbre Assistência Gratuita. Foi ainda assinada a Declaração Conjunta Cárcano-San Tiago Dantas. Durante as conversações levadas a efeito, estabeleceram-se as bases para a criação de uma Comissão Mista Permanente de Consulta entre os dois Governos e, por troca de notas de 27 do mesmo mês, a referida Comissão foi, formalmente, estabelecida. Examinaram-se, ainda, problemas econômicos, comerciais e culturais de interêsse dos dois países.

De 12 a 30 de maio realizou-se no Rio de Janeiro uma reunião da Comissão Mista Brasil-Argentina, que chegou a dois resultados de importância para o futuro do intercâmbio comercial entre os dois países, ou sejam, a decisão de não renovar o Ajuste de Pagamentos de 1958 e a de promover o imediato funcionamento do Grupo Misto de Cooperação Industrial Brasil-Argentina, criado pelo Ajuste de 19 de setembro de 1958.

A denúncia do Ajuste de Pagamentos decorreu da convicção de que os dois países deverão adaptar-se à tendência

universal para a livre conversibilidade no intercâmbio, além do reconhecimento de que o regime de trocas bilateral já não oferece condições de flexibilidade necessárias à expansão do intercâmbio. Ambas as partes concordaram, a fim de evitar solução de continuidade ou distúrbios no intercâmbio, manter em vigor (até a entrada em execução do Tratado de Montevidéu) tôdas as vantagens preferenciais e facilidades concedidas às importações recíprocas.

O Grupo Misto de Cooperação Industrial, que resultara da convicção, reafirmada por ambas as partes na reunião da Comissão Mista, de que o intercâmbio entre os dois países não poderá ser elevado a maiores níveis apenas com as trocas de produtos primários, decidiu dividir sua Reunião em duas fases — a primeira na Argentina, e a segunda no Brasil — de forma que os industriais de um país tivessem a oportunidade do conhecimento direto das indústrias do outro.

Realizou-se a 1.ª fase da Reunião em Buenos Aires, de 17 a 21 de junho, durante a qual o Grupo pôde verificar que em diversos setores industriais há possibilidades imediatas de trocas de manufaturas e que em alguns casos já se pode mesmo pensar em complementação, forma mais avançada das trocas de produtos industrializados.

A 2.ª fase deverá realizar-se no Brasil, em fevereiro de 1962, quando o Grupo levará aos dois Governos recomendações e sugestões para o aumento imediato do intercâmbio de manufaturas.

PARAGUAI

Prosseguiu, no decorrer do ano, a política de intensificação das relações comerciais entre os dois países, tendo-se reunido no Rio de Janeiro, de 11 a 23 de janeiro, a Comissão Mista Plena Brasil-Paraguai, criada pelo artigo XXV do Tratado Geral de Comércio e Investimentos e pelo artigo XVI do Convênio de Comércio Fronteiriço, ambos firmados em 27 de outubro de 1956.

Foram as seguintes as principais deliberações da Comissão: sugerir aos Governos do Brasil e do Paraguai a adoção das medidas administrativas projetadas para regulamentação dos entrepostos de depósito franco; criar um grupo de trabalho, a reunir-se em Assunção ou no Rio de Janeiro, com a finalidade de estabelecer a concordância entre o Protocolo Adicional ao Convênio de Comércio Fronteiriço e a nova Lei de Tarifas brasileira; extinguir a limitação, ao Departamento de Amambay, da exportação das madeiras do Paraguai para o Brasil e estudar medidas destinadas à repressão do comércio ilegal.

A 28 de janeiro foi inaugurada a Ponte Internacional sôbre o Paraná, em Foz do Iguaçu, com a presença dos Presidentes Juscelino Kubitschek de Oliveira e Alfredo Stroessner. A grande obra unirá as rodovias Assunção-Pôrto Presidente Stroessner e Foz do Iguaçu-Paranaguá, ligando êsse pôrto atlântico à capital paraguaia.

Pelo Decreto n.º 50.259-A, de 28 de fevereiro, foi regulamentada a utilização dos entrepostos de depósito franco em Santos e Paranaguá, em virtude de Convênios assinados entre os dois países, em 20 de janeiro de 1956.

A fim de participar dos festejos do sesquicentenário da Independência do Paraguai, visitou aquêle país, a 14 de maio, uma Missão Especial chefiada pelo General Joaquim Justino Alves Bastos.

URUGUAI

Registrou-se sensível incremento nas relações Brasil-Uruguai, nos campos econômico-financeiro, político, científico e técnico.

Em fevereiro, reunia-se a Comissão Mista Brasil-Uruguai na cidade de Montevidéu, com o fim de acertar a liquidação do saldo devedor uruguaio da «Conta Provisória de

Compensação» e o estabelecimento de nôvo regime de pagamentos entre os dois países. As conclusões dos trabalhos da Comissão estão contidas no Relatório de 25 de fevereiro de 1961, que consigna várias fórmulas alternativas para a liquidação da dívida uruguaia.

Negociações prosseguiram no âmbito bancário e culminaram na troca de cartas entre o Banco do Brasil e o Banco de la Republica Oriental del Uruguay, em 10 de setembro de 1961. Acordou-se que o intercâmbio entre os dois países passaria a ser feito em moedas de livre conversibilidade, a partir de 1.º de outubro de 1961, e que o débito uruguaio, da ordem de 40 milhões de dólares, seria amortizado em 10 prestações anuais, sendo a primeira vencível em 30 de setembro de 1962.

Foi, no entanto, a visita do Presidente do Conselho Nacional do Govêrno da República Oriental do Uruguai, Senhor Eduardo Victor Haedo, a maior contribuição para a crescente cooperação e entendimento entre os dois países.

Em decorrência das palestras havidas, foi assinada pelos Presidentes Haedo e Goulart uma Declaração conjunta, em que se reafirmou o respeito aos princípios da não-intervenção e autodeterminação dos povos, bem como se proclamou a necessidade de as nações americanas estabelecerem maior coerência em sua vida internacional.

Por outro lado, a Ata de Conversações, de 8 de dezembro de 1961, consignou os seguintes itens, cuja implementação recebeu nôvo impulso: projeto de construção de ponte sôbre o rio Quaraí, ligando a cidade uruguaia de Artigas à brasileira de Quaraí; plano conjunto de dessalinização da Lagoa Mirim e regularização da navegação de seu sistema hidrográfico, inclusive a comunicação com o oceano; projeto de convênio sôbre defesa sanitária animal.

CHILE

Na visita ao nosso país dos Ministros das Relações Exteriores e da Ecomonia, Fomento e Reconstrução do Chile, dois documentos principais foram assinados: a 4 de julho, a Declaração Conjunta Brasil-Chile, e a 5, a Ata de Conversações.

A Declaração estabeleceu colaboração mais estreita entre as duas Chancelarias, através de consultas permanentes sôbre todos os assuntos de interêsse comum, com o propósito de coordenar sua ação nos organismos internacionais e no âmbito regional e mundial.

A Ata de Conversações recomendou a constituição do Grupo Misto de Cooperação Industrial, previsto por troca de notas de 10 de setembro de 1958, e que propiciará a incorporação de novos produtos ao comércio recíproco, dada especial atenção aos bens industriais, bem como incrementará o volume do intercâmbio tradicional.

A 5 de julho foram igualmente trocadas notas de: denúncia do Ajuste de Pagamentos de 1958 e a forma de liquidação da conta, a partir de 1.º de outubro de 1961; de nova forma de pagamento das operações do intercâmbio, e de manutenção da isenção de depósito prévio para a importação de produtos chilenos.

PERU

De 31 de julho a 6 de agôsto, o Brasil recebeu a visita oficial do Doutor Manuel Prado, Presidente da República do Peru. O Presidente Prado desembarcou em Brasília e visitou posteriormente o Rio de Janeiro e São Paulo.

A 1.º de agôsto, o Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Doutor Jânio Quadros e o Primeiro Mandatário visitante assinaram, em Brasília, uma Declaração Conjunta, na qual estabeleceram um sistema de consultas recíprocas

sôbre assuntos de interêsse comum, reafirmaram a intangibilidade dos tratados e demais compromissos internacionais e o respeito às garantias e liberdades essenciais à dignidade da pessoa humana, consubstanciada na Carta das Nações Unidas, na Carta da OEA e na Declaração dos Direitos do Homem. Reiteraram, ainda, sua adesão ao princípio de autodeterminação, através de eleições livres, condenaram a intervenção nos assuntos internos dos Estados e, manifestando sua convicção de que só a erradicação do subdesenvolvimento econômico preservará as instituições livres e democráticas no Continente, se comprometeram a não medir esforços no sentido de solidificar as bases econômicas e sociais democráticas do hemisfério, e contribuir para a manutenção da paz em todo o mundo. Finalmente, reconheceram os dois Presidentes que o vínculo de latinidade que une importante grupo de Nações, distribuídas entre vários continentes, é base ampla e sólida para uma ação conjunta com povos de outras origens que também lutam pela afirmação da civilização ocidental, cristã e democrática.

O Presidente Prado visitou alguns setores do parque indusrial brasileiro, inclusive os estaleiros «Ishikawagima» e as fábricas da «Willis Overland» e da «Mercedes Benz».

Também em agôsto, durante a visita, instalou-se a secção brasileira da Comissão Mista criada pelo Convênio sôbre Bases para a Cooperação Econômica e Técnica entre o Brasil e o Peru. As atividades da Secção brasileira foram precedidas da elaboração de um estudo sôbre o intercâmbio comercial entre os dois países, estudo êsse que, em suas conclusões, recomendou: 1.º) a criação do Grupo Misto de Cooperação Industrial Brasil-Peru; 2.º) a instalação de uma Agência do Banco do Brasil em Lima e, eventualmente, de outra em Iquitos; 3.º) a vinda de industriais peruanos ao Brasil e 4.º) o estabelecimento de linha de navegação do Lóide Brasileiro para portos peruanos.

A Agência do Banco do Brasil em Lima já foi aberta, estando os demais itens em fase de estudos com vistas à sua implementação.

VENEZUELA

Foi prorrogado por mais um ano, a partir de 2 de outubro de 1961, a vigência do «modus vivendi» que vem regendo as relações comerciais entre o Brasil e a Venezuela desde 11 de junho de 1940. Os dois Governos continuarão a conceder-se, recìprocamente, a cláusula de nação mais favorecida.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Na Organização dos Estados Americanos a atuação do Brasil, tanto no terreno político-jurídico, quanto no econômico, foi das mais profícuas e salutares. No primeiro setor, a ação da diplomacia brasileira fêz-se notar quando da questão relativa às sanções econômicas impostas à República Dominicana, e bem assim por ocasião da proposta peruana de uma reunião de Consulta de Chanceleres americanos para tratar do problema cubano. Ainda no plano político-jurídico, as atenções da política externa brasileira estiveram voltadas para a convocação, por parte da Colômbia, da VIII Reunião de Consulta e para os problemas daí decorrentes. No setor econômico, é de se salientar a participação do Brasil na Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, em nível ministerial, onde se traçaram planos para o desenvolvimento das nações latino-americanas, decorrentes da «Operação Pan-Americana», do programa da «Aliança para o Progresso» e incorporados na «Carta de Punta del Este», assunto de que se trata mais adiante.

A) Assuntos Político-Jurídicos

a) *Sanções adicionais contra a República Dominicana.*

Em virtude de Resolução adotada pela VI Reunião de Consulta, realizada em São José da Costa Rica, em agôsto de 1960, os Governos americanos haviam decidido romper relações com o Govêrno da República Dominicana, por haver sido comprovada sua participação direta em movimento destinado a derrubar o Govêrno venezuelano e a suprimir a vida do Presidente Rómulo Betancourt. Além do rompimento de relações e da interrupção parcial das relações econômicas de todos os Estados membros da OEA com a República Dominicana, a começar pela imediata suspensão do comércio de armas e material bélico, a Reunião de Consulta determinou que o Conselho da Organização examinasse a possibilidade e conveniência de estender tal medida a outros artigos. Pela mesma Resolução recebeu aquêle órgão o mandato de, pelo voto de dois terços de seus membros, tornar sem efeito as sanções, desde que o Govêrno da República Dominicana deixasse de constituir um perigo para a paz e a segurança do Continente.

Considerando sua importância e complexidade, o estudo do problema foi confiado a uma Comissão Especial, da qual faziam parte Brasil, Chile, Equador, Estados Unidos da América, Honduras, México e Panamá.

No Relatório que, sôbre o assunto, submeteu ao Conselho, em dezembro de 1960, concluiu a Comissão que não se havia registrado mudança alguma na atitude do Govêrno da República Dominicana, no tocante aos princípios fundamentais do sistema interamericano. Em face disso, a Comissão considerou que não se justificava tornar sem efeito as medidas prescritas pelo Órgão de Consulta e recomendou ao Conselho que adotasse uma resolução, declarando que era possível e conveniente estender a suspensão do comércio com

a República Dominicana às exportações, a êste país, de petróleo e derivados, caminhões e peças sobressalentes.

Se o Brasil, na VI Reunião, votara em favor da aplicação coletiva das medidas dispostas no art. 8 do Tratado do Rio, assim o fizera porque se tratava de medidas relacionadas a atos de agressão e de intervenção caracterizados e devidamente comprovados pela Comissão do Conselho da OEA, nas funções de órgão provisório de consulta, a qual fôra incumbida de investigar os fatos denunciados pela Venezuela contra o Govêrno Dominicano. Desta vez, porém, em relação à extensão das medidas aprovadas em Costa Rica, o Brasil só poderia se abster de votar, o que fêz, porquanto não se haviam comprovado novas agressões que a justificassem, e bem assim porque as sanções progressivas feriam, sobretudo, o povo dominicano, não responsável pelas arbitrariedades de seus dirigentes, ao invés de atingirem diretamente o Govêrno culpado.

Em novembro de 1961, a República Dominicana viveu dias sombrios, sob a constante ameaça, cada vez mais iminente, de uma revolução, através do desenrolar de uma série de episódios, que marcaram o fim de ano da vida dominicana: um golpe militar e a expulsão da família Trujillo, distúrbios de ordem interna, a subida de Balaguer à Chefia das Fôrças Armadas e a presença de fôrças navais americanas nas proximidades de São Domingos. Diante disso, a Delegação do Brasil junto à OEA expressou ao Presidente do Conselho a profunda apreensão com que o Govêrno brasileiro encarava os acontecimentos recém-ocorridos na República Dominicana. No sentir do Govêrno brasileiro, as importantes transformações políticas por que passava aquêle país só podiam processar-se normalmente dentro de um clima de absoluta paz interna e de respeito aos princípios de autodeterminação dos povos e de não-intervenção nos assuntos internos dos Estados, por cuja observância, nas Américas, era responsável a OEA. O Govêrno brasileiro, via, entretanto, com

satisfação a rapidez com que o Conselho adotara medidas para manter a Organização informada da evolução dos acontecimentos na República Dominicana, e confiava em que todos os membros da OEA se absteriam de qualquer ação ou pronunciamento que pudessem aumentar a tensão existente naquela área, pondo em perigo as bases do sistema interamericano.

A evolução dos acontecimentos, porém, evidenciaria que as medidas impostas à República Dominicana já não mais se justificavam, de vez que êsse país deixara de constituir perigo para a paz e a segurança das Américas. Fôra justamente essa noção de periculosidade, para o convívio internacional, o único orientador da conduta do Brasil, quanto à aplicação, à manutenção, à extensão e à suspensão daquelas sanções. O Brasil, finalmente, junto com as demais nações americanas — exceto Cuba —, instruiu sua Delegação na OEA a votar a favor da suspensão das penas que pesavam sôbre a República Dominicana.

b) O *Problema Cubano*.

As tensões políticas na área das Caraíbas, sobretudo depois da VII Reunião de Consulta, realizada em agôsto de 1960 em São José da Costa Rica, vinham-se acentuando dia a dia, prenunciando já e claramente que o problema cubano seria objeto de nova Consulta entre os Chanceleres americanos. A crescente aproximação de Cuba do bloco sino-soviético, certos pronunciamentos, declarações e atitudes de líderes cubanos, o rompimento de relações diplomáticas entre mais de uma dezena de Repúblicas americanas e o regime de Fidel Castro, a malograda tentativa de invasão de Cuba por fôrças anti-castristas em abril de 1961 — todos êsses fatos causaram, como era de esperar, viva preocupação, entre os demais países-membros da OEA, pela preservação da unidade de sistema interamericano. Foi assim que, em outubro

de 1961, o Govêrno do Peru solicitava a convocação do órgão de consulta para investigar uma situação que, a seu ver, se projetava no exterior, ameaçando a paz e a segurança continental. O Govêrno peruano apontava a violação de direitos humanos por parte de Cuba e a infiltração comunista nos países da América, com o fim de instigar «a subversão e a revolução contra governos legìtimamente constituídos».

Cioso de seu inabalável respeito aos tradicionais princípios de não-intervenção e autodeterminação, constantes orientadoras de sua política externa, não podia o Govêrno brasileiro apoiar a proposta peruana. Mesmo a invocação do art. 12 do Tratado do Rio, para a transformação do Conselho em órgão de consulta, em que se fundamentava a moção de Lima, parecia-nos inadequada, por não se ajustar ao disposto nos arts. 52 e 43, combinados, da Carta de Bogotá, que subordinam tal medida à verificação do caráter de urgência, em casos de ataque armado, que reclamam ação imediata. Demais, um eventual isolamento de Cuba, decorrente de resoluções condenatórias, bem como da aplicação de sanções, poderia, antes de tudo, estimular as tendências pró-soviéticas dêsse país. Com isso, a questão cubana poderia sair da alçada interamericana, para tornar-se parte do conflito Leste-Oeste, excluindo-se, pois, a hipótese de uma ação moderada por parte dos demais Estados americanos. Por outro lado, a ausência de entendimentos prévios, em nível ministerial, sôbre os fins a serem atingidos, punha em causa a própria reunião, com conseqüências desastrosas para a preservação da unidade do sistema interamericano.

A 25 de outubro de 1961, o Conselho encomendava à Comissão Geral que estudasse, de acôrdo com suas faculdades, a solicitação peruana. A posição do Brasil manteve-se firme, no sentido de que ficasse bem claro que o envio do assunto àquela Comissão seria para fins exclusivos de caráter processual. O próprio Conselho, aliás, viria a julgar neces-

sário que se desse ênfase ao fato de que, segundo o art. 59 do regimento, a Comissão Geral não poderia entrar na substância da matéria, em vista de suas atribuições específicas. De fato, sem examinar o fundo da proposta peruana, a Comissão julgou que, formalmente, os fatos denunciados estavam intimamente relacionados entre si, o que levava a considerar que seria conveniente fôssem objeto de exame por parte de um só organismo. A Comissão Geral sustentou que, de acôrdo com a Resolução IV da V Reunião de Consulta, a Comissão Interamericana de Paz poderia examinar e investigar fatos como os denunciados pelo Govêrno do Peru.

Mais outro episódio do problema cubano iria iniciar-se quando, em novembro de 1961, o Govêrno da Colômbia, por sua vez, passou nota ao Conselho da Organização dos Estados Americanos, propondo, para 10 de janeiro de 1962, uma Reunião de Chanceleres baseada no art. 6 do Tratado do Rio de Janeiro, a fim de considerar as ameaças à paz e à independência política dos Estados Americanos que possam advir da intervenção de potências extracontinentais, desejosas de debilitar a solidariedade interamericana. A posição do Brasil, em relação a essa nova iniciativa para tratar do caso cubano, foi ainda a mesma adotada em relação à proposta peruana. Não éramos contra uma Reunião de Consulta, mas julgávamos necessárias certas precauções preliminares, destinadas a possibilitar um encontro em nível de chancelarias, com resultados que permitissem uma reintegração de Cuba no sistema interamericano. Sustentamos não atender aos interêsses de nossa comunidade pôr em marcha um processo político de última instância, sem o exame prévio das possíveis conseqüências, por meio de conversações ministeriais. A solução para o caso de Cuba devia ser encontrada nos princípios da Declaração de Santiago, firmada, na V Reunião de Consulta, por todos os Chanceleres americanos,

inclusive o Doutor Raul Roa, Ministro do Exterior do Govêrno Fidel Casro. Efetivamente, para o Brasil, a proposta colombiana não preenchia os requisitos jurídicos necessários para se invocar o Tratado do Rio. Se bem que a situação política continental pudesse requerer uma Reunião de Consulta, esta deveria ter fundamentação diversa. Por estas razões, o Brasil se absteve de votar a solicitação da Colômbia de convocação de uma Reunião de Consulta.

B) ASSUNTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

Aliança para o Progresso

No dia 13 de março de 1961, com o anúncio feito pelo Presidente John F. Kennedy, em memorável discurso pronunciado na Casa Branca, do arrojado plano denominado «Aliança para o Progresso», destinado a lançar os países da América Latina, no espaço de dez anos, em um processo de desenvolvimento econômico e social auto-sustentável, inaugurou-se uma nova era na evolução das relações interamericanas e, sobretudo, na política dos Estados Unidos da América, face aos demais países do Continente.

Se é verdade que vem de longe a idéia de estender ao plano econômico a ampla cooperação pan-americana existente no campo jurídico-político, alicerçada em instrumentos quase perfeitos e ideais, não é menos verdade que essa idéia só tomou impulso a partir da entrega da carta pessoal do Presidente Kubitschek, datada de 28 de maio de 1958, ao Presidente Eisenhower, na qual foram lançados os fundamentos de um movimento político de envergadura continental — a Operação Pan-Americana.

Caracterizou êsse movimento a preocupação de evidenciar o desnível entre os aspectos político-jurídicos e econômico-sociais do pan-americanismo, propugnando pela elevação dos padrões de vida de suas populações, já que não seria lícito esperar esforços e sacrifícios em defesa da causa oci-

dental por parte de sêres humanos que não lhe conheciam os benefícios. Para atingir o objetivo do desenvolvimento econômico e social, o Govêrno brasileiro advogou a tese de que a busca de soluções para os problemas econômicos básicos da América Latina deveria processar-se não sòmente no campo técnico, mas também, e sobretudo, no mais alto nível político.

Embora os postulados fundamentais da Operação Pan-Americana fôssem logo aceitos pelos países integrantes da Comunidade americana, o mesmo não se deu com algumas idéias defendidas pelo Brasil, notadamente as que se referiam à quantificação das metas de desenvolvimento e ao auxílio externo necessário para atingí-las.

Em 1960, na III Sessão da Comissão Especial para Estudar a Formulação de Novas Medidas de Cooperação Econômica (Comitê dos 21), foi finalmente aprovado um documento, a Ata de Bogotá, que consagrava a quase totalidade das teses propostas pelo Brasil, especialmente as de cunho social, constituindo-se em um marco decisivo na reformulação da cooperação econômica continental.

A revisão política do problema fêz vir à superfície a urgente necessidade de ajustar o mecanismo econômico-social interamericano, cujo centro nervoso é o Conselho Interamericano Econômico e Social, a uma nova realidade para a qual êle não estava preparado, uma vez que sua criação ocorreu em época em que as atenções dos Estados-membros se concentravam de preferência nos problemas jurídico-políticos.

A reforma da estrutura e do regime de trabalho do CIES, emprestando-lhe hierarquia ministerial, aliada à reorganização do setor econômico e social da União Pan-Americana, vieram dar àquele órgão a flexibilidade e o dinamismo de que se ressentia para o cumprimento de suas finalidades.

A Ata de Bogotá, em que pese o seu caráter inovador, deixava ainda sem solução satisfatória o premente problema do desenvolvimento econômico, embora concedesse marcada prioridade ao problema social.

A ascenção do Presidente John F. Kennedy à presidência dos Estados Unidos da América, o aparecimento de movimentos políticos no Hemisfério incompatíveis com o sistema interamericano e o reconhecimento da justeza dos conceitos pelos quais se batia o Brasil por parte de certos círculos governamentais e universitários norte-americanos, propiciaram as condições para o lançamento do plano «Aliança para o Progresso», que é, em última análise, a consagração da Operação Pan-Americana.

Definidas as linhas gerais da sua política em prol do desenvolvimento econômico da América Latina, tomou o Presidente Kennedy a iniciativa de convocar uma Reunião Extraordinária do CIES, em nível ministerial, da qual resultou a Carta de Punta del Este, documento que pela sua transcendental importância marca nìtidamente o início de um nôvo ciclo na realização do ideal pan-americanista, enriquecendo o instrumental da solidariedade hemisférica.

A Carta de Punta del Este estabelece como objetivo comum «um vasto esfôrço no sentido de alcançar-se uma vida melhor para todos os habitantes do Continente». Delineia, em quatro títulos, seguidos de cinco Resoluções anexas, a Aliança para o Progresso. Os Estados Unidos da América, através daquelas disposições, comprometem-se a contribuir com US$ 20 bilhões, durante os próximos dez anos, a fim de assegurar o pleno êxito da promoção do desenvolvimento econômico e social da América Latina. São os seguintes os pontos essenciais dos planos nacionais de desenvolvimento a longo prazo que os países latino-americanos deverão formular:

a) metas prioritárias;
b) estabilidade monetária;

c) mecanismo para o empreendimento de reformas institucionais, sobretudo a agrária e a tributária;

d) estímulo da iniciativa e atividade privadas;

e) máximo esfôrço nacional.

O êxito dêsse vasto e ambicioso Plano que é a Aliança para o Progresso, entretanto, depende da capacidade que tenham os países latino-americanos de mobilizar tôdas as energias latentes no planejamento e execução das medidas preconizadas em Punta del Este, que implicam reformas institucionais radicais em quase todos os setores de atividade. Do seu sucesso depende, igualmente, a eliminação da pobreza e da injustiça social por meio de uma ação revolucionária dos próprios Governos, única arma capaz de impedir a subversão da ordem democrática e evitar a proliferação de ideologias exóticas.

Assinaram a Carta de Punta del Este, pelo Brasil, os Senhores Clemente Mariani Bittencourt, então Ministro de Estado da Fazenda, Arthur Bernardes Filho, que era Ministro de Estado da Indústria e Comércio, e os Embaixadores E. P. Barbosa da Silva e Roberto de Oliveira Campos.

A Delegação brasileira, cujas propostas foram tôdas aceitas pelos demais representantes, marcou sua presença sobretudo no preparo de textos relativos a desenvolvimento econômico e social, integração econômica da América Latina e produtos básicos.

Precede a Carta de Punta del Este uma «Declaração aos Povos da América», consubstanciando a essência da Aliança para o Progresso, baseada «no princípio de que é através do amparo à liberdade das instituições da Democracia representativa que são satisfeitos melhor, entre outros, os anseios de trabalho, teto e terra, escola e saúde, asseguradas as condições para a dignidade da pessoa, «que é o fundamento de nossa civilização».

Incumbirá, doravante, aos órgãos brasileiros de administração interna a responsabilidade maior pela implementação dos compromissos assumidos na Reunião do CIES. O Itamaraty não descurou da execução de tarefas específicas, sobretudo de coordenação daquelas entidades e de promover ou acelerar a tomada de providências vinculadas à Aliança, no plano internacional.

Entre outras medidas acertadas em Punta del Este há que salientar as seguintes:

a) cada país deverá elaborar planos e programas nacionais de desenvolvimento econômico e social apoiados no princípio de «auto-auxílio» e no máximo emprêgo dos recursos internos;

b) será fornecido aos países que disponham de planos nacionais aceitáveis auxílio financeiro externo, calculado na base mínima de 20 bilhões de dólares nos próximos 10 anos;

c) cada país deverá estabelecer ou fortalecer sistemas para a elaboração, execução e revisão dos seus programas nacionais;

d) cada programa nacional deverá incorporar medidas que visem essencialmente a:

— melhorar os recursos humanos;

— utilizar amplamente os recursos naturais;

— reforçar a base agrícola;

— mobilizar recursos financeiros, inclusive mediante reforma do sistema tributário e orçamentário;

— estimular o fluxo de inversões estrangeiras.

e) os Estados Unidos da América prestarão auxílio financeiro de emergência, em importância superior a 1 bilhão de dólares, até março de 1962, aos países latino-americanos que apresentarem, dentro de 60 dias a contar de 17 de agôsto

de 1961, pedidos de auxílio referentes a situações já existentes, de natureza urgente;

f) os Estados Unidos da América, além de auxiliar a realização de programas nacionais de curto e longo prazo, assistirão no financiamento de projetos de assistência técnica relativos à elaboração de projetos específicos e fortalecimento dos mecanismos nacionais de preparação de projetos, estudos e pesquisas de campo, reforma agrária e desenvolvimento rural, saúde, cooperativa, habitação, educação e formação profissional, tributação e arrecadação de impostos;

g) com referência à exportação de produtos básicos, os países americanos deverão realizar esforços conjuntos no sentido de eliminar o protecionismo indevido que favorece a produção de matérias básicas, suprimir impostos e reduzir preços internos excessivos, fazer com que se ponha têrmo a acôrdos preferenciais e outras medidas que limitam o consumo mundial de produtos primários latino-americanos e seu acesso aos mercados internacionais, especialmente Europa Ocidental, e adotar mecanismos de consulta para que as políticas de comercialização não produzam efeitos prejudiciais à estabilidade dos mercados;

h) os países americanos deverão elaborar um sistema internacional de créditos compensatórios das perdas de renda decorrentes das variações de suas exportações de produtos primários.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO (ALALC)

Com a ratificação do Tratado de Montevidéu pelos Congressos Nacionais dos Estados signatários — Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai — entrou em funcionamento, em 1º de junho de 1961, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC).

A fim de proceder à instalação dos órgãos da ALALC (a Conferência e o Comitê Executivo Permanente) e dar execução aos dispositivos do Tratado de Montevidéu, realizou-se, naquela cidade, de 24 de julho a 12 de dezembro de 1961, o Primeiro Período de Sessões da Conferência das Partes Contratantes.

Duas tarefas fundamentais foram realizadas durante essa reunião: a regulamentação de numerosas normas de Tratado relativas ao funcionamento da Associação e as negociações iniciais para formulação de uma zona de livre comércio na América Latina, da qual além daqueles países, irão participar, também, o Equador e a Colômbia, que aderiram ao Tratado de Montevidéu, em fins do ano de 1961.

No que se refere à atividade normativa da Conferência, cabe salientar as Resoluções relativas à constituição e regulamentação do Comitê Executivo Permanente, a normas e procedimentos para as negociações, a medidas em favor de países de menor desenvolvimento econômico relativo, a tráfico fronteiro e comércio regional, a acôrdos de complementação, a origem das mercadorias, a nomenclatura aduaneira e estatística, a «dumping» e outras práticas desleais de comércio.

Quanto ao resultado das negociações realizadas entre os países componentes da Zona (excetuados Colômbia e Equador, que não efetivaram suas adesões a tempo de negociarem nesta primeira sessão) pode dizer-se que ultrapassaram, em volume, o que era admissível esperar: em conjunto, foram concedidas liberações ou reduções de gravames e restrições à importação nos países da área, a cêrca de 1.600 itens ou posições. O número total de concessões outorgadas pelos sete países atinge a 2.454, assim distribuídas:

a) Produtos agropecuários e produtos das indústrias alimentícias 902

b) Produtos das indústrias químicas e conexas. Minerais não metálicos 617

c) Produtos metalúrgicos, máquinas e aparelhos, material elétrico, material de transporte 625

d) Produtos diversos 310

Inúmeros produtos ficaram, para a Zona, com gravames inferiores a 10% ad-valorem, tendo-se chegado, em muitos, à plena isenção.

A margem de preferência criada em relação a terceiros países é, em muitos casos, bem superior a 50%, sendo grande o número de preferências superiores a 80%.

No que concerne ao aspecto qualitativo, constata-se:

a) em larga margem, isto é, para a quase totalidade dos produtos tradicionais do intercâmbio intra-regional, foi consolidado ou mesmo melhorado o tratamento preexistente;

b) para o item animais vivos, o tratamento para a Zona desce pràticamente a zero;

c) para as matérias primas minerais e vegetais as concessões são amplas, englobando os produtos mais destacados como insumo industrial;

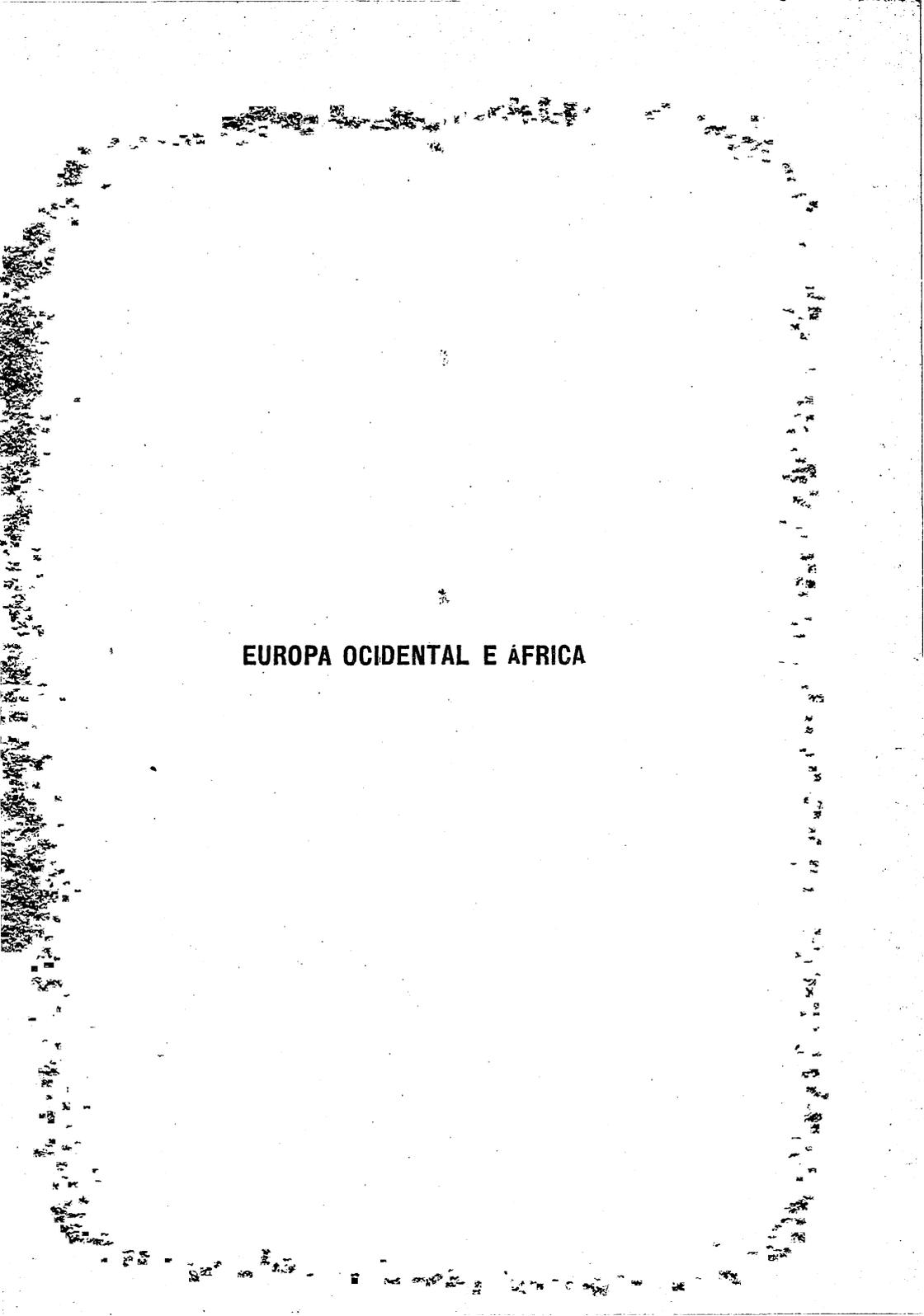
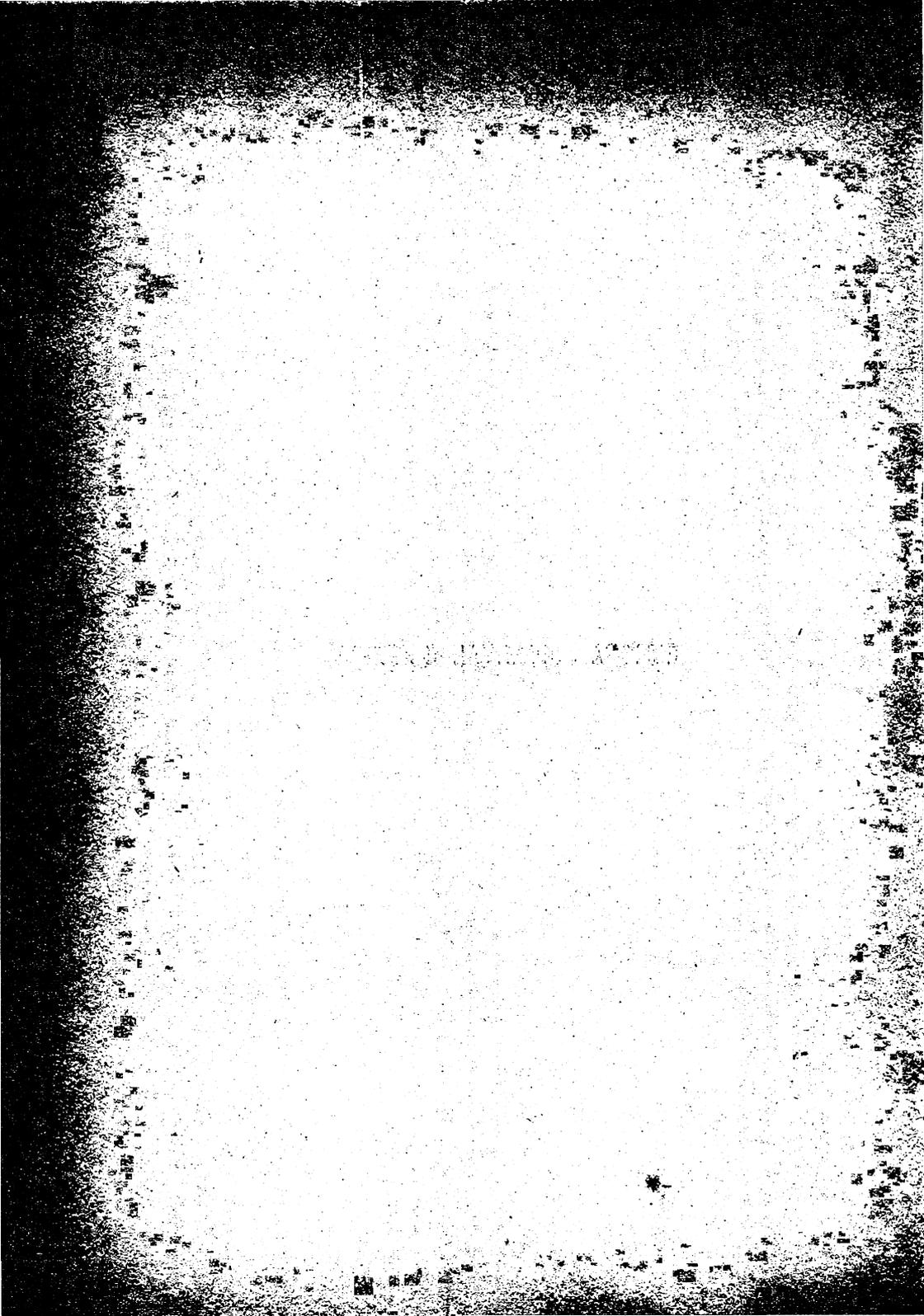
d) com referência aos produtos químico-farmacêuticos, as Listas Nacionais apresentam razoáveis concessões para um número apreciável de partidas;

e) os produtos industrializados também foram objeto de concessões, que ultrapassaram em número e grandeza o que geralmente se esperava nesta primeira fase de constituição da Zona de Livre Comércio.

Em resumo, o resultado imediato das negociações de Montevidéu traduz-se, a partir de 1º de janeiro de 1962, não só pela liberação da maioria do comércio tradicional entre

os países da área, no que respeita a barreiras alfandegárias e restrições administrativas, mas também na liberação ou rebaixa de gravames e restrições em relação a uma grande soma de mercadorias até aqui sujeitas aos mesmos impostos e restrições de importação que as provenientes de terceiros países.

Deu-se início de realização ao objetivo básico do Tratado de Montevidéu, que é o de eliminar quaisquer obstáculos de ordem impositiva ou administrativa ao essencial do intercâmbio comercial entre as suas Partes Contratantes. Foi-se, aliás, bastante além da porcentagem estipulada para êste primeiro ano da criação da Zona de Livre Comércio: que deveria ser de 8% em cada um dos 12 anos de formação da Zona, foi, neste primeiro ano, ultrapassada várias vêzes.

O significado da Conferência da Associação Latino-Americana de Livre Comércio não deve, entretanto, ser avaliado apenas pelos resultados numéricos das negociações realizadas. Deve salientar-se, muito especialmente, o alto sentido de aproximação construtiva que tiveram estas conversações entre oito países latino-americanos, que constituíram um movimento real, prático e decisivo no sentido de, por seus próprios meios e mediante um esfôrço conjugado, promoverem a expansão do comércio regional, a complementação e integração de suas economias.

EUROPA OCIDENTAL E ÁFRICA

EUROPA OCIDENTAL

As bases em que tradicionalmente assenta a nossa política em relação aos países da Europa Ocidental não sofreram alterações. De conformidade com os princípios que a informam, procurou-se, em relação aos temas que se transformaram em focos de tensão internacional, contribuir para a conciliação e o superamento de antagonismos. Assim, em face do problema alemão, sobretudo com vistas à solução da crise de Berlim, nossa atuação foi a de, em acôrdo com as potências diretamente interessadas, favorecer aquelas medidas necessárias à criação de um ambiente propício às negociações para uma solução de equilíbrio, capaz de afastar o perigo de um conflito armado internacional. Dentro dessa orientação, foi aberto e instalado no corrente ano o Consulado do Brasil em Berlim, a fim de melhor informar o Govêrno sôbre a evolução político-militar local, servindo igualmente para marcar mais acentuadamente a presença do Brasil no território alemão.

Conhecida é a posição de nosso país face aos Estados que administram territórios não autônomos. Defende o Govêrno brasileiro a tese de que a causa da paz mundial estará prejudicada enquanto aquêles territórios não receberem assistência técnico-política-educacional capaz de prepará-los para a independência. Dentro do espírito do Tratado de Amizade e Consulta com Portugal, estêve em Lisboa, no ano de 1961, a convite do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Doutor Afonso Arinos de Melo Franco, então Ministro das Relações Exteriores, a fim de melhor

conhecer o ponto-de-vista português com respeito à Província Ultramarina de Angola, ocasião em que, num ambiente especialmente amistoso, como têm sido sempre as discussões com o Govêrno daquêle país irmão, esclareceu o sentido da posição brasileira.

Sendo o Brasil o país latino de maior população católica, entendeu o Govêrno fazer-se representar, nas festas comemorativas do terceiro ano de investidura e octagésimo de aniversário de Sua Santidade o Papa João XXIII, por Vossa Excelência, Senhor Doutor Tancredo Neves, como Presidente que é do Conselho de Ministros.

Dado o papel de crescente importância dos países da Europa Ocidental nos programas de Cooperação Econômica com os países da América Latina, procurou o Govêrno brasileiro, com vistas à satisfação das necessidades nacionais, estreitar e expandir as relações comerciais com os países daquela área.

Com a Grécia, foi prorrogado, em 24 de junho último, o Acôrdo Provisório de Comércio e Pagamentos.

Com a Turquia, foram iniciadas negociações com vistas à possibilidade de ser concluído um Acôrdo de Comércio e Pagamentos, que venha a substituir o Acôrdo Interbancário de 1953.

Foram denunciados, com vistas à defesa dos interêsses nacionais no campo aeronáutico, os Acôrdos Aéreos com a Escandinávia, a Holanda e a Suíça, sendo de prever para breve a renegociação dos Acôrdos em novas bases. O Acôrdo de Comércio e Pagamentos com a Noruega foi denunciado por aquêle país e celebrado, na ocasião, Acôrdo para a liquidação de crédito existente.

Com Portugal, foi prorrogado o Acôrdo de Comércio e Pagamentos existente desde 1947.

A 20 de maio, foi assinada uma Declaração Conjunta entre o Brasil e a Espanha que, entre outras coisas, criou

uma Comissão Mista encarregada do estudo dos problemas relacionados com o comércio recíproco. Prorrogou-se, ainda, em março e setembro, o Acôrdo de Comércio e Pagamentos firmado em 24 de julho de 1952. Em vista das modificações radicais nas estruturas cambiais e tarifárias, entre ambos os países, o Brasil denunciou em outubro o Acôrdo celebrado com a Espanha, em 3 de dezembro de 1925.

Dentro do programa de saneamento das finanças empreendido pelo Govêrno brasileiro a partir de fevereiro de 1961, foi enviado à Europa Ocidental, em Missão especial, o Embaixador Roberto de Oliveira Campos, com o objetivo de assegurar a cooperação das nações daquela área ao esfôrço de estabilização da economia brasileira. Dessa Missão resultaram: a) a conclusão de uma série de Acôrdos de Consolidação dos compromissos comerciais brasileiros a prazo médio, representando um alívio nos pagamentos do qüinqüênio 1961-1965 da ordem de 300 milhões de dólares; b) a concessão de um crédito «stand-by» da ordem de 110 milhões de dólares ao Banco do Brasil por cinqüenta e dois Bancos europeus de oito países, a saber: Alemanha Ocidental, França, Suíça, Itália, Bélgica, Grã-Bretanha, Suécia e Países-Baixos; c) a garantia da aprovação de novos créditos para financiamento de projetos de desenvolvimento econômico do Brasil.

Entre os primeiros, se incluem os Acôrdos de Consolidação assinados com: i) a Grã-Bretanha, a 21 de julho, no valor de 2,5 milhões de libras, acompanhado de arranjo financeiro entre a Royal Dutch Shell e a Shell do Brasil da ordem de 13 milhões de dólares; ii) a França, em 19 de setembro, consolidando compromissos do valor de 74,6 milhões de dólares; iii) com a Alemanha Ocidental, a 22 de setembro, envolvendo compromissos no montante de 92 milhões de dólares. No curso de 1962 será assinado o Acôrdo de Consolidação com a Itália, completando depois as negociações

com o Japão a série de entendimentos consubstanciados na Ata de Paris de 24 de maio de 1961.

Por ocasião da assinatura do Acôrdo de Consolidação com a República Federal da Alemanha, no Rio de Janeiro, o Embaixador Herbert Dittmann informou que o Govêrno da República Federal da Alemanha, em vista da importância que atribui ao desenvolvimento da economia brasileira e em atenção às relações amistosas entre as duas nações, estaria disposto não só a conceder ao Brasil créditos de longo prazo, a juros baixos, num total de US$ 50 milhões, destinados à realização de projetos de desenvolvimento, mas também a facilitar a concessão de créditos ampliados, em igual montante, para financiamento da importação de bens de capital.

Após a visita ao nosso país do Doutor Giovanni Gronchi, Presidente da Itália, em 19 de abril, foi criada a Secção Brasileira da Comissão Mista Brasil-Itália. Em 24 de agôsto, foi assinado um Convênio Técnico-Sanitário, com o fim de incrementar exportação de carnes brasileiras para aquêle país mediterrâneo. A referir, ainda, no que respeita à Cooperação Econômica com a Itália, o Acôrdo, em vias de ultimação, sôbre petróleo, entre o «Enti Nazionale Idrocarburi» (ENI) e a Petrobrás.

Finalmente, tendo em vista a máxima preocupação que constitui para o interêsse comercial do Brasil na área a implementação do Tratado de Roma que criou o Mercado Comum Europeu, foram realizadas diversas gestões junto aos Governos dos seis países da Comunidade Econômica Européia com o objetivo de atenuar o impacto discriminatório de certas medidas, especialmente as que dizem respeito aos obstáculos constituídos pelas taxas e impostos internos sôbre produtos da exportação brasileira e ao comportamento da Comunidade nas negociações tarifárias com o Brasil. Através da Missão em Bruxelas foi, ainda, mantido o diálogo com a Comissão Executiva da CEE, para defesa mais eficaz dos interêsses

brasileiros e apoio da ação concentrada especialmente no quadro do GATT, mormente por ocasião dos trabalhos da XIX Sessão das Partes Contratantes e da Reunião de Ministros do Comércio, em novembro de 1961.

ÁFRICA

Tendo em vista a crescente importância que vêm assumindo as relações do Brasil com as novas nações do Continente africano, foi criada, pela recente reforma administrativa do Itamaraty, a Divisão da África, subordinada ao Secretário Geral Adjunto para Assuntos da Europa Ocidental e África, com a incumbência específica de tratar dos negócios políticos, culturais e econômicos dos países daquela região, excetuando-se, entretanto, a República Árabe Unida, que se acha incluída na Divisão do Oriente Próximo. Constitui essa medida mais uma demonstração da especial importância e atenção que o Govêrno brasileiro dedica ao estreitamento de suas relações com os povos da África.

Ainda em conformidade com essa política, foram, no decorrer de 1961, criadas novas Missões diplomáticas e Repartições consulares em países africanos, ao mesmo tempo em que se instalavam outras em postos já existentes. Além do estabelecimento de Missões permanentes, enviou, também, o Brasil e recebeu Missões especiais, em oportunidades diversas e com finalidades várias.

GRUPO DE TRABALHO PARA A ÁFRICA

Um Grupo de Trabalho para a África foi constituído na Secretaria de Estado, em 3 de março de 1961, com o objetivo de apresentar conclusões sôbre as Missões Diplomáticas e Repartições consulares brasileiras nos novos Estados africanos e de propor medidas concretas para o desenvolvimento das relações econômicas, comerciais e culturais entre o Brasil e o Continente africano. Entendeu o Grupo de Trabalho

que «a presença atuante do Brasil no complexo político africano deverá estar isenta de qualquer tendência de intervenção ou atitude partidária nos assuntos locais ou nas questões ainda não consolidadas internacionalmente».

MISSÕES DIPLOMÁTICAS

No ano de 1961, foram instaladas as Embaixadas que haviam sido anteriormente criadas em Acra, Túnis e Rabat. Ao mesmo tempo, era extinto o Consulado existente em Dacar, criando-se ali uma Missão diplomática com categoria de Embaixada.

Além dessas, foram criadas as Embaixadas em Pôrto Nôvo (Dahomé), cumulativa com a de Niamei (Níger) e em Nouakchott (Mauritânia), cumulativa com Dacar. A Legação em Adis Abeba, cumulativa com Beirute, foi elevada a Embaixada.

Iniciaram-se ou concluíram-se negociações para a criação de Embaixadas na Guiné, cumulativa com Mali, e no Togo, cumulativa com Gana e Costa do Marfim.

A Embaixada em Lagos encontra-se, presentemente, em instalação.

MISSÕES ESPECIAIS

Recebeu o Brasil, em 1961, a visita da Missão Especial da República dos Camarões e da Missão Econômica da Nigéria. Também visitaram o país, em caráter oficial, o Ministro do Trabalho da Nigéria e o Ministro da Economia da República do Gabão.

Por sua vez, enviou o Brasil três Missões especiais ao Continente africano. Na primeira, em março, o Ministro Afonso Arinos de Melo Franco representou o Govêrno brasileiro nas cerimônias comemorativas do aniversário da independência da República do Senegal. A Missão

especial chefiada pelo Deputado J. P. Coelho de Sousa teve por finalidade específica representar o Brasil nas solenidades da independência de Serra Leoa e fazer entrega de mensagem presidencial ao Presidente da República dos Camarões; na mesma oportunidade, visitou, também em caráter oficial, a Nigéria, Gana, Costa do Marfim e a República da Guiné, atravessando os territórios das Repúblicas do Togo e Dahomé. Em maio, percorreu Angola a Missão especial do Embaixador Francisco Negrão de Lima, que apresentou relatório sôbre o encargo recebido. Por ocasião dos festejos do primeiro aniversário da independência do Gabão, fêz-se o Brasil representar nas comemorações realizadas em Libreville por uma Missão especial, chefiada pelo Senador Vivaldo Lima Filho. Finalmente, o Embaixador do Brasil no Cairo foi designado, na qualidade de Embaixador Especial, para comparecer às cerimônias da independência de Tanganica, realizadas em Dar-es-Salaam, de 8 a 12 de dezembro.

REPARTIÇÕES CONSULARES

Instalaram-se, durante o ano de 1961, os Consulados de carreira sediados em Luanda (Angola) e Lourenço Marques (Moçambique). Por outro lado, eram criadas Repartições consulares de carreira, com igual categoria, em Nairobi (Quênia) e Salisbury (Rodésia do Sul).

Pelo decreto publicado no *Diário Oficial* de 24 de junho de 1961 foram criadas Repartições consulares honorárias em Beira, Bissau, Lobito, Moçâmedes, Nova Lisboa e Quelimane, tôdas em territórios portuguêses da África.

N. E. «CUSTÓDIO DE MELLO»

Organizou o Itamaraty exposição flutuante a bordo do Navio Escola «Custódio de Mello», que, pela primeira vez, realizou viagem de instrução de guardas-marinha contornando a costa africana, com escalas em Dacar, Freetown,

Abijan, Tema, Lagos, Duala, Ponta Negra, Luanda, Lourenço Marques, Mombassa, Massawa, Alexandria, Famagusta, Beirute, Haifa, Túnis, Tânger e Casablanca. Foi designado um funcionário de carreira para acompanhar a exposição flutuante.

CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

O Brasil se fêz representar nas seguintes conferências internacionais, realizadas na África, em 1961 : — III Sessão da «Comissão Econômica para África», promovida pelas Nações Unidas, em Adis-Abeba; — Conferência de Estados Africanos para o desenvolvimento da Educação na África, em Adis-Abeba; e, Conferência dos países não-alinhados, no Cairo.

ORIENTE MÉDIO

As relações do Brasil com os países da área que se convencionou, internacionalmente, chamar de Oriente Médio, compreendendo Líbia, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Síria, Arábia Saudita, Principados do Golfo Pérsico, Iraque e Irã, serão apreciadas em duas partes — a primeira com os países de cultura predominantemente islâmica e a segunda com Israel — tendo em vista a situação existente na área e as circunstâncias especiais em que nela se verificam os processos de desenvolvimento.

PAÍSES DE CULTURA PREDOMINANTEMENTE ISLÂMICA

O Brasil não tem convênio de extradição com qualquer dos países da área, nem foram disciplinadas por instrumentos internacionais, sequer, as questões entre a população brasileira e a sírio-libanesa, como a homologação de sentenças e do estatuto civil das pessoas de fé muçulmana aqui residentes. Se, portanto, nossas relações com os países de cultura

predominantemente islâmica do Oriente Médio ainda não atingiram estágio satisfatório, impõe-se-nos o dever de considerar, no ano próximo, aquêles problemas, estabelecendo, inicialmente, adequada ligação com as colônias síria e libanesa, com a comunidade greco-ortodoxa de São Paulo e com os mentores, não só do ensino árabe da Universidade de São Paulo mas também do Instituto Afro-Asiático do Conselho Nacional de Cultura.

Em 1961, no mês de janeiro, o Brasil criou um Consulado Honorário em Trípoli, no Líbano; em julho, uma Missão Especial foi enviada a Bagdá, sob a chefia do Deputado Adauto Lúcio Cardoso, para as comemorações do 3.º aniversário da revolução no Iraque; no fim do mesmo mês de julho, foi elevada à categoria de Embaixada a nossa Missão diplomática junto à Jordânia, exercida, em caráter cumulativo, pela Embaixada em Beirute, e, em outubro, o Brasil criou uma Embaixada em Damasco.

Quanto ao aspecto comercial da política brasileira no Oriente Médio, convém desde logo assinalar que essa área representa importante mercado potencial para alguns de nossos produtos.

A especulação reinante em praças locais, porém, confere ali um alto preço ao dinheiro, fato que dificulta a aquisição dos produtos brasileiros exportados FOB, sistema em que a imobilização de capitais se processa durante um período prolongado. A instalação de um entreposto para o café brasileiro no pôrto franco de Beirute foi o meio encontrado para resolver, no caso do referido produto, essa dificuldade. O Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, que chefiou a Missão Comercial brasileira em visita à região, sugeriu o estabelecimento, no mencionado pôrto franco, de um armazém para todos os produtos nacionais, medida que, uma vez adotada, facilitará a entrada de novos produtos brasileiros na área.

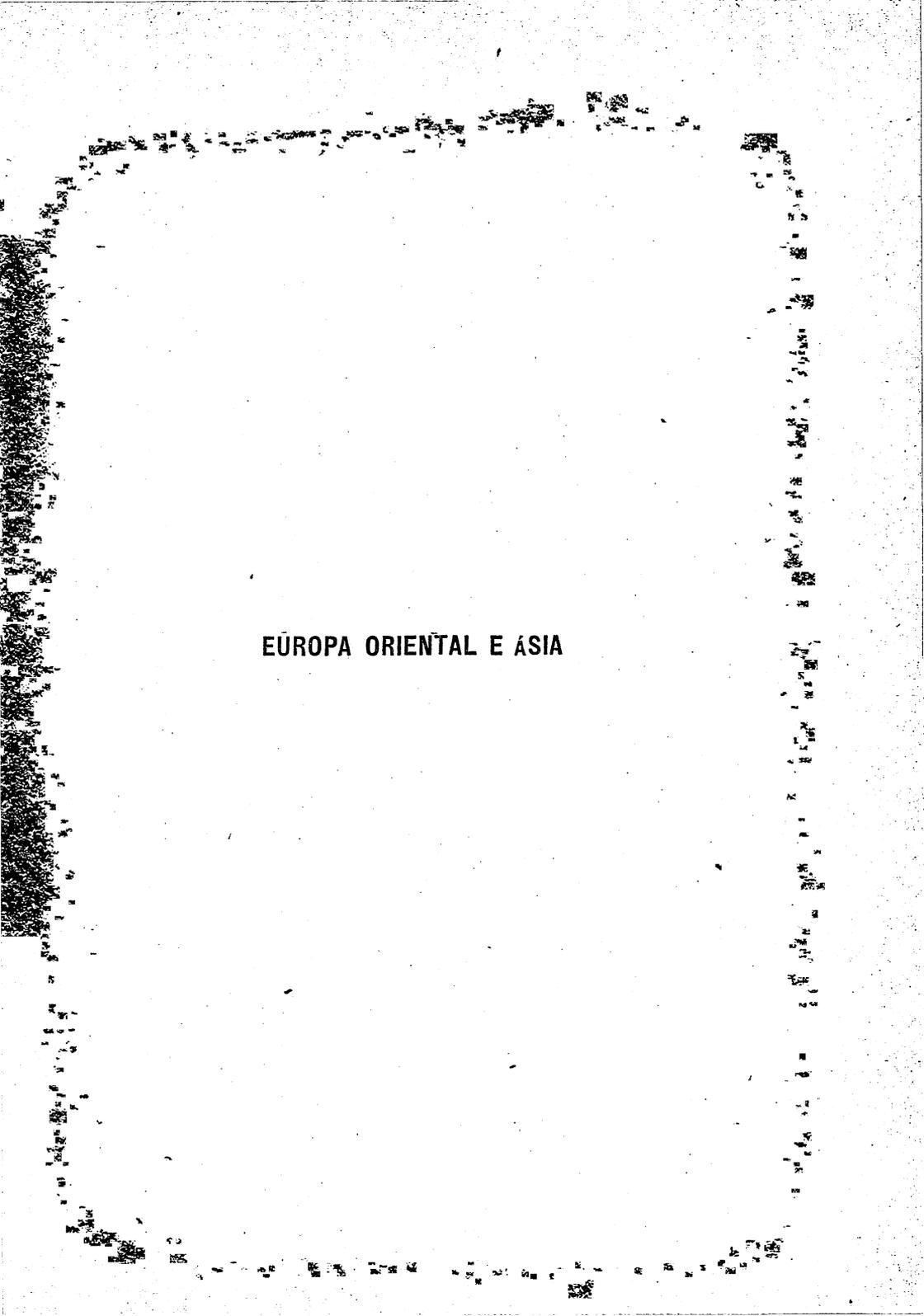
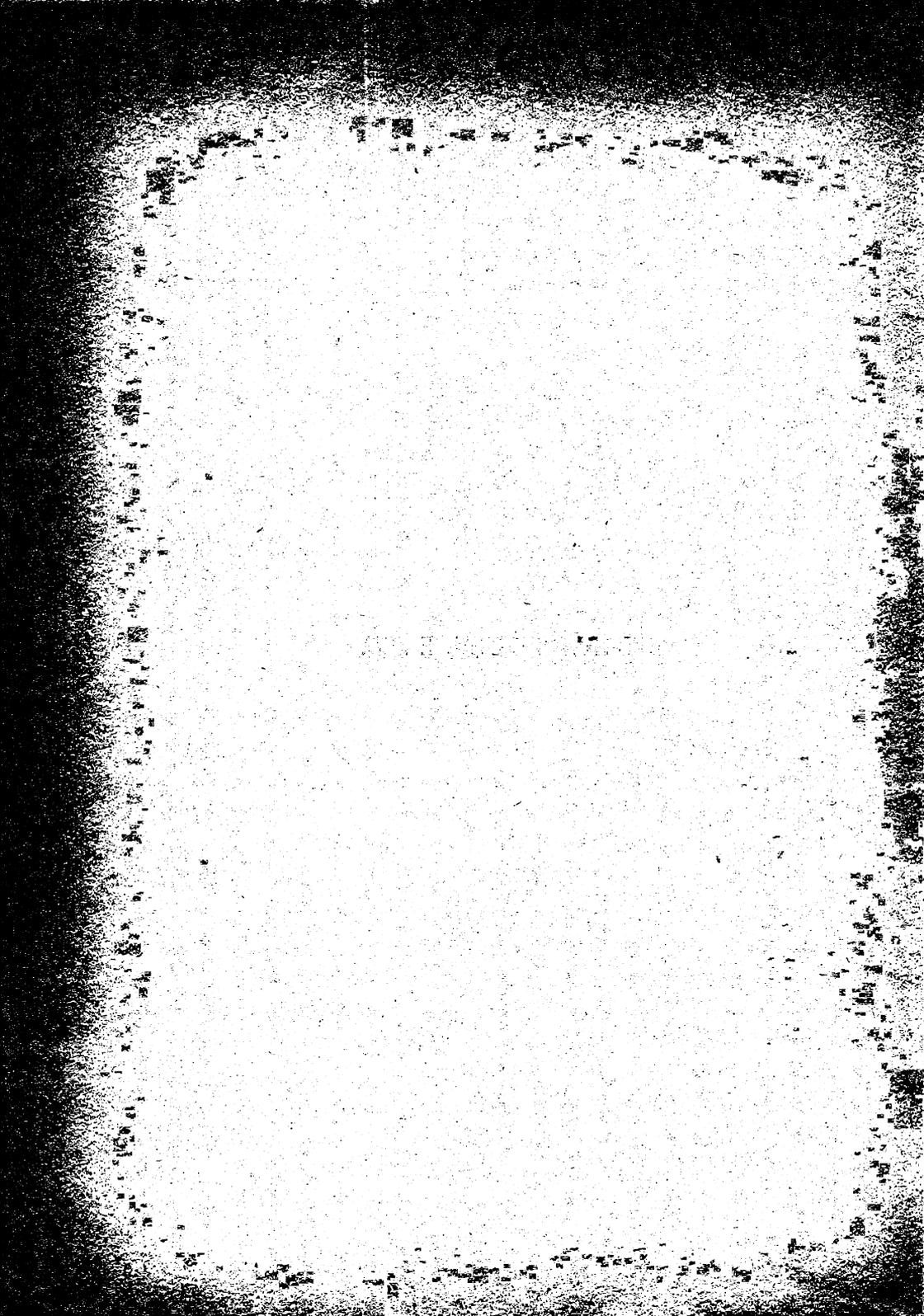
Os mercados regionais do Oriente Médio receberam em 1961 os seguintes produtos brasileiros : café, açúcar, dormentes de madeira para estrada de ferro, medicamentos e filmes, havendo possibilidade de colocação de tecidos, sobretudo de material semi-faturado para acabamento nas indústrias locais. Criou-se no Líbano o Escritório Regional do Instituto Brasileiro do Café, cogitando-se de estabelecer armazéns em Alexandria e no Kuweit. Estão em estudos acôrdos de trocas de mercadorias propostas pelo Líbano, pela RAU e pelo Irã.

ISRAEL

Israel, dentro da orientação que o seu Govêrno adotou depois da questão de Suez em 1957, procura formar com o Brasil laços muito estreitos, como o faz com a generalidade dos países latino-americanos, dos países africanos, e dos países asiáticos.

Como instrumentos formais em nossas relações, temos um acôrdo de comércio e pagamentos, firmado em 26 de abril de 1956, prevendo troca de mercadorias no valor total de 500 mil libras esterlinas, e que tem sido prorrogado anualmente, e um acôrdo cultural, assinado em 24 de junho de 1949, ainda não pôsto em vigor. Está em estudo no Brasil um projeto de acôrdo de assistência técnica entre os dois Governos, que interessa à SUDENE, segundo o qual viriam trabalhar naquela organização brasileira diversos técnicos israelenses e seriam enviadas a Israel famílias de agricultores brasileiros, para aprenderem as técnicas locais de agricultura em terras áridas. Para examinar o programa em contato com as autoridades brasileiras, estêve no Brasil, em 1961, o Professor Amiram, da Universidade de Jerusalém.

O Brasil apoiou a candidatura de Israel ao Conselho Executivo da Organização Mundial de Saúde, em fevereiro

de 1961. Israel apoiou a candidatura do Embaixador Gilberto Amado à reeleição para a Comissão de Direito Internacional da O.N.U., sufragou a candidatura do Brasil à reeleição na F.A.O. e apoiou, durante os jogos universitários de Sofia, a tese brasileira de realização entre nós dos próximos jogos, em 1963. No comêço do ano de 1961, foi reiniciado na Universidade de Jerusalém o ensino de português, que estivera interrompido. O Brasil enviou uma coleção de livros infantis para exposição de obras de tal literatura em Jerusalém. Foi realizada em Jerusalém, em março de 1961, uma exposição de gravuras brasileiras.

EUROPA ORIENTAL E ÁSIA

O presente Relatório se ocupa das relações do Brasil com os países abrangidos na área de competência da recém-criada Secretaria Geral Adjunta para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, cuja condução, anteriormente à vigência da Lei n.º 3917 de 14 de julho de 1961, se incluía, *ratione materiae,* entre as atribuições dos antigos Departamentos Político e Cultural e Departamento Econômico e Comercial.

Formada por duas Divisões geográficas, a Divisão da Europa Oriental e a Divisão da Ásia e Oceania, essa Secretaria Geral Adjunta compreende uma fração das mais interessantes e vivas do mundo atual.

De um lado, a Europa Oriental que engloba os países socialistas, quer os que aderem estritamente ao bloco liderado pela União Soviética, quer aquêles em que a experiência socialista, tanto no terreno econômico quanto no político, toma formas divergentes dos primeiros. Em ambos os casos, a complexidade da experiência em processo, que se vai realizando mediante profundas transformações sociais, de que ainda não se pode antever com segurança o têrmo final, reflete-se decisivamente na política exterior dêsses países, em especial na sua atuação em organismos internacionais de que também participa o Brasil. Constituindo um dos dois grandes blocos que caracterizam a cena mundial de nossos dias, tais países apresentam o maior interêsse para o Brasil, sobretudo quando êste, sem negar sua tradicional concepção democrática da vida internacional, que se aproxima mais estreitamente do chamado bloco ocidental, procura afir-

mar sua própria política exterior como um fator nôvo de equilíbrio e ponderação que permita o encontro de fórmulas conducentes à instauração da paz e da justiça e da liberdade para todos os povos. Ao mesmo tempo, representam êsses países um atraente mercado de exportação e importação, ainda não plenamente atingido pela economia brasileira, por obstáculos criados, já pela novidade que alguns de seus membros constituem para o Brasil como parceiros comerciais (caso da Romênia e da Bulgária, por exemplo), já pelas dissimilitudes estruturais das economias em presença, uma baseada na filosofia da livre emprêsa, a outra centralmente planificada. Especial atenção tem sido dada a êsse problema, conforme se verificará nas páginas seguintes.

Do outro lado, todo o inquieto mundo asiático, em que civilizações milenares, que pareciam adormecidas e como que à margem do cenário mundial vêm despertando, desde o término da II Guerra Mundial, vigorosamente para a comunhão internacional, suscitando problemas, exigindo soluções, definindo-se ideològicamente, criando, em suma, um nôvo e fundamental elemento na composição das fôrças atuantes de nosso tempo. Do mesmo passo, recuperado de sua derrota militar, o Japão afirma, a cada dia, sua condição de grande potência econômica a competir acirradamente, nesse terreno, com os países do Ocidente e, vencido o isolacionismo que foi a dominante de sua política por tanto tempo, surge como país exportador de capitais, participando ativamente de vários empreendimentos no exterior, como a USIMINAS no Brasil. Área geográfica extremamente delicada e sensível, nela tem sede a Organização do Tratado do Sudeste Asiático, «pendant» da Organização do Tratado do Atlântico Norte, que congrega diversos países da região (Tailândia, Austrália, Paquistão, Filipinas e Nova Zelândia) e mais os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França. Também nela se abriga o chamado Plano Colombo, programa de cooperação para o desenvolvimento do Sul e do Sudeste asiático, cujo

início data de 1950, sob a inspiração dos Governos da Comunidade Britânica de Nações, que compreende já 15 países asiáticos (inclusive a India e o Japão) e 5 não-asiáticos.

Como sua extrema extensão meridional, engloba essa área a Nova Zelândia e o continente australiano, onde se realiza uma das experiências mais interessantes de industrialização intensiva do mundo contemporâneo.

Nessa grande porção do globo, onde se concentra a maioria absoluta da população humana, ensaiam-se diversas formas de solução para os problemas políticos e econômicos dos nossos tempos e iniciam-se na vida internacional nações saídas de outras culturas e participantes de uma história diversa da dos países do ocidente. É tarefa da política exterior brasileira, ao examinar e avaliar os problemas dessa vasta área, procurar os elementos da afinidade e as razões de convivência que possam contribuir para o bom entendimento de todos os povos e a consolidação da paz universal.

A unificação do tratamento das relações do Brasil com êsses dois grupos de países, sob seu duplo aspecto político e econômico, sem dúvida permitirá ao Itamaraty uma apreciação mais correta dos fatos e das tendências nêles verificados, propiciando a formulação de uma política exterior que, dentro das limitações naturais impostas pelas circunstâncias, melhor atenda aos interêsses brasileiros.

EUROPA ORIENTAL

REPRESENTAÇÃO DIPLOMÁTICA

Sinal externo da progressiva intensificação da atuação internacional do Brasil nessa região, a rêde diplomática do nosso país ali se modificou e ampliou, substancialmente, no decorrer de 1961.

Logo no início do ano, em 11 de março de 1961, o Govêrno brasileiro decidiu encerrar suas relações com a

Lituânia, a Letônia e a Estônia, de há muito incorporadas à União Soviética. Os dois primeiros dos países citados tinham no Rio de Janeiro Missões diplomáticas, na categoria de Legações e confiadas a Encarregados de Negócios, enquanto que dispunha a Estônia de uma Repartição consular. O Brasil não mantinha qualquer espécie de representação junto a êsses países.

Em decorrência da decisão brasileira, cessaram as atividades oficiais dessas Repartições, cujos titulares, porém, foram autorizados a permanecer no Brasil, se assim o desejassem, sendo-lhes mantido o gôzo de algumas cortesias diplomáticas. Com o intuito de não criar dificuldades para a vida jurídica de seus nacionais radicados no Brasil, o Govêrno brasileiro reconheceu a êsses antigos diplomatas a capacidade de, a título pessoal e particular, expedir certidões e reconhecer firmas, sempre que tais atos se tornassem necessários à proteção de interêsses de seus compatriotas aqui domiciliados.

Ampliando sua rêde de representação diplomática na Europa Oriental, o Brasil restabeleceu suas relações com a Hungria e a Romênia, interrompidas desde o último conflito mundial, enquanto as inaugurava com a Bulgária e a Albânia. O reatamento com a Hungria e a Romênia e o estabelecimento de relações com a Bulgária foram efetivados por troca de notas, em Washington, entre a Embaixada do Brasil e as Missões Diplomáticas dêsses países, na data de 31 de março, enquanto que, no caso da Albânia, a troca de notas foi realizada em Roma entre a Embaixada do Brasil e a Legação da Albânia, em 4 de abril. As Missões a serem trocadas terão, em todos os casos, a categoria de Legação, sendo que a Embaixada em Roma acumulará a representação em Tirana.

Com o objetivo de implementar as relações diplomáticas, econômicas e culturais com os quatro países antes mencionados, o Govêrno brasileiro decidiu enviar àqueles países uma Missão Especial, cuja chefia foi entregue ao Senhor

João Portela Ribeiro Dantas, com a categoria de Embaixador. Essa Missão Especial trocou notas com os Ministérios dos Negócios Estrangeiros daqueles países, visando a adoção de algumas medidas de caráter prático referentes às atividades das Missões a serem estabelecidas, notas que tiveram as seguintes datas : com a Albânia — 13 de abril ; com a Bulgária — 20 de abril ; com a Romênia — 4 de maio e com a Hungria — 11 de maio.

Em 23 de novembro, por notas trocadas em Brasília, entre o Ministério das Relações Exteriores e o Chefe da Delegação Comercial Soviética no Rio de Janeiro, Senhor Victor N. Asov, devidamente autorizado para êsse fim por seu Govêrno, foram reatadas as relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética, suspensas desde 20 de outubro de 1947. As Missões terão a categoria de Embaixada.

ASSUNTOS POLÍTICOS

Reunião Preliminar e Conferência de Chefes de Estado e de Govêrno dos Países Não-Alinhados

Realizou-se no Cairo, entre 5 e 13 de junho, a Reunião Preliminar da Conferência de Chefes de Estado e Govêrno de Países Não-alinhados, à qual o Brasil enviou um Observador, o Ministro João Augusto de Araújo Castro. Também à Conferência pròpriamente dita, realizada em Belgrado, na primeira quinzena de setembro, o Govêrno brasileiro estêve presente por intermédio de um observador, o Embaixador Afrânio de Melo Franco, assessorado pelos Senhores Ministro Roberto Assunção Araújo, Conselheiro Miguel do Rio-Branco e Secretário Henrique Mesquita.

Missão Soviética de Boa-Vontade

Em julho, visitou o Brasil uma Missão Soviética de Boa Vontade, chefiada pelo Senhor M.P. Gheorgazde, Deputado

e Secretário do Soviete Supremo da URSS, e integrada pelas seguintes pessoas: N.N. Smeliacov, Vice-Ministro do Comércio Exterior; S.K. Romanovski, Primeiro Vice-Presidente do Conselho de Ministros da URSS para Relações Culturais com Países Estrangeiros; D.D. Degtiar, Vice-Presidente do Comitê Nacional do Conselho de Ministros da URSS para Relações Econômicas Exteriores; A.F. Dobrinin, Embaixador Diretor do Departamento da América do Ministério das Relações Exteriores; N.V. Mostovets, Doutor em Ciências Históricas, Membro do Instituto de Economia Mundial e Relações Internacionais da Academia de Ciência da URSS; Sra. M.A. Ostapenco, Deputado do Soviete Supremo da Ucrânia, Diretora de Colégio.

Durante sua permanência no Brasil, a Missão Soviética visitou Brasília e os Estados da Guanabara, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Foi recebida pelo Senhor Presidente da República, no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal, bem como por Governadores e Ministros de Estado, mantendo, igualmente, contactos com representantes das classes produtoras.

Visita do Ministro das Relações Exteriores da Polônia

O Senhor Adam Rapacki, Ministro das Relações Exteriores da Polônia, visitou o Brasil entre os dias 10 e 22 de outubro.

O Chanceler da Polônia manteve conversações com o Senhor Presidente da República, com o Presidente do Conselho de Ministros, com o Ministro das Relações Exteriores, com diversas autoridades federais e estaduais e representantes das classes produtoras.

Durante as conversações mantidas com o Ministro Adam Rapacki, ficou decidida a criação de dois grupos de trabalho, um no Rio de Janeiro e outro em Varsóvia, grupos êstes que ficaram encarregados de elaborar um relatório

sôbre os problemas do comércio entre os dois países, e, de forma mais geral, entre um país de economia baseada na livre emprêsa e outro de economia centralmente planificada. Cada grupo apresentará seu relatório ao Govêrno de seu país, após o que, reunir-se-ão em uma das capitais, a fim de formular um relatório definitivo com recomendações aos dois Governos.

ASSUNTOS ECONÔMICOS

As relações econômicas entre o Brasil e a Europa Oriental foram objeto de particular atenção durante o ano de 1961, já mediante a constituição, no Itamaraty, de Grupos de Trabalho com a participação de representantes de outros órgãos da administração pública, que se encarregaram do exame de aspectos próprios do intercâmbio comercial entre o Brasil e determinado país da área, já pela reunião de Comissões Mistas, ou pela presença de delegações especiais brasileiras naqueles países.

Grupo de Trabalho da Polônia

Entre 2 de maio e 17 de junho, reuniu-se no Ministério das Relações Exteriores o Grupo de Trabalho, constituído por determinação do Senhor Presidente da República, a fim de examinar uma proposta apresentada pela Embaixada da Polônia para o fornecimento de fábricas e usinas completas, bem como máquinas e equipamentos poloneses, em troca de café e outros produtos brasileiros.

O referido Grupo de Trabalho, cuja presidência e secretaria couberam ao Ministério das Relações Exteriores, foi integrado por representantes do Itamaraty, Ministérios da Fazenda, Indústria e Comércio, Minas e Energia, e Viação e Obras Públicas, Banco do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Comissão de Marinha Mercante.

O Senhor Presidente da República aprovou tôdas as recomendações contidas no relatório final do Grupo de Trabalho.

Grupo de Trabalho da República Democrática Alemã

Em 20 de abril, o Senhor Presidente da República endereçou ao então Ministro de Estado das Relações Exteriores *memorandum* em que determinou a constituição de um Grupo de Trabalho para examinar a conveniência de serem mantidos em vigor os atuais instrumentos reguladores do comércio entre o Brasil e a República Democrática Alemã ou de ser adotado um nôvo sistema de comércio para facilitar o maior e melhor desenvolvimento do intercâmbio entre os dois países.

Posteriormente, enviou nôvo *memorandum* ao Ministro das Relações Exteriores em que determinava fôsse cometido àquele Grupo de Trabalho o encargo de examinar a conveniência de ser aceita a proposta apresentada pelo Chefe da Representação Comercial da República Democrática Alemã no Brasil para o fornecimento de fábricas e usinas completas, bem como máquinas e equipamentos diversos, em troca de café e outros produtos brasileiros.

Para dar cumprimento à determinação presidencial, foi constituído um Grupo de Trabalho, cuja presidência e secretaria igualmente couberam ao Itamaraty, integrado por representantes do Ministério da Indústria e Comércio, Banco do Brasil e Instituto Brasileiro do Café.

O relatório do Grupo de Trabalho da República Democrática Alemã mereceu integral aprovação do Presidente da República.

Missão João Dantas

No campo das relações internacionais, a Missão do Embaixador João Dantas assinou os seguintes instrumentos:

a) com a Albânia — Acôrdo de Comércio e Pagamentos, assinado em Paris, a 10 de junho de 1961 ; Acôrdo de Colaboração Cultural, assinado em Tirana, a 14 de abril de 1961;

b) Com a Bulgária — Acôrdo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica assinado em Sofia, a 21 de abril de 1961 ; Acôrdo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica, assinado em Sofia, a 21 de abril de 1961 ;

c) com a Iugoslávia — Protocolo Adicional ao Ajuste de Comércio e Pagamentos, concluído no Rio de Janeiro a 1 de abril de 1958, entre a República Popular Federativa da Iugoslávia e os Estados Unidos do Brasil, assinado em Belgrado, a 29 de abril de 1961 ;

d) com a Romênia — Acôrdo de Comércio, Pagamento e Cooperação Econômica, assinado em Bucareste, a 15 de maio de 1961 ; Acôrdo de Cooperação Cultural, assinado em Bucareste, a 5 de maio de 1961 ;

e) com a Hungria — Acôrdo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica, assinado em Budapeste, a 15 de maio de 1961 ; Acôrdo Cultural, assinado em Budapeste, a 15 de maio de 1961 ;

f) com a Tcheco-Eslováquia — Protocolo de Cooperação Econômica, assinado em Praga, a 19 de maio de 1961; Protocolo de Cooperação Técnico-científica, assinado em Praga, a 19 de maio de 1961;

g) com a Polônia — Protocolo de Negociações Econômicas entre o Brasil e a Polônia, assinado em Varsóvia, em 25 de maio de 1961; Acôrdo de Cooperação Técnica e Científica, assinado em Varsóvia, a 25 de maio de 1961.

Por *memorandum* datado de 8 de junho, o Senhor Presidente da República determinou a criação de um Grupo de Trabalho para «coordenar, integrando na economia, produção e intercâmbio brasileiro, os Acôrdos e Protocolos comerciais, econômicos e financeiros convencionados na Europa através da Missão do Embaixador João Dantas».

Nos têrmos da determinação presidencial, o Grupo de Trabalho ficou assim constituído: Ministério das Relações Exteriores (presidência e secretaria); Ministério da Fazenda; Ministério da Indústria e Comércio; Ministério de Minas e Energia; Ministério da Viação e Obras Públicas; Superintendência da Moeda e do Crédito; Banco do Brasil; Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; Conselho Nacional do Petróleo; Petrobrás; Instituto Brasileiro do Café; e SUDENE.

Dando cumprimento aos encargos que lhe foram cometidos, o Grupo de Trabalho em questão:

a) analisou os diversos instrumentos econômicos e comerciais firmados pela Missão João Dantas;

b) submeteu-os à aprovação do Conselho da SUMOC;

c) encaminhou-os ao Congresso Nacional;

d) procurou determinar os limites da conveniência de aquisição dos bens de equipamento que os países do Leste europeu se dispõem a oferecer ao Brasil, tendo em vista, nessa análise, sobretudo, as condições da indústria nacional;

e) elaborou uma lista de propostas concretas de fornecimentos por parte de emprêsas de comércio exterior de países do Leste europeu, lista esta que foi encaminhada a noventa e sete órgãos e entidades públicas e privadas que eventualmente poderiam interessar-se por tais fornecimentos;

f) encaminhou ao Ministro da Fazenda e ao Conselho da SUMOC, com o objetivo de dinamizar o intercâmbio comercial do Brasil com a área socialista, dois esquemas de

financiamento, em cruzeiros, de importações originárias daquela área.

O Grupo de Trabalho ultima presentemente seu relatório final, que será submetido à consideração das autoridades brasileiras competentes.

Delegação Comercial Brasileira à União Soviética

Obedecendo ao disposto nos «Têrmos do Entendimento», concluídos em dezembro de 1959, entre a Missão Comercial do Brasil e a Delegação Comercial Soviética, realizou-se, no mês de maio, em Moscou, a Segunda Reunião Conjunta das Comissões Executivas do Intercâmbio entre o Brasil e a URSS. A Delegação brasileira, chefiada pelo Ministro Paulo Leão de Moura, compôs-se de representantes do Itamaraty, Banco do Brasil, Conselho Nacional do Petróleo, Petrobrás e Instituto Brasileiro do Café.

Nessa oportunidade, à luz da experiência recolhida do primeiro ano de comércio entre os dois países, foram revistas algumas das disposições dos «Têrmos do Entendimento» acima referidos, assinando-se um protocolo aditivo, cujas principais características são as seguintes: *a*) aumento do crédito técnico recíproco de US$ 4.000.000,00 para ..... US$ 8.000.000,00; *b*) tolerância, sem cobrança imediata em moeda conversível, para excessos sôbre êsse nôvo limite até o montante global de US$ 80.000.000,00; *c*) inclusão de disposições sôbre operações financeiras a longo prazo.

Por um segundo protocolo, foi autorizado o estabelecimento, em bases recíprocas, de delegações comerciais permanentes dos dois países, no Rio de Janeiro e em Moscou, respectivamente.

A Delegação brasileira concluiu, ainda, com as agências soviéticas de comércio exterior, contratos de exportação de café e de importação de petróleo bruto, óleo diesel e trigo.

Já se acha instalada no Rio de Janeiro a Delegação Comercial Permanente soviética, a qual, com o restabelecimento das relações diplomáticas, tornou-se parte integrante da Embaixada soviética.

Reunião da Comissão Mista Brasil-Polônia

De 12 de julho a 27 de setembro, estêve reunida, no Palácio Itamaraty, a Comissão Mista Brasil-Polônia, criada pelo Acôrdo de Comércio entre os dois países, de 23 de novembro de 1954.

A Seção brasileira, presidida pelo Ministro Paulo Leão de Moura, era integrada por representantes do Ministério das Relações Exteriores, da SUMOC, da CACEX, da Carteira de Câmbio, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, da Confederação Nacional da Indústria, da Confederação Nacional do Comércio e da Confederação Rural Brasileira.

O Senhor Wojchech Chabasinski, Embaixador da Polônia no Brasil, presidiu a Seção Polonesa, que foi integrada por membros da Missão diplomática polonesa no Brasil.

Em 27 de setembro, foi assinada, pelos Presidentes das duas Seções, a «Ata Final de Reuniões», documento em que estão consubstanciadas diversas medidas e recomendações tendentes a dinamizar o intercâmbio comercial entre as partes, salientando-se, entre essas medidas, a criação de uma subconta dentro do Ajuste de pagamentos, que visa a propiciar financiamentos da Parte polonesa à Parte brasileira.

Reunião da Comissão Mista Brasil-Tcheco-Eslováquia

Vem-se reunindo no Itamaraty a Comissão Mista Brasil-Tcheco-Eslováquia, prevista no «Acôrdo de Comércio» assinado entre os dois países em 17 de maio de 1950.

ÁSIA E OCEANIA

Austrália

O Departamento de Comércio da Austrália enviará no próximo ano uma Missão Comercial à América Latina, com o propósito de procurar aumentar o intercâmbio dêsse país com os países latino-americanos. A chegada dessa Missão ao Brasil está prevista para abril de 1962, já havendo sido iniciados os entendimentos a respeito entre o Itamaraty e a Embaixada da Austrália.

Cambodja

Pelo Decreto n.º 50.564, de 9 de maio, foi criada a Legação do Brasil em Pnom Penh, cumulativa com a Embaixada em Nova Delhi.

Índia

Como vem fazendo desde que se verificou a ruptura de relações diplomáticas entre Portugal e a União Indiana, o Brasil encarregou-se da proteção dos interêsses dos nacionais portuguêses naquele país.

Em junho, o Senhor S.K. Patil, Ministro de Agricultura e Alimentação da União Indiana, visitou o Brasil, mantendo contatos com as autoridades brasileiras.

Indonésia

Em maio, realizou-se a visita ao Brasil de Sua Excelência o Senhor A. Sukarno, Presidente da República da Indonésia, havendo sido firmada, a 13 do referido mês, pelos Ministros das Relações Exteriores dos dois países, uma Declaração Econômica Conjunta. Por êsse ato, é criada a Comissão Mista Brasil-Indonésia, cuja Seção brasileira já

se acha constituída. Estando prevista a vinda ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior da Indonésia, aguarda-se essa oportunidade para exame das possibilidades de incrementar o intercâmbio comercial entre os dois países.

Foi criada, em setembro, uma linha de transporte marítimo entre o Rio de Janeiro e Jacarta, servida pelos navios do «Lóide Brasileiro, P.N.», havendo sido feita a viagem inaugural pelo «Lóide Nicarágua», com uma carga de arroz adquirido pela Indonésia.

Japão

Estiveram em nosso país, no decorrer de 1961, diversos parlamentares japonêses, interessados tanto nos aspectos gerais do Brasil quanto em assuntos específicos, como sejam o sistema constitucional e administração parlamentar do Brasil.

Visitaram-nos, igualmente, representantes dos mais importantes consórcios siderúrgicos japonêses, com vistas a expandir suas compras de minério de ferro. Como primeiro resultado dessas visitas, deve ser ressaltada a perspectiva de contrato a ser assinado pela «Companhia Vale do Rio Doce» e algumas das principais firmas japonêsas do ramo. Para o estudo coordenado dêsses entendimentos, foi criado um Grupo de Trabalho, cujo relatório, recentemente concluído, será submetido à apreciação do Conselho de Ministros.

Encontra-se presentemente no Japão uma Missão oficial brasileira, chefiada pelo Senhor Victor da Silva Alves Filho, encarregada de negociar com o Govêrno japonês as modalidades de uma consolidação dos compromissos comerciais do Brasil com aquêle país, bem como o aumento do capital financeiro da USIMINAS.

Nova Zelândia

Entre 18 e 24 de novembro, estêve no Brasil uma Missão Comercial de Nova Zelândia, chefiada pelo Senhor J.L.

Fenaughty, com a qual as autoridades brasileiras examinaram as possibilidades de expansão do comércio e da navegação entre os dois países.

República da China (Taiwan)

No mês de agôsto, veio ao Brasil uma Delegação Comercial da República da China, chefiada pelo Senhor Wang. A crise política surgida naquele mês determinou, porém, a partida da Delegação, sem que houvesse entrado em contato com as autoridades brasileiras. Posteriormente, entretanto, tais contatos foram retomados, havendo aquêle país adquirido no Brasil uma partida de arroz.

República Popular da China

Em agôsto, visitou a República Popular da China uma Missão Comercial brasileira, sob a chefia de Sua Excelência o Senhor João Belchior Marques Goulart, então Vice-Presidente da República. Como resultado dessa Missão, foi assinado um Ajuste entre o Banco do Brasil S.A. e o Banco Popular da China, para disciplina do intercâmbio comercial entre os dois países, estimado em US$ 28.000.000,00, nos dois sentidos, anualmente. Trata-se de um ajuste interbancário de tipo clássico, com o crédito técnico recíproco fixado em £ 1.500.000,00.

Em maio, estêve no Brasil uma Delegação Comercial da República Popular da China, sob a chefia do Senhor Nan Han Chen, tendo visitado Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul.

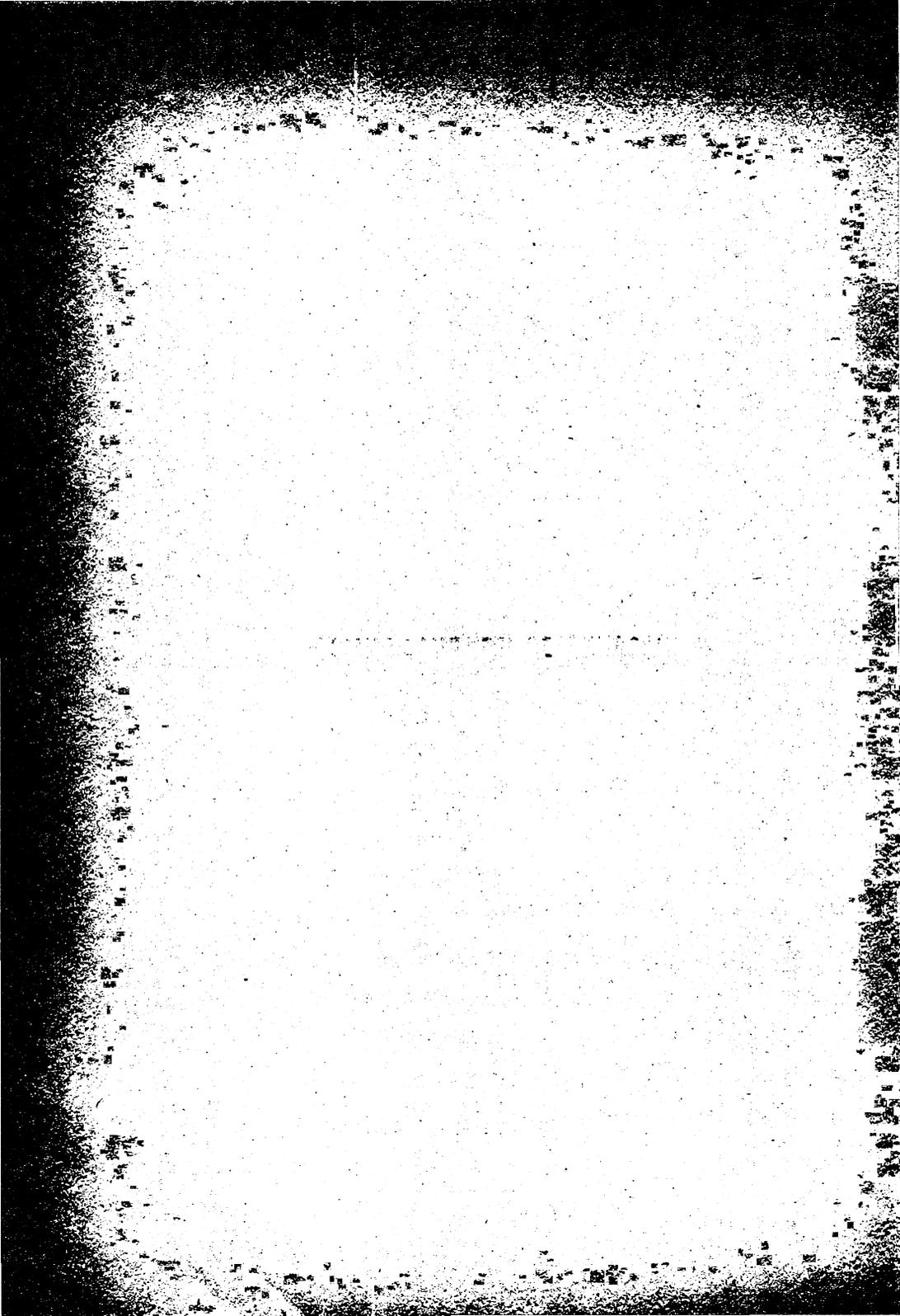
República da Coréia

Entre 20 e 26 de julho, visitou o Brasil uma Missão de Boa Vontade da República da Coréia (Coréia do Sul), chefiada pelo General Ilkwon Chung, que trocou impressões com as autoridades brasileiras a respeito da possibilidade de

iniciar-se um intercâmbio comercial regular entre os dois paises. No dia 14 de dezembro de 1961, o Senhor Ilkwon Chunq, Embaixador da República da Coréia em Washington, apresentou credenciais como representante daquele país no Brasil.

República Popular da Coréia

Chegou ao Brasil, em agôsto, uma Missão de Boa Vontade da República Popular da Coréia (Coréia do Norte), sob a chefia do Senhor Ri Su Yen, Vice-Primeiro Ministro e Ministro do Comércio Exterior. A eclosão da crise política brasileira não permitiu, contudo, que se concluissem os entendimentos então iniciados a respeito das possibilidades do comércio entre os dois países.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

NAÇÕES UNIDAS

O ano de 1961 se caracterizou por grave crise da Organização. Crise, entretanto, que foi afinal vencida, com aumento do prestígio da Organização, pois a questão do Congo ultrapassou sua fase aguda e a estrutura constitucional do Secretariado pôde ser mantida com a escôlha de um Secretário Geral interino. Com suas limitações naturais, as Nações Unidas continuaram a ser fator essencial à paz e equilíbrio mundiais. O Brasil apoiou a Organização, nela assumindo sempre posição inspirada nos princípios e objetivos da Carta, de acôrdo com sua política independente e de respeito aos compromissos assumidos.

A Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, de 15 de março de 1961, assim resumiu a concepção que tem o Govêrno brasileiro da natureza e das funções das Nações Unidas: «Para o Govêrno brasileiro, a Organização das Nações Unidas, sendo menos que um super-Estado, é mais do que a soma de seus Estados-Membros e não foi feita para ser utilizada por êles, isoladamente ou em grupo, como instrumento de sua política paroquial ou de seus interêsses mais imediatistas. Não foram elas criadas para propiciar a expansão dêste ou daquele bloco, mas para salvaguardar a paz e a segurança de todos, proteger os pequenos, permitir a justa aplicação do princípio de autodeterminação dos povos, promover o respeito aos direitos do homem, vitalizar a cooperação internacional para o desenvolvimento econômico, estimular a regulação jurídica do comportamento internacional dos Estados. O Brasil apoia todos êsses objetivos, que são

seus, que considera inerentes ao que há de essencial ao mundo livre e o faz sem reservas, sem compromissos espúrios. Só temos compromisso com nossa Constituição, com nossa opinião pública, com os tratados e convenções vigentes e os princípios cristãos que informam a ética dos objetivos e meios de ação de nossa política exterior.» Não é de estranhar, pois, que o Brasil tenha tido crescente participação e responsabilidade nas Nações Unidas.

Dos órgãos principais das Nações Unidas, o Brasil participou da Assembléia Geral e do Conselho Econômico e Social. Estêve representado em numerosos órgãos subsidiários, alguns de grande importância. Embora não fôsse membro do Conselho de Segurança, a êle fêz chegar, em duas oportunidades, o seu ponto-de-vista.

CONSELHO DE SEGURANÇA

Questão do Congo

Em 14 de janeiro, reuniu-se o Conselho de Segurança, em conseqüência da morte de Patrice Lumumba. Sôbre êste acontecimento, o Senhor Jânio Quadros, então Presidente da República, dirigiu ao Secretário Geral das Nações Unidas, através do Ministério das Relações Exteriores, uma nota em que o Govêrno brasileiro manifestou horror e repulsa pelas circunstâncias que envolveram a morte de Lumumba e anunciou que solicitaria ao Conselho de Segurança a apuração dos responsáveis pelo homicídio.

A deterioração da situação no Congo depois dêsse acontecimento teve como conseqüência a aprovação, pelo Conselho de Segurança, de projetos de resolução que investiam o Secretário Geral de podêres especiais para atuar no Congo, entre os quais a incumbência específica da criação de uma comissão de investigação. Sôbre a participação do Brasil nas investigações, vide, mais abaixo, o tratamento da questão do Congo na 2ª parte da XV Sessão da Assembléia Geral.

De acôrdo com as decisões sôbre a situação no Congo, adotadas pelo Conselho de Segurança em 1960, o Govêrno brasileiro continuou a prestar sua cooperação à Fôrça das Nações Unidas naquele país (ONUC), nela mantendo um grupo de oficiais e especialistas da Fôrça Aérea Brasileira, cuja atuação tem sido altamente elogiada pelas autoridades da Organização mundial.

Goa, Damão, Diú — Quando a India, em meiados de dezembro, invadiu Goa, Damão e Diú, a Missão do Brasil junto às Nações Unidas enviou carta ao Presidente do Conselho de Segurança, em que se expressava a repulsa do Govêrno brasileiro ao emprêgo da fôrça, em violação da Carta das Nações Unidas, para a solução de controvérsias internacionais.

ASSEMBLÉIA GERAL

2ª Parte da XV Sessão (7 de março a 21 de abril de 1961)

Angola — O Brasil votou a favor da inclusão na agenda da XV Assembléia Geral do item referente à questão de Angola, mas reservou sua posição quanto à substância do problema, enquanto não houvesse terminado as conversações com Portugal, nos têrmos do Tratado de Amizade e Consulta. Concluídas essas conversações, o Govêrno brasileiro, em nota dada à imprensa em 14-4-61, declarou-se plenamente livre de acompanhar o desenvolvimento da situação africana, conforme a sua firme política anticolonialista, antidiscriminatória e francamente favorável à autodeterminação de todos os povos. Entrementes, 22 países afro-asiáticos apresentavam um projeto de resolução, em que se instava ao Govêrno Português a aplicação em Angola de reformas visando à independência daquele território não-autônomo, conforme os têrmos de uma resolução anticolonialista aprovada na primeira parte da mesma Assembléia Geral, e em que se cons-

tituia uma comissão de investigação encarregada de reunir informações sôbre a situação em Angola. O Brasil sugeriu aos patrocinadores do referido projeto de resolução a modificação ou eliminação da segunda parte, por achá-la inoperante, excessiva e conducente a complicações inúteis, como nos casos das comissões sôbre a Hungria e Sudoeste Africano, mas o grupo afro-asiático permaneceu irredutível. Em conseqüência, o Brasil julgou melhor abster-se na votação.

Controvérsia Cuba-Estados Unidos da América — Os debates em tôrno do item relativo à controvérsia Cuba-Estados Unidos da América tiveram como conseqüência a apresentação de dois projetos de resolução, um dos Estados Unidos da América, retirado posteriormente, outro de iniciativa de sete países latino-americanos, cuja parte operativa traduzia um apêlo aos Estados Membros da OEA para prestarem seu auxílio na solução pacífica da controvérsia e encarecia aos países membros da ONU a necessidade de absterem-se de qualquer ação capaz de agravar a situação. O Brasil votou a favor dêste projeto no seu conjunto, mas não o co-patrocinou. O Delegado brasileiro solicitou a votação em separado de um parágrafo do preâmbulo em que se fazia referência a uma decisão da VII Reunião de Consulta que criava um comitê *ad-hoc* de bons ofícios. Como a criação dêsse Comitê fôra rejeitada por Cuba, parte interessada, o mesmo não tinha possibilidade de atuar eficazmente. O Brasil, em conseqüência, votou contra o referido parágrafo do projeto de resolução.

Durante as discussões em plenário dos projetos de resolução mencionados acima, foi anunciada a invasão do território cubano, em 17 de abril. A fim de atender a esta nova circunstância, três projetos de resolução foram apresentados pela Romênia, União Soviética e o México. Os dois primeiros foram retirados; o do México, que mereceu o voto do Brasil mas não obteve os dois têrços necessários à sua aprovação em plenário, fazia um apêlo a todos os Estados para

que se abstivessem de qualquer ação tendente a continuar o derramamento de sangue, prestassem seu auxílio a uma solução pacífica do problema, conforme o espírito da Carta, e não cedessem seus territórios como apôio à invasão. Não houve menção no projeto à competência da OEA sôbre o assunto.

Questão do Congo — O Chefe da Delegação do Brasil, Embaixador Cyro de Freitas Valle, pronunciou, em plenário, discurso que bem revelava a posição do Brasil na questão, refletindo sua política de imparcialidade e respeito rigoroso aos princípios e objetivos da Carta das Nações Unidas. Em resumo, o Brasil entendia que a tarefa da ONU no Congo deveria inspirar-se nos pontos seguintes:

«1º) proibição de intervenção, sob qualquer pretexto, de qualquer potência nos negócios do Congo;

2º) compromisso entre as grandes potências no sentido de isolar o Congo das escaramuças da guerra ideológica e guerra fria;

3º) retirada imediata de todo o pessoal belga militar, paramilitar e dos Conselheiros políticos do território congolês;

4º) preservação da unidade territorial do país;

5º) canalização, através das Nações Unidas, de tôda ajuda, militar ou não;

6º) permanência das Nações Unidas no Congo e refôrço de sua autoridade;

7º) cumprimento rigoroso e imediato da resolução tomada pelo Conselho de Segurança em 21 de fevereiro, relativamente à apuração e à punição dos responsáveis pelo assassinato de Patrice Lumumba e por outros assassinatos polí-

ticos, à evacuação imediata dos elementos estrangeiros, à proibição de ajuda unilateral, à reorganização do exército nacional congolês e à convocação do Parlamento.»

As resoluções aprovadas não se afastaram dos pontos defendidos pela Delegação brasileira.

Cabe mencionar que uma das Resoluções adotadas criou uma Comissão de Investigação da Morte de Lumumba. O Secretário-Geral constituiu um Ministério Público *ad-hoc* das Nações Unidas para assistir a Comissão. O Brasil foi um dos três países convidados para indicar um membro dêsse Ministério Público, tendo sido escolhido o Professor Queiroz Filho, de São Paulo.

O Problema da Discriminação Racial na África do Sul

Duas correntes principais dividiam os países membros da ONU a respeito da política sul-africana do «apartheid» e dois projetos de resolução refletiram tal situação: um, de iniciativa de países africanos, como Gana e Nigéria, exigia a aplicação pela ONU de sanções à África do Sul; outro, de autoria da Índia, Ceilão e Malásia, condenava com veemência a política de discriminação racial do Govêrno de Pretória, mas, em vez de cominação de penalidades, solicitava da África do Sul uma conduta em consonância com os princípios da Carta. O segundo projeto alinhou 93 países a seu favor, incluindo o Brasil. O projeto africano não foi aprovado e não mereceu o voto do Brasil, que observou serem as sanções preconizadas mais da alçada do Conselho de Segurança do que da Assembléia Geral.

Territórios Não-Autônomos — O Brasil votou a favor do projeto de resolução de iniciativa de 22 Estados Membros afro-asiáticos em que se solicitava às potências responsáveis pela administração dos territórios não-autônomos na África a elaboração de planos detalhados para o cumprimento da Resolução 1514 (XV) sôbre a independência das colônias africanas.

Ruanda-Urundi — O projeto de resolução que dispunha fôsse criada uma comissão para examinar a aplicação da anistia no território de Ruanda-Urundi foi aprovada por 83 votos (inclusive o Brasil) contra 1. A Assembléia Geral designou o Brasil, juntamente com a Tunísia e o Canadá, para integrar essa comissão. O representante brasileiro nessa Comissão foi o Senhor Antonio Houaiss.

III Sessão Extraordinária

Questão de Bizerta — As reivindicações da Tunísia sôbre a base naval de Bizerta, pertencente à França, culminaram, em agôsto de 1961, num choque armado de que resultou a invasão do território tunisiano por tropas francêsas. Tendo em vista a negativa do comando francês de retirar as suas tropas, o Govêrno tunisiano pediu fôsse convocada, no mesmo mês, uma Assembléia Geral Extraordinária para examinar o problema. O Brasil concordou com a convocação dessa Assembléia Extraordinária.

O Delegado brasileiro, em discurso pronunciado perante o Plenário, salientou que o futuro da base de Bizerta, regulada por instrumentos jurídicos específicos, só poderia ser resolvido através de negociações, e que o emprêgo de fôrça por uma ou outra parte era condenável.

Em conseqüência do debate geral sôbre o problema, os países afro-asiáticos apresentaram um projeto de resolução, em cuja parte operativa se pedia a retirada das tropas francesas do território ocupado por elas além dos limites da base naval, e se fazia um apêlo aos dois Governos para que, por meio de negociação, encontrassem uma solução condizente com o espírito da Carta. Por 66 votos a favor, incluindo o do Brasil, nenhum contra e 30 abstenções, a Assembléia Geral aprovou o referido projeto de resolução.

XVI Sessão

A XVI Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas foi inaugurada a 20 de setembro de 1961.

A Delegação brasileira estêve assim constituída: Chefe da Delegação — Senador Afonso Arinos de Melo Franco; Delegados — Embaixador Gilberto Amado, Senador Rui Carneiro, Deputado João Cleofas e Ministro Geraldo de Carvalho Silos; Suplentes — Doutor Fernando Gay da Fonseca, Professor Linneu de Albuquerque Mello, Professor Guerreiro Ramos, Ministro Eurico Penteado, Secretário Ramiro Saraiva Guerreiro; Observadores Parlamentares — Senador Jefferson de Aguiar, Senador Afrânio Salgado Lages, Deputado Guilhermino de Oliveira e Deputado Josué de Castro; Assessôres — Deputado José Sarney, Deputado Manuel de Oliveira Franco Sobrinho, Doutor João Baptista Castejon Branco, Doutor Antônio Saint-Pastous, Secretário Antônio Houaiss, Secretário Paulo Nogueira Batista, Secretário João Frank da Costa, Secretário Marcelo Raffaelli, Secretário Márcio do Rêgo Monteiro, Secretário Paulo Pires do Rio, Secretário Marcos Castrioto de Azambuja, Secretário João Augusto de Médicis e Luiz Fernando de Oliveira Freire.

Ao inaugurar os trabalhos da Assembléia, o Senador Afonso Arinos manifestou o pensamento do Govêrno brasileiro a respeito dos principais problemas internacionais, acentuando a linha de independência que tem caracterizado nossa política exterior.

Morte e substituição de Dag Hammarskjold

A Delegação do Brasil prestou homenagem a Dag Hammarskjold, morto a serviço da Organização e da paz, e pediu a criação de uma comissão internacional para examinar as cir-

tâncias da sua morte. O pedido brasileiro foi transformado em projeto de resolução unânimemente aprovado.

A União Soviética havia insistido na reforma radical do Secretariado. Pretendia inicialmente a substituição do Secretário-Geral por um triunvirato em que estariam representadas as nações socialistas, as capitalistas e as neutras. Esta formação tripartite se refletiria em todo o Secretariado. O Brasil pronunciou-se, como a maioria dos países, inclusive os neutralistas, pela manutenção da administração das Nações Unidas sob a chefia de um Secretário-Geral imparcial, como previsto na Carta de São Francisco. Durante a XVI Sessão da Assembléia, ocorreram negociações entre as delegações norte-americana e soviética, no curso das quais foram consultados os grupos regionais. Em conseqüência dêsses entendimentos foi possível chegar a um acôrdo geralmente satisfatório, tendo sido eleito Secretário-Geral, em caráter interino, o Senhor U-Thant que, anteriormente, granjeara a estima de todos como Chefe da Missão da Birmânia. O nôvo Secretário-Geral escolheu seus auxiliares diretos, os Subsecretários, de forma a que representassem, equilibradamente, as principais regiões e grupos políticos. Da América Latina, escolheu um brasileiro, o Senhor Hernane Tavares de Sá, que chefia o Departamento de Informações. Embora, pois, se tenha verificado uma evolução na estruturação interna do Secretariado, que melhor reflete a conjuntura mundial de hoje, foi preservado o princípio da unidade e imparcialidade do mesmo.

Desarmamento e Experiências Termonucleares — Sustentamos, principalmente através de longa oração do Senador Afonso Arinos, que a suspensão das experiências termonucleares era altamente desejável e que, por conseguinte, deveria ser obtida por qualquer meio, dentro ou fora das Nações Unidas. O Brasil votou a favor do projeto que apelava para a União Soviética no sentido de não explodir a

bomba termonuclear de 50 megatons, e apoiou também o projeto da Índia que lamentava o reinício das experiências nucleares. Votamos a favor do projeto britânico relativo à necessidade de um tratado para banir as experiências nucleares, sob contrôle internacional e efetivo. Ainda neste assunto, o Brasil aprovou o projeto africano no sentido de proibir o emprêgo, estocagem e transporte de armas termonucleares na África, bem como a recomendação que visa a evitar que Estados que não possuam armamento nuclear venham a possuí-lo.

Sôbre a questão do desarmamento, o Chefe de nossa Delegação fêz também importante pronunciamento, asseverando que o papel da ONU era o de fazer com que as grandes potências compreendam que se devem desarmar no seu próprio interêsse.

O Brasil no Comité de Desarmamento — Em virtude de acôrdo a que chegaram as Delegações dos Estados Unidos da América e da União Soviética, em seguida ratificado pela Assembléia Geral, o Brasil foi eleito para integrar o Comitê do Departamento, composto de 18 membros: cinco ocidentais, cinco soviéticos e oito não pertencentes nem à OTAN, nem ao Pacto de Varsóvia. Escolhidos entre êstes, o Brasil e o México representarão a América Latina naquele Comitê.

Comissão Científica das Nações Unidas Sôbre os Efeitos das Radiações Ionizantes — A posição do Brasil com referência a êste assunto era a seguinte: diante da grave situação reinante, não bastava tomar nota (como queria um projeto de resolução tcheco) do relatório da Comissão Científica, da qual o Brasil é membro. As recentes explosões nucleares soviéticas haviam aumentado a depositação radioativa e tornavam difícil uma avaliação dos efeitos biológicos da mesma. A Assembléia Geral devia portanto adotar uma resolução quanto ao fundo da questão, a fim de acentuar que Estado algum tinha o direito de envenenar a atmosfera

e que era essencial estabelecer o valor e as variações da contaminação radioativa, através da rêde de serviços da Organização Meteorológica Mundial. Um projeto nesse sentido, copatrocinado pelo Brasil e mais 24 potências, foi aprovado por 74 votos contra 0, e 17 abstenções (Resolução 1629 (XVI), enquanto a proposta tcheca era rejeitada.

Espaço Cósmico — O Comitê criado pela Resolução 1472 (XIV), de 12 de dezembro de 1959, para estudar a cooperação internacional no uso pacífico do espaço cósmico, não pudera, por diversos motivos de ordem política, levar avante seus trabalhos. A 31 de dezembro de 1961 terminaria o Comitê, se a Assembléia Geral não o renovasse. O Comitê realizou, concomitantemente com a XVI Sessão da Assembléia Geral, uma breve reunião cuja finalidade precípua era a aprovação de seu relatório, documento indispensável para que o ponto da ordem do dia da Assembléia, referente ao assunto, pudesse ser discutido.

O Brasil era membro do Comitê e tomara parte ativa nos debates que levaram à sua constituição em 1959. A XVI Sessão da Assembléia Geral renovou o mandato do Comitê e adotou, por unanimidade, uma série de resoluções sôbre a matéria que representam progresso considerável. Vale assinalar alguns dos princípios e providências adotados que marcam, pelo apoio unânime que alcançaram, uma verdadeira formulação incoativa do regime jurídico do espaço cósmico. A Assembléia Geral reconhece que o direito internacional, inclusive a Carta das Nações Unidas, se aplica ao espaço cósmico e aos corpos celestes; que tal espaço e corpos celestes são livres para exploração e uso por todos os Estados, de conformidade com o direito internacional, que não podem ser objeto de apropriação nacional e que a exploração e uso do espaço cósmico devem beneficiar a todos os Estados, qualquer que seja o respectivo estágio de desenvolvimento econômico e científico. Foram tomadas várias medidas em

que se prevê a cooperação das agências especializadas competentes para a troca de informações científicas, emprêgo de satélites na previsão do tempo, telecomunicações, etc. Estabeleceu-se o sistema de registro público, no Secretariado, dos lançamentos de instrumentos ao espaço cósmico.

O Brasil continua a participar do Comitê do Espaço Cósmico, que foi ampliado com a incorporação de Estados africanos e asiáticos.

O Problema da Discriminação Racial na África do Sul

A Delegação do Brasil condenou com veemência a política do «apartheid» praticada pela República Sul-Africana, tendo apoiado o projeto neste sentido apresentado pela Índia. Sempre na linha anti-racista, nossa Delegação votou a favor do projeto que condenava a discriminação na África do Sul contra pessoas de origem indiana e paquistanense e copatrocinou o projeto que condenava a discriminação racial nos territórios não-autônomos e preconizava medidas penais contra quaisquer práticas discriminatórias.

Renovada a proposta para aplicação de sanções à África do Sul, a atitude do Brasil foi a mesma já assumida na 2ª parte da XV Sessão. Tal proposta não logrou aprovação na XVI Sessão.

Questão da Representação da China — O Brasil votou a favor do projeto de resolução de origem ocidental que considerava importante e, portanto, sujeito à regra dos dois terços, qualquer resolução relativa à representação da China na ONU, manifestando-se contra o projeto soviético que mandava substituir a representação da China Nacionalista pela da República Popular da China em todos os órgãos da ONU.

Questão da Argélia — Embora reconhecendo o direito da Argélia à autodeterminação e à independência, dentro da integridade e unidade do território argelino, a Delegação do

Brasil absteve-se na votação do projeto de resolução apresentado por 33 países afro-asiáticos, por considerações jurídicas referentes à redação do mesmo.

Questão de Bolzano — No exame da questão relativa à população de língua alemã da província de Bolzano, a Delegação do Brasil manifestou-se, numa linha de equilíbrio, a favor da reiteração das recomendações feitas pela sessão anterior da Assembléia Geral. Prevaleceu êste ponto-de-vista, consubstanciado em resolução unânimemente aprovada.

Questões Econômicas — Na parte econômica, a Delegação do Brasil apoiou medidas e tomou iniciativas no sentido de defender os interêsses dos países subdesenvolvidos.

Apresentamos à Segunda Comissão projeto intitulado «O papel das patentes na transferência da tecnologia para os países subdesenvolvidos», mostrando que as patentes estrangeiras, longe de acelerar o desenvolvimento tecnológico daqueles países, tendem a retardá-lo, criando-lhes dificuldades econômicas. A Assembléia aprovou o projeto brasileiro por 84 votos a favor, nenhum contra e 10 abstenções.

A Delegação do Brasil, ao lado dos países não desenvolvidos, apoiou a criação do Fundo Especial das Nações Unidas para o financiamento de desenvolvimento econômico; o projeto relativo à descentralização das atividades da ONU no campo econômico e a criação da Agência Especializada para o Desenvolvimento Industrial.

Emenda Brasileira Contra a Propaganda de Guerra — Durante o exame do projeto do Pacto sôbre os Direitos do Homem, a Delegação do Brasil apresentou emenda condenando a propaganda da guerra. Os países afro-asiáticos, o bloco soviético e latino-americanos votaram a favor da emenda brasileira, que foi aprovada por grande maioria.

Questão dos Refugiados da Palestina — A respeito da questão dos refugiados da Palestina no Oriente Médio, o

Brasil apoiou os projetos de resolução do grupo de Brazzaville e dos Estados Unidos da América e votou a favor de uma das emendas de inspiração árabe a êste último projeto.

Fundo Internacioanl de Socôrro à Infância (FISI)

O Fundo Internacional de Socôrro à Infância (FISI), designação pela qual é conhecido no Brasil o UNICEF (United Nations Children's Fund), tem colaborado de maneira valiosa com as autoridades brasileiras, desde julho de 1950, na execução de programas de assistência médica, ensino e alimentação materno-infantis.

Nesses dez anos de atividade, o FISI já aplicou no Brasil mais de 5 milhões de dólares, promovendo, ainda, a distribuição de 12.000 toneladas de leite em pó e 30.000.000 de cápsulas de vitaminas, atingindo cêrca de 700.000 beneficiários, principalmente lactantes, crianças em idade pré-escolar, gestantes e nutrizes.

A atividade do FISI tem-se concentrado nas regiões Norte e Nordeste do país, abrangendo treze Estados da União (Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, R. G. do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Mato Grosso e Goiás), além dos Territórios Federais do Acre, Rio Branco, Amapá e Fernando de Noronha).

A contribuição do Brasil ao FISI em 1961 elevou-se a Cr.$ 47.800.000,00. Além dos programas normais de nutrição materno-infantil, fundação de Clubes de Mães e centros de puericultura, o FISI reservou a dotação de ...... US$ 290,000.00 a ser aplicada com as seguintes finalidades:

a) Programa de Saúde Pública — Pernambuco — US$ 119,000.00;

b) Inquérito para estabelecer a prevalência de tuberculose — R. G. do Norte — US$ 41,000.00;

c) Profilaxia da lepra — Brasil — US$ 130,000.00.

Finalmente, cumpre ressaltar que, para o ano de 1962, o Comitê de Programas do FISI aprovou os projetos recomendados pelo Diretor-Executivo, os quais incluem a dotação de US$ 508,000.00 para os programas de assistência ao Nordeste do Brasil.

Territórios Não-Autônomos e Sob Regime de Tutela

Os territórios sob regime de tutela e os não-autônomos vêm accedendo à independência em tão grande proporção nos últimos anos que se pode dizer que o colonialismo, em sua forma tradicional, vai-se tornando um problema residual.

A própria estrutura prevista na Carta, em seu capítulo XII, para supervisionar o sistema de tutela, isto é, o Conselho de Tutela sob a orientação da Assembléia, ou criada, posteriormente, para supervisionar a evolução dos territórios não-autônomos, isto é, as comissões estabelecidas pela Assembléia Geral para exame das informações previstas no artigo 73, letra e, da Carta, foi ultrapassada pelos acontecimentos. A XVI Sessão da Assembléia Geral, reconhecendo tais circunstâncias, adotou, com apôio do Brasil, a Resolução 1954 (XVI) pela qual foi estabelecido um Comitê de 17 países para supervisionar a aplicação da «Declaração sôbre Outorga de Independência aos Países e Povos Coloniais», aprovada no ano anterior pela Resolução 1514 (XV), a qual previa a adoção, pelas Potências administradoras, de medidas imediatas, com vistas à independência de seus territórios coloniais. Êste comitê especial assume, de certo modo, a função de fiscal da liquidação do colonialismo e uma posição de certo modo superior à do Conselho de Tutela e à da Comissão de Territórios Não-Autônomos que lhe devem prestar assistência. Com sua criação, pode-se dizer que se marca a passagem entre duas fases nas funções das Nações Unidas nessas matérias.

Na XVI Sessão da Assembléia Geral, o Brasil copatrocinou o projeto de resolução adotado por unanimidade, a 19

de dezembro, que preconizou a difusão maciça, nos idiomas indígenas dos territórios não-autônomos, da «Declaração sôbre a Outorga da Independência a Países e Povos Coloniais» já mencionada.

Com relação ao problema do Sudoeste Africano, território sob mandato da África do Sul, a Assembléia aprovou, na mesma data, por 90 votos a favor, um contra, e 4 abstenções, um projeto de resolução que proclama solenemente o direito inalienável da população daquele território à independência e à soberania nacional, criando um Comitê especial das Nações Unidas, a ser composto de representantes de sete Estados membros designados pelo Presidente da Assembléia Geral, a fim de entrar em contacto com a Potência Mandatária para atingir vários objetivos relacionados à independência do território, inclusive uma visita àquela região antes de maio de 1962. O Brasil, que participara do grupo de redação que preparou o projeto, foi designado para integrar o Comitê Especial.

Ainda sôbre a mesma questão, a Delegação do Brasil copatrocinou o projeto, também aprovado na mesma data, por quase unanimidade, que dissolveu o Comitê para o Sudoeste Africano, criado pela resolução 749A (VIII), de 28 de novembro de 1953, do qual participáramos. O Comitê, presidido pelo Senhor Enrique Rodriguez Fabregat, representante do Uruguai, forneceu, em seus relatórios anuais, importantes informações sôbre o Sudoeste Africano, mas não pôde visitar aquela região, impedido pelo Govêrno da África do Sul de ultrapassar as fronteiras daquele território sob mandato. Nêsse Comitê, o Brasil foi representado pelo Secretário Marcello Raffaelli.

Copatrocinamos ainda o projeto de resolução, adotado na mesma data, por 94 votos a favor, nenhum contra e 1 abstenção, relativo à concessão de bôlsas de estudos a indígenas e refugiados do Sudoeste Africano.

A respeito dos territórios sob administração portuguêsa, votamos pela Resolução que cria uma Comissão de 7 membros destinada a coligir informações sôbre a situação dos mesmos, enquanto Portugal não se prontificar a prestar as informações que lhe reclama o Capítulo IX da Carta e a Resolução nº 1.542, aprovada pela XV Assembléia Geral. O projeto de resolução em aprêço foi aprovado por 93 votos a favor e 2 contra. O voto brasileiro, prèviamente anunciado ao Govêrno português, foi feito com reserva da palavra *condena* na expressão «condena o contínuo não-cumprimento por Portugal da obrigação de prestar informações», havendo o Chefe da Delegação, Senador Afonso Arinos de Melo Franco, ressaltado, em explicação de voto, a inalterável vinculação de amizade entre os dois povos.

O Brasil copatrocinou resoluções relativas ao término do sistema de tutela na Tanganica e na Samoa Ocidental.

Admissão de novos membros

Foram admitidos como Estados Membros das Nações Unidas, com o voto do Brasil, os seguintes países: Serra Leoa, a 27 de setembro; República Popular da Mongólia, a 27 de outubro; República Islâmica da Mauritânia, a 27 de outubro; e Tanganica, a 14 de dezembro.

A crise finnaceira da ONU

O não pagamento, por parte de vários Estados-membros, das respectivas quotas das despesas da ONU com a UNEF e no Congo criou séria crise financeira para a Organização, cujo *deficit* chega a 107 milhões de dólares. Com o apoio dos Estados Unidos e do bloco afro-asiático, propôs-se que a Assembléia Geral autorizasse o Secretário-Geral a emitir bônus da ONU até 200 milhões de dólares. A Delegação do Brasil sustentou a tese de que a previsão sôbre o resgate dos bônus deveria coadunar-se ao critério especial

estabelecido para o pagamento das contribuições para a UNEF e o Congo, o qual alivia as quotas dos países subdesenvolvidos.

Questões Jurídicas

O Brasil apoiou o aumento da Comissão de Direito Internacional, a fim de permitir a participação na mesma de juristas dos novos Estados africanos, combatendo a idéia de diminuir a representação da Europa Ocidental para dar lugar aos africanos na Comissão, sem a necessidade de aumentá-la.

Apoiou, também, a realização em Viena, no ano de 1963, da Conferência sôbre relações e imunidades consulares.

A Delegação do Brasil deu contribuição substancial ao debate sôbre a questão da seleção de novos tópicos de direito internacional a serem codificados ou desenvolvidos. Lembrou ainda o representante do Brasil, Embaixador Gilberto Amado, que o tema da «coexistência pacífica» abarca todo o campo das relações internacionais e que não deve ser encarado sòmente sob o prisma político. Graças, em grande parte, à atuação do Brasil, chegou-se à fórmula de conciliação que foi aprovada unânimemente.

Eleição do Embaixador Gilberto Amado para a Comissão de Direito Internacional

A reeleição do Embaixador Gilberto Amado para a Comissão de Direito Internacional por 96 votos entre os 101 países votantes, constitui exemplo frisante não só das qualidades do candidato brasileiro e da sua contribuição aos trabalhos da referida Comissão, da qual é membro fundador, como do alto prestígio a que chegou o Brasil nas Nações Unidas.

Eleições de Delegados Brasileiros

O Ministro Geraldo de Carvalho Silos, o Conselheiro Antônio Houaiss e Secretário Rêgo Monteiro foram eleitos por unanimidade para o cargo de relator, respectivamente, do Comitê sôbre o Uso Pacífico do Espaço Cósmico, da Quarta Comissão (Assuntos Coloniais) e da Segunda Comissão (Assuntos Econômicos).

Eleições no ECOSOC

Na Primeira Parte da XXXII Sessão do ECOSOC, foram honrosa e espontâneamente escolhidos os seguintes nomes brasileiros para ocupar funções relevantes nos vários ramos de atividade do Conselho:

Vianna Moog, para Presidente da Comissão Social; Embaixador Octávio Dias Carneiro, para Presidente da Comissão de Produtos de Base e Ministro Eurico Penteado, membro da Missão Permanente, para Vice-Presidente do ECOSOC.

CONFERÊNCIAS, ORGANISMOS E ASSUNTOS GERAIS

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Por meio de seus representantes em Genebra, participou o Brasil das Sessões regulares do Conselho de Administração e das Sessões das Comissões de Indústria e Comissões Assimiladas da O.I.T..

O Brasil enviou, ainda, delegados especiais às seguintes reuniões convocadas pelo mesmo Organismo :

— VII Conferência Regional dos Estados da América, Membros da Organização Internacional do Trabalho (Buenos Aires, 10 a 21 de abril) ;

— VII Sessão da Comissão de Transportes Internos (Genebra, 8 a 19 de maio) ;

— XLV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra, 7 a 29 de junho) ;

— IV Sessão da Comissão de Trabalho nas Fazendas (Genebra, 5 a 14 de dezembro).

Convenções

Por ocasião da XLV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, foi adotada uma «Convenção (nº 116) para a revisão parcial das convenções adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho em suas trinta e duas primeiras sessões, com vista a unificar as disposições relativas à preparação dos relatórios sôbre a aplicação das convenções, pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho».

Foram devidamente encaminhadas ao Congresso Nacional :

— Pela Mensagem nº 150, de 27 de abril de 1961, as Convenções ns. 112, 113 e 114, concernentes, respectivamente, à idade mínima de admissão ao trabalho de pescador, ao exame médico dos pescadores e ao contrato de trabalho dos pescadores (1959) ;

— Pela Mensagem nº 283, de 28 de junho de 1961, a Convenção n.º 110, concernente às condições de emprêgo dos trabalhadores de fazendas (1958).

Por nota de 25 de julho de 1961, do Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho, foi efetuada a denúncia da Convenção nº 3, concernente ao emprêgo das mulheres

antes e depois do parto, em virtude de estar a mesma em desacôrdo com o direito positivo nacional, por nós considerado como mais favorável à gestante.

Recomendações

Por ocasião da XLV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, foi adotada a «Recomendação nº 115, concernente ao alojamento dos trabalhadores».

As Recomendações ns. 113 (concernente à consulta e cooperação entre as autoridades públicas e as organizações de empregadores e de trabalhadores nos níveis industrial e nacional) e 114 (concernente à proteção dos trabalhadores contra as radiações ionizantes), adotadas em 1960, foram levadas ao conhecimento do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Participação do Ministério do Trabalho e Previdência Social

Todos os pareceres técnicos relativos à Organização Internacional do Trabalho foram, como nos anos anteriores, emitidos pela Comissão Permanente de Direito Social, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, de que faz parte um representante indicado pelo Ministério das Relações Exteriores.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO)

O Brasil participou intensamente, em 1961, das atividades da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Em linhas gerais, o aspecto mais digno de nota foi a consolidação da tendência de transformar-se a FAO num instrumento efetivo de ação multilateral na luta contra o subdesenvolvimento.

Entre as reuniões e conferências internacionais, relativas aos problemas de agricultura e alimentação, nas quais o Brasil tomou parte, merecem destaque especial:

a) XXXIV Sessão da Comissão de Produtos de Base (Roma, 30 de maio a 16 de junho de 1961) — em que foram examinadas a posição e as tendências de mercado de diversos produtos, entre os quais se incluem alguns de notável importância para a economia brasileira (café, cacau, açúcar, trigo, arroz e carnes). A Delegação brasileira pronunciou-se de modo particular sôbre problemas relativos ao café, cacau, juta e fibras duras, financiamento de compensação e trabalho futuro da Comissão de Produtos de Base.

b) XXXV Sessão do Conselho (Roma, 19 a 29 de junho de 1961); XXXVI Sessão do Conselho (Roma, 30 de outubro a 3 de novembro de 1961); XXXVII Sessão do Conselho (Roma, 24 a 25 de novembro de 1961).

c) XI Conferência — 4 a 24 de novembro de 1961.

Nas reuniões acima referidas, concretizou-se a tendência de dotar a FAO dos meios de ação necessários à luta contra o subdesenvolvimento. Foi exaustivamente debatido o problema sôbre a utilização de excedentes agrícolas no financiamento do desenvolvimento econômico, de considerável importância política e econômica para os países periféricos. A maioria das Delegações (inclusive a do Brasil) manifestou-se

no sentido de que a utilização do Fundo para projetos de desenvolvimento econômico era parte integrante do plano.

Campanha mundial contra a fome

A X Conferência da FAO, através de sua Resolução nº 13/59, deliberou o lançamento da Campanha Mundial Contra a Fome, oficialmente iniciada em 1º de julho de 1960, e que deverá estender-se até 1965.

Um dos propósitos fundamentais dessa Campanha é tornar os povos e os Governos cada vez mais conscientes da importância de pesquisas básicas, a longo prazo, sôbre produção, distribuição e emprêgo de alimentos e outros produtos agrícolas. Sua finalidade imediata é, através de um planejamento adequado, coordenar os esforços de entidades nacionais e internacionais na matéria, propiciando assim uma utilização melhor de recursos no combate à fome.

A Comissão Nacional da Campanha Mundial Contra a Fome foi criada pelo Decreto nº 5, de 21 de setembro de 1961, e é presidida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. A Comissão, que reune 18 órgãos já convocados pelo Itamaraty ,deverá reunir-se ainda no primeiro trimestre de 1962.

Eleições

O Brasil foi eleito para o Comitê de Finanças e para o Comitê Intergovernamental para Administração do Plano de utilização de excedentes.

Foi ainda reeleito para o Conselho Executivo e para a Comissão de Produtos de Base.

CONTRIBUIÇÕES AOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Um dos assuntos que mereceram, no prazo abrangido por êste relatório, atento estudo da antiga Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais foi o sistema de pagamentos feitos pelo Brasil às Organizações Internacionais de que participa.

Coligidos e sistematizados os pronunciamentos feitos em ocasiões diversas, pelos vários órgãos da Secretaria de Estado a respeito de contribuições aos organismos internacionais, evidenciou-se que o Govêrno brasileiro contribui de forma desordenada para algumas entidades, estando a nossa participação financeira em flagrante desproporção com a de outros países e com os proveitos auferidos dos citados órgãos.

Iniciada ação diplomática com a expedição de uma circular às Missões na América (área que foi objeto, inicialmente, do esfôrço preconizado), aproveitou o Itamaraty, mais tarde, a VII Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, realizada em Buenos Aires de 1.° a 15 de agôsto de 1961, para propor a revisão do estatuto orgânico da entidade, no qual estava fixado o sistema de quotas dos Estados Membros, sistema oneroso ao Brasil porque estabelecia como base de cálculo o «critério populacional», no que contrariava a regra adotada pela própria Organização dos Estados Americanos, fundada sôbre a «capacidade efetiva de pagamento».

Impôe-se o ponto-de-vista brasileiro. Aprovada a reforma do artigo do Estatuto orgânico do I.P.G.H., que determinava o critério demográfico para o cálculo das contribuições, foi substituído êsse sistema pelo da escala de contribuições da OEA, com sensível economia para o país.

REUNIÕES INTERNACIONAIS EFETUADAS NO BRASIL

	TÍTULO	LOCAL	DATA
1.º	Conferência Preparatória da Criação do Centro Latino-Americano de Pesquisas Físicas	Rio de Janeiro	Maio
2.º	Conferência Panamericana de Defesa Sanitária Animal	Pôrto Alegre	Maio
3.º	Conferência Internacional do Café	Rio de Janeiro	Junho
4.º	Convênio Internacional de Café (VIII Período de Reuniões)	Rio de Janeiro	Junho
5.º	II Reunião da Associação Latino-Americana de Ciências Fisiológicas	Ribeirão Prêto	Julho
6.º	XVII Congresso Internacional de Urologia	Rio de Janeiro	Julho
7.º	V Congresso Continental da O. Internacional Regional da Confederação Internacional da União dos Trabalhadores	Rio de Janeiro	Agôsto
8.º	VI Congresso Internacional de Liberdade de Ensino	Rio de Janeiro	Agôsto

	TÍTULO	LOCAL	DATA
9.º	Conferência Mundial do Eucalipto	São Paulo	Agôsto
10.º	Congresso Latino-Americano de Produtores de Fonógrafo	Rio de Janeiro	Setembro
11.º	XV Congresso da Associação Médica Mundial	Rio de Janeiro	Setembro
12.º	Congresso Internacional de Fraternidade Universal	Curitiba	Outubro
13.º	IV Congresso de Estudantes da América Latina	Natal	Outubro
14.º	Congresso Internacional da JOC (Juventude Operária Católica)	Petrópolis	Novembro
15.º	XI Congresso Interamericano de Tuberculose	Pôrto Alegre	Novembro
16.º	Grupo Consultivo Interamericano sôbre Fiscalização de Entorpecentes	Rio de Janeiro	Novembro/Dezembro

REUNIÕES INTERNACIONAIS A QUE O BRASIL COMPARECEU EM 1961

	TÍTULO	LOCAL	DATA
1.º	Conferência Africana de Casablanca	Casablanca	4/7/Janeiro
2.º	Conferência sôbre Geriatria	Washington	9/12/Janeiro
3.º	Convênio sôbre Serviços Telegráficos	Assunção	Fevereiro
4.º	II Conferência Internacional de Dirigentes de Emprêsas Financeiras	México	Fevereiro
5.º	Convênio Internacional do Café — VI Período de Sessões	Washington	Fevereiro
6.º	XIV Assembléia Mundial de Saúde	Nova Delhi	Fevereiro
7.º	I Conferência Regional de Trabalhadores Agrícolas	Havana	1/5/Março
8.º	XIII Sessão do Comitê Executivo da Organização Meteorológica Mundial	Genebra	28/Março a 2 de Abril
9.º	Congresso Internacional de Máquinas Agrícolas	França	Março
10.º	IV Congresso Continental Anti-Comunista	Guatemala	Março
11.º	I Congresso Panamericano para o Bem-Estar dos Cegos	Guatemala	Março
12.º	Reunião Interparlamentar	Genebra	3/9/Abril

	TÍTULO	LOCAL	DATA
13.º	IX Reunião Plenária do Conselho Interamericano de Comércio e Produção	Montevidéu	7/21/Abril
14.º	II Conferência de Faculdades Latino-Americanas de Direito	Lima	9/15/Abril
15.º	VII Congresso — Exposição de Técnicos de Saúde Pública	Paris	5/10/Abril
16.º	XIV Reunião do Comité Executivo do Conselho Internacional do Açúcar	Londres	12/Abril
17.º	Congresso Sul Americano de Voleibol	Lima	13/Abril/13/Maio
18.º	XII Congresso Quadrienal de Enfermagem	Melbourne	17/22/Abril
19.º	V Reunião da Federação Interamericana do Algodão	México	21/Abril
20.º	XIX Período de Seção da Comissão Econômica para América Latina (F.I.D.A.)	México	21/Abril
21.º	XXX Reunião da Associação de Medicina Aérea Espacial	Chicago	24/27/Abril
22.º	Comitê Pan-americano de Normas Técnicas	Montevidéu	24/Abril
23.º	Convênio Internacional de Café, VII Período de Sessões	Washington	Abril
24.º	VII Reúnião dos Estados Americanos Membros da Organização Internacional de Trabalho	Buenos Aires	Abril
25.º	XVII Conferência Técnica Regional de Saúde Pública	Bogotá	Abril

	TÍTULO	LOCAL	DATA
26.°	Conferência Internacional sôbre Métodos de Desenvolvimento Industrial	Madrid	Abril
27.°	XIII Congresso Internacional da «Association Internationale des Etudiants en Sciences Economiques»	Marselha	Abril
28.°	Conferência Ministerial da OTAN	Oslo	8/10/Maio
29.°	XLIV Congresso Internacional da União Internacional de Transportes Públicos	Copenhague	11/17/Maio
30.°	Conferência dos Estados Africanos sôbre Educação	Adis Abeba	15/25/Maio
31.°	II Congresso Internacional da Sociedade Internacional de Direito Militar e Direito de Guerra	Florença	17/20/Maio
32.°	Congresso Internacional de Defesa Social	Iugoslávia	22/28/Maio
33.°	III Congresso de Polícia de Tráfego	Roma	22/27/Maio
34.°	VII Sessão da Comissão de Transportes Internos da OIT	Genebra	Maio
35.°	XXI Congresso Internacional da Confederação Internacional de Autores e Compositores	Lucerna	Maio
36.°	III Congresso Mundial de Prevenção dos Riscos Profissionais	Paris	Maio
37.°	III Congresso Mundial de Prevenção	Paris	Maio

	TÍTULO	LOCAL	DATA
38.º	I Congresso Internacional de Defesa Sanitária Animal	Província de Santa Fé	Maio
39.º	Conferência Internacional para o Desenvolvimento da Comunidade ...	Seul	Maio
40.º	IX Congresso Internacional do Instituto de Teatro	Viena	4/10/Junho
41.º	XII Conferência Técnica de Cotação Cafeeira Americana (FEDECAME)	Lima	18/22/Junho
42.º	Conferência Parlamentar Euro-Africana	Estrasburgo	19/24/Junho
43.º	Congresso de Neurocirurgia	Montpelier	24/26/Junho
44.º	VI Assembléia Geral da União Internacional de Arquitetos	Londres	24/Junho/8/Julho
45.º	Congresso de Cancerologia do Pacífico	Lima	25/28/Junho
46.º	II Congresso Panamericano de História da Medicina	Caracas	25/29/Junho
47.º	Reunião Latina de Petróleo	Caracas	Junho
48.º	II Conferência Internacional de Dirigentes de Emprêsas Financeiras ..	Cuernavaca	Junho
49.º	Conferência Mundial de Governos locais	Washington	Junho
50.º	XXIV Conferência Internacional de Instrução Pública	Genebra	3/14/Julho
51.º	XXIV Conferência Internacional de Instrução Primária	Genebra	5/Julho

	TÍTULO	LOCAL	DATA
52.º	I Conferência Econômica de Punta Del Este. (Conferência do Conselho Interamericano Econômico e Social)	Montevidéu	15/Julho a 4/Agôsto
53.º	II Congresso Interamericano de Filosofia	Costa Rica	17/20/Julho
54.º	Congresso Internacional de Rádio, Televisão, Escolas	Roma	17/27/Julho
55.º	V Congresso de Mecânica do Solo	Paris	17/22/Julho
56.º	V Congresso da Associação Internacional de Educadores da Juventude Inadaptada	Genebra	17/31/Julho
57.º	V Seminário de Estudantes de Agricultura	Lima	24/Julho/3/Agôsto
58.º	Conferência das Partes Contratantes. 1.º Período de Sessões. ALALC	Montevidéu	24/Julho
59.º	Reunião Internacional sôbre Justiça do Trabalho	Montevidéu	24/Julho
60.º	Conferência do CIES	Montevidéu	24/Julho
61.º	Conferência Internacional sôbre a Família. Direitos da Mulher	Madrid	Julho
62.º	Instalação do Comitê Executivo Permanente da ALALC	Montevidéu	1.º/Agôsto
63.º	VII Assembléia Geral do Instituto Pan-americano de Geografia e História	Buenos Aires	1.º/15/Agôsto
64.º	Congresso da União Internacional de Arquitetura	Londres	3/7/Agôsto

	TÍTULO	LOCAL	DATA
65.º	XLVII Congresso Internacional de Esperanto (Liverpool)	Harrogate	5/12/Agôsto
66.º	Conferência Internacional de Proteção Civil	Montreux	7/17/Agôsto
67.º	Seminário sôbre Habeas-Corpus e outros remédios judiciais para a proteção dos Direitos Humanos	México	13/28/Agôsto
68.º	V Congresso Internacional de Psicoterapia	Viena	21/26/Agôsto
69.º	Conferência Internacional de Economistas Agrícolas	Curnavaca	21/30/Agôsto
70.º	II Reunião da Comissão Técnica Permanente de Portos	Washington	23/29/Agôsto
71.º	Conferência Mundial de Engenharia de Tráfego	Washington	26/31/Agôsto
72.º	VIII Congresso da Sociedade Européia de Hematologia	Viena	28/Agôsto/2/Setembro
73.º	VI Congresso Internacional de Saúde Mental (N.F.)	Paris	30/Agôsto/5/Setembro
74.º	XIV Congresso Internacional de Psicologia Aplicada	Copenhague	Agôsto
75.º	Reunião Sanitária Regional dos Países do Prata	Iguazú (Argentina)	Agôsto
76.º	XLV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho	Genebra	Agôsto
77.º	Conferência Internacional das Organizações não-governamentais interessadas em migrações	Genebra	Agôsto

	TÍTULO	LOCAL	DATA
78.º	IV Congresso Internacional das Associações de Educação Física e Esportiva	Washington	Agôsto
79.º	Congresso Internacional de Reumatologia	Roma	2/8/Setembro
80.º	III Congresso Mundial da Federação Internacional de Ginecologia e Obstetricia	Viena	3/9/Setembro
81.º	Conferência Internacional sôbre Moléstias Contagiosas	Taskent (União Soviética)	5/10/Setembro
82.º	V Congresso Internacional de Eletrocefalografia e Neurofisiologia Clínica	Roma	7/13/Setembro
83.º	Conferência sôbre Administração da Defesa	Londres	10/28/Setembro
84.º	VII Congresso Internacional de Neurologia	Roma	11/19/Setembro
85.º	Conferência Internacional do Açúcar	Genebra	12/Setembro
86.º	L Conferência Interparlamentar	Bruxelas	14/22/Setembro
87.º	VI Congresso Internacional de Neuro-Radiologia	Roma	18/22/Setembro
88.º	Congresso do Banco Mundial (Breton Woods Institute)	Viena	18/22/Setembro
89.º	Conferência da FAO sôbre Peixe na Nutrição	Washington	19/27/Setembro

	TÍTULO	LOCAL	DATA
90.°	XVI Período de Sessões da Assembléia Geral da ONU	New York	19/Setembro
91.°	Feira Internacional de Zagreb (Participação do IBC)	Beirute	23/Setembro
92.°	XVIII Congresso Internacional de Apicultura	Madrid	25/30/Setembro
93.°	Reunião do Grupo de Estudo do Café e da Comissão do I Grupo	Washington	25/30/Setembro
94.°	Congresso Internacional de Medicina Aeronáutica e Cosmonáutica ..	Paris	26/30/Setembro
95.°	XI Congresso Mundial de Empresários Cristãos	Santiago	27/30/Setembro
96.°	XXX Congresso de Prevenção e Repressão à moeda falsa	Copenhague	Setembro
97.°	III Conferência Internacional do Pessoal dos Correios, Telégrafos, Telefones	Estocolmo	Setembro
98.°	Conferência Internacional do Açúcar	Genebra	Setembro/Outubro
99.°	IV Congresso Internacional de Oftalmologia	Izmir-Âncara	Setembro
100.°	VII Congresso Internacional sôbre as substâncias vitais à alimentação e as chamadas moléstias das civilizações	Mastucht	Setembro
101.°	Conferência Internacional de Direito Privado Aeronáutico	México	Setembro
102.°	Reunião da Comissão Oceanográfica Internacional	Paris	Setembro

	TÍTULO	LOCAL	DATA
103.º	IV Conferência Internacional da Confederação Interamericana de Transporte Aéreo	Santiago	Setembro
104.º	II Congresso Latino-Americano sôbre Penitenciarismo Cristão	Bogotá	1/7/Outubro
105.º	XI Conferência Mundial de Pesos e Medidas	Paris	1/20/Outubro
106.º	XIII Reunião do Conselho Diretor da Organização Pan-americana de Saúde	Washington	3/17/Outubro
107.º	IX Congresso Latino-Americano de Neurocirurgia	México	4/10/Outubro
108.º	I Congresso Internacional de Literatura Católica	Nápoles	5/8/Outubro
109.º	Conferência Internacional para Revisão da Convenção sôbre Linhas de Limites de Carga — 1930	Londres	9/Outubro/3/Novembro
110.º	Conferência Internacional para regulamentação Internacional sôbre a proteção de artistas, intérpretes ou executantes, produtores de gravações fonográficas e de organismos de radiodifusão	Roma	10/26/Outubro
111.º	IV Congresso Internacional de Alergologia	Nova York	15/20/Outubro
112.º	XLII Reunião do Conselho Diretor do Instituto Interamericano da Criança	Washington	16/20/Outubro
113.º	Congresso das Nações para a Luta contra a Contaminação da Atmosfera	Turim	22/28/Outubro

	TITULO	LOCAL	DATA
114.°	VII Conferência Internacional de Estudantes de Arquitetura	México	23/28/Outubro
115.°	XII Congresso Internacional de Sociologia	Taluca	23/27/Outubro
116.°	II Conferência Regional Interparlamentar Americana	Santiago	Outubro
117.°	Convênio Internacional do Café (IX Período de Sessões)	Washington	Outubro
118.°	Ação Conjunta Latino-Americana na XIX Sessão do GATT	Buenos Aires	Novembro
119.°	Congresso Odontológico Internacional Uruguai-Argentina-Brasil	Montevidéu	Novembro
120.°	I Congresso da União Internacional de Estudos Sociais	Itália	1/15/Dezembro
121.°	Congresso Internacional de Rádio e Televisão Educativa	Roma	1/9/Dezembro
122.°	Conferência Interamericana sôbre o Ensino de Matemática	Bogotá	Dezembro
123.°	Conferência Internacional para Revisão da Convenção Internacional sôbre Linhas de Limites de Carga	Londres	Dezembro
124.°	X Conferência Internacional de Ciência Pacífica (HAVAÍ)	Honduras	Dezembro
125.°	I Congresso da União Internacional de Estudos Sociais	Itália	1/15/Dezembro
126.°	IV Conferência Internacional de Estatística	Tóquio	Dezembro

ASSUNTOS ECONÔMICOS

POLÍTICA COMERCIAL

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO (ALALC)

Representantes do Brasil, da Argentina, do México, do Paraguai, do Peru e do Uruguai firmaram em Montevidéu, a 18 de fevereiro de 1960, o «Tratado que estabelece a Zona de Livre Comércio e institui a Associação Latino-americana de Livre Comércio», pelo qual os países em aprêço admitiram, entre outros compromissos, o de eliminar gradualmente, durante um período de 12 anos, os gravames e demais restrições que recaem sôbre o essencial do seu comércio recíproco.

De acôrdo com o que estabelece o Tratado de Montevidéu e com as decisões tomadas pelo Comitê Provisório da Associação, teve início a 24 de julho de 1961, naquela capital, o Primeiro Período de Sessões da Conferência da ALALC, à qual compareceram delegações dos sete Estados-membros, observadores da Bolívia, Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala e Venezuela, bem como representações dos dois organismos internacionais assessôres, a CEPAL e o CIES, e observadores do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, do Instituto Latino-americano de Ferro e Aço, da Junta de Assistência Técnica das Nações Unidas, do Conselho Interamericano do Comércio e Produção e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

O Primeiro Período de Sessões pode ser dividido em duas fases. A primeira, que poderia ser chamada de «fase

normativa», tomou decisões básicas para o funcionamento da Associação e para aplicação do Tratado de Montevidéu. A segunda fase foi constituída pelas negociações tarifárias entre os países membros.

Os resultados das negociações realizadas em Montevidéu deverão ser postos em vigor, através de cada um dos Estados membros, a 1.º de janeiro de 1962, e estarão consubstanciados em «listas nacionais» em que se incluem aquêles produtos a respeito dos quais foram concedidas, em cada país, reduções de tarifas aduaneiras e de outros gravames, concessões que, renegociadas e ampliadas cada ano, serão objeto, ao final de um período de 3 anos, de novas negociações, tendo em vista a sua inclusão na futura «lista comum», em que se consolidarão as mesmas de modo definitivo.

No correr da Conferência, dois novos países latino-americanos se juntaram aos sete membros originários da ALALC. A 2 de outubro, em Montevidéu, a Colômbia efetuou o depósito do instrumento de adesão ao Tratado de Montevidéu, o qual entrará em vigor, para êsse país, a 1.º de novembro, ou seja trinta dias após a data do depósito, conforme preceitua o artigo 57 daquêle. Igualmente o Equador aderiu ao Tratado de Montevidéu, elevando-se assim a nove o número de seus signatários. Êsses dois novos membros não participaram das negociações realizadas no Primeiro Período de Sessões da Conferência, devendo fazê-lo na próxima sessão da Conferência ou em uma sessão extraordinária, para tal especialmente convocada. Em benefício do Equador, a Conferência estabeleceu, a exemplo do que havia feito para o Paraguai, que o mesmo poderá invocar o tratamento especial previsto no Tratado de Montevidéu para os países de menor desenvolvimento econômico relativo, dentro da Zona de Livre Comércio. Deve-se salientar ainda que a Conferência constituiu o Comitê Executivo Permanente, a 31 de julho de 1961, o qual já iniciou

os seus trabalhos regulares, após aprovado o seu regulamento interno. Como Secretário Executivo da ALALC, foi eleito, por unanimidade, o candidato brasileiro, Senhor Rômulo Barreto de Almeida, investido em seu cargo naquêle mesmo dia.

Não se pode deixar passar em silêncio, nêste relatório, o progresso realizado, nesse Primeiro Período de Sessões da Conferência da ALALC, pelo esfôrço comum de tôdas as Delegações presentes, no sentido de efetivar a Zona de Livre Comércio, prevista pelo Tratado de Montevidéu, que constituirá, sem dúvida, um dos fatôres mais importantes para o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos, que dela fazem parte, e que se liga ao movimento mais vasto de ampliação das possibilidades de bem-estar e de segurança do Continente americano. O Brasil participou ativamente dessa conferência, demonstrando, mais uma vez, o alto espírito com que procura realizar, de sua parte, os compromissos assumidos pelo Govêrno, no Tratado de Montevidéu.

ACÔRDO GERAL SÔBRE TARIFAS E COMÉRCIO (GATT)

Os principais acontecimentos ocorridos no âmbito do GATT foram a realização, em maio e novembro, de 1961, respectivamente, das XVIII e XIX Sessões das Partes Contratantes, a continuação da Conferência tarifária também conhecida como «Negociações Dillon», e a renegociação de algumas das concessões incorporadas na «Lista III» — Brasil, que haviam sido modificadas pelo Congresso Nacional.

O Brasil havia encetado as negociações para a recomposição da «Lista III», em outubro de 1960, por ocasião dos primeiros contactos, em Genebra, com as delegações de treze outros países que haviam sido afetados pelas emendas

aprovadas pelo Congresso Nacional, quando da aprovação das negociações tarifárias realizadas em 1958. As novas negociações se prolongaram durante cêrca de sete meses, em virtude das contínuas consultas que cada delegação interessada era obrigada a fazer a seu respectivo Govêrno, antes de concluir os entendimentos. Finalmente, em junho de 1961, estavam assinados, pràticamente, todos os protocolos resultantes dos entendimentos com a Austrália, Áustria, Benelux, Dinamarca, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Japão e Suécia. Em dezembro, foram êsses protocolos encaminhados ao Congresso Nacional, com exceção apenas daquelas referências às concessões dadas à França e ao Benelux, cuja participação no Mercado Comum Europeu exigia maiores estudos por parte do Executivo, a fim de determinar a exata situação das novas negociações com relação aos favores de que gozavam anteriormente.

Na XVIII Sessão das Partes Contratantes, a Delegação do Brasil comunicou ao Plenário estarem pràticamente terminadas as negociações que havíamos sido autorizados a fazer com os países antes mencionados, restando apenas poucas questões a serem resolvidas, então encaminhadas por via diplomática. A XVIII Sessão não representou uma reunião de maior interêsse, cingindo-se ao exame rotineiro de determinados problemas e estudos no GATT.

De importância foi a XIX Sessão, porquanto a ela estava atribuído o exame dos resultados da Conferência Tarifária, em que havia sido aprovada a Tarifa Externa Comum da Comunidade Econômica Européia, e do programa de expansão do comércio dentro do qual avultam os trabalhos realizados pelo Comitê II e pelo Comitê III, que tratam de problemas ligados à exportação dos países de menor desenvolvimento econômico. De tal relevância se revestiam os assuntos a serem examinados neste fim de ano, que as Partes Contratantes programaram uma reunião, em nível ministerial (de 27 a 30 de novembro), com a finalidade de

permitir aos Ministros do Comércio de cada país o estudo em conjunto das principais qüestões levantadas pela reestruturação do mercado mundial, tendo em vista principalmente a formação de grupos econômicos regionais e as necessidades de desenvolvimento dos países não industrializados. Representou o Brasil, nessa reunião de nível ministerial, o Deputado Ulysses Guimarães, Ministro de Estado da Indústria e do Comércio.

Na XIX Sessão, bem como na reunião de nível ministerial, os representantes brasileiros voltaram a insistir, com redobrada ênfase, na necessidade de afastamento dos obstáculos e entraves que impedem ou dificultam a expansão do nosso comércio exterior, principalmente aquêles óbices de caráter tarifário e fiscal que taxam o consumo de matérias primas e produtos de base em geral, nos mercados consumidores europeus. Voltou, assim, a Delegação do Brasil e o seu Ministro da Indústria e do Comércio a fazer a crítica daquelas disposições do Tratado de Roma que agravam as preferências tarifárias e comerciais em favor dos países e territórios associados à Comunidade Econômica Européia e em detrimento dos demais países produtores, particularmente os da América Latina e o Brasil. Com base nas recomendações da «Carta de Punta del Este», aprovada em agôsto, pela sessão extraordinária do CIES, o Brasil coordenou uma ação conjunta dos países do Continente americano, membros do GATT, no sentido de demonstrar às Partes Contratantes não apenas a incompatibilidade do Tratado de Roma com os têrmos do Acôrdo Geral sôbre Comércio e Tarifas, mas também a discriminação que a sua implementação representa para os países produtores não associados. Anteriormente e concomitantemente, o Govêrno brasileiro fêz gestões individuais, junto à Comissão da C.E.E., em Bruxelas e junto aos Governos de cada um dos membros do Mercado Comum Europeu.

Devendo entrar em vigor, a partir de 1.º de janeiro de 1962, a «Tarifa Externa Comum», negociada pela C.E.E. com os demais membros do GATT, vem o Govêrno brasileiro considerando e tomando medidas de ordem multilateral e bilateral que possam minorar ou eliminar as dificuldades que cria, para o Brasil, aquela organização européia. Cumpre assinalar, neste ponto, que, apesar de haver negociado com os representantes da Comissão da C.E.E., em Genebra, a Delegação do Brasil não pôde chegar a um entendimento com os mesmos, não havendo assim aceito, nem mesmo com reservas, a «Tarifa Externa Comum» que, não obstante, passará a vigorar a partir daquela data, em substituição às listas individuais de concessões tarifárias anexas ao GATT, referentes a cada um dos seis países membros da C.E.E. A situação daí decorrente, se não solucionada pelas Partes Contratantes do GATT, deverá exigir de parte do Govêrno brasileiro um reexame geral das suas relações tarifárias e comerciais com os países componentes da C.E.E.

Deve-se salientar ainda que, durante o ano de 1961, o Brasil ocupou a presidência das Partes Contratantes, na pessoa do Embaixador Edmundo Penna Barbosa da Silva, que fôra reeleito por unanimidade para tal cargo, no final da XVII Sessão, realizada em novembro de 1960.

PRODUTOS DE BASE

Os assuntos relacionados com os problemas do comércio dos produtos de base continuaram a merecer, no ano de 1961, o maior cuidado por parte das representações brasileiras às diversas reuniões das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, havendo os esforços dos Delegados brasileiros, no sentido de minorar a instabilidade dos mercados de produtos primários, obtido o reconhecimento internacional através, *inter alia*, da eleição unâni-

me do Embaixador Octavio A. Dias Carneiro, como Presidente da Comissão Consultiva Permanente para o Comércio de Produtos de Base, no período 1961/1962.

IX SESSÃO DA COMISSÃO CONSULTIVA PERMANENTE PARA O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PRODUTOS DE BASE (CCPCIPB)

A IX Sessão da CCPCIPB, realizada em Nova York, de 1.º a 12 de maio de 1961, revelou-se uma continuação da VIII Sessão, no fato de que ambas foram uma conseqüência do programa adotado na VI Sessão, graças em grande parte aos esforços da Delegação do Brasil aprovados pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em sua XXVIII Sessão.

A IX Sessão da CCPCIPB tratou, conseqüentemente, do problema da compensação financeira das variações de receita de exportação de produtos primários. O tema central dessa reunião foi, assim, a questão do estabelecimento de um mecanismo de financiamento compensatório, dos tipos propostos no relatório dos peritos contratados pelo Secretário Geral das Nações Unidas, com a função de neutralizar as resultantes negativas das grandes flutuações dos preços dos produtos de base, no mercado internacional, sôbre a balança de pagamentos dos países em desenvolvimento.

Nessa reunião, discutiu-se o relatório dos peritos, sobretudo no que se refere ao impacto das medidas propostas nas perspectivas de curto e longo prazos dos mercados dos produtos de base, considerando-se, igualmente, o problema da automaticidade e do reembôlso no sistema de financiamento dos eventuais mecanismos compensatórios, bem como a posição do Fundo Monetário Internacional, no estabelecimento dêsses mecanismos sugeridos.

Ante a complexidade da matéria, patenteou-se aconselhável um exame de profundidade dos vários aspectos do

financiamento compensatório, adiando-se, por esta razão, para a X Sessão da CCPCIPB, a realizar-se em Roma no ano de 1962, o pronunciamento dos Estados membros.

XXXIV SESSÃO DA COMISSÃO DE PRODUTOS DE BASE DA FAO

Na XXXIV Sessão da Comissão de Produtos de Base da FAO, realizada em Roma, de 30 de maio a 16 de junho de 1961, a Delegação brasileira participou dos debates em tôrno dos problemas relacionados com a utilização de excedentes agrícolas no financiamento do desenvolvimento econômico, durante os quais foi formulada pela Delegação dos Estados Unidos da América uma proposta para a criação imediata de um fundo de US$ 100 milhões em excedentes e em dinheiro para emprêgo «multilateral», através da FAO.

Na XI Sessão da Conferência da FAO, celebrada em Roma em novembro último, a referida proposta foi aprovada. O Fundo será administrado por um Conselho, para o qual o Brasil foi eleito.

Ainda durante a XXXIV Sessão da CPB, foi ativo o desempenho da representação brasileira no exame dos «Princípios Normativos» sôbre estabilização dos preços dos produtos de base. Logrou o Brasil vêr aprovada em plenário uma proposta de sua iniciativa em favor da aceitação da tese, por nós de há muito defendida, de que a estabilização dos mercados internacionais de produtos primários é responsabilidade conjunta dos países produtores e importadores.

XXXIII SESSÃO DO CONSELHO ECONÔMICO E SÓCIAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Quando das discussões sôbre o mercado internacional de produtos de base, na XXXII Sessão do ECOSOC, reunida em Genebra, de 4 de julho a 4 de agôsto de 1961, evi-

denciou-se que o assunto principal a ser tratado sob esta rubrica seria o relatório do grupo de economistas constituído por recomendação da CCPCIPB, a fim de elaborar um estudo sôbre a viabilidade do estabelecimento de um sistema internacional de financiamento compensatório das oscilações das receitas de exportação dos países produtores de bens primários.

No decorrer do debate geral, a Delegação brasileira apresentou um projeto de resolução visando à consecução de dois objetivos principais: obter o compromisso do Secretariado das Nações Unidas de elaborar, em tempo útil, as respostas ao questionário pelo qual a CCPCIPB pedira informações complementares e elucidativas com relação a certos aspectos do estudo do grupo de peritos; e, em segundo lugar, instar os diferentes Governos representados na Comissão de Produtos de Base a analisar, com a necessária antecedência, ambos os documentos, a fim de instruir seus representantes à X Sessão da CCPCIPB. Êsse projeto de resolução foi aprovado.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO INTERAMERICANO ECONÔMICO E SOCIAL EM PUNTA DEL ESTE (CIES)

A representação brasileira incumbida de acompanhar o debate geral trabalhou no sentido de fazer prevalecer nossas proposições fundamentais quanto ao esfôrço internacional tendente a reduzir a instabilidade dos mercados de produtos de base.

Assim que, a par das medidas de caráter interno, visando a corrigir a tendência secular de deterioração dos têrmos de intercâmbio entre países exportadores de produtos primários e países exportadores de manufaturas, acordou-se em Punta del Este, no âmbito internacional, que os países americanos deveriam dispensar esforços conjuntos, no sentido

de eliminar o protecionismo indevido que favorece a produção de bens primários; fazer com que se ponha têrmo a acôrdos preferenciais e outras medidas que limitam o consumo mundial de produtos primários latino-americanos e seu acesso aos mercados internacionais, em especial os dos países em processo de integração econômica na Europa Ocidental e dos países de economia centralmente planificada; e adotar os mecanismos de consulta necessários para conseguir que suas políticas de comercialização não tenham efeitos prejudiciais na estabilidade dos mercados de produtos básicos.

Não escapou, igualmente, à atenção dos delegados brasileiros a relevância do debate sôbre a instituição de mecanismos para compensar de maneira adequada e efetiva as flutuações no volume e nos preços das exportações dos produtos básicos. Seus esforços se viram recompensados com a adoção de recomendação visando à convocação de um grupo de peritos governamentais para elaborar o anteprojeto de um Fundo Internacional de Estabilização das receitas de exportação. O grupo de peritos deverá apresentar relatório conclusivo até 30 de março de 1962, servindo-lhe como subsídios na formulação do referido projeto, não só os estudos apresentados pela Secretaria da Reunião Extraordinária, senão também as diversas propostas alternativas, que foram discutidas em Punta del Este e outras já examinadas em diversos organismos internacionais.

CAFÉ

CONVÊNIO INTERNACIONAL DO CAFÉ

Em 1.ª de outubro de 1961, o Convênio Internacional do Café, assinado em Washington em 1959, e hoje com 28 membros, entrou em seu terceiro ano de vigência. A última prorrogação, que se estende até 30 de setembro de 1962, reafirma o propósito de seus signatários de manter e aper-

feiçoar a atual política de cooperação internacional no campo cafeeiro, com vistas à conclusão, o mais breve possível, de um acôrdo a largo prazo, que conte, igualmente, com a participação dos países consumidores.

O Convênio Internacional do Café é um acôrdo de quotas fixas de exportação, que objetiva adaptar a oferta mundial do produto à demanda estimada e lograr, assim, a estabilização das cotações em níveis adequados. No intuito de aprimorar a eficácia do sistema, a Delegação do Brasil obteve que, a partir de 1.º de outubro de 1961, fôssem revogados os reajustes das quotas dos países que produzem anualmente menos de 2 milhões de sacas, reajustes êsses previstos em 1959 com o objetivo de permitir aos pequenos produtores adaptarem-se, pouco a pouco, à disciplina internacional na comercialização de café.

Em novembro de 1961, com a presença do Brasil, os países da América Central, o México e a Colômbia, reunidos na capital mexicana, concluíram um acôrdo de preços para os cafés «suaves», reforçando, com êsse entendimento regional, feito no âmbito do Convênio, os objetivos do pacto cafeeiro.

Durante o ano de 1961, realizaram-se o VII, VIII e IX períodos de sessões da Junta Diretora do Convênio, a fim de examinar assuntos relativos à execução do pacto cafeeiro: fixação das quotas trimestrais de exportação, cuja observância é obrigatória desde a Resolução n.º 18, tomada pela Junta em dezembro de 1960; contrôle do cumprimento das quotas anuais e trimestrais, e andamento da campanha mundial de propaganda do café, financiada e organizada pelos países membros.

Essas reuniões realizam-se sempre na sede do CIC em Washington, mas, a título excepcional, o VIII período de sessões teve lugar no Rio de Janeiro, a convite do Govêrno brasileiro. Os produtores africanos prestigiaram sobremo-

do o VIII período de sessões e assinaram, com o Brasil, a «Declaração do Rio de Janeiro», na qual reafirmam sua decisão de tomar medidas que contribuam para reforçar os níveis de preços de seus cafés no mercado internacional e fortalecer o setor agrícola de suas economias.

O Convênio Internacional do Café é presidido atualmente pelo Delegado do Brasil, Embaixador Sergio Armando Frazão, eleito por aclamação, em setembro de 1960. Seu mandato de um ano expirou a 30 de setembro de 1961, mas os países membros, por unânimidade, solicitaram permanecesse ainda por algum tempo na presidência do CIC.

GRUPO DE ESTUDOS DO CAFÉ

O Grupo de Estudos do Café, de Washington, criado, por iniciativa do Govêrno norte-americano, em princípios de 1959, reune os principais países produtores e consumidores do mundo, e ocupa-se, atualmente, em preparar o projeto de acôrdo a longo prazo, que lhe foi encomendado pelos signatários do Convênio Internacional.

A Comissão I do Grupo de Estudos foi encarregada, especìficamente, do referido projeto, que está sendo redigido por uma subcomissão da qual participa o Brasil. Os trabalhos encontram-se em fase bastante adiantada, sendo de prever-se que, no meado de 1962, estarão concluídas as negociações e aberto à assinatura de todos os países produtores e consumidores de café o texto do acôrdo definitivo.

Em setembro de 1961, procedeu-se à eleição dos novos dirigentes do Grupo de Estudos e de sua Comissão I. O Delegado do Brasil foi eleito por unanimidade para a Presidência do Grupo, substituindo, assim, o Delegado norte-americano, que ocupava aquêle pôsto desde a criação da referida entidade. Para Vice-Presidente foi eleito o Delegado da Itália, representando os países consumidores.

AÇÚCAR

II CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SÔBRE AÇÚCAR

Convocada sob o patrocínio das Nações Unidas, instalou-se em Genebra, a 12 de setembro de 1961, a II Conferência Internacional do Açúcar com o objetivo de promover a revisão do Acôrdo Internacional firmado em 1958.

A Conferência iniciou seus trabalhos em momento particularmente delicado para o mercado internacional do açúcar. Destinada a tão sòmente rever o Acôrdo Internacional, revisão que se entendia adjetiva, a Conferência não pôde deixar de levar em consideração certas modificações de ordem estrutural no mercado mundial do açúcar, que exigiam decisões substantivas por parte dos países participantes. Entre êstes fatôres de distúrbio vale mencionar: a) um grande excesso na oferta de açúcar, no mercado internacional, estimada em um milhão e 800 mil toneladas; b) um nível de preços no mercado livre excepcionalmente baixo; c) a política açucareira de Cuba e Estados Unidos da América; d) o incentivo adicional à produção provocada pela expectativa de participação no mercado preferencial norte-americano; e) o substancial aumento da produção interna nos países importadores, sobretudo europeus, graças a uma política de subsídio à cultura da beterraba.

Configurando-se com o decorrer dos debates a impossibilidade de se chegar a uma fórmula de conciliação diante dos entraves determinados pelos fatôres assinalados e, sobretudo, pelas divergências em tôrno da alteração do atual sistema de quotas — que permitisse a execução do Acôrdo Internacional, até 1963, quando deverá expirar por fôrça de preceito próprio, decidiu a Conferência suspender em outubro os seus trabalhos, até o fim do ano. Entrementes, o Comitê de Negociações esforçar-se-ia, através de contactos diretos com os Governos dos países participantes,

por encontrar uma fórmula que permitisse vencer o impasse criado.

Cumpre ressaltar que a representação do Brasil esforçou-se por reduzir a área de atrito e defender os interêsses dos países menos desenvolvidos, particularmente no que respeita à política protecionista dos grandes países industrializados.

MERCADO PREFERENCIAL DE AÇÚCAR DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE

Os fatos mais importantes quanto ao mercado preferencial norte-americano consistiram nas modificações introduzidas nas duas extensões do «Sugar Act»: a primeira prorrogação — 31 de dezembro de 1960 a 31 de março de 1961 — consignou a suspensão da quota cubana; a segunda, de 31 de março de 1961 a 30 de junho de 1962, manteve a suspensão da quota de Cuba e autorizou a Administração a dispor livremente da sobrequota que caberia a países com os quais os Estados Unidos da América não mantêm relações diplomáticas.

O Brasil teve acesso ao mercado preferencial norte-americano, beneficiando-se com um contingente de 306.000 toneladas.

CONSELHO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR

No decorrer de 1961, tôdas as reuniões promovidas pelo Conselho Internacional do Açúcar, com sede em Londres, tiveram fundo eminentemente administrativo.

TRIGO

CONSELHO INTERNACIONAL DO TRIGO

O Brasil participou da XXXII e da XXXIII Sessões do Conselho Internacional do Trigo, realizadas em Londres, respectivamente, em junho e novembro de 1961.

Na XXXII Sessão, o Brasil foi reeleito para o Comitê Executivo, o qual foi incumbido de designar um Grupo de Trabalho destinado a preparar as bases do nôvo Acôrdo Internacional do Trigo, a entrar em vigor em meados de 1962. O referido Grupo, do qual fêz parte o Brasil, completou o seu trabalho em outubro, submetendo-o à consideração dos membros do Conselho. A Conferência para a negociação do nôvo Acôrdo Internacional do Trigo está programada para 31 de janeiro de 1962.

Cabe notar que o prazo concedido ao Brasil para ratificação do Acôrdo Internacional do Trigo, assinado em 1959, e cujo período de vigência se estende até 31 de julho de 1962, vem sendo sucessivamente prorrogado.

CACAU

Durante o ano de 1961, o Brasil participou de diversas reuniões internacionais sôbre o cacau, realizadas no âmbito da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), dentre as quais merece referência especial a IV Sessão do Grupo de Estudos do Cacau da FAO, realizada em Accra, de 10 a 19 de abril. Nessa Conferência, da qual o representante do Brasil, Senhor A. Gomes Taveira, foi eleito Vice-Presidente, o Grupo de Estudos designou um Comitê encarregado de elaborar o anteprojeto de um Acôrdo Internacional do Cacau. Reunindo-se em Roma, de 19 a 23 de junho, o referido Comitê preparou um anteprojeto que engloba as principais disposições práticas necessárias ao tipo de acôrdo almejado, submetendo-o à consideração dos Governos interessados, para os primeiros comentários.

COOPERAÇÃO ECONÔMICA E TÉCNICA

A Divisão de Cooperação Econômica e Técnica nasceu do desdobramento da Divisão Econômica e da Divisão Comercial.

Sua criação e conjugação com a Comissão Nacional de Assistência Técnica patenteiam o propósito de abarcar, em tôda a extensão, o campo da cooperação econômica e técnica — dado o nexo existente entre os dois têrmos do binômio, freqüentemente de separação impraticável ou artificial — e isso nas duas modalidades de que se pode revestir essa atividade, a intergovernamental (ou bilateral) e a multilateral (sob os auspícios de órgãos internacionais). Essa competência conjugada, que se limita às atividades que se processem sob o radical do desenvolvimento econômico e social, consagra o elo entre os dois têrmos, dos quais a cooperação técnica é, por assim dizer, o elemento fecundador da ajuda econômica. Resulta, pois, que tôda assistência técnica e especialmente econômica para fins comerciais é alheia à esfera de sua competência.

De um modo geral, seus principais objetivos, em 1961, foram:

I — realizar o levantamento mais completo e exato das necessidades prioritárias de ajuda econômica e técnica;

II — explorar a fundo, de maneira integrada e sistemática, as possibilidades de obtenção dessa ajuda econômica e técnica, de parte das fontes governamentais e multilaterais;

III — participar das negociações para a obtenção dessa ajuda, de natureza, modalidade e têrmos mais convenientes ao interêsse nacional;

IV — participar, sob a orientação do órgão colegiado interministerial, da elaboração dos programas e projetos, e articular e supervisionar sua execução.

Para êsse fim, foi preciso levar em consideração as peculiaridades dos diversos programas, bem como as condições em que cada Govêrno dispensa tal assistência. Ademais, uma apreciação objetiva da situação existente demonstra que a América Latina é a região menos favorecida no que diz respeito à ajuda dessa natureza. Nessas condições, a

diretiva básica da Divisão de Cooperação Econômica e Técnica, no decorrer de 1961, foi a de procurar maximizar as oportunidades existentes, tanto no plano internacional, procurando atrair a maior parcela possível de assistência técnica, como no âmbito nacional, com a adoção de métodos de procedimento que permitam a melhor utilização dos recursos disponíveis, mediante a ação conjugada dos órgãos e entidades brasileiras interessadas.

Prosseguiram, durante o ano, as negociações com vistas à conclusão de acôrdos básicos de cooperação econômica e técnica com os Estados Unidos da América, a França, a República Federal da Alemanha, e Israel, e destinadas a colocar em bases estáveis, substanciais e sistemáticas o exercício dessa modalidade de assistência.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

No decorrer de 1961, a Divisão de Cooperação Econômica e Técnica sofreu considerável ampliação com a incorporação, em sua estrutura, das atribuições relativas à coordenação e execução do Programa de Cooperação Técnica do Govêrno dos Estados Unidos da América (Ponto IV).

Sua relevância em têrmos de influência para o desenvolvimento econômico e social do Brasil compreende mais de uma centena de projetos em setores da educação, do ensino industrial, dos recursos materiais, de atividades agro-pecuárias e da administração, vigentes em todo o território nacional.

Do estudo procedido, concluiu-se que era o Ministério das Relações Exteriores o órgão da administração federal que reunia o maior número de requisitos, técnicos e práticos, para o melhor desempenho das atribuições da representação brasileira no mesmo Programa, estando, como nenhum outro, em condições não só de proceder, junto com a Missão norte-americana, à expansão e diversificação do Programa de Co-

operação Técnica Brasil-Estados Unidos da América, mas também de levar à prática os princípios estabelecidos na Ata de Bogotá.

FRANÇA

A cooperação técnica prestada pela França compreendeu envio de técnicos altamente qualificados, estágio de aperfeiçoamento de engenheiros brasileiros, criação de centros de formação técnica, organização de ciclos de conferências sôbre assuntos técnicos específicos e, finalmente, intercâmbio de documentação técnica e criação de centros especiais para êsse fim.

No que se refere ao Brasil, a cooperação técnica francesa sòmente em 1960 adquiriu as características, que hoje mantém, de um dos principais programas de que se beneficia o nosso país.

Para o ano de 1961, previu-se a vinda de mais de sessenta técnicos, bem como a ida de aproximadamente 160 bolsistas brasileiros.

ALEMANHA

Os propósitos anunciados pelo Govêrno da República Federal da Alemanha, no sentido de intensificar a ajuda econômica aos países em desenvolvimento, determinaram uma reformulação dos princípios que regem a cooperação técnica entre os dois países, tal como vem sendo efetuada até o presente momento, bem como a reestruturação das práticas, métodos de procedimento e diretrizes administrativos, na coordenação e execução do programa.

JAPÃO

Em 1961, o programa brasileiro foi consideràvelmente ampliado, tanto no que se refere às modalidades já tradicionais de assistência técnica, como também pela inclusão de

outras mais recentes, qual seja a instalação, no Brasil, de centros mistos de treinamento técnico.

ISRAEL

Como estivesse a SUDENE interessada na experiência de Israel em regiões semi-áridas, ficou estabelecido que os entendimentos seriam iniciados com vista a estudar a possibilidade da vinda de técnicos em águas subterrâneas, bacias fluviais, bacias de açudes e agricultura, como base para a elaboração de um sistema mais amplo de cooperação, sendo de prever, para breve, a assinatura de Acôrdo Geral de Cooperação entre os dois países, para a consecução daqueles propósitos. Também será concedido maior número de bôlsas a estudantes brasileiros.

BÉLGICA

A partir da eclosão da crise no Congo Belga, a Divisão mostrou-se atenta à eventualidade de atrair para o Brasil os técnicos belgas em disponibilidade, notadamente no domínio da agro-pecuária tropical.

FEIRAS E EXPOSIÇÕES INTERNACIONAIS DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Desde sua instituição, em fins de 1958, foi cometido à Divisão de Cooperação Econômica e Técnica o encargo dos assuntos relativos à participação do Brasil em Feiras e Exposições Internacionais de Comércio e Indústria.

Em conseqüência, porém, da reforma que em 15 de julho reestruturou os serviços do Ministério das Relações Exteriores, tais atribuições passaram à competência da Divisão de Propaganda e Expansão Comercial, à qual foi entregue um estudo sôbre o tratamento programático do assunto, inspirado em dois princípios cardiais — maximizar o aprovei-

tamento das oportunidades comerciais e minimizar os ônus do empreendimento — assim resumidos:

I — a participação brasileira em qualquer certame internacional de comércio e indústria deverá ater-se à verificação da conveniência efetiva (por meio de prévia consulta aos meios interessados) de nêle nos representarmos utilitária e condignamente;

II — sendo o interêsse mercantil o móvel determinante do empreendimento, mais valerá comparecer a Feiras (de caráter eminentemente utilitário) do que a Exposições; pelo menos nos primeiros tempos e, atenta a exigüidade dos recursos, o comparecimento deverá ser limitado em número, de 4 a 6 por ano, judiciosamente selecionados segundo a localização, significação e interêsse, do ponto-de-vista do Brasil;

III — tendo em conta, por um lado, que os reflexos de um certame de qualidade extravazam das fronteiras do país em que se realiza e, por outro, as vantagens daí resultantes para a redução do custo do empreendimento, a participação brasileira deverá ser concebida em têrmos de áreas geográficas regionais, estabelecendo-se prèviamente um calendário-roteiro a ser percorrido por exposição itinerante, dotada, inclusive, de «pavilhão mostruário» próprio, desmontável, e composto de materiais genuìnamente brasileiros;

IV — estabelecer, para tornar possível e proveitoso o empreendimento, uma nova modalidade de colaboração entre o poder público e as entidades de classe e iniciativa privada, visando a melhor utilização dos recursos investidos e a equitativa partilha dos ônus do empreendimento, mediante escrupulosa contabilização na aplicação dos recursos.

COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Comissão Nacional de Assistência Técnica empreendeu, em 1961, laboriosa atividade, merecendo registro os tópicos adiante arrolados.

Pedido Global do Brasil para 1961-62 ao Programa Ampliado de Assistência Técnica — Defrontando-se com a nova modalidade de programação bi-anual da ajuda requerida das Nações Unidas e seus Organismos Especializados, no quadro do Programa Ampliado de Assistência Técnica, a Direção Executiva da Comissão Nacional de Assistência Técnica tomou as iniciativas pioneiras de: promover, junto a 120 órgãos oficiais e entidades, em todo o país, uma melhor divulgação das oportunidades oferecidas; obter, por via de retôrno, um primeiro levantamento das necessidades nacionais em matéria de assistência técnica internacional, com vistas a buscar sua satisfação, quer junto às Organizações multilaterais — ONU e OEA — quer no plano bilateral, junto a Governos com os quais o Brasil incrementa essa modalidade de cooperação, e avocar a si a elaboração integral do Pedido Global do Brasil, que abrangeu 38 entidades e órgãos brasileiros, incluiu alguns novos setores de atividades e ascendeu ao valor total de US$ 1.121.018,00, integralmente aprovado pela junta de Assistência Técnica das Nações Unidas.

Projetos Brasileiros apresentados ao Fundo Especial — A Comissão Nacional de Assistência Técnica tem tratado de estimular, em tôda a administração brasileira, entidades para-estatais e instituições privadas, a elaboração de projetos que digam respeito ao desenvolvimento econômico e social do país e que possam vir a ser apoiados pelo Fundo

Especial das Nações Unidas. Os projetos apresentados foram os seguintes:

1. Projeto relativo a pesquisas hidrológicas no curso médio e inferior do Rio São Francisco, visando à introdução de irrigação em larga escala na região semi-árida do Nordeste; elaborado pela SUDENE e com uma duração prevista de cinco anos, o projeto a cargo da FAO, que prevê um dispêndio de US$ 974.200 pelo Fundo Especial e US$ 990.000 pelo Govêrno brasileiro, foi encaminhado a êste em 1959, aprovado em 1960 e já se acha em início de execução;

2. Projeto relativo a uma Escola Nacional Florestal na Escola de Agronomia de Viçosa, da Universidade de Minas Gerais e prevendo assistência do Fundo Especial no montante de US$ 1.000.000, sendo a contraprestação brasileira de US$1.100.000, para o fomento do ensino e da pesquisa em silvicultura, durante um período de cinco anos. A cargo da FAO, o projeto foi encaminhado ao Fundo Especial em 2 de setembro de 1960, estando atualmente em fase de revisão.

3. Projeto referente à criação de uma Escola Superior de Física vinculada ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, órgão regional da UNESCO para a América Latina — estatuto êsse também obtido graças à ação diplomática iniciada pela Comissão Nacional de Assistência Técnica. Submetido ao Fundo Especial em 30 de dezembro de 1960, o projeto, também a cargo da UNESCO, encontra-se em fase de revisão.

4. Projeto elaborado pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e pelo Coordenador Geral da Comissão para a Universidade de Brasília, com assessoria do Professor Dino Zanobetti, perito da UNESCO para assuntos do Fundo Especial, para o estabelecimento de um «Instituto de Física Pura e Aplicada», na Universidade de Brasília. O projeto em causa substituirá o que fôra submetido ao Fundo

Especial, em 30 de dezembro de 1960, relativo à criação de uma Escola Superior de Física. Apresentado pelo Govêrno brasileiro ao Fundo Especial em 27 de outubro de 1961.

5. Projeto elaborado pela «Centrais Elétricas de Minas Gerais» (CEMIG). Submetido à aprovação do Fundo Especial em 8 de novembro de 1961, para uma completa pesquisa hidrológica das principais bacias hidrográficas do Estado, visando ao adequado planejamento da utilização do seu potencial hidroelétrico. O Fundo Especial despenderá com o projeto, no período de 3 anos, US$659.000, e o Govêrno brasileiro US$ 525.000, e mais um total de gastos locais calculados na base de 15% dos serviços de peritos que serão incluídos nos subcontratos.

6. Projeto elaborado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) submetido à aprovação do Fundo Especial em 8 de novembro de 1961 para detalhada investigação dos depósitos de sal-gema em Sergipe e possìvelmente em Alagôas, tendo em conta o estabelecimento da indústria de álcalis na região. Para um período de 2 e 1/2 anos, foi previsto o dispêndio de US$ 571.000, pelo Fundo Especial e US$ 350.000, pelo Govêrno brasileiro e mais um total de gastos locais, calculados na base de 15 % dos serviços de peritos, que serão incluídos nos subcontratos.

7. Projeto do Govêrno brasileiro para o estabelecimento, em São Paulo, de um «Centro Tropical de Pesquisas e Tecnologia Alimentar», com o objetivo de realizar pesquisas aplicadas no campo da tecnologia alimentar e oferecer treinamento técnico a profissionais brasileiros, tanto na indústria privada como dos órgãos e entidades governamentais. O Centro compreenderá uma Divisão de Produtos de Origem Animal e outra de Produtos de Origem Vegetal. Terá a duração de 5 anos, sendo a contribuição do Fundo Especial de US$ 1.659.676 e a do Govêrno brasileiro de

US$ 2.100.297. Submetido ao Fundo Especial em 22 de novembro de 1961.

Catálogo Brasileiro de Bôlsas e Serviços — Publicado anualmente desde 1951, reune o Catálogo Brasileiro de Bôlsas e Serviços um certo número de oportunidades oferecidas a profissionais estrangeiros, selecionados por intermédio das Nações Unidas, para cursos especializados de pós-graduação e estágios de treinamento em instituições brasileiras do mais alto padrão, nos mais diversos setores de atividades relacionados com o desenvolvimento econômico e social e o progresso científico e tecnológico. A Comissão Nacional de Assistência Técnica ultima o preparo da edição do Catálogo para 1962, buscando ainda a diversificá-lo e enriquecê-lo e dar-lhe o tratamento e a divulgação compatíveis com a importância das instituições que o integram e o valor de sua missão, que será tornada extensiva à OEA.

No presente, o «Catálogo» totaliza a oferta de 100 bôlsas de estudo, em 20 instituições e órgãos, abrangendo os mais variados campos de atividades.

Utilização do Catálogo e distribuição das bôlsas

	Organismos interessados	Bôlsas oferecidas	Bôlsas utilizadas
	AAT	43	11
	FAO	38	9
1961	UNESCO	4	1
	OIT		
	OMS	11	—
	ICAO	2	—
		100	21

Sob a rubrica da FAO estão as bôlsas de maior duração. O interêsse pelas mesmas, no entanto, vem sofrendo um certo decréscimo, tendo sido fraco o movimento em 1961. Para a diminuição da «freqüência» do «Catálogo» muito contribuiu a elevação do custo de vida no país, que tornou insuficientes ou pouco alentadores os níveis de estipêndios oferecidos.

A fim de dinamizar o «Catálogo», cogitou a Direção Executiva da CNAT de reajustar, a par de outras medidas, o estipêndio mensal pago aos bolsistas, nos limites de suas possibilidades, e tendo presente não estabelecer muito grande disparidade entre bolsistas brasileiros e bolsistas estrangeiros, lado a lado. Para êsse fim, foram consultados, em meados de 1960, a CAPES, a Fundação Getúlio Vargas e também ouvidas as instituições participantes do «Catálogo». Dessa consulta resultou ser elevado, em 1961, de .... Cr$ 12.000,00 para Cr$ 18.000,00 o nível máximo dos estipêndios dos bolsistas, acrescidos no mês inicial de um auxílio de Cr$ 4.000,00, a título de primeira instalação. Dada a contínua elevação de custo de vida, viu-se a Direção-Executiva na contingência de reajustar os estipêndios do CBBS, elevando de Cr$ 18.000,00 para Cr$ 25.000,00 o nível máximo para o próximo exercício, mantendo o auxílio de primeira instalação em Cr$ 11.000,00.

A Comissão Nacional de Assistência Técnica esforça-se por obter maior adjudicação de bôlsas de parte das Nações Unidas, aspecto êsse que tem sido sacrificado no conjunto de atividades do Programa de Assistência Técnica.

Levantamento de estudos de programas e projetos de cooperação econômica e técnica em outros países — Utilizando a rêde de órgãos da Secretaria de Estado no exterior, a Comissão Nacional de Assistência Técnica traz em contínua atualização o levantamento e, na medida de suas disponibilidades em tempo e pessoal, o estudo dos acôrdos, programas e projetos de interêsse imediato para o desen-

volvimento econômico e social nos diferentes países subdesenvolvidos.

Aproveitamento do programa regular de Assistência Técnica — Tem-se empenhado a Comissão Nacional em obter um melhor conhecimento e aproveitamento dos Programas Regulares das Nações Unidas e de seus Organismos Especializados, financiados pelo orçamento geral, para integrá-los em um planejamento global. Está em curso uma ação concertada com as Missões e Delegações brasileiras junto às Organizações aludidas, com o objeto de esclarecer a situação dos referidos Programas e de suas disponibilidades em recursos, ainda mais escassos do que aquêles atribuídos ao Programa Ampliado, embora haja sido, até o momento, extremamente difícil vencer as resistências opostas à obtenção de dados mais precisos a respeito.

Aproveitamento dos Programas de Cooperação Interamericana da OEA — O Programa de Cooperação Técnica da OEA é de vulto sensìvelmente menor, mas, em compensação, é de muito maior flexibilidade do que o seu equivalente das Nações Unidas; o Programa de Bôlsas da OEA, além dessa maior flexibilidade, oferece, igualmente, aos Estados-membros da organização regional, maior número de oportunidades do que aquelas oferecidas pelo programa equivalente das Nações Unidas, programa êsse que não só vem sendo reduzido em vulto, mas que ainda tem de atender a um número quádruplo de solicitantes.

Programa de Cooperação Técnica — Consiste, primordialmente, no envio de peritos de alta qualidade para missões de assessoria até 3 meses, prorrogáveis; na realização de cursos, seminários, grupos de trabalhos sôbre questões ligadas ao desenvolvimento econômico e social de interêsse regional e na execução de programas de estudos, trabalhos e pesquisas dos diferentes Centros Pan-Americanos, sediados em diferentes países.

As solicitações de assistência técnica direta, apresentadas por intermédio das Delegações dos Governos, aumenta dia a dia. De 1º de janeiro a 30 de junho de 1961, foram recebidos 34 pedidos dos Estados membros dos quais 30 foram atendidos. O Brasil tem-se beneficiado, particularmente, dêsse Programa, ocupando o 1.º lugar dentre os países contemplados, seguido pela Argentina, Colômbia e Bolívia.

Em 1961, o Brasil recebeu as seguintes Missões pelo Programa de Assistência Técnica Direta, da CEA:

John Friedman — Comissão de Planejamento Econômico do Estado da Bahia.

Paulo Alvin — engenheiro agrônomo — Govêrno do Estado da Bahia.

Para 1962, foram pedidos:

W. R. S. Grierson — técnico em citricultura — Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz.

Guy Smith — Comissão de Solos do Ministério de Agricultura.

Um técnico em ensino primário, profissional e normal — Govêrno do Estado do Ceará.

Professor Stefan Robock — Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade do Ceará.

Professores J. G. Daunt e

Hugo Camerini — Departamento de Física da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Professor Mário Yuri — Comissão do Vale de São Francisco.

Estão localizados no Brasil os seguintes centros:

Centro Pan-Americano de Febre Aftosa — Instalado na estrada Rio-Petrópolis, dedica-se à elaboração da vacina de ampla validade para combater as principais variedades de epizootia que assolam os rebanhos latino-americanos, pre-

judicam o melhor aproveitamento dessa riqueza e têm influência direta nos respectivos balanços de pagamento. Acha-se em estudos a proposição de medidas adequadas para redimir a considerável mora em que se encontra o Govêrno brasileiro, sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, no atendimento de compromissos, particularmente a ampliação de estábulos, de influência direta na atividade dos trabalhos do Centro. Em 1961, frequentaram o Centro 21 bolsistas, dos quais 7 brasileiros e 14 da CEA.

Centro Pan-Americano de Treinamento e Avaliação de Recursos Naturais (*CEPERN*) — Igualmente vinculado ao Ministério da Agricultura, acha-se instalado em dependências da Universidade Rural, no chamado Km 47 da Estrada Rio-São Paulo (a distância efetiva é de km 70).

Após demorados estudos da Direção do Centro e da CNAT, foi encontrado que a melhor fórmula para dar execução ao propósito do Govêrno, nas circunstâncias prevalecentes, seria incluir o Centro, depois de passar à responsabilidade total do Brasil, como um dos Institutos da Universidade do Este, a ser criada em Sete Lagôas.

Programa Interamericano de Adestramento e Administração de Emprêsa — Funciona em São Paulo, na Escola de Administração de Emprêsas da Fundação Getúlio Vargas. Oferece dois cursos anuais de 4 meses de duração, cada um dos quais frequentado por 20 bolsistas procedentes das outras Repúblicas Americanas, além dos brasileiros.

No que respeita ao comparecimento a cursos e seminários patrocinados pela OEA, em Centros interamericanos ou em instituições de ensino nacionais, a Direção-Executiva da CNAT se tem esforçado, com resultados satisfatórios, em obter o melhor aproveitamento possível das oportunidades oferecidas.

Em 1961, o quadro de cursos e candidatos foi o seguinte:

Centro Interamericano de Educação Rural, 4 bôlsas — 3 do Rio Grande do Sul, 1 do Ceará.

Curso Interamericano de Planejamento e Administração de Programas de Bem-Estar Social — Buenos Aires — 2 bôlsas.

Curso Regional de Habitação Rural — Argentina — 3 bôlsas.

Seminário Internacional de Investigações em Administração Rural — Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas — Argentina, 3 bôlsas e candidatos indicados pelo Departamento Nacional da Produção Vegetal.

Promovido pelo Centro Latino Americano de Crédito Agrícola, iniciou-se a 23 de outubro, em Campinas, com a colaboração da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e do Departamento da Produção Vegetal, um Curso Internacional de Crédito Agrícola, do qual foi feita ampla divulgação e ao qual compareceram representantes das seguintes instituições interessadas: Banco de Crédito da Amazônia, Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, Govêrno do Estado de São Paulo, Govêrno do Estado de Santa Catarina, Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais.

Ainda no âmbito da cooperação interamericana, mereceria ser estudada a utilidade de outros projetos, que poderiam, no caso de conclusão favorável, vir a ser patrocinados pelo Brasil; um de treinamento em Administração Municipal, outro de «Formação de Administradores de Desenvolvimento Econômico» ou talvez, a colaboração da OEA para a expansão e maior freqüência de iniciativa, de tanto interêsse quanto o «Curso de Capacitação em Problemas de Desenvolvimento Econômico», criado e mantido pela CEPAL.

Programa de Bôlsas da OEA. — Mediante concessão de bôlsas de estudo, propõe-se o referido programa: com-

plementar as outras atividades da Organização e os programas nacionais com fins semelhantes; satisfazer as necessidades básicas dos Estados-Membros, de acôrdo com suas preferências, e contribuir para a máxima utilização das Instituições de Educação e Treinamento, existentes nos Estados-Membros.

É a seguinte a posição dos quatro países que dêle mais se beneficiaram: Colômbia, Brasil, Argentina e México.

Programa de Assistência às Universidades — É de futura relevância, mas atualmente sua existência é quase que nominal, em virtude da extrema exigüidade de seus recursos. Espera-se que, na próxima IX Conferência Interamericana, a realizar-se em Quito, venha a ser ventilado o assunto, à luz das novas e estimulantes circunstâncias que influem atualmente na cooperação regional.

Responsabilidades Financeiras do Brasil para os Programas de Assistência Técnica (ONU) e da Cooperação Técnica (OEA). — A contribuição anual do Brasil ao Programa Ampliado de Assistência Técnica das Nações Unidas e organizações especializadas, que tem atingido, desde 1958, o montante de Cr$ 15.400.000,00, subdivide-se em:

a) Cr$ 12.400.000,00 em espécie;

b) Cr$ 3.000.000,00 em prestação de assistência técnica, sob a forma de «Catálogo Brasileiro de Bôlsas e Serviços».

A contribuição em dinheiro vinha sendo obtida mediante a participação do Ministério da Viação e Obras Públicas, Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e o Ministério das Relações Exteriores, êste, pela importância de Cr$ 4.800.000,00. A contribuição em assistência técnica é constituída pela contabilização dos serviços prestados pelo «Catálogo Brasileiro de Bôlsas e Serviços», de que já se tratou. A Expansão do «Catálogo», com a inclusão de cêrca de 15 novas instituições, da

mais alta expressão, com correspondente aumento de bôlsas, deverá conduzir, de par com a melhor divulgação das oportunidades oferecidas, a melhor utilização do «Catálogo» e conseqüente elevação da contribuição brasileira ao Programa ampliado de Assistência Técnica.

Para 1962, a contribuição do Brasil ao referido Programa será igual à dos anos anteriores, ou seja, ... Cr$ 15.400.000,00. Entretanto, por não ter sido incluída na proposta orçamentária do Ministério da Viação e Obras Públicas dotação para êsse fim, ficará a contribuição em espécie reduzida a Cr$ 11.700.000,00, compreendendo a quota do Itamaraty, no valor de Cr$ 5.800.000,00 e a da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia, no valor de Cr$ 5.900.000,00. Quanto à contabilização do Catálogo Brasileiro de Bôlsas e Serviços, foi estimada a sua utilização em Cr$ 3.700.000,00, o que permitirá alcançar o montante de Cr$ 15.400.000,00.

Ademais, existe, ainda, como responsabilidade financeira do Brasil, o pagamento das diárias, *local costs*, dos peritos a serviço de órgãos e entidades recipiendárias da assistência e proporcional ao valor dessa assistência.

A contribuição do programa de cooperação-técnica da OEA é atendida por dotação orçamentária do Ministério das Relações Exteriores, na importância de Cr$ 3.600.000,00.

O Diretor-Executivo da Comissão Nacional de Assistência Técnica propôs a elevação dos montantes das contribuições do Brasil ao Programa Ampliado de Assistência Técnica, Fundo Especial das Nações Unidas e Programa de Cooperação Técnica da OEA, à vista dos auxílios recebidos dêsses Programas. As modificações sugeridas, aceitas e incluídas na proposta orçamentária para 1962, foram:

PAAT/ONU de Cr$ 4.800.000,00 para Cr$ 5.800.000,00
FENU/ONU de Cr$ 3.850.000,00 para Cr$ 4.500.000,00
PCT/OEA de Cr$ 3.600.000,00 para Cr$ 5.000.000,00

Reforma da Comissão Nacional de Assistência Técnica A CNAT foi criadia pelo decreto n.° 28.799, de 27-X-50, e seu regulamento baixado com o decreto n.° 34.763, de 9-XII-53. Êsses diplomas legais contam-se, sem dúvida, dentre os primeiros que se ocuparam do assunto, visto que o Programa Regular de Assistência Técnica foi criado pela Resolução n.° 200 (III), e o Programa Ampliado foi criado pela Resolução 222-A (IX), de 1949, ambas do ECOSOC

Desde há algum tempo, entretanto, vem-se fazendo sentir a necessidade de revisão daqueles textos, para incorporar a experiência adquirida no trato das questões complexas de que cogitam para ajustar a competência do órgão ao desdobramento e à expansão que experimentaram os assuntos de sua incumbência, para dar-lhe a estrutura que melhor o habilitasse ao desempenho de suas tarefas acrescidas, tanto mais quanto, não existindo no diploma que a criou indicação alguma quanto à sua composição, essa, aos poucos, se distanciou dos setores de atividades e dos outros órgãos da Administração diretamente interessados naqueles assuntos.

Em obediência à decisão tomada, pelo plenário da CNAT, em reunião de janeiro de 1961, a Direção-Executiva preparou e submeteu à discussão, na reunião de 25 de fevereiro seguinte, projeto de decreto que consubstanciasse aquelas medidas.

A composição e atribuições que constam do projeto da Direção-Executiva capacitam a Comissão a um papel ajustado à nova modalidade de trabalho para a elaboração do pedido global de assistência técnica, a ser adotada pelas Nações Unidas, a partir de 1963, método êsse baseado em «programação por projetos», em escala nacional. Êsse novo sistema não só favorecerá o planejamento governamental, como permitirá estreitar a coordenação dos órgãos nacionais e entidades estrangeiras participantes das atividades.

Reestruturados, sediados e aparelhados para eficaz funcionamento, terão os órgãos de trabalho da Comissão Nacional de Assistência Técnica os requisitos imprescindíveis para que, como é imperativo, se opere a urgente e radical melhoria da natureza e teor da participação do Govêrno brasileiro na formulação e implementação das atividades de cooperação internacional, para fins de desenvolvimento nacional.

TRANSPORTES

No setor de transportes marítimos, o Ministério das Relações Exteriores continuou sua cooperação com outros órgãos da administração, tendo em vista dar continuidade e fortalecer a política do Govêrno de entregar, preferencialmente, a navios brasileiros, as cargas de importação que gozam de favores governamentais. Essa orientação visa a assegurar à marinha mercante brasileira uma participação razoável no comércio exterior do país e tem por objetivo o interêsse cambial do Brasil, cujo orçamento oficial em moeda estrangeira, há alguns anos, não permite qualquer liberalidade nos gastos em divisas, especialmente quando boa parte dêsses gastos pode ser liquidada em moeda nacional. Convenientemente atendida, a economia em fretes permite que sejam liberados recursos para aumentar o volume de mercadorias a serem importadas não só para preservar níveis críticos de consumo das indústrias e da população, mas também para manter um rítmo satisfatório nos empreendimentos destinados a promover a solução inadiável do programa de desenvolvimento econômico do país.

Outrossim, no decorrer de 1961, o Itamaraty participou, na qualidade de observador, dos trabalhos da II Sessão do Comitê Consultivo Intergovernamental para Assuntos Marítimos, em Londres.

No campo do transporte aéreo, o Ministério das Relações Exteriores continuou atento aos inúmeros e freqüentes problemas surgidos naquela área, participando ativamente nos trabalhos da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI), do Ministério da Aeronáutica, na qual tem representante efetivo. Durante o ano de 1961, o Itamaraty tomou parte nas Reuniões de Consulta com a República Federal da Alemanha, Grã-Bretanha e Suíça para revisão dos Anexos aos Acôrdos do Brasil com aquêles países, tendo a consulta com aquêle último chegado a um impasse por motivo de divergências no tocante a questões de capacidade. Participou também o Itamaraty das negociações que culminaram na conclusão de um Acôrdo sôbre Transportes Aéreos entre o Brasil e a República Árabe Unida. Em 1961, foi ainda ratificado, por troca de notas, o resultado da Reunião de Consulta efetuada em 1960 entre o Brasil e a França.

Ainda no campo dos transportes aéreos comerciais, o Ministério das Relações Exteriores, como um dos órgãos responsáveis pela política aérea internacional do país, assistiu cada vez mais apreensivo, no decorrer de 1961, à crescente deterioração do mercado aéreo do Atlântico Sul, resultado precípuo do excesso de capacidade, o qual tende a se agravar com a introdução dos aviões a jato, de maior número de assentos e o uso comercial, para breve, dos supersônicos. Essa diferença entre a oferta e a procura, aliada à maior agressividade da política aérea brasileira, tem gerado atritos nas relações aeronáuticas do Brasil com os países cujas emprêsas participam da exploração daquele mercado; tal diferença resultou, no ano de 1959, em vultoso «dumping» tarifário, com prejuízos para a economia nacional, havendo-se repetido, em 1961, por mais de uma vez, a ameaça de nova guerra tarifária.

Verificaram as autoridades competentes brasileiras que algumas emprêsas aéreas contribuem mais definidamente

para a impossibilidade de um melhor disciplinamento do mercado aéreo do Atlântico Sul, porquanto os países de suas respectivas bandeiras não possuem potencial de tráfico próprio para o Brasil, ou, em conjunto, para a América do Sul, circunstância que as leva a operar à base de tráfico fundamental (3.ª e/ou 4.ª liberdades do ar) de outros países, que para elas constitui tráfico acessório (5.ª liberdade do ar). Ademais, aquelas emprêsas, no período de vigência dos acôrdos aéreos entre o Brasil e os paises de suas respectivas bandeiras, conseguiram um *statu quo* que hoje lhes permite explorarem serviços aéreos para e através de território brasileiro em detrimento dos legítimos interêsses da emprêsa nacional.

O Govêrno brasileiro, através do Itamaraty e demais órgãos responsáveis, vem, há alguns anos, procurando disciplinar o mercado aéreo em aprêço, pela adoção de inúmeras medidas. A situação atual do referido mercado, os tipos de equipamentos introduzidos nas rotas e a posição de certas emprêsas aéreas estrangeiras convenceram as autoridades brasileiras da impossibilidade de disciplinar ou corrigir o estado de coisas existente, dentro do mecanismo de certos acôrdos aéreos em vigor.

Assim, por notas de 14 de novembro de 1961, entregues pelo Ministério das Relações Exteriores às Embaixadas dos respectivos países, o Govêrno brasileiro denunciou seus Acôrdos sôbre Transportes Aéreos com a Dinamarca, Noruega, Suécia, Países Baixos e Suíça. Nas notas de denúncia foi manifestada a disposição do Govêrno brasileiro em aceitar negociações com aquêles países, destinadas a examinar a possibilidade do restabelecimento do intercâmbio aeronáutico em novas bases, que atendam aos interêsses dos mesmos e do Brasil.

Ainda no decorrer de 1961, o Itamaraty participou, na qualidade de observador, da «Conferência Européia de

Aviação Civil» (CEAC), realizada em Estrasburgo, na França, e da «Conferência Interamericana de Transportes Aéreos» (CITA), efetuada em Santiago do Chile.

Outrossim, o Ministério das Relações Exteriores tomou as providências necessárias para a extensão da linha da PANAIR DO BRASIL S.A. até o Cairo e para a substituição da REAL S.A. TRANSPORTES AÉREOS e da AEROVIAS BRASÍLIA S.A., nas linhas para Tóquio e para Miami e Chicago, respectivamente, pela EMPRÊSA DE VIAÇÃO AÉREA RIOGRANDENSE S.A.

Finalmente, o Itamaraty continuou a sua íntima colaboração com a Diretoria de Aeronáutica Civil, do Ministério da Aeronáutica, no tocante a autorizações de sobrevôo e pouso em território brasileiro por aeronaves civis estrangeiras engajadas em vôos não regulares, e com o Estado Maior da Aeronáutica no que se refere não apenas a sobrevôo do território nacional por aeronaves estrangeiras, mas a pedidos de sobrevôo e pouso para aviões da FAB com destino ao Egito, em missão do Batalhão Suez, e a outros países. Essa colaboração com o Estado Maior da Aeronáutica se estendeu inclusive ao estabelecimento da nova linha do Correio Aéreo Nacional para Quito, inaugurada em novembro de 1961, e aos serviços de busca e salvamento de aeronaves militares brasileiras desaparecidas em território estrangeiro.

PROPAGANDA E EXPANSÃO COMERCIAL

Pelo Decreto n.º 50.332, de 10 de março de 1961, o Govêrno emprestou nova estrutura aos antigos Escritórios Comerciais e criou o Serviço de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil no Exterior (SEPRO), no âmbito dêste Ministério. Para a observância das diversas disposições do Decreto em aprêço, o Itamaraty tomou as providências correspondentes, cumprindo ressaltar, entre elas, a Portaria número 67, de 5 de maio de 1961, pela qual alterou-se, a título

experimental, a estrutura do Departamento Consular, para compreender uma nova unidade, a Divisão de Propaganda Comercial (DIPROC).

Como decorrência da regulamentação da Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961, o Decreto nº 1, de 21 de setembro último, aprovou o Regulamento Orgânico dêste Ministério, dispondo no art. 17: «Ao Secretário Geral Adjunto para Assuntos Econômicos (AAE) são subordinadas as seguintes Divisões e Serviços:

. . . .

. . . .

5. Serviço de Expansão Comercial (SEC)».

Foi, finalmente, lavrado Decreto especial que dá a seguinte redação ao mencionado inciso 5 do art. 17 do Decreto n.º 1: «5. Divisão de Propaganda e Expansão Comercial (DIPROC)».

ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO

A Divisão efetuou os estudos e levantamentos necessários para organizar e coordenar as suas atividades e as do SEPRO, a fim de estruturá-las de acôrdo com o Decreto n.º 50.332, de 10 de março de 1961 e com os objetivos de se promover a propaganda e expansão comercial do Brasil no exterior, no quadro dos recursos existentes. Procurou-se dinamizar as atividades dos antigos Escritórios Comerciais e conferir-lhes a segurança de que, no Brasil, existe um órgão central capaz de dar pleno atendimento a tôdas as consultas formuladas na área do comércio internacional brasileiro. Outrossim, estabeleceu-se o critério de que a revitalização da rêde consular brasileira é elemento essencial para o planejamento dos trabalhos do SEPRO e sua eficaz execução.

FUNCIONAMENTO DOS SEPRO

Através de circulares e outros expedientes, procurou a Divisão manter o funcionamento dos SEPRO em alto nível de rendimento. Estabeleceu atribuições específicas e claras para servirem de modêlo aos SEPRO. Passou a exigir relatórios mensais de atividades, bem como cópia da correspondência trocada entre os SEPRO e seus consulentes, no exterior e no Brasil. Do exame permanente dêsse material, pôde a Divisão recomendar critérios que tornam mais rápido o andamento das consultas e mais direto o entendimento entre o exportador brasileiro e o importador no exterior.

COOPERAÇÃO COM AS ENTIDADES DE CLASSE

A Divisão mantém, em ritmo crescente, constante entendimento com as entidades de classe, representativas das fontes produtoras do Brasil. Nesse particular, é copiosa a correspondência trocada com a Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio, Confederação Rural Brasileira, Associação Comercial do Estado da Guanabara, Associação Comercial do Estado de São Paulo, Associação Comercial do Estado de Minas Gerais, Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, Federação das Associações Rurais do Estado do Rio Grande do Sul, Associação Brasileira de Exportadores, Sindicatos de classe e outras entidades. Contatos diretos têm sido mantidos nesta cidade, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, com resultados para o interêsse comum do incremento e diversificação das exportações brasileiras. Pretende-se chegar, assim, a um aperfeiçoamento de métodos para facilitar a presença da indústria, do comércio e dos produtos agro-pecuários do Brasil no mercado mundial.

INFORMAÇÕES COMERCIAIS

Empenha-se a Divisão em solucionar o problema das informações comerciais sôbre produtos e exportadores brasileiros, para divulgação no exterior. Não só o assunto não está sistematizado, quer oficial, quer particularmente, senão também são precárias e contraditórias as fontes de informação. A coleta de dados é penosa e, geralmente, os dados obtidos não refletem a realidade. É necessário, pois, um esfôrço constante a fim de que, sem mais perda de tempo, possam os SEPRO e as demais Repartições brasileiras no exterior estar habilitadas a responder, expedita e eficazmente, às consultas daqueles que se mostram propensos a comerciar com o Brasil. A equipe da Divisão está elaborando planos para editar, em colaboração com as entidades e particulares interessados, um «Manual do Exportador Brasileiro» e um «Manual do Importador e Produtos Brasileiros», trabalhos em português e inglês, capazes de esclarecer adequadamente qualquer consulta sôbre como, quando e com quem comerciar no Brasil.

ZONA FRANCA DE MANAUS

A criação, regulamentação e estrutura da «Zona Franca de Manaus» foi amplamente divulgada no exterior, por intermédio das Missões diplomáticas, Repartições consulares e do SEPRO. Êsse trabalho foi elaborado em cooperação com a Divisão Consular e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os folhetos distribuídos sôbre a Zona Franca de Manaus foram acompanhados, em alguns casos, de pequena memória sôbre a importância econômico-social da Amazônia, em vários idiomas, inclusive em árabe e japonês.

VIAGEM DO «CUSTÓDIO DE MELLO»

A Divisão prestou todo o apoio material e de pessoal para o êxito da viagem do Navio-Escola «Custódio de Melo»,

especialmente no que se refere à montagem da pequena exposição industrial que levou.

CARTA DO BRASIL PARA A ÁFRICA

A fim de facilitar a crescente ação diplomática do Brasil na África, a Divisão incumbiu-se de planejar e executar a edição de uma «Carta para a África». Bàsicamente, trata-se de uma publicação em poucas páginas, a três côres, em português, francês e inglês, de apresentação tipográfica moderna e esmerada, com uma tiragem mensal de cinco mil exemplares. Cada número, além de um editorial sôbre assunto de interêsse político mútuo, contém pequenos artigos que retratam a realidade brasileira. A «Carta» leva ainda uma série de informações úteis sôbre a presença do Brasil na África e pequena composição fotográfica. O primeiro número circulou em outubro e o segundo já está sendo impresso em Berna. O planejamento dessa atividade da Divisão foi efetuado com o auxílio de um grupo de profissionais especializados, e sua execução está sendo realizada com os recursos existentes, sem ser necessária qualquer suplementação de verba.

A NOVA POLÍTICA ECONÔMICA

A Divisão, com a ajuda de uma equipe de técnicos ,está preparando, para ser dada a lume, uma publicação de trinta e duas páginas sôbre a política econômico-financeira do Govêrno. Será impressa em português, espanhol, inglês, francês, alemão e italiano. O texto, além de conter uma súmula histórica dos problemas cambiais do Brasil, apresenta ao leitor, em linguagem acessível e exata, a nova orientação seguida a partir da Instrução 204 até a Instrução 220. Embora se trate de projeto complexo e difícil, a sua plena efetivação também não acarretará qualquer pedido de refôrço de verba.

MAPA ECONÔMICO DO BRASIL

Contando com a cooperação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Divisão atualizou a edição, em inglês, do Mapa Econômico do Brasil, dando-lhe cunho moderno e dinâmico e mandando-o imprimir pelo SEPRO em Roma. De acôrdo com a receptividade dessa publicação, especialmente nos centros universitários e escolares, a Divisão tenciona reproduzí-lo em grandes quantidades para divulgação nos Estados Unidos da América e no Canadá. Providenciará, também, a edição do «Mapa» em espanhol, francês e italiano, para distribuição no primeiro trimestre de 1962.

PROMOÇÃO DO MATE NO EXTERIOR

A Divisão está empenhada em abrir mercados para o mate brasileiro. Nesse sentido, convocou os Diretores do Instituto Nacional do Mate para acertar um sistema de trabalho conjunto. De início, procurou-se valorizar o esfôrço industrial dos produtores de Mato Grosso, cuja grande fabricação de mate solúvel estará sendo oferecida aos mercados nos princípios de 1962. Nessa época, iniciar-se-á campanha de propaganda para colocar a bebida refrigerante no mundo árabe e na Itália. Concomitantemente, será feito um esfôrço para a colocação do mate nos Estados Unidos da América, no Canadá e no México. Nesse sentido, os SEPRO respectivos já receberam instruções, sendo que os de Nova York e de Roma ficaram encarregados de contratar, com os professôres Chiego (da Duke University) e Foschini (do Instituto de Merceologia de Roma), a análise bioquímica do mate, com vistas a informar a publicidade comercial. Outrossim, a Divisão e o Instituto Nacional do Mate estudaram as bases de um Convênio de cooperação entre os dois órgãos, capaz de disciplinar o melhor aproveitamento dos SEPRO e da rêde consular brasileira para a defesa dos interêsses do mate no exterior. O Convênio em aprêço está em fase conclusiva.

COOPERAÇÃO COM O INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

É estreita a colaboração da Divisão com o Instituto Brasileiro do Café. Uma das promoções ajustadas pelos dois órgãos foi o suprimento permanente e suficiente de café brasileiro, da melhor qualidade, para consumo em tôdas as Missões diplomáticas, Repartições consulares e SEPRO. O esquema adotado para êsse fim já está em execução, e até 30 de novembro último o I.B.C. havia embarcado mais de duas mil sacas para as mencionadas Repartições.

Por outro lado, a Divisão colocou à disposição do I.B.C., para o que fôr necessário em suas campanhas de propaganda, os serviços técnicos e de pessoal dos SEPRO.

CONSELHO DE PROPAGANDA

Está a Divisão estruturando uma proposta para que seja constituído, junto à DIPROC, um Conselho Consultivo de Propaganda, no qual estejam representados técnicos e profissionais das entidades de classe e das grandes emprêsas de propaganda, que estariam dispostas a colaborar nos esforços do Govêrno para aumentar as exportações brasileiras. Ajuizar as vantagens ou desvantagens de investir recursos em determinadas campanhas de propaganda requer conhecimentos profissionais altamente especializados. As sondagens informais já realizadas encontram o melhor eco possível por parte dos publicitários, que estão prontos a cooperar com o Govêrno a título gracioso.

FILMES

A Divisão tem mantido estreita colaboração com o Departamento Cultural para que se estruture um programa de filmes de curta metragem sôbre as realidades e aspectos mar-

cantes da vida brasileira. A exibição dos filmes ficará a cargo, num sistema de rodízio, dos SEPRO, Missões diplomáticas e Repartições consulares. Dedica-se a maior atenção à escolha dos temas dêsses filmes e à qualidade de sua organização. Dentro dêsse programa, já foram enviados para o exterior trinta cópias da película «Alvorada da Esperança». Outrossim, a Divisão obteve amplo apoio dos serviços de relações públicas da Companhia Siderúrgica Nacional, da Vale do Rio Doce, da Petrobrás e do I.B.C., a fim de cederem, por empréstimo, filmes de sua propriedade para serem apresentados pelos SEPRO no exterior.

PROGRAMA DE PUBLICAÇÕES

A equipe da Divisão está estudando o problema das diversas publicações editadas pelos SEPRO. Tem analisado meticulosamente a qualidade do texto e de apresentação gráfica dos boletins e folhetos que vêm sendo distribuídos, no Brasil e no exterior, pelos SEPRO. A Divisão adotou o critério de não interromper, no exercício de 1961, a programação dos SEPRO, limitando-se a corrigir certas falhas dessas publicações. No entanto, ainda em dezembro, expediu instruções gerais e específicas sôbre êsse complexo problema, à luz dos estudos efetuados com base na experiência dos antigos Escritórios Comerciais e dêstes oito meses de funcionamento dos SEPRO no âmbito do Itamaraty. Só manterá aquêles boletins que provarem razoável eficiência, atraindo o interêsse dos particulares para as oportunidades comerciais brasileiras. De outro lado, procurará encontrar uma fórmula para conferir uniformidade às publicações básicas a seu cargo.

MOSTRUÁRIO

A Divisão está levando a cabo estudos e levantamentos para dar uniformidade e atualizar os mostruários de produtos

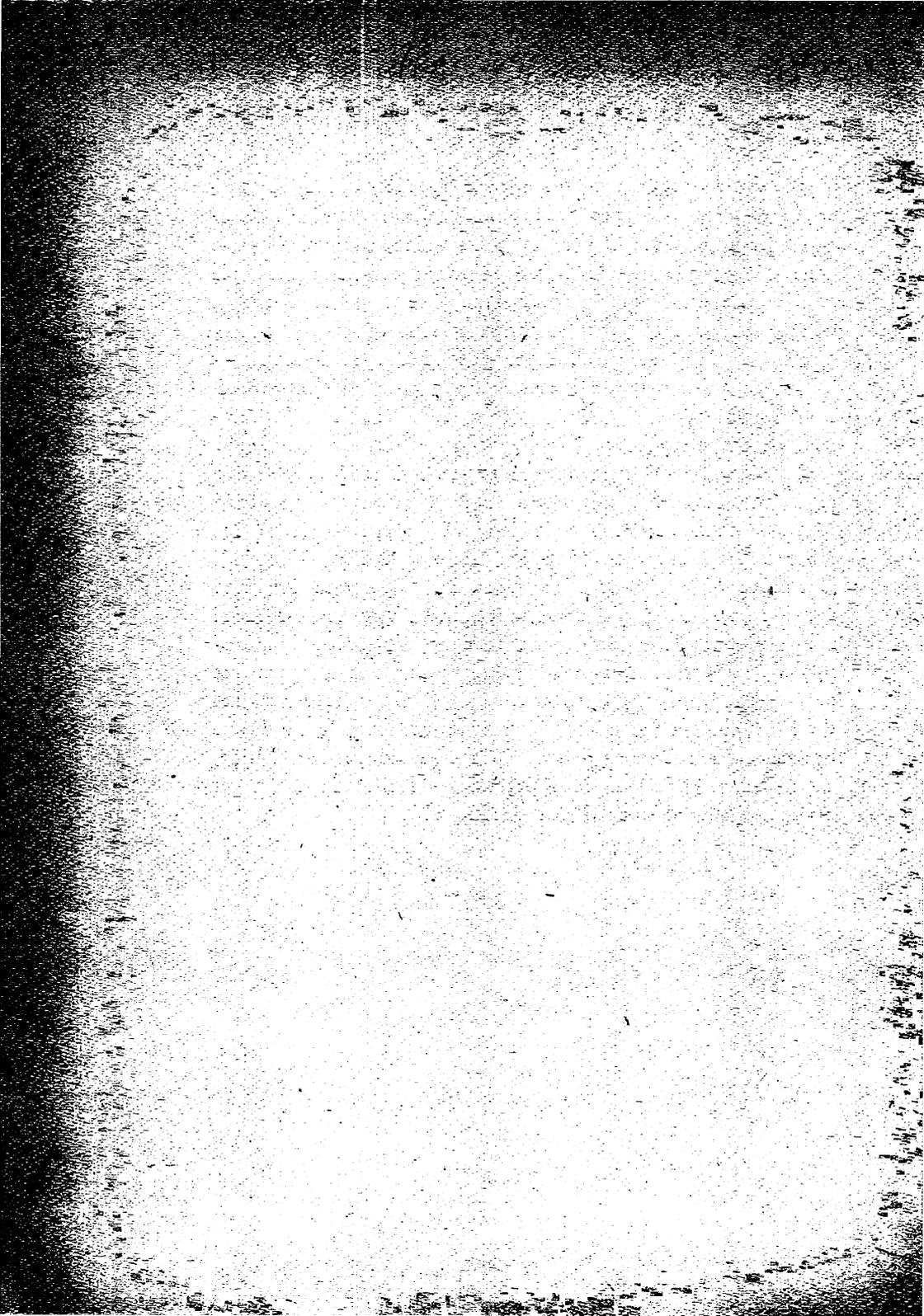
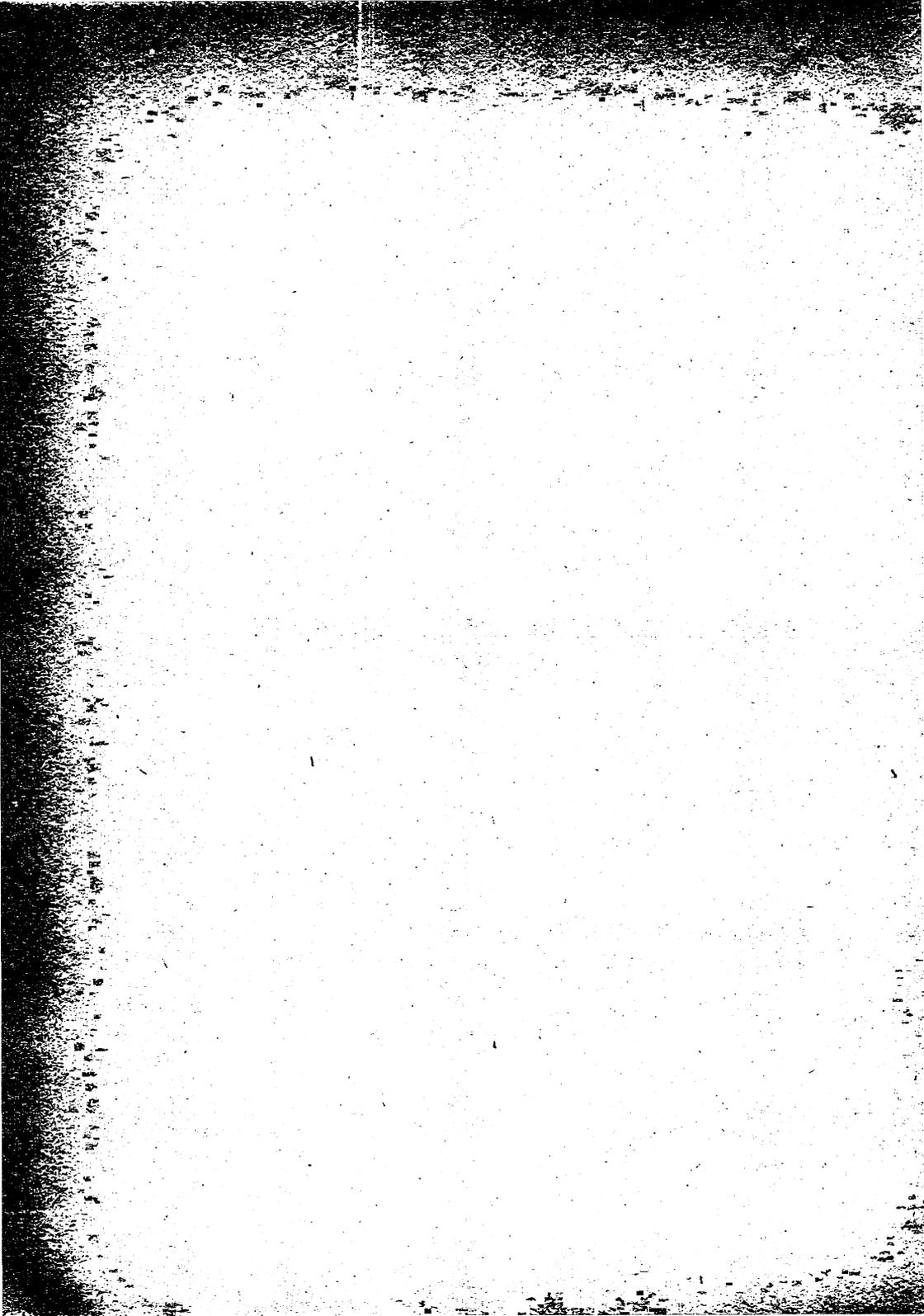
brasileiros que os SEPRO devem manter em permanente exibição. Pretende, nos grandes centros como Nova York, Londres, Paris e Roma, bem como em Buenos Aires e no México, iniciar gestões para a obtenção de lojas de regular tamanho, com vitrines, em ponto central das respectivas cidades, para mostrar e oferecer à venda discos, livros e produtos brasileiros de fácil comercialização. Deseja, se possível, seguir o exemplo do Japão, Formosa, França e Portugal, que montaram lojas dêsse tipo em Nova York e noutras cidades.

BIBLIOTECAS

Os SEPRO vão receber instruções especiais sôbre a melhor maneira de estimular, junto às bibliotecas públicas de visitação maior, a montagem de secções de assuntos brasileiros, programa a ser realizado em coordenação com o Departamento Cultural e de Informações.

FEIRAS E EXPOSIÇÕES

A Divisão está coordenando a participação oficial do Brasil em Feiras e Exposições Internacionais. É inequívoco que muitas vêzes é melhor o Brasil não comparecer a determinados certames, do que apresentar-se despreparado e em situação de inferioridade perante os demais expositores. De todos os resultados, o pior é qualquer propaganda negativa. Infelizmente, não são poucos os lamentáveis exemplos do passado, os quais cumpre agora evitar. O objetivo da Divisão foi programar, para o biênio 1962/63, essa participação num número razoável de feiras, levando muito em conta os resultados positivos que se possam obter para aumentar as nossas exportações e os nossos reais valores. As entidades das classes produtoras foram convocadas a cooperar, bem como particulares interessados em conquistar novos mercados para produtos brasileiros. Também tem sido valiosa a colabo-

ração das autarquias e órgãos para-estatais, que se colocaram à disposição do Ministério para que se concretize a desejada programação. O Grupo de Trabalho, constituído para êsse fim, apresentará, em breve, relatório pormenorizado que levará em anexo um «cronograma» de fácil manuseio e compreensão. Até agora já foram selecionadas as seguintes feiras e exposições : a) Nos Estados Unidos da América — "Spotlight on Brazil»: Salt Lake City, Utah University, de 5 a 20 de fevereiro; Seattle World's Fair: Seattle, Washington, de 21 de abril a 1º de outubro; «Texas State Fair» Dallas, de 10 a 31 de outubro; b) Na América Latina, uma exposição em Mar del Plata, exibições permanentes nos SEPRO de Buenos Aires, Montevidéu e Assunção; c) Na Europa, as Feiras de Hanover, Anuga, Milão, Zagreb e Barcelona; d) na África, a Feira de Lagos, na Nigéria. Quanto ao exercício em curso, adotamos o critério de atender a um mínimo de participações, restringindo-as aos compromissos inadiáveis. Cumpre ressaltar, assim, a boa figura que o Brasil fêz nos seguintes certames: a) Feira Internacional do Pacífico, em Lima; b) Exposição do Livro e do Disco brasileiros, em Buenos Aires; c) Feiras de Trieste, Milão, do Levante (Bari) e de Palermo, na Itália; d) Feira de Anuga, Alemanha; e) Feira de Zagreb.

SERVIÇO TÉCNICO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO
(STAP)

O Serviço Técnico de Análise e Planejamento da Comissão de Planejamento Político do MRE é um órgão de pesquisas que tem a finalidade de levantar e processar os dados necessários à formulação de alguns aspectos da política externa do Govêrno brasileiro.

Muito embora o STAP se encontre ainda em fase de melhor estruturação a fim de atender às finalidades que lhe foram atribuídas pela recente reforma do Itamaraty, já pôde prestar serviços, em 1961, ao Ministério das Relações Exteriores e a órgãos do Govêrno Federal.

O setor de programação global, com vistas a levantar de modo preciso e pormenorizado as condições atuais da economia brasileira, levou a cabo as seguintes tarefas:

1) Depuração e reavaliação das Contas Nacionais, servindo-se, para isso, dos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas;

2) Estudo de modelos simplificados, visando determinar o comportamento futuro de variáveis macro-econômicas (necessidades de importação, capacidade de exportação, investimentos globais, etc.) correlacionadas com hipóteses de crescimento econômico pré-estabelecidas;

3) Estudo da função definidora do coeficiente de investimento líquido, dado o valor da renda *per capita;*

4) Cálculo dos investimentos necessários ao crescimento da renda *per capita* em todos os Estados da Federação, bem como o cálculo dos estoques de capital e das relações capital-produto de tôdas as unidades da Federação;

5) Cálculo do estoque de capital nos Estados, por setores de atividade;

6) Estudos relacionados com a Reunião do CIES sôbre a «Aliança para o Progresso», realizada em Montevidéu entre 5 e 17 de agôsto de 1960;

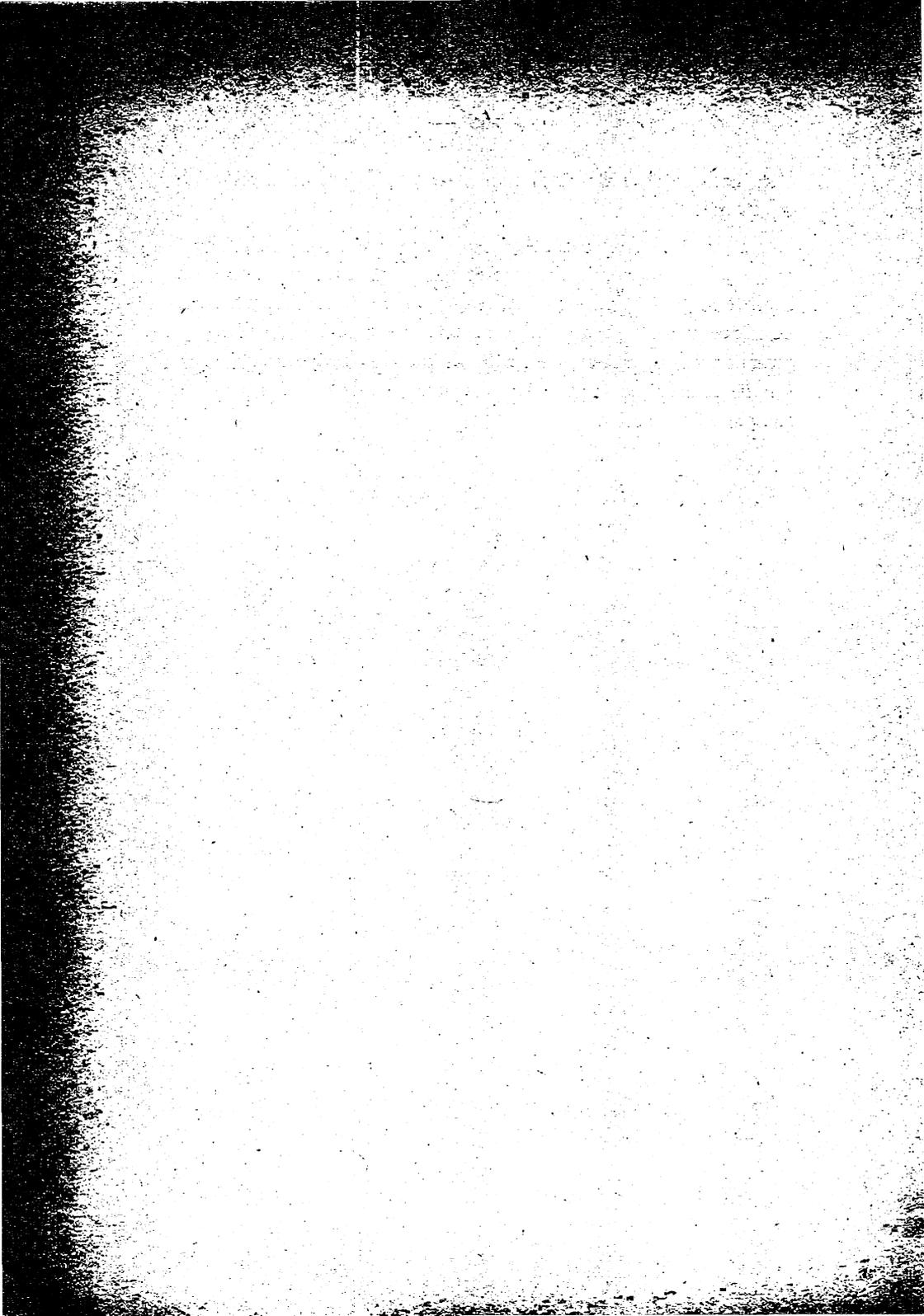
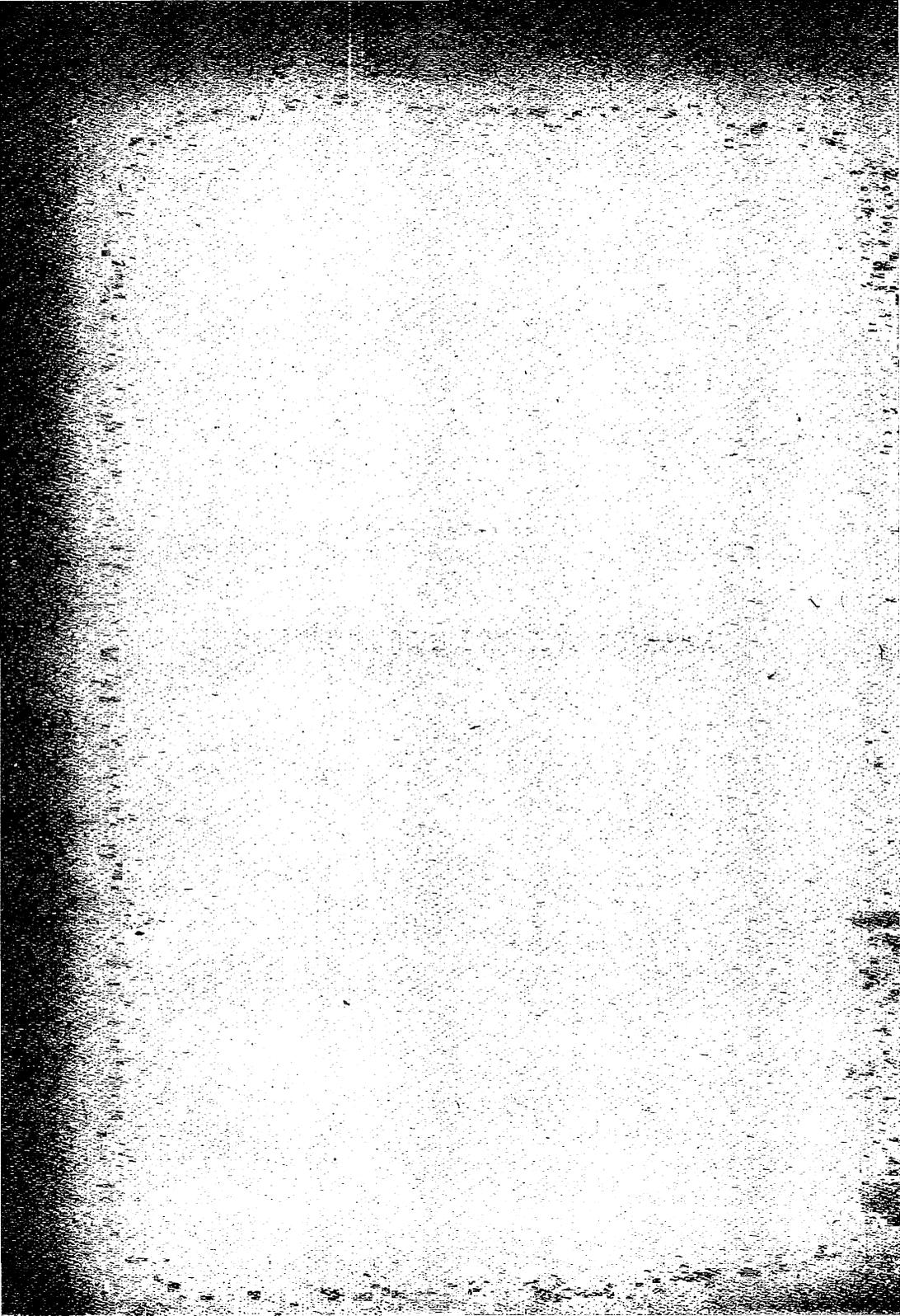
7) Estudo, análise e levantamento de dados necessários à elaboração de um modêlo multi-setorial e multi-regional, definidor das tendências da evolução sócio-econômica do país.

O setor encarregado de acompanhar mensalmente a conjuntura econômica passou a publicar, a partir de junho de 1961, o Boletim do STAP, destinado a orientar nossas Missões diplomáticas e Repartições consulares.

O setor encarregado de estudar e analisar as relações econômicas do Brasil com os demais países trabalhou, no decurso de 1961, como unidade de apoio das divisões do MRE, ora efetuando levantamentos estatísticos do comércio exterior do Brasil, ora confeccionando formulários com a síntese dos princípios indicadores econômicos de cada país, bem como projeções de séries estatísticas até 1980.

Em novembro e dezembro de 1961, organizou-se no STAP o grupo de comércio exterior, o qual, no momento, procede a estudos como a análise, produto por produto, das exportações brasileiras para cada país. Essa análise envolve não apenas o estudo dos produtos tradicionais senão ainda dos produtos ocasionalmente exportados e daqueles que oferecem potencialidades de exportação. Pesquisa-se, também, sôbre o assunto dos impostos e gravames a que o produto está sujeito no país, bem como os fretes e as tarifas aduaneiras pagas pelo produto brasileiro, além das restrições quantitativas ou cambiais a que estejam porventura sujeitos no país de destino .Objetiva-se, com isso, fornecer ao Ministério os elementos necessários à formulação de uma po-

lítica comercial compatível com o desenvolvimento econômico do Brasil.

Para êsse fim, o STAP contratou, para o ano de 1961, os serviços do computador eletrônico «Borroughs 205» da Pontifícia Universidade Católica, onde será processada uma considerável massa de dados estatísticos e se adestrarão programadores, operadores e analistas de seus próprios quadros, familiarizando os funcionários com as modernas técnicas de computação e análise.

ASSUNTOS CULTURAIS E DE INFORMAÇÃO

A crescente importância do intercâmbio cultural na formulação da nossa política exterior tornou necessária a transformação da Divisão responsável em Departamento Cultural e de Informações, integrado por três Divisões, a saber: de Difusão Cultural, de Cooperação Cultural e de Informações.

Embora as verbas destinadas às atividades culturais fôssem pràticamente as mesmas de 1960, foi possível, durante o ano de 1961, ampliar os principais programas do Departamento.

ACÔRDOS CULTURAIS

Foram assinados Acôrdos Culturais com o Japão e o Chile, respectivamente, em 23 de janeiro e 5 de julho de 1961. Durante a visita ao Brasil do Senhor Adam Rapacki, Ministro das Relações Exteriores da Polônia, foi celebrado em Brasília, a 19 de outubro, um Convênio Cultural com aquêle país.

COOPERAÇÃO INTELECTUAL

SETOR EDUCACIONAL

Difusão da Língua Portuguêsa

Com o concurso dos professôres brasileiros que lecionam em universidades estrangeiras e nos centros culturais existentes na América do Sul, o Itamaraty vem realizando

um programa sistemático de divulgação da língua portuguêsa e dos principais aspectos da nossa realidade, ou seja, da História, Geografia, Economia e Literatura do Brasil.

É preciso salientar que êsse programa, há longos anos em realização, tem alcançado resultados dignos de nota. Na América do Sul, aumenta dia a dia o número de pessoas que falam ou compreendem o português. Na Europa, na Alemanha e, sobretudo, na França, ampliou-se consideràvelmente o número de cursos brasileiros junto às universidades locais. Neste último país, onde já se ministra o português a título experimental, está-se cogitando incluí-lo, oficialmente, como segunda língua estrangeira no currículo do ciclo colegial.

Para a execução do seu programa educacional, a Divisão competente dispõe de cinco tipos de professôres:

a) Diretores dos centros culturais e membros docentes;

b) Titulares das cátedras de estudos brasileiros em universidades estrangeiras;

c) Titulares de cadeiras técnicas, dentro do programa de assistência do Convênio Cultural Brasil-Paraguai;

d) Assistentes dos catedráticos estrangeiros de cursos de estudos luso-brasileiros (Leitores);

e) Professôres universitários encarregados de realizar conferências em universidades no exterior.

Para a seleção dêsses professôres, o Itamaraty tem-se valido, nos três últimos anos, da orientação e assistência da Comissão Educacional do Ministério das Relações Exteriores, criada por Portaria de 3 de abril de 1959.

Por motivo de economia, não foram contratados novos professôres, desde meados de 1960. Quando se vagaram os postos de direção de dois dos centros (Buenos Aires e La Paz), foram êles preenchidos por professôres que já fa-

ziam parte do corpo docente dos mesmos, bem como vem sendo paulatinamente reduzido o número de professôres catedráticos que lecionam na Europa, ampliando-se o de leitores.

AMÉRICA

Para maior rendimento e seriedade dos cursos em funcionamento, adotou-se o critério de cobrança de taxas de inscrição e mensalidades aos estudantes. A medida provocou uma redução de cêrca de 30% no número de alunos, mas a produtividade dos estudantes e o índice de aprovações em 1961 comprovaram o efetivo interêsse pela língua e cultura nacionais. Essa nova fonte de renda, se bem que modesta, representa economia e reverte em benefício da ampliação das atividades culturais dos Centros.

Criaram-se dois novos Centros de Estudos Brasileiros; um, em Santago do Chile, já em funcionamento, e outro, em Quito, em fase de instalação, de maneira a iniciar suas atividades em princípios de 1962.

Em Washington, foi inaugurado o Instituto Brasil-Estados Unidos da América que, a partir de dezembro de 1961, vem realizando cursos regulares da língua portuguêsa.

Sob a chefia do Professor José Edgard Estellita Lins, a nossa Missão Cultural em Assunção continua colaborando com as autoridades pedagógicas do Paraguai e realizando a difusão da língua e da cultura nacionais na Faculdade de Filosofia, na Escola Brasil e no Instituto Cultural Paraguai-Brasil, êste com novas e confortáveis instalações.

Prosseguiu-se ativamente a construção do prédio destinado ao Colégio Experimental Paraguai-Brasil, a ser doado ao Govêrno do Paraguai, que abrigará a Faculdade de Filosofia e uma Escolinha de Aplicação em nível secundário. As obras foram visitadas pelos Chefes da Divisão Cultural,

da firma construtora e pelo arquiteto responsável, Afonso Eduardo Reidy.

Tudo indica que, em meados de 1962, se inaugurará o bloco das salas de aulas e, no ano seguinte, o auditório e o campo de esportes. As despesas com as obras correram por conta dos recursos ordinários do Itamaraty, pois o crédito pedido ainda não foi votado.

CENTROS E INSTITUTOS CULTURAIS

Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires — Fundado em 1954, o número de alunos inscritos em 1961 foi de 793 e nele se lecionaram as seguintes matérias: Português, Geografia e História do Brasil, Literatura brasileira, Fonética e Estudos brasileiros.

Centro de Estudos Brasileiros em Rosário — Fundado em 1943, o número de alunos em 1961 foi de 170 e nêle se lecionaram as seguintes matérias: Português, Geografia e História do Brasil, Literatura e Folclore brasileiros, e Estudos brasileiros.

Instituto Cultural Paraguai-Brasil — Fundado em 1952, o número de alunos em 1961 foi de 466 e nêle se lecionaram as seguintes matérias: Português, Literatura, Folclore, Estudos brasileiros e Pedagogia artística.

No Instituto Cultural, além de um jardim-de-infância experimental, funciona há dois anos a «Escolinha de Arte do Paraguai», com professôres e monitores treinados na «Escolinha de Arte do Rio de Janeiro», cujo Diretor visitou, em novembro, a nova sede, quando realizou um seminário para os professôres.

Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro — Fundado em 1940, o número de alunos em 1961 foi de 592 e nêle se lecionaram as seguintes matérias: Português, Literatura bra-

sileira, Fonética, Geografia e História do Brasil, Estilística da Língua Portuguêsa e Estudos brasileiros.

Centro Cultural Bolívia-Brasil — Fundado em 1959, o número de alunos em 1961 foi de 625 e nêle se lecionaram as seguintes matérias: Português, História e Geografia do Brasil, Literatura e Estudos brasileiros.

Além do currículo normal, o Centro mantém um *atelier* de gravura, único na capital. Recentemente, foi aberta em Sucre uma filial do Centro.

Instituto Cultural Peruano-Brasileiro — Fundado em 1956, o número de alunos em 1961 foi de 122 e nêle se lecionaram as seguintes matérias: Português, Literatura, Geografia e História do Brasil.

O Instituto mantém filiais nas cidades de Iquitos e Arequipa.

Centro de Cultura Brasileira em Santiago — Fundado em outubro de 1961, realizou diversas atividades culturais e deverá iniciar seus cursos regulares em 1962.

Centro de Cultura Brasileira em Quito — Fundado em fins de 1961, iniciará suas atividades em março de 1962.

Instituto Brasil-Estados Unidos da América, em Washington — Fundado em setembro de 1961, como filial do Instituto do mesmo nome, com sede no Rio de Janeiro, seus cursos regulares de língua portuguêsa tiveram início no fim do ano.

CÁTEDRAS EM UNIVERSIDADES ESTRANGEIRAS

Tem o Brasil Cátedras nas Universidades de Roma, Lisboa e Nova York.

LEITORADOS NO EXTERIOR

O Itamaraty incluiu no seu plano de atividades educacionais em 1961 a criação de leitorados junto às cátedras de

estudos brasileiros em universidades estrangeiras, sendo 3 na África, 5 na Alemanha, 3 na América do Norte, 1 na Áustria, 9 na França e 1 no Japão.

A idéia do leitorado surgiu com a dupla finalidade de:

a) dar ao estudante brasileiro de nível pós-universitário a oportunidade de aperfeiçoar os seus estudos e pesquisas em centros especializados no exterior, visando quer à tese de doutorado, quer à aquisição de novos títulos e conhecimentos, quando se tratar de professor com maiores cabedais e experiência na matéria;

b) possibilitar a difusão da cultura brasileira (língua, literatura, geografia, história, sociologia, etc.) fora do país, em centros e universidades cuja demanda se venha orientando nesse sentido.

O sistema do leitorado, contando com a ajuda econômica das instituições estrangeiras interessadas, que pagam parte do salário dos professôres brasileiros, permite diminuir consideràvelmente o ônus financeiro dos programas de intercâmbio cultural. A indicação do leitor é feita pela universidade estrangeira, de acôrdo com o Itamaraty.

Leitorados na Europa — Temos, na Alemanha, em Colônia, Hamburgo, Heidelberg, Munique e Tübingen; na Áustria, em Viena; na França, em Aix-en-Provence, Lille, Lyon, Montpellier, Paris (Instituto de Altos Estudos Latino-Americanos), Paris (Sorbonne), Poitiers, Rennes e Toulouse.

Leitorados na América do Norte — Temos, nos Estados Unidos da América, em Berkeley, Nôvo México e Nova York.

Leitorados na África — Temos, em Gana, na cidade de Acra; na Nigéria, em Ibadã; e no Senegal, em Dacar.

Leitorado na Ásia — Temos no Japão, em Tóquio.

sileira, Fonética, Geografia e História do Brasil, Estilística da Língua Portuguêsa e Estudos brasileiros.

Centro Cultural Bolívia-Brasil — Fundado em 1959, o número de alunos em 1961 foi de 625 e nêle se lecionaram as seguintes matérias: Português, História e Geografia do Brasil, Literatura e Estudos brasileiros.

Além do currículo normal, o Centro mantém um *atelier* de gravura, único na capital. Recentemente, foi aberta em Sucre uma filial do Centro.

Instituto Cultural Peruano-Brasileiro — Fundado em 1956, o número de alunos em 1961 foi de 122 e nêle se lecionaram as seguintes matérias: Português, Literatura, Geografia e História do Brasil.

O Instituto mantém filiais nas cidades de Iquitos e Arequipa.

Centro de Cultura Brasileira em Santiago — Fundado em outubro de 1961, realizou diversas atividades culturais e deverá iniciar seus cursos regulares em 1962.

Centro de Cultura Brasileira em Quito — Fundado em fins de 1961, iniciará suas atividades em março de 1962.

Instituto Brasil-Estados Unidos da América, em Washington — Fundado em setembro de 1961, como filial do Instituto do mesmo nome, com sede no Rio de Janeiro, seus cursos regulares de língua portuguêsa tiveram início no fim do ano.

CÁTEDRAS EM UNIVERSIDADES ESTRANGEIRAS

Tem o Brasil Cátedras nas Universidades de Roma, Lisboa e Nova York.

LEITORADOS NO EXTERIOR

O Itamaraty incluiu no seu plano de atividades educacionais em 1961 a criação de leitorados junto às cátedras de

estudos brasileiros em universidades estrangeiras, sendo 3 na África, 5 na Alemanha, 3 na América do Norte, 1 na Áustria, 9 na França e 1 no Japão.

A idéia do leitorado surgiu com a dupla finalidade de:

a) dar ao estudante brasileiro de nível pós-universitário a oportunidade de aperfeiçoar os seus estudos e pesquisas em centros especializados no exterior, visando quer à tese de doutorado, quer à aquisição de novos títulos e conhecimentos, quando se tratar de professor com maiores cabedais e experiência na matéria;

b) possibilitar a difusão da cultura brasileira (língua, literatura, geografia, história, sociologia, etc.) fora do país, em centros e universidades cuja demanda se venha orientando nesse sentido.

O sistema do leitorado, contando com a ajuda econômica das instituições estrangeiras interessadas, que pagam parte do salário dos professôres brasileiros, permite diminuir consideràvelmente o ônus financeiro dos programas de intercâmbio cultural. A indicação do leitor é feita pela universidade estrangeira, de acôrdo com o Itamaraty.

Leitorados na Europa — Temos, na Alemanha, em Colônia, Hamburgo, Heidelberg, Munique e Tübingen; na Áustria, em Viena; na França, em Aix-en-Provence, Lille, Lyon, Montpellier, Paris (Instituto de Altos Estudos Latino-Americanos), Paris (Sorbonne), Poitiers, Rennes e Toulouse.

Leitorados na América do Norte — Temos, nos Estados Unidos da América, em Berkeley, Nôvo México e Nova York.

Leitorados na África — Temos, em Gana, na cidade de Acra; na Nigéria, em Ibadã; e no Senegal, em Dacar.

Leitorado na Ásia — Temos no Japão, em Tóquio.

PROFESSÔRES-CONFERENCISTAS

Em complemento das atividades dos professôres contratados, a Divisão competente, no decorrer de 1961, facilitou a viagem de sete professôres para realizarem conferências de sua especialidade em universidades e instituições culturais estrangeiras: no mês de fevereiro, como convidado especial, o Arquiteto Henrique Mindlin, no quadro das *Lethaby Lectures*, pronunciou conferências no *Royal College of Art*, de Londres, sôbre arquitetura barrôca brasileira, arquitetura contemporânea e Brasília; em abril, o Doutor Lúcio Costa, como convidado especial, participou de um seminário sôbre «O Novo Humanismo Científico e Tecnológico», realizado no «Instituto de Tecnologia de Massachussets»; nos meses de maio e junho, Frei Mansueto Kohnen, da Universidade do Brasil e da Pontifícia Universidade Católica, realizou uma série de conferências sôbre «Arte Sacra Brasileira» em universidades alemãs; em julho, no Instituto Bernasconi de Buenos Aires, o Professor Almir de Castro realizou uma série de palestras sôbre «A Educação no Brasil»; em agôsto, o Professor Mário Barata, da Universidade do Rio de Janeiro, pronunciou conferências, sôbre o desenvolvimento das artes plásticas no Brasil, na Universidade de Lisboa, e em Roma; no mês de novembro, o Professor Hilgard O'Healley Sternberg, da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, dirigiu um seminário sôbre Geografia Econômica do Brasil para estudantes pós-graduados, na Universidade de Estocolmo. Em maio, o Professor Sternberg realizara um ciclo de conferências de sua especialidade na Universidade de Heidelberg; finalmente, em dezembro, o Professor Antônio Cândido de Melo e Souza, da Universidade de São Paulo, efetuou uma série de conferências sôbre «A Criação Literária no Brasil», em nove leitorados brasileiros junto a universidades francesas.

AUXÍLIOS A ESTUDANTES BRASILEIROS

Quando, em 1953, o Banco do Brasil não mais pôde conceder aos estudantes brasileiros no exterior o câmbio especial que lhes permitia realizar estudos fora do território nacional, encontraram-se êstes, bruscamente, em situação de quase penúria. Resolveu então o Itamaraty ampará-los, concedendo-lhes um pequeno auxílio de 50 dólares mensais em suplementação dos recursos, geralmente bôlsas de estudo, de que se valiam para o aperfeiçoamento de seus conhecimentos no exterior.

Se no início a concessão dêsse auxílio foi algo empírica, vem ela nos últimos anos sendo cada vez mais sistematizada, restringindo-se a cem beneficiários por semestre, enquadrados em rigorosos critérios.

A seleção prévia é feita por uma subcomissão da Comissão Educacional, tendo por finalidade eliminar os candidatos inabilitados e organizar as listas prévias; êsse primeiro resultado é então submetido à Comissão Educacional para nôvo exame e seleção definitiva, feita semestralmente em janeiro e julho, quando são concedidas as ajudas para o período correspondente.

Dado o elevado número de candidatos, foi necessário estabelecer critérios objetivos, visando a uma seleção justa e impessoal.

Em 1961 foram arbitrados 238 auxílios.

Para a concessão do auxílio relativo ao 1.º semestre, a Comissão Educacional reuniu-se, a 19 de janeiro, com o fim de examinar a lista de candidatos selecionados pela Subcomissão, chegando aos seguintes resultados finais: selecionados entre os que receberam auxílio em 1960, 68, e selecionados entre os 280 novos candidatos, 32, em um total de 100.

Para a concessão do auxílio relativo ao 2.° semestre de 1961, a Comissão Educacional do Itamaraty se reuniu a 6 de julho, com o fim de examinar a lista dos candidatos selecionados pela Subcomissão, chegando aos seguintes resultados: selecionados entre os que receberam auxílio durante o 1.° semestre de 1961, 52; selecionados entre os 292 novos candidatos, 48, e selecionados entre os novos candidatos, para receberem um auxílio global, de conformidade com a decisão da Comissão Educacional do Itamaraty, 8, em um total de 108.

Por se aproximarem do limite máximo permitido (21 meses) e no intuito de dar facilidades regulares a novos candidatos, 30 estudantes receberam ajudas globais equivalentes a um, dois ou três meses, enquanto permaneceram no exterior.

MATÉRIAS EM QUE SE ESPECIALIZAM NO EXTERIOR OS ESTUDANTES BRASILEIROS

Artes	48
Ciências Sociais	19
Ciências Jurídicas	6
Educação	54
Humanidades	14
Medicina	21
Tecnologia	46
Total	208

PRÊMIO ITAMARATY

Como recompensa aos melhores alunos dos centros culturais mantidos pelo Departamento Cultural e de Informações na Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai, o Itamaraty concede cada ano um prêmio de viagem ao Brasil.

Em 1961, visitaram o nosso país 38 estudantes assim distribuídos: 12 argentinos, 4 bolivianos, 3 chilenos, 3 equatorianos, 4 paraguaios, 7 peruanos e 5 uruguaios.

Os estudantes agraciados visitaram, em 16 dias, as principais instituições culturais do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Ouro Prêto e São Paulo, e realizaram passeios e visitas aos principais recantos de Brasília, Santos, Guarujá, Petrópolis, Volta Redonda e Rio de Janeiro. Foram recebidos pelo Prefeito de Brasília e pelo Governador de São Paulo.

BÔLSAS DE ESTUDO

Tem aumentado paulatinamente nos últimos anos o número de bôlsas que o Itamaraty concede a estudantes e profissionais estrangeiros. De 52 bôlsas em 1959, passamos a 71, em 1960; e a 125 em 1961.

Além das bôlsas efetivamente concedidas e abaixo relacionadas, foram oferecidas bôlsas a diversos países na Ásia e na África que não foram utilizadas pelos beneficiários:

AMÉRICA

Argentina	9
Bolívia	8
Canadá	2
Chile	11
Colômbia	5
Costa-Rica	2
EUA	2
El Salvador	1
Equador	5
Honduras	1
México	5
Nicarágua	2
Panamá	1
Paraguai	7

Peru	6
Uruguai	9
Venezuela	3
	—
	79

EUROPA

Alemanha	6
Bélgica	1
França	5
Grã-Bretanha	2
Países-Baixos	1
Itália	4
Portugal	1
Suíça	1
	—
	21

ÁSIA

Japão	2
Tailândia	1
	—
	3

ÁFRICA

União Sul-Africana	1
Senegal	10
Gana	5
Nigéria	6
	—
	22
Total	125 *bolsistas*

Foram realizados três programas conjuntos, dois destinados a latino-americanos e um a estudantes da África:

a) Seminário de Aperfeiçoamento de Especialistas em Educação Primária, organizado em São Paulo pelo Instituto de Pesquisas Educacionais e a Unesco. Duração: 9 meses, tendo comparecido 20 bolsistas do Itamaraty, de procedência latino-americana;

b) Curso de Pesquisas Bibliográficas em Tecnologia, organizado no Rio de Janeiro pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Duração: 8 meses, com freqüência de 14 bolsistas latino-americanos convidados pelo Itamaraty;

c) Curso de três meses de Língua e Cultura brasileiras, organizado pela Universidade da Bahia, para os 21 bolsistas africanos que chegaram ao Brasil em princípios de dezembro. Após a realização dêste curso, os estudantes serão distribuídos em diferentes Universidades brasileiras.

MATRÍCULA DE ESTUDANTES LATINO-AMERICANOS

Além dos titulares de bôlsas de estudos, são numerosos os latino-americanos que vêm estudar no Brasil, valendo-se das facilidades concedidas pelo Govêrno brasileiro, resultantes dos Acôrdos Culturais firmados com os países do Continente.

No momento, estimam-se em cêrca de dois mil os estudantes latino-americanos matriculados em estabelecimentos de ensino brasileiros, tendo aumentado anualmente a freqüência dos estudantes vindos do exterior. Em 1960, matricularam-se em universidades 342 estudantes estrangeiros, e, em 1961, 548, calculando-se em cêrca de 800 os candidatos para 1962.

RELAÇÃO DOS ESTUDANTES LATINO-AMERICANOS QUE INICIARAM ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS EM 1961:

País	Número
Argentina	3
Bolívia	280
Chile	11
Colômbia	37
Equador	52
Costa-Rica	1
Honduras	7
México	1
Nicarágua	24
Panamá	22
Paraguai	42
Peru	44
R. Dominicana	1
Venezuela	23
Total	548

PROFESSÔRES E ESTUDANTES NORTE-AMERICANOS

Dando prosseguimento ao programa, iniciado no ano de 1960, de trazer ao Brasil professôres norte-americanos de geografia, história e ciências sociais, o Itamaraty colaborou com a Comissão Fulbright na realização do estágio de 1961.

O grupo dêste ano foi constituído por 15 professôres que, acompanhados por colegas brasileiros, percorreram os Estados do Amazonas, Pará, Pernambuco, Bahia, Guanabara, São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal e Rio Grande do Sul. Aos professôres foram mostrados os aspectos mais representativos do desenvolvimento nacional ao mesmo tempo que lhes eram ministradas palestras em inglês sôbre os diferentes aspectos da nossa geografia, economia e civilização.

Colaborando com a «American Field Service», instituição cultural norte-americana que realiza anualmente um programa de intercâmbio de estudantes secundários, o Itamara-

ty ofereceu, aos 20 estudantes americanos em estágio no Brasil, uma visita a Brasília e um curso intensivo de estudos brasileiros. Constou o referido curso de 15 conferências, pronunciadas em inglês, por alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco.

VISITAS DE CARAVANAS UNIVERSITÁRIAS

Em 1961, visitaram oficialmente o Brasil caravanas universitárias procedentes da França (Escola de Veterinária de Alfort), Equador (Professôres da Universidade Central del Ecuador), Argentina (Faculdade de Arquitetura da Universidade de Cordova) e México (Faculdade de Arquitetura da Universidade de Guadalajara) às quais o Itamaraty, além da colaboração prestada na organização do programa de visitas, proporcionou transporte e alojamento sem refeições em Brasília. Obteve, ainda, para as referidas caravanas, facilidades de transporte e alojamento em outras cidades do Brasil.

DIFUSÃO CULTURAL

BIBLIOTECAS

Em colaboração com a Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, foram organizadas bibliotecas básicas sôbre o Brasil, com os respectivos catálogos-dicionários, que abrangem informações gerais dos principais aspectos culturais do país: língua, literatura, história, geografia, sociologia, etc. a fim de atender ao crescente número de pedidos de informações dirigidos às Missões diplomáticas, Repartições consulares e aos Institutos culturais e Leitorados no exterior. Essas bibliotecas básicas foram enviadas, no correr de 1961, às Embaixadas em Acra, Rabat e Túnis e, em organização, encontram-se as destinadas a Dacar, Panamá e Bangkok.

Outras bibliotecas foram remetidas ao Instituto de Estudos Brasileiros de Lisboa, ao Consulado em Luanda, ao Instituto Latino-Americano da Universidade de St. Gall e ao Instituto Peruano-Brasileiro de Cultura. Foram, também, enviadas publicações para a Exposição do Livro Brasileiro na Universidade de Laval, Quebec.

Durante 1961, em colaboração com o Instituto Nacional do Livro, a Biblioteca Nacional e a Biblioteca do Itamaraty, foi possível preparar e remeter para o exterior bibliotecas de grande importância para a difusão da lingua e da cultura nacionais.

Dentre elas, merece realce especial a «Biblioteca Tulio Ascarelli», com cêrca de 5.000 volumes, destinada à Casa do Brasil em Roma, organizada e instalada pela Chefe da Biblioteca do Itamaraty. Outra, menor, porém cuidadosamente selecionada, foi enviada ao Centro Cultural de Milão.

Cêrca de mil volumes foram oferecidos ao Instituto Ibero-Americano da Universidade de Utrecht e exibidos na exposição comemorativa do 10.º aniversário daquele instituto.

É preciso assinalar que os principais centros culturais da Europa já estão dotados de excelentes «Brasilianas». Assim, em Paris, a Biblioteca da Cátedra de Estudos Brasileiros da Sorbonne, com mais de 6 mil volumes; a Biblioteca do Instituto de Altos Estudos da América Latina, inaugurada em dezembro de 1960, com 3 mil volumes, e a Biblioteca da Casa do Brasil, recentemente inaugurada e organizada pelo Professor Leônidas Sobriño Pôrto, constituem acervos de grande importância para o estudo do país.

No prédio próprio, onde está instalado o Centro de Cultura Brasileiro, de Santiago, inaugurado em novembro último, acha-se em funcionamento uma biblioteca de 3.000 volumes sôbre o Brasil.

MATERIAL DE DIFUSÃO

A antiga Divisão Cultural elaborou a brochura *Brasil*, 1961, em inglês, espanhol e francês, numa tiragem total de 80 mil exemplares.

Às Embaixadas em Roma, Bonn e Tóquio foi concedida verba especial para a impressão do *Brasil*, 1961, em versões italiana, alemã e japonêsa, num total de 35 mil exemplares.

Em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram editados os folhetos *Brasil* em inglês, francês e árabe, numa tiragem total de 150 mil exemplares, destinados à difusão na África.

A Embaixada em Berna está preparando nova edição de 3 mil exemplares do album intitulado *Images du Brésil*.

REVISTAS

Para fins de divulgação no exterior, foram adquiridas 1.200 assinaturas de *Módulo*, cuja edição contém artigos em inglês, espanhol e francês, 250 assinaturas de *Jornal de Letras* e 500 de *Brazilian American Survey*, e distribuídos 650 exemplares do número especial de *Acrópole* sôbre Brasília; 3.000 do número especial de *Continente*, em espanhol, sôbre o Brasil; 3.000 exemplares da mesma revista sôbre cidades brasileiras; 3.000 de *Brasil Moderno*, e 2.800 exemplares de outras revistas, tais como *Brazilian Magazine*, *Arquitetura e Engenharia*, *América* e *Anhembi*.

FOTOGRAFIAS E DIAPOSITIVOS

No correr de 1961, foram distribuídas coleções de fotografias às Missões diplomáticas em Berna, Madrid, Roma, Quito, Londres, Pretória, Jacarta, México, Tóquio, Bruxe-

las, Vaticano, Otawa, Beirute e Repartições consulares em Zurique, Hong-Kong, Houston, especialmente com aspectos de Brasília e de arquitetura moderna, de arte barrôca e obras do Aleijadinho, e indústria brasileira.

Foi organizada uma coleção-base de cinqüenta diapositivos em côres sôbre Brasília, que se destina a reprodução e distribuição oficial no exterior, em 1962.

EXPOSIÇÕES

O Itamaraty em colaboração com as Missões diplomáticas no exterior, organizou, durante o ano de 1961, uma série de exposições que foram exibidas em diversos continentes, de acôrdo com o programa prèviamente traçado e em complemento das mostras anteriormente apresentadas.

É importante salientar que já dispomos de prédios próprios com salas de exposições em Santiago e em Roma, respectivamente, no Centro de Cultura Brasileira e na Casa do Brasil. Na Casa do Brasil, em Madrid, a inaugurar-se em 1962, e no Centro de Lima, serão reservadas salas para exposições.

A disponibilidade de salas próprias permitirá ao Itamaraty uma melhor programação de nossas amostras, facilitando a difusão das artes plásticas brasileiras no exterior.

EXPOSIÇÕES INTERNACIONAIS

O Itamaraty deu todo o seu apoio para o maior êxito da VI Bienal de Artes Plásticas e Teatro, organizada pelo Museu de Arte Moderna de São Paulo. Diversos críticos de arte e artistas estrangeiros, especialmente convidados, compuseram o júri e participaram dos programas artísticos realizados durante o certame.

Por entendimentos oficiais entre êste Ministério, o da Fazenda e o Banco do Brasil, foi sistematizado o processo de importação, exportação e venda das obras de arte no Brasil, para fins de exposições públicas, o que virá não só facilitar a nossa mais ativa participação em mostras internacionais, mas também tornar a exposição de São Paulo importante centro mundial de comércio de arte.

O Itamaraty organizou, assessorado por críticos nacionais, representação brasileira à II Bienal dos Jovens, realizada em Paris, onde obteve um dos sete prêmios internacionais o pintor Flávio Tanaka.

O Consulado do Brasil em Trieste coordenou a participação brasileira à Mostra Internacional de Arte Sacra naquela cidade, sendo digno de registro que uma «Medalha de Ouro» coube ao pintor brasileiro Emiliano Di Cavalcanti.

EXPOSIÇÕES DE ARTE BRASILEIRA

Terminou, em princípios do ano, em Hamburgo, a apresentação na Europa ocidental da exposição de arte brasileira, reunida pelo Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e exibida sob o patrocínio do Itamaraty em diversas cidades e nas capitais da França, Espanha, Portugal, Holanda e Alemanha, países que tiveram, assim, uma visão de conjunto do panorama artístico brasileiro contemporâneo.

Em Belgrado, encerrou-se, no início dêste ano, a exposição de pintura que constituiu a seleção brasileira à XXX Bienal de Veneza. Em Lima, foi apresentada a mostra coletiva «A Face e a Obra», que reuniu trabalhos de cêrca de trinta artistas nacionais.

Realizaram-se diversas exposições individuais de artistas brasileiros, entre outras, a retrospectiva de Lasar Segal, em Berlim e Varsóvia. Arnaldo Pedroso d'Horta e Aldemir

Martins inauguraram a sala de exposições permanentes da Casa do Brasil em Roma com uma mostra de desenhos; Genaro Carvalho expôs tapeçarias em Buenos Aires e na Galeria de Arte da União Pan-Americana, em Washington, Gina Prado expôs tapeçarias inspiradas em trabalhos de artistas latino-americanos. Em Lima, realizou-se uma exposição de esculturas de Bruno Giorgi, posteriormente exibida em Santiago, onde também foi apresentada uma exposição de pinturas e desenhos de Ione Saldanha. Em Buenos Aires e Montevidéu, foram expostas pinturas de Manabu Mabe.

GRAVURA

Continuamos a dar ampla divulgação à gravura brasileira, que tem sido calorosamente recebida pela crítica e pelo público dos países visitados. Prosseguimos, igualmente, na realização de cursos de gravura que são ministrados por excelentes artistas.

Europa — Realizou-se no Museu Municipal de Amsterdam, centro mundial da gravura, uma exposição de gravuras brasileiras, cujo êxito nos obrigou a ampliar o prazo de sua apresentação. Dessa cidade, a exposição dirigiu-se a Bruxelas, Gand e Bruges e deverá ser apresentada futuramente em Paris.

América Meridional — Em Lima, os gravadores Roberto de Lamônica e Edith Behring expuseram suas obras e ministraram cursos de gravura na Escola de Belas-Artes, tendo sido oferecida uma prensa feita no Brasil, para completar as instalações do *atelier* de gravura. Em Santiago, Ana Letycia fêz uma exposição de sua obra no Centro de Cultura Brasileira e deu um curso de gravura na Universidade Católica.

América do Norte — Nos Estados Unidos da América está circulando, com a colaboração da Smithsonian Institution, uma exposição representativa da gravura contemporâ-

nea brasileira. Cabe assinalar que a Biblioteca do Congresso, em Washington, adquiriu onze gravuras de artistas brasileiros, para a sua coleção permanente.

América Central — Com apoio oficial, foi apresentada no Panamá, na Guatemala e em São José da Costa Rica uma exposição de gravuras e de livros brasileiros, organizada pela revista *Leitura,* e intitulada «Panorama Cultural do Brasil».

ARQUITETURA

América Meridional — A grande exposição de arquitetura brasileira, com aspectos do barrôco, da arquitetura contemporânea e de Brasília, foi apresentada em Quito, Lima e Santiago, ponto terminal de seu itinerário no continente americano, iniciado há três anos. Foi inaugurada em Buenos Aires, em novembro, uma retrospectiva da arquitetura paisagística de Roberto Burle Marx. Essa mostra, que deverá percorrer tôda a América Latina, é a primeira de uma série de exposições, ora em organização, dedicadas à obra de cada um dos principais arquitetos brasileiros.

América Setentrional — Encontra-se em exibição, nos Estados Unidos da América, uma exposição sôbre Brasília, denominada *Brasília, the Birth of a Capital,* que está circulando sob os auspícios da *Smithsonian Institution.* A primeira cidade a hospedá-la foi Chicago, e várias universidades estão incluídas no seu roteiro, no correr do próximo ano.

Europa — Percorrendo os países escandinavos, exposição idêntica sôbre Brasília já visitou Estocolmo, Oslo e Copenhague e irá, nos primeiros meses de 1962, a Helsinqui, Haia e Londres.

Ásia — Jacarta conheceu em dezembro uma exposição de Arquitetura brasileira em todos os seus aspectos característicos, estando programada a ida dessa mostra às cidades de Bandung, Jogjakarta e Surabaya.

África — Foi apresentada em Lobito e Benguela uma exposição de arquitetura moderna brasileira.

ARTE POPULAR

Existe grande interêsse no exterior pela arte popular brasileira, o que motivou a organização de duas exposições de cerâmica popular, uma em Milão e outra em Ayacucho, centro de cerâmica popular peruana. A Universidade do Ceará, em colaboração com a Embaixada do Brasil em Paris, organizou a apresentação de uma importante coleção de gravuras populares na Biblioteca Nacional daquela capital. Esta exposição foi posteriormente exibida no Kunst-Museum de Basiléia

EXPOSIÇÃO DE ARTE E DE LIVROS INFANTIS

Com material fornecido pela «Escolinha de Arte do Brasil» e a Seção Infantil do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, foram organizadas diversas mostras em Ancara, Tel-Aviv, Washington, Otawa, Buenos Aires e Rosário.

FILMES E CINEMATOGRAFIA

O Itamaraty procurou renovar e ampliar, em 1961, o número de filmes dos acervos das Missões diplomáticas e Repartições consulares. Foram adquiridas novas cópias dos filmes «Aquarelas do Brasil», «Holiday in Brazil», «Arte no Brasil de Hoje» e «Alvorada de Esperança». Do primeiro foi elaborada uma nova versão em árabe, e, dos dois últimos, nova versão em japonês.

Cópias de «Aquarelas do Brasil», em versão atualizada em inglês, francês, espanhol e árabe foram remetidas para as Embaixadas no Cairo, Acra, Beirute, Bruxelas, Jacarta,

Londres, Paris, Pôrto Príncipe, Panamá, Consulado-Geral em Nova York, Consulados em Los Angeles e Dakar, e exposição flutuante «Custódio de Melo».

Os filmes «Alvorada da Esperança» e «Arte no Brasil de Hoje», foram distribuídos em versão inglêsa e japonêsa, num total de 14 cópias.

Receberam cópias do filme «Holiday in Brazil», em inglês, a Secretaria de Estado, as Embaixadas na Haia, em Londres, Oslo e Washington e o Consulado Geral em Nova York.

Para a Embaixada no México, a antiga Divisão Cultural remeteu, por fôrça de convênio com o Instituto Nacional de Cinema Educativo, cópias dos filmes «Barão do Rio Branco», «Minério e Carvão», «Brasilianas n.º 4 (Engenhos e Usinas)», «Sabará», «Congonhas do Campo», «Café» e «Largo do Boticário».

Com vistas à divulgação da cinematografia brasileira no exterior, o Itamaraty recebeu filmes brasileiros para participação em certames internacionais, de acôrdo com o parecer da «Comissão de Seleção de Filmes aos Festivais Internacionais de Cinema».

Assim, o Brasil concorreu oficialmente aos seguintes festivais: XIV Festival Internacional de Filmes em Cannes, com «A Primeira Missa»; II Resenha do Cinema Latino-Americano de Santa Margherita Ligure, com os filmes «A Primeira Missa», «Silêncio Branco», «Moral em Concordata» e «Rastros na Selva»; XI Festival Internacional de Berlim, com o filme «A Morte Comanda o Cangaço», em longa metragem, e «Usinas e Engenhos» em curta metragem; XII Mostra Internacional do Filme Documentário da Bienal de Veneza, com «Silêncio Branco»; X Festival do Filme da Montanha de Trento, com «Silêncio Branco» e, Festival Internacional de Bilbão com um noticiário da emprêsa «Carlos Niemeyer Produções».

A II Resenha do Cinema Latino-Americano de Santa Margherita Ligure mereceu atenção especial, tendo em vista a importância cultural do certame, que, além dos filmes em concurso, apresentou uma retrospectiva do cinema brasileiro, organizada pelo Cinemateca Brasileira, durante a qual foram exibidos cêrca de 20 filmes, a partir de «Exemplo Regenerador» (1919). A mostra retrospectiva traçou um perfeito quadro da evolução do cinema brasileiro. Além disso, a Resenha, patrocinada pela entidade cultural genovesa Columbianum, interessou um editor na publicação do livro «Il Cinema Brasiliano», lançado durante o certame com artigos de 20 especialistas brasileiros.

A antiga Divisão Cultural, em colaboração com a Embaixada em Roma, ajudou na organização da I Semana do Cinema Brasileiro em Roma, promovida pela Comissão Estadual de Cinema do Estado de São Paulo. A semana realizou-se de 29 de maio a 4 de junho e foram apresentados os seguintes filmes: «A Morte Comanda o Cangaço», «Silêncio Branco», «Moral em Concordata», «Cidade Ameaçada», «Bruma Sêca», «Mulheres e Milhões» e «A Primeira Missa».

O Ministério das Relações Exteriores foi designado membro do Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica (GEICINE). A pedido do novo órgão, a antiga Divisão Cultural elaborou, com audiência dos diversos setores interessados, um texto-padrão de Acôrdo de Co-produção Cinematográfica, o qual deverá ser, em 1962, negociado com diversos países.

O Itamaraty, à semelhança do ocorrido nos anos anteriores com os Festivais do Cinema Americano, do Cinema Francês e do Cinema Italiano, colaborou em 1961 para a realização, pela Cinemateca Brasileira, em São Paulo, e pelo Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro, do festival «História do Cinema Russo e Soviético».

Outrossim, prestou auxílio a grande número de cinegrafistas estrangeiros que visitaram o Brasil com o objetivo de colher reportagens para cinemas e emissoras de televisão. Em entendimentos com a Diretoria de Rendas Aduaneiras do Ministério da Fazenda, foi possível estabelecer facilidades para o trânsito de equipamento cinematográfico pelo Território brasileiro, o que foi objeto da Circular 4.073 às Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras.

MÚSICA E DISCOS

Em estreita colaboração com a Rádio Ministério da Educação, o Itamaraty deu início à gravação de uma série de programas radiofônicos de música erudita, popular e folclórica brasileira, para distribuição às nossas Missões Diplomáticas no exterior. A realização dêsse programa visa a atender ao grande interêsse que a música brasileira, em suas diferentes manifestações, tem sempre despertado.

Às Embaixadas em Bogotá, Assunção, Guatemala, Dacar e Estocolmo, foram enviadas partituras musicais para programas especiais de música brasileira, e Buenos Aires, Guatemala, México, Paris, Rabat, Roma, Pretória, Bogotá, La Paz, Lisboa, Cairo, Karachi e Luanda receberam coleções de discos, a fim de dar início ou de completar discotecas que deverão estender-se, paulatinamente, a tôdas as Missões brasileiras no exterior.

No mesmo espírito de incentivar a difusão da nossa música no exterior, o Itamaraty concedeu seu apoio e facilidades de viagem para a participação do Quarteto de Cordas da Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil no curso de aperfeiçoamento de música de câmara, organizado pelo *Mozarteum* Argentino, e para a realização de concertos de música brasileira em Buenos Aires. Prestou, igualmente, sua colaboração ao musicólogo Curt Lange, para a

realização de concertos de música barrôca brasileira (compositores do século XVIII), em Paris, Gelsenkirchen (Alemanha) e no México; às pianistas Iara Bernetti e Ana Stella Schic para concertos, respectivamente, na Guatemala e Espanha, ao compositor brasileiro Cláudio Santoro, para estudos de música eletrônica na Alemanha, e, finalmente, à pianista Adelmana Gouvea Torreão, a fim de participar do Concurso Internacional de Interpretação Musical em Vercelli, Itália.

BALLET

Em sua tournée na Grã-Bretanha, Itália, Espanha e Portugal, que obteve boa acolhida do público e da imprensa especializada, o «Ballet do Rio de Janeiro» contou com o apoio do Itamaraty e com o das nossas Missões naqueles países.

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

Uma nova estruturação foi dada, em 1961, ao antigo Serviço de Informações, passando êle, de acôrdo com a reforma do Itamaraty, a integrar o Departamento Cultural e de Informações, como «Divisão de Informações», categoria em que funciona desde 21 de setembro.

DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO ITAMARATY NO BRASIL E NO EXTERIOR

Através de comunicados diários, num total de 742, distribuídos à imprensa e agências de notícias estrangeiras, foi dado conhecimento, ao público em geral, de tôdas as atividades do Itamaraty.

As visitas oficiais de Chefes de Estado, os encontros dos Presidentes Jânio Quadros e Gronchi, Jânio Quadros e

Frondizi, João Goulart e Frondizi, e as recepções a altas autoridades que vieram ao Brasil tiveram ampla cobertura e divulgação na imprensa nacional e estrangeira. Em Buenos Aires, foi estabelecido um sistema de divulgação simultânea dos discursos e documentos assinados através do uso do serviço telex, que funciona entre o Imataraty e a Embaixada brasileira naquela cidade.

DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES BRASILEIRAS PARA AS REPARTIÇÕES NO EXTERIOR

O Serviço de Informações manteve a transmissão diária, através do Departamento dos Correios e Telégrafos e da Marinha brasileira, do Boletim Radiotelegráfico, bem como de um Boletim especial para Washington e Tóquio. O Boletim especial em telex, para Tóquio, foi criado em 1961 e proporcionou, àquela Missão, receber diàriamente um resumo de notícias, no mesmo molde do enviado para Washington e redistribuí-lo para outros pontos da Ásia, dependentes, até então, do recebimento do boletim enviado por via aérea, pela Embaixada do Brasil em Roma.

Um estudo foi efetuado visando a uma redistribuição mais ampla do Boletim Radiotelegráfico, a fim de permitir que, com o tempo, tôdas as Missões diplomáticas brasileiras possam receber, diàriamente, noticiário do Brasil. Às Missões que já recebem o boletim diário, foram somadas as Embaixadas em Lisboa e Assunção. Estuda-se o estabelecimento de receptor na Embaixada em Copenhague, para servir à Escandinávia; em Acra, para servir aos postos na África Ocidental, e em Beirute para servir aos postos do Oriente Médio.

Além das transmissões do Boletim Radiotelegráfico, em número de 277, no decorrer de 1961, iniciou-se, em 9 de novembro, para uso interno da Secretaria de Estado e para uso de tôdas as Repartições no exterior (remessa semanal

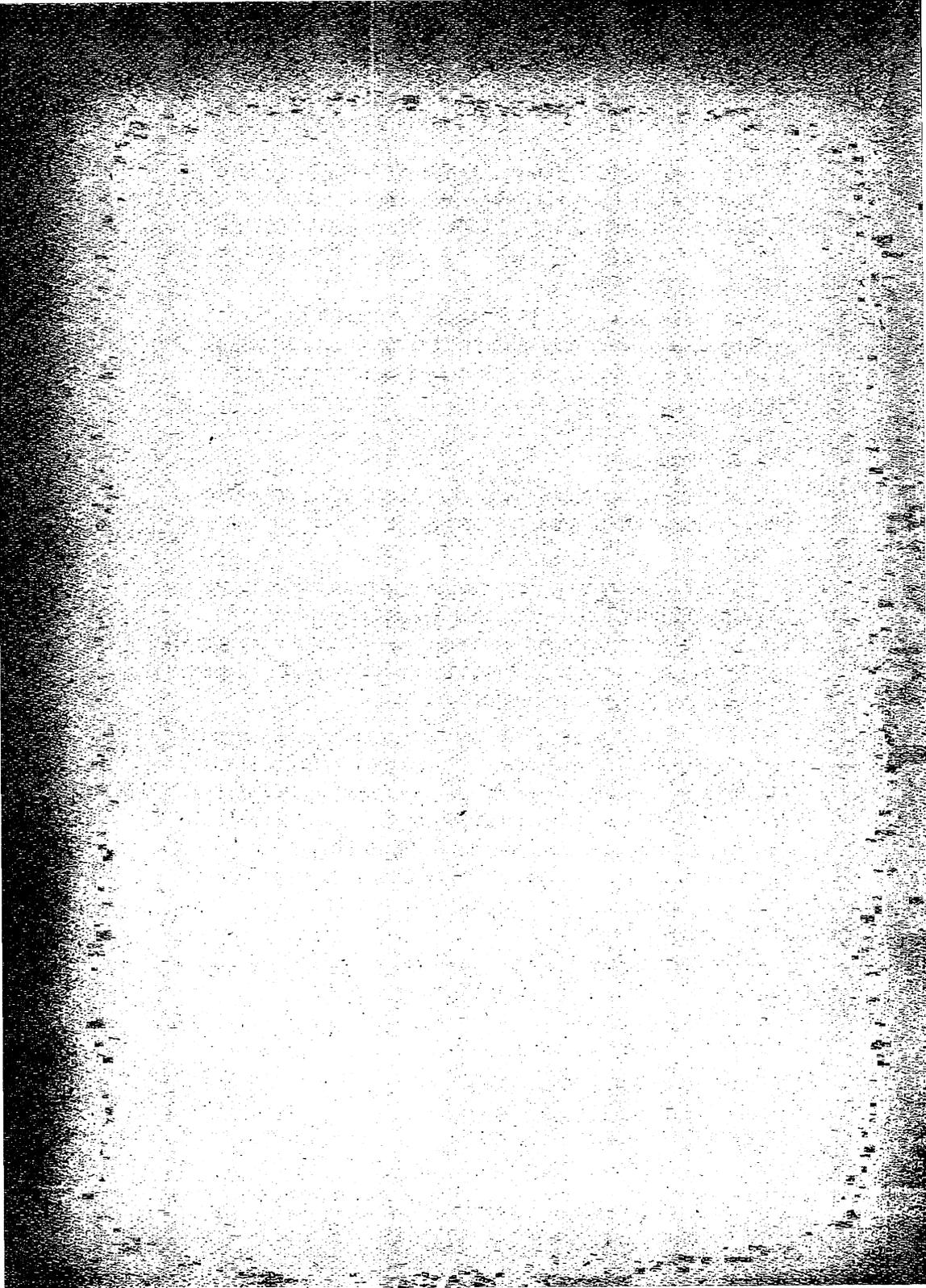
por mala diplomática aérea), um boletim com a sinopse dos fatos nacionais e internacionais que aparecem na imprensa brasileira. Continuam, ao mesmo tempo, a serem distribuídos, devidamente selecionados para cada Missão, os recortes «Lux» de jornais.

Incumbindo à atual Divisão de Informações a tarefa de esclarecer a opinião pública brasileira sôbre as atividades do Ministério das Relações Exteriores, já está programado para janeiro o relançamento do antigo boletim quinzenal «Itamaraty», em novos moldes, e acompanhado de um suplemento de documentação.

Estuda-se, também, o envio de reportagens, acompanhadas de fotografias, para as nossas Missões no exterior, se possível, com traduções.

Ao mesmo tempo, está sendo reorganizado o arquivo da Divisão para melhor servir às consultas e informar sôbre as atividades do Itamaraty. Dentro do plano de reorganização, figura a criação de um arquivo fotográfico, necessário para as coberturas jornalísticas.

Foi mantido o Boletim Diário, com notícias de especial interêsse para os funcionários da Secretaria de Estado. O contato dos representantes da imprensa com os diversos setores do Ministério foi ampliado em 1961, objetivando inclusive a divulgação de um quadro diário das atividades do Itamaraty. Com as Missões diplomáticas estrangeiras, foi iniciado um serviço de remessa diária dos comunicados do Itamaraty, na íntegra.

Foi finalmente lançado um boletim especial para Brasília, com o resumo dos fatos internacionais, a fim de manter a Presidência da República a par do noticiário, nesse setor, dos jornais da Guanabara.

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

A envelhecida estrutura do Itamaraty, que dispunha de meios e recursos precários, e a crescente insuficiência de seu reduzido quadro de pessoal, não lhe permitiam, nos últimos tempos, atender — senão arrostando incríveis dificuldades — o acúmulo e a expansão vertiginosa do número de problemas, internos e externos, que vem sendo chamado a tratar. Na previsão dessas condições, a reforma orgânica e de pessoal havia sido planejada com ampla antecedência, pelos que nesta Casa e fora dela tinham consciência dos problemas a enfrentar em futuro próximo. E não há dúvida que a reforma, determinada pela Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961, veio saciar uma premente necessidade, que dia a dia se agravava.

Em suas linhas gerais, apresenta-se a nova organização como instrumento hábil para a atualização dos métodos de trabalho do Ministério das Relações Exteriores. Foram separados os órgãos de formulação política dos órgãos de execução. Introduziu-se o critério geográfico, reunindo-se sob o mesmo comando o tratamento das questões políticas, econômicas, financeiras, sociais e culturais das diferentes áreas. Complementou-se êsse critério dando à Secretaria de Estado instrumentos funcionais para tratar também das questões de política econômica, culturais e de organismos internacionais.

No setor administrativo, a reforma mostrou-se sensível à conveniência de dar ao órgão responsável pela administração específica completa independência em relação ao órgão de política internacional. A mesma preocupação se observa em relação a outros setores de atividade, como o

Departamento de Assuntos Jurídicos e o Departamento Consular e de Imigração. Decidiu-se subordinar os Serviços de Comunicações e Arquivo a uma chefia comum e direta. Previu-se a criação de um serviço de conservação de imóveis.

O Departamento Cultural e de Informações, por sua vez, representa uma tentativa de fornecer ao Ministério os meios adequados para a execução do intercâmbio cultural em escala compatível com a riqueza e a pujança das manifestações criadoras da arte e da ciência nacionais. E o Instituto Rio Branco passa, agora, a integrar o Departamento de Administração, além de ter como nova incumbência ministrar o Curso de Altos Estudos.

Ressaltam, ainda, através das disposições dos três regulamentos, orgânico, do pessoal e de promoções, outras duas preocupações, cada uma delas mais importante do que a outra para estabilidade e o aperfeiçoamento desta instituição.

Saliente-se a atenção e cuidado que mereceram os serviços de infra-estrutura e o pessoal administrativo, tão essenciais e, em geral, tão esquecidos; a reforma procurou atender suas necessidades da melhor maneira possível. Solucionou-se a situação dos contratados brasileiros no exterior, facultando aos mesmos o ingresso na carreira de Oficial de Chancelaria, carreira que também ficou aberta aos servidores da Secretaria de Estado. Foram criadas as carreiras de criptólogo e taquígrafo. Foram ampliados outros quadros. Disciplinou-se o acesso das várias carreiras entre si, nos limites da legislação geral. Tudo isso foi feito num esfôrço para aparelhar, convenientemente, os quadros administrativos. A assistência aos funcionários não foi esquecida; o regulamento do Pessoal registra êsse cuidado ao dispôr que aos funcionários administrativos e aos dos serviços de conservação e limpeza, e a seus depen-

dentes, será proporcionada efetiva assistência médica, dentária, hospitalar e social.

A outra preocupação que teve a reforma é, embora de tipo diverso, não menos essencial para o futuro da carreira diplomática, cujo perfeito desenvolvimento só poderá ser conseguido num clima de moralidade funcional; tentou, o novo regulamento, balisar o caminho das promoções, buscando defender o funcionário e defender, acima de tudo, a firmeza das bases hierárquicas da carreira, condição fundamental de sua existência.

ORÇAMENTO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Distribuição de Créditos

A Divisão do Orçamento elaborou as tabelas de distribuição e redistribuição dos créditos orçamentários para o exercício de 1961 e promoveu não só o seu encaminhamento e aprovação pelo Tribunal de Contas mas também as medidas necessárias a novas distribuições de créditos, de acôrdo com as necessidades supervenientes do serviço.

No Quadro I, tem-se um resumo dos créditos distribuídos e redistribuídos ao Tesouro Nacional, ao Departamento Federal de Compras, ao Tribunal de Contas e à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, sendo que no que se refere a esta última os créditos distribuídos e redistribuídos no valor de Cr$ 2.108.375.709, ou sejam 82% do total dos créditos orçamentários, representaram uma despesa estimada de pouco mais de vinte e um milhões de dólares.

Evolução da despesa

A execução do orçamento de 1961 está resumida no Quadro II.

De acôrdo com o referido Quadro, os créditos postos à disposição do Itamaraty ou solicitados por êste Ministério, em 1961, elevaram-se a Cr$ 3.030.454.152, cabendo a maior parcela, como é natural, aos créditos orçamentários (84%), vindo após os créditos suplementares (13%) e os especiais (8 %), os quais estão relacionados nos Quadros III e IV.

A execução orçamentária foi presidida pelo maior espírito de economia, havendo a Divisão do Orçamento elaborado um plano de contenção de despesas, resumido no Quadro V. Pelo referido Quadro, verifica-se que os créditos bloqueados atingiram a Cr$ 403.014.840, correspondentes a 15% das despesas previstas, incluindo-se entre as mesmas créditos orçamentários e créditos especiais em tramitação.

Posteriormente, viu-se o Itamaraty na contingência de solicitar liberações de alguns itens bloqueados, estando neste caso as verbas relativas ao intercâmbio e difusão cultural, auxílio para transporte e representação em congressos e conferências. As liberações montaram a Cr$ 22.000.000, com o que o quantitativo previsto no plano de contenção de despesas se reduziu a Cr$ 381.014.840.

ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Proposta Orçamentária do Executivo

A Proposta Orçamentária para 1962, que o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional previa, na parte relativa ao subanexo 4.19 — Ministério das Relações Exteriores, despesas no montante de Cr$ 4.618.052.000, com

um acréscimo de Cr$ 2.078.116.481, ou seja de 81%, sôbre o quantitativo do orçamento vigente dêste Ministério, que é de Cr$ 2.539.935.519.

Tal elevação é, na aparência, pelo menos, surpreendente, pois não basta, para explicá-la, o acréscimo de cêrca de Cr$ 400.000.000, imposto pela elevação de níveis de remuneração, pelas Leis ns. 3.780 (Lei de Classificação) e 3.826 (Lei de Paridade), ambas de 1960.

Ela se explica, contudo, pela circunstância de que, tratando-se de um Ministério com despesas que se realizam tanto em cruzeiros (despesas no Brasil) como em moeda estrangeira (despesas no exterior), vem seu orçamento sofrendo majorações sensíveis tôda vez que o Govêrno reajusta a taxa de conversão do cruzeiro para pagamentos no exterior, com o intuito de adaptá-la à desvalorização crescente da nossa moeda.

Assim aconteceu em 1957, por exemplo, quando o Orçamento do Itamaraty se fixou em Cr$ 643 milhões, com um acréscimo de quase 200 milhões (44%) sôbre o quantitativo de 1956, ano em que a taxa de conversão do cruzeiro passara, por Decreto do Executivo, de Cr$ 18,82 para Cr$ 31,82 por dólar, para as despesas de pessoal.

O mesmo fenômeno se produziu em 1960, havendo então o Orçamento da Despesa do Ministério se elevado a Cr$ 2.287 milhões, contra 729 milhões em 1959, com um acréscimo de cêrca de 300%. É que, no ano de 1959, voltara a ser elevada a taxa de conversão do cruzeiro, de 31,82 para 100 cruzeiros (elevação de 200%), para as despesas de pessoal, e de Cr$ 18,82 para 100 (elevação de cêrca de 400%), para as demais despesas.

Se se fizesse, contudo, uma análise das despesas em cruzeiros e em dólares, nos exercícios de 1956, 1957, 1959 e 1960, ver-se-ia que o seu crescimento efetivo não fôra além

do crescimento normal das despesas do Poder Executivo em geral.

No que se refere à Proposta Orçamentária para 1962, pode-se igualmente chegar à conclusão de que o aumento de despesas decorre principalmente de reajustes de quantitativos em cruzeiros, de despesas a se realizarem no exterior. Assim, do aumento de Cr$ 2.078 milhões já assinalados nada menos de Cr$ 807 milhões decorrem da necessidade de se reajustarem os quantitativos das verbas de ajuda de custo, diárias, auxílio para transporte e gratificações de representação, em virtude da elevação da taxa de conversão do cruzeiro de 100 para 200 por dólar, para as despesas no exterior, determinada pelo Decreto n.º 50.362, de 8 de março de 1961.

Por outro lado, havendo o Govêrno determinado ainda, pelo Decreto n.º 50.332, de 10 do mesmo mês, a extinção dos Escritórios de Propaganda e Expansão Comercial e criado, no Ministério do Exterior, o Serviço de Propaganda e Expansão Comercial (SEPRO), com a passagem, para o mesmo Ministério, do acêrvo dos referidos Escritórios, viu-se o Orçamento do Itamaraty onerado, em conseqüência, em mais Cr$ 550 milhões.

Também nesta casa verificaram-se distorções provenientes do reajustamento da taxa de conversão do cruzeiro, pois os créditos destinados àqueles Escritórios no Orçamento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, eram convertidos à taxa de Cr$ 18,82 por dólar para tôdas as despesas, enquanto que, no exercício vindouro, deverão ser os mesmos convertidos à taxa de Cr$ 200 por dólar, para as despesas de pessoal, e de Cr$ 100 para as demais despesas. Apesar da majoração da despesa em cruzeiros (550 milhões contra 75 milhões), haverá redução na despesa total

em dólares com a manutenção do SEPRO, conforme se verifica pelos dados seguintes:

	Escritórios de Propaganda e Expansão Comercial		*Serviço de Propaganda e Expansão Comercial (SEPRO)*	
	CR$	US$	US$	CR$
Despesas de pessoal	41.683.703	2,214.862	400.000.000	2,000.000
Aluguel, expediente e propaganda	33.316.297	1,770.260	150.000.000	1,500.000
Total	75.000.000	3,985.132	550.000.000	3,500.000

Em resumo, pode-se concluir que o aumento real de despesa na Proposta Orçamentária do Ministério das Relações Exteriores para 1962, não ultrapassou de Cr$ 721 milhões (28 %) sôbre o quantitativo do Orçamento de 1961, incluindo-se nesse aumento a parcela de cêrca de Cr$ 500 milhões, devido à elevação de níveis de remuneração de que tratam as Leis 3.870 e 3.926, conforme o seguinte quadro:

	Cr$	Cr$
Proposta Orçamentária para 1962		4.618.052.000
Orçamento da Despesa para 1961		2.539.935.519
Diferença:		
Reajuste da taxa cambial	807.000.000	
SEPRO	550.000.000	
Leis 3.780 e 3.826, de 1960 .	500.000.000	
Outras despesas	221.116.481	2.078.116.481

A Proposta Orçamentária na Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados, uma vez informada do que ocorreu com a Proposta Orçamentária para 1962 na parte relativa ao Ministério das Relações Exteriores, respeitou-a

integralmente, por considerá-la um reflexo fiel das necessidades de administração naquêle setor, admitindo, apenas, a supressão de uma rubrica orçamentária, no valor de ...... Cr$ 46.200,00, uma vez que se tratava de verba de utilização desnecessária, face à aprovação da Lei 3.977, de 14 de julho de 1961, a qual, ao fixar os novos níveis de remuneração dos diplomatas, aboliu o abono de 30% a que os mesmos tinham direito, a título provisório, nos têrmos das Leis 3.780 e 3.826.

Por outro lado, acolheu a Câmara dos Deputados algumas emendas destinadas a aumentar os recursos do Itamaraty em setores importantes de atividade do Ministério.

Destaca-se, entre aquelas emendas, a que previa a inclusão de um crédito de Cr$ 800 milhões para início da construção do prédio do Ministério das Relações Exteriores em Brasília.

Torna-se desnecessário encarecer a necessidade de aprovação de tal emenda, uma vez que é sabido ser êste Ministério o único que não dispõe de edifício próprio em Brasília, devendo-se a esta circunstância o retardamento que vem sofrendo a sua transferência, e a do Corpo Diplomático, para a nova Capital.

Em conseqüência da aceitação das emendas acima referidas, foi a Proposta Orçamentária para 1962 elevada, na Câmara, para Cr$ 5.422.577.000, com um acréscimo de Cr$ 804.525.000, sôbre a Proposta do Executivo.

A Proposta Orçamentária no Senado Federal

Ao encerrar-se a discussão da Proposta Orçamentária do Ministério das Relações Exteriores na Câmara, verificava-se um fato nôvo, que não poderia deixar de produzir novos acréscimos na despesa daquele Ministério. Tratava-

se da aprovação e entrada em vigor da Lei 3.917, de 14 de julho de 1961, que reestruturou o Itamaraty.

A ampla reforma por que estão passando os serviços do Ministério acarretaria, necessàriamente, novos encargos financeiros, quer na parte relativa a aumentos de quadros e de remuneração de pessoal, quer no que tange à própria estrutura da Secretaria de Estado que contará, agora, com uma Secretaria Geral de Política Exterior, cinco Secretarias Adjuntas, quatro Departamentos e trinta Divisões, além de alguns organismos especializados, quando antes apenas existiam a Secretaria Geral, quatro Departamentos e quatorze Divisões, além de alguns Serviços.

Apesar de impossibilitado, por motivos de ordem regimental, de acolher novas emendas que traduzissem acréscimo da despesa, reconheceu-lhes a necessidade o relator da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara, que assim se expressou em seu Relatório :

«Finalmente, desejamos informar à Câmara que as dotações de custeio constantes da Proposta deverão ser reajustadas no Senado, face às alterações verificadas nos quadros do Itamaraty em virtude da sanção da Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961».

«A grosso modo, a elevação da despesa decorrente da Lei será da ordem de Cr$ 400.000.000. Fica, pois, aqui assinalado o nosso ponto de vista favorável a essa retificação quando do retôrno do Anexo do Senado da República.»

As emendas submetidas ao Senado Federal eram de dois tipos. Num primeiro grupo, encontravam-se aquelas que visavam a atender, através de aumentos de quantitativos, aos encargos impostos pela reestruturação do Itamaraty, com a aprovação daquele diploma legal. O acréscimo da despesa previsto por aquelas emendas era da ordem de Cr$ 413.400.000, dos quais Cr$ 12.000.000, contudo, se

referiam à necessidade de se dispor de verba apropriada ao pagamento da gratificação especial para complementação do salário mínimo, de que trata o art. 65, parágrafo único, da Lei 3.780, de 1960. Convém ressaltar, também, que, ao se solicitar a elevação, de Cr$ 1.600.000.000 para ...... Cr$ 1.850.000.000, da dotação destinada ao pagamento da gratificação de representação, apenas se restabeleceu, em têrmos de cruzeiros e dólares, a despesa com a referida gratificação, uma vez feitas as correções impostas pela majoração, de Cr$ 100 para Cr$ 200 por dólar, da taxa de conversão do cruzeiro, conforme se demonstra com os seguintes dados:

Anos	*no Brasil*	*no Exterior*	*Despesa Total*	
	Cr$	Cr$	US$	Cr$
1961 .	50.000.000	900.000.000	9.000.000	950.000.000
1962 .	50.000.000	1.800.000.000	9.000.000	1.850.000.000

No segundo grupo de emendas encontravam-se as que, conquanto não guardassem relação direta com a reforma do Itamaraty, visavam a fornecer ao Ministério os recursos indispensáveis à plena expansão de seus serviços no exterior, em consonância com a projeção crescente do Brasil no cenário internacional. Incluem-se, entre aquelas emendas, as que se referem ao aumento dos recursos da Divisão Cultural, ora transformada em Departamento, assim como verbas destinadas a dotar o Itamaraty de meios para adquirir, instalar, ou construir as suas Missões e Consulados nos novos países da África e da Ásia, onde faltam, em geral, imóveis de aluguel, onde possam funcionar tais Repartições.

Montando o acréscimo da despesa prevista por aquelas emendas a Cr$ 179.500.000, dispõe-se o Itamaraty, atento à grande conjuntura financeira por que atravessa o país, a abrir mão de parte dos créditos que lhe foram assegurados

pela Câmara, com o que se reduz o acréscimo efetivo de despesa a Cr$ 400.400.000, conforme o quadro anexo, resumido nos seguintes dados:

	Cr$
Acréscimo	592.900.000
Redução	192.500.000
Diferença	400.400.000

O orçamento votado pelo Senado Federal fixou a despesa em Cr$ 5.578.557.000. Para conseguir tal resultado, reduziu o Senado em Cr$ 400.000.000 o crédito para início da construção dos edifícios do Ministério das Relações Exteriores em Brasília, havendo, por outro lado, acolhido tôdas as demais emendas de interêsse do Itamaraty, assim como algumas outras emendas de majoração de despesa.

A votação final da Proposta

O orçamento finalmente aprovado pela Câmara dos Deputados fixou em Cr$ 4.992.757.000 a despesa do Ministério das Relações Exteriores para 1962. Verificou-se, assim, um acréscimo de Cr$ 374.705.000 (8%) sôbre o quantitativo da Proposta do Executivo e de Cr$ .... 2.452.821.431 sôbre o do orçamento de 1961. Êste resultado é bastante significativo, mesmo se deduzirmos do quantitativo aprovado a parcela de Cr$ 1.757.500.000, que inclui os acréscimos provenientes de distorções cambiais, da inclusão, no orçamento do Itamaraty, das verbas destinadas ao SEPRO, assim como do crédito destinado à construção de sua sede em Brasília. Feita a dedução dêsse total, o orçamento da despesa do Ministério das Relações Exteriores se eleva ainda a Cr$ 3.235.257.000, com um acréscimo, portanto, de Cr$ 695.322.000 ou 27% sôbre o quantitativo

do orçamento de 1961, que seria o melhor resultado obtido em mais de 5 anos se se tivesse podido registrar também a concessão de meios para a execução da reforma do Itamaraty.

Dado o retardamento da tramitação da Proposta, sua votação final teve de ser precipitada, como, aliás, já se verificara nos exercícios de 1959 e 1960, o que prejudicou bastante a obtenção de novos recursos, não previstos na Proposta, como decorrência da aprovação da Lei 3.917.

Nos Quadros VI e VII encontram-se o resumo da evolução da Proposta Orçamentária e uma comparação entre o Orçamento votado e o de 1961.

I

DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITOS

TESOURO NACIONAL		
Distribuição	54.537.120,00	
Distribuição automática	188.071.740,00	
Redistribuição	10.000.000.00	252.608,860
TRIBUNAL DE CONTAS		
Sem distribuição	158.606.000,00	158.606.000
DEPARTAMENTO FEDERAL DE COMPRAS		
Distribuição automática	20.145.000,00	
Redistribuição	200.000,00	20.345.000
DELEGACIA DO TESOURO BRASILEIRO EM NOVA YORK		
Distribuição	1.000.075.709,00	
Redistribuição	1.108.300.000,00	2.108.375.709
TOTAL		2.539.935.569

II

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

VERBAS		CRÉDITOS		
		ORÇAMENTÁRIOS	SUPLEMENTARES	TOTAIS
1.0.00	Custeio	2.001.890.460	347.691.899	2.349.582.359
2.0.00	Transferências	414.095.109	31.505.801	445.600.910
4.0.00	Investimentos	123.950.000	44.719.125	168.669.125
	TOTAL	2.539.935.569	423.916.825	2.963.852.394
Exercícios findos		....	....	631.868
e Restos a Pagar		....	....	5.220.006
Créditos especiais		....	....	62.749.890
	TOTAL	....	....	3.030.454.152

III

CRÉDITOS ESPECIAIS

HISTÓRICO	QUANTITATIVO (Cr$)
Para atender a despesas decorrentes da concessão de asilo político a cidadãos da República Dominicana............................	6.000.000
Para regularização de despesas decorrentes de visita de personalidades ilustres ao Brasil, em 1960..................................	6.749.890
Para atender a despesas com a reestruturação do Ministério das Relações Exteriores (Lei 3.917-61)................................	50.000.000
TOTAL..	62.749.890

IV

CRÉDITOS SUPLEMENTARES

UNID ADM	SUBCON-SIGNAÇÃO	HISTÓRICO	QUANTITATIVO (Cruzeiros)
01.01	1.1.01	Para pagamento de diferenças de vencimentos decorrentes da vigência da Lei 3917-61......	200.000.000
	1.1.04	Para atender à insuficiência de verba (Decreto nº 49.182, de 1-11-60...................	54.500.000
	1.1.05	Para atender à insuficiência de verba........	1.500.000
	1.1.14	Para atender à insuficiência de verba........	10.000.000
	1.1.15	Para atender à insuficiência de verba........	3.531.700
	1.1.23	Para atender à insuficiência de verba, em virtude da vigência da Lei 3.917-61..........	16.000.000
	1.1.27	Para atender à insuficiência de verba........	7.500.000
	1.1.28	Para atender à insuficiência de verba, devido à elevação do salário mínimo.............	2.864.000
	1.1.29-1	Para atender à insuficiência de verba........	10.000.000
	1.3.04	Para atender à elevação do custo dos combustíveis e lubrificantes......................	1.850.000
	1.3.10	Para atender à elevação do custo do material .	1.000.000
	1.5.02	Para atender à elevação do custo das passagens..................................	500.000
	1.5.05	Para atender à elevação do custo dos serviços..................................	480.000
	1.5.07	Para atender à elevação do custo de materiais e serviços previstos nesta subconsignação...	500.000
..	1.5.11	Para atender à elevação das tarifas postais, telegráficas e telefônicas..................	27.466.200
	1.6.15-1-2	Para atender a insucifiência de verba........	10.000.000
	4.3.02	Para atender a despesas com desapropriação de imóveis.............................	44.719.125
01.02	2.1.01-1-2	Para atender ao aumento do valor de cotas das contribuições para organismos internacionais.................................	31.505.801
—	—	TOTAL......................	423.916.826

V

PLANO DE CONTENÇÃO DE DESPESAS

DOTAÇÃO	*a)* US$	%	*b)* Cr$	%	(100*a*) + *b*)	%
Créditos orçamentários. .	19.985.757,00	95	541.359.869	92	2.539.935.569	93
Créditos adicionais.... ..	1.225.000,00	5	52.567.820	8	175.068.840	7
TOTAL.......	21.210.757,00	100	593.927.689	100	2.715.004.409	100

DOTAÇÃO	*a)* US$	%	*b)* Cr$	%	(100*a*) + *b*)	%
Créditos orçamentários. .	2.850.470,00	14	16.600.000	3	301.647.000	12
Créditos adicionais.... ..	730.000,00	60	28.367.840	52	101.367.840	58
TOTAL.......	3.580.470,00	17	44.967.840	7	403.014.840	15

VI

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 1962

UNIDADE ADMINISTRAIVA	PROPOSTA DO M R E	PROPOSTA DO PODER. EXECUTIVO	1ª VOTAÇÃO (CÂMARA)	2º VOTAÇÃO (SENADO)	VOTAÇÃO FINAL (CÂMARA)
01.01 — Secretaria de Estado (Despesas Próprias) .					
Verba 1.0.00 — Custeio..............	3.217.565.149	3.115.930.000	3.080.230.000	3.255.130.000	3.078.730,000
Verba 4.0.00 — Investimentos.........	237.600.000	143.750.000	955.750.000	540.750.000	520.750.000
TOTAL DA UNIDADE 01.01.............	3.455.165.149	3.259.680.000	4.035.980.000	4.065.880.000	3.599.480.000
01.02 — Secretaria de Estado (Encargos Gerais) .					
Verba 2.0.00 — Transferências.........	443.371.661	443.372.000	471.577.000	489.677.000	478.277.000
TOTAL DA UNIDADE 01.02............	443.371.661	443.372.000	471.577.000	489.677.000	478.277.000
02 — Missões Diplomáticas e Repartições Consulares					
Verba 1.0.00 — Custeio..............	935.403.500	871.300.000	871.300.000	881.300.000	871.300.000
Verba 4.0.00 — Investimentos.........	4.000.000	2.500.000	2.500.000	100.500.000	2.500.000
TOTAL DA UNIDADE 02...............	939.403.500	873.800.000	873.800.000	981.800.000	873.800.000
03 — Instituto Rio Branco					
Verba 1.0.00 — Custeio..............	7.200.000	7.200.000	7.200.000	7.200.000	7.200.000
TOTAL DA UNIDADE 03...............	7.200.000	7.200.000	7.200.000	7.200.000	7.200.000
04 — Comissões Brasileira Demarcadora de Limites					
Verba 1.0.00 — Custeio..............	41.470.000	34.000.000	34.000.000	34.000.000	34.000.000
TOTAL DA UNIDADE 04...............	41.470.000	34.000.000	34.000.000	34.000.000	34.000.000
TOTAL GERAL....................	4.886.610.310	4.618.052.000	5.422.557.000	5.578.557.000	4.992.757.000

VII

ORÇAMENTO DO MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

POR UNIDADES ADMINISTRATIVAS	ORÇAMENTO DE 1961	ORÇAMENTO DE 1962	DIFERENÇA	
			Cruzeiros	%
01 — Secretaria de Estado				
01 — (Despesas Próprias)........	1.808.790.460	3.599.480.000	+ 1.790.689.540	+ 99,0
02 — (Encargos Gerais)..........	414.095.109	478.277.000	+ 64.181.891	+ 15,4
02 — Missões Diplomáticas e Repartições Consulares.......	279.850.000	873.800.000	+ 593.950.000	+ 212,0
03 — Instituto Rio Branco.......	7.200.000	7.200.000	—	—
04 — Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites.....	30.000.000	31.000.000	+ 4.000.000	+ 13,0
TOTAL..............	2.539.935.569	4.992.757.000	+ 2.452.821.431	+ 96,

POR VERBA	OÇAMENTO DE 1961	ORÇAMENTO DE 1962	DIFERENÇA	
			Cruzeiros	%
1.0.00 — Custeio..................	2.001.890.460	3.991.230.000	+ 1.989.339.540	+ 99,4
2.0.00 — Transferências...........	414.095.109	478.277.000	+ 64.181.891	+ 15,4
4.0.00 — Investimentos...........	123.950.000	523.250.000	+ 399.200.000	+ 321,0
TOTAL..............	2.539.935.569	4.992.757.000	+ 2.452.821.431	+ 96,6

PESSOAL

Durante o ano de 1961, a Divisão do Pessoal, além de tratar dos assuntos de rotina de sua atribuição, participou dos trabalhos de regulamentação e execução da reforma introduzida na estrutura do Ministério.

Com êsse objetivo, foi criado, por portaria ministerial, um Grupo de Trabalho, depois dividido em dois Subgrupos, um para os problemas de estrutura e organização, outro para os de pessoal, de cuja atividade resultaram o Regulamento Orgânico, o Regulamento do Pessoal e o Regulamento de Promoções, aprovados, respectivamente, pelos Decretos números 1, 2 e 3, de 21 de setembro de 1961, do Senhor Presidente do Conselho de Ministros.

Foram profundas as transformações resultantes da reforma determinada pela Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961. Ampliou-se o quadro de pessoal do Itamaraty, com a criação de cargos nas várias classes da carreira de diplomata e das carreiras administrativas. Aplicada à estrutura da Secretaria de Estado o critério geográfico na distribuição dos assuntos, houve a necessidade de serem criadas novas Divisões e de serem designados os respectivos chefes.

Os serviços diplomáticos e consulares brasileiros tiveram, no decorrer de 1961, grande expansão, acarretando a preparação de muitos expedientes, relativos à criação e à elevação de categoria de Missões e Consulados. Assim, foram elaborados decretos criando Embaixadas do Brasil no Senegal, em Daomei, na Mauritânia (cumulativa com o Senegal), no Niger (cumulativa com Daomei), no Nepal (cumulativa com a Índia), na Birmânia, na Nigéria, nas Filipinas (cumulativa com o Japão) e na Síria; e Legações no Camboja (cumulativa com a Índia), na Bulgária e, na Albânia (cumulativa com a Itália). As antigas Legações do Brasil na Polônia, no Irão, na Etiópia e em Gana foram elevadas à categoria de Embaixadas. E foram criados o Consulado-Geral em Lourenço Marques e os Consulados em Luanda, Nairobi, Salisbury, Singapura e Vancouver.

Ainda com referência ao aproveitamento do pessoal administrativo, há a destacar a aplicação, no Ministério das Relações Exteriores, do Capítulo VI da Lei n.º 3.780, de 12 de julho de 1960, que previu a contratação de pessoal temporário. O assunto foi tratado no Decreto n.º 50.313, de 4 de março de 1961, sendo regularizada a situação, por contrato, de duzentos e cinqüenta funcionários, assim distribuídos: auxiliar de escritório, 143; auxiliar de artífice, 67, e mecânicos, 40.

MAPA ESTATÍSTICO DOS TRABALHOS DA DIVISÃO DO PESSOAL

I — EXPEDIENTES:

a) Decretos:

de remoção	148
de aposentadoria (concessão, declaração, retificação)	33
de designação de Delegação para Congressos	49
de exoneração e dispensa	133
de promoção	62
de nomeação	43
Total	468

b) Portarias	292
c) Instruções de Serviço	11
d) Exposição de Motivos	167
e) Circulares	254
f) Despachos	30
g) Expedientes à Alfândega	254
h) Avisos e Ofícios Diversos	1.010
i) Cartas	60

j) Correspondência com a Delegacia do Tesouro em Nova York:

1 — Telegramas	547
2 — Cartas-Telegramas	1.401
3 — Outros expedientes	159
k) Memoranda	483
l) Declarações	230
m) Apostilas	72

II — DADOS SÔBRE PESSOAL:

a) Curricula Vitae	33

b) Apresentações:

1 — Diplomatas	281
2 — Ministros para Assuntos Econômicos	7
3 — Cônsules Privativos	5
4 — Adidos	8
Total	301

c) Falecimento 1

d) Posses:

1 — Diplomatas	15
2 — Ministros para Assuntos Econômicos	2
3 — Funcionário Administrativo	1
Total	18

e)	Concessão de salário-família	178
f)	Cálculos para remoção e férias	54
g)	Licenças	220
h)	Aposentadorias	30
i)	Nomeações na Carreira de Diplomata	34

«LACTÁRIO EMMA NEGRÃO DE LIMA»

A Senhora Emma Negrão de Lima promoveu, em 1959, com a cooperação das espôsas de diplomatas sediados na Secretaria de Estado, a instituição do Serviço de Assistência Social dos Servidores do Itamaraty (S.A.S.S.I.), e foi então decidido instalar-se um Lactário — que tomou o nome de sua idealizadora — para assistência aos filhos dos funcionários da Portaria até 4 anos de idade.

No ano de 1961, foram fornecidos 2.230 quilos de leite em pó a 143 crianças, contra 1.700 quilos a 109 crianças, em 1960.

No último Natal, foi feita uma distribuição extraordinária de 50 quilos de café e 50 quilos de mate. Nessa ocasião, foram também doadas, às crianças menores de 2 anos,

cadernetas da Caixa Econômica, no total de 11, com um depósito inicial de 500 cruzeiros. Foram ainda fornecidas, aos pais das crianças, 53 cadernetas, com um título nominativo, no valor de 550 cruzeiros, da Cooperativa Cultural e Distribuidora de Material Escolar Resp. Ltda., cuja sede se encontra no Ministério da Educação e Cultura.

MATERIAL E PATRIMÔNIO

A Divisão do Material continuou a prover de sede própria algumas das Missões diplomáticas brasileiras no exterior, tendo adquirido um imóvel em Acra e concluído os pagamentos das sedes da Embaixada em Berna e da Embaixada em Paris, cujas compras haviam sido iniciadas em 1959 e 1960, respectivamente.

Diversos trabalhos de reforma foram efetuados em sedes de nossas representações no exterior. Prosseguiram, outrossim, os trabalhos das Comissões locais de obras, criadas no ano de 1960 em Beirute, Paris e Roma. Nesta última capital, foram concluídos os trabalhos no Palácio Doria Pamphilli.

Cuidou a Divisão do Material da melhoria constante das instalações materiais das representações brasileiras, através de um contrôle atento dos serviços prestados pelo nosso fornecedor oficial e foram enviadas ao exterior 52 máquinas de escrever.

No que concerne às instalações da Secretaria de Estado, empenhou-se, dentro dos recursos que lhe foram concedidos, em proporcionar condições mais favoráveis à boa execução dos serviços. Com êsse intuito forneceu, além de móveis de uso comum, 7 máquinas de escrever, 3 aparelhos de ar condicionado, 1 aparêlho «Ditto» para a Divisão de Comunicações, 1 máquina elétrica de grampear para o Serviço de Mimeografia, 5 estantes que vieram completar a instalação dos arquivos da O.N.U., 2 veículos tipo «Vespa-

car» que vieram aumentar a ainda deficiente frota do Ministério das Relações Exteriores.

Além dessas atividades, fixou as dotações da verba «Material» para nossas Missões diplomáticas e Repartições consulares no exterior, referentes ao período de 1962.

Do ponto-de-vista de sua organização interna, passou a Divisão do Material por uma reforma de caráter estrutural, em decorrência do Decreto n.º 1 de 21-9-61, que regulamentou a Lei n.º 3.917 de 14-7-61. De acôrdo com o artigo 26 do citado Regulamento, acha-se integrado na Divisão de Material o Serviço de Conservação do Patrimônio.

PATRIMÔNIO

Mereceu atenção especial do Patrimônio o assunto da construção da sede do Ministério das Relações Exteriores em Brasília.

O setor sugeriu a criação de uma Comissão de Alto Nível para o exame dos assuntos com base nos trabalhos fornecidos por um Grupo Executivo, devidamente aparelhado para a tarefa. A proposta mereceu aprovação. A Comissão criada para apresentar um anteprojeto no prazo de 45 dias, presidida pelo Embaixador Câmara Canto, contou com a colaboração do Ministro Wladimir Murtinho, e terminou seus trabalhos no prazo estipulado.

Os estudos do ante-projeto do Palácio Itamaraty, a ser construído em Brasília, serão examinados na Comissão de Coordenação e, se aprovados, servirão de base para os trabalhos do Grupo Executivo.

BAIRRO DIPLOMÁTICO DE BRASÍLIA

O Patrimônio já esteve em contato com a Novacap para tratar do problema de ampliação do bairro diplomático de Brasília, que deverá comportar um mínimo de 120 lotes.

Além do problema de ampliação, sugeriu que as relações entre a Novacap, a Prefeitura de Brasília e as Missões diplomáticas fôssem estabelecidas por intermédio do Itamaraty.

No Rio de Janeiro, o setor teve de prover a readaptação da Secretaria de Estado, que lhe foi determinada pela reforma; instalou o gabinete do novo Subsecretário de Estado, e conseguiu alugar dois andares na Avenida Presidente Vargas, adaptados às suas novas finalidades pelos artífices do Itamaraty.

Obras de melhoramento foram ainda executadas, tais como as instalações para o vestiário do pessoal de portaria e a reforma do passadiço de acesso ao prédio da rua Visconde da Gávea.

DESAPROPRIAÇÕES

As desapropriações, decretadas para liberação e isolamento da área do Palácio Itamaraty, prosseguiram, sendo a União imitida na posse dos imóveis de ns. 163 e 165, da rua Senador Pompeu.

As demais imissões não puderam ser realizadas em virtude da escassez dos recursos orçamentários.

ROMA

A obra de remodelação do «Palazzo Dória Pamphilii». adquirido pelo Govêrno para instalação da Casa do Brasil em Roma, aumentou de intensidade em 1961. Construiu-se a nova escada de acesso aos pavimentos, o poço dos elevadores e as novas entradas, destinadas, respectivamente, à Chancelaria da Embaixada junto à Santa Sé e aos escritórios do SEPRO. As obras, iniciadas sob a supervisão do Patrimônio, cujo chefe estêve em Roma, foram terminadas em fins do ano, sendo então realizada uma tomada de con-

tas pela CORBE, representada pelo Ministro Fabrino de Oliveira Baião.

A casa residencial adquirida em 1960 sofreu, em 1961, uma transformação radical, por fôrça de inúmeras obras de remodelação. O setor estudou a atualização do esquema financeiro da obra e o programa econômico relativo à decoração e mobiliário. A residência, segundo está previsto, deverá ser ocupada pela Embaixada no correr de 1962.

VIENA

A Embaixada em Viena obteve autorização para alugar o Palácio Rotschild e nêle realizar as obras julgadas indispensáveis à instalação condigna de nossa Missão diplomática naquele país. Os trabalhos, realizados sob o signo da economia, sobretudo por se tratar de prédio alugado, abrangeram, contudo, grande parte da casa.

MONTEVIDÉU

No correr de 1961, realizaram-se obras para a ampliação da Chancelaria da Embaixada do Brasil em Montevidéu, cujas salas já não mais comportavam o volume de serviço. O prédio antigo foi aumentado nos dois andares, obtendo-se boas salas de trabalho. As obras de ampliação foram projetadas de forma a não afetar pràticamente a área livre do jardim da residência.

BUENOS AIRES

Obras de conservação foram realizadas em diversas Embaixadas, destacando-se pelo vulto as da casa de Buenos Aires, onde se procedeu à substituição do sistema de calefação e à renovação de caldeiras e tubulações, cujo estado começava a prejudicar sèriamente a própria integridade das paredes.

ASSUNÇÃO

A casa residencial da Embaixada do Brasil em Assunção vem necessitando de uma obra completa de restauração. Os problemas principais são os de um terraço de impermeabilização difícil e o das fundações deficientes, que afetam a própria estabilidade da parede externa da esquerda.

Parecendo desaconselhável uma remodelação completa, preferiu-se encarar o problema de uma construção inteiramente nova. Opinou o Patrimônio pela realização das obras julgadas imprescindíveis no momento, enviando um dos seus engenheiros, o Senhor Aloysio Bello Gomes de Mattos, a Assunção, para orientar a realização da tomada de preços e adotar outras providências.

COMPRAS

O Patrimônio examinou, no ano de 1961, diversas ofertas de compras de prédios residenciais destinados às Embaixadas brasileiras. Trata-se, em alguns casos, de residências já ocupadas por nossas Missões diplomáticas e cujos proprietários estão preferindo vender suas propriedades para fugir aos rigores das leis do inquilinato que, em quase todos os países, cerceiam, cada vez mais, os direitos do proprietário. Os casos de Viena, Oslo e o Cairo se enquadram nesse item.

Em Viena, a Embaixada está instalada na antiga residência dos Barões Rotschild, remodelada pelo Govêrno brasileiro para êste fim. O chefe da Missão propôs a compra da casa por considerá-la excelente e por achar que não se pode deixar de levar em consideração o trabalho e as despesas já realizadas para sua adaptação.

O caso de Oslo prende-se a dificuldades que se apresentarão no caso de uma mudança, o que deverá ocorrer em

1962 se o Govêrno não puder efetuar a compra. As dificuldades para se obter uma residência condigna em Oslo parecem intransponíveis.

No Cairo, o interêsse da proposta de venda se prende ao valor pleiteado pelo proprietário, que deseja desfazer-se de sua propriedade por motivos pessoais.

A casa que foi proposta para sede da Embaixada do Brasil em Rabat não estava à altura das exigências do Ministério: após exame de plantas da cidade, do terreno e da construção, o Itamaraty declinou da compra.

Finalmente, o caso do Palácio Pimenta, em Lisboa, foi objeto de exame minucioso pelo Patrimônio. Sua compra deve ser examinada com cuidado, levando-se sobretudo em conta as vultosas despesas de remodelação.

Aliás, todos os casos de compra deverão ser objeto de exame muito especial em virtude do pensamento predominante de se construir, via de regra, as sedes de nossas Embaixadas, no intuito de tornar essas edificações verdadeiros testemunhos materiais de nossa cultura e de nossa capacidade realizadora.

O Patrimônio, após visita ao terreno doado para a construção da Embaixada do Brasil em Beirute e depois de se documentar com plantas e fotografias do local e informações de tôda a sorte, procedeu à elaboração do anteprojeto para a sede da Embaixada. Atendendo, porém, a pedido do doador, que desejava concorrer para a totalidade das despesas de construção, concordou o Patrimônio em reduzir para mil metros quadrados a área total de construção do prédio. A revisão do projeto com esse objetivo importou na adoção de nôvo traçado, já que era òbviamente impossível a supressão pura e simples de mais de 700 metros quadrados na planta anteriormente adotada.

QUITO, BERNA E CAMBERRA

O Patrimônio está de posse das plantas dos terrenos de Quito, Berna e Camberra e iniciou o exame dos estudos preliminares para a construção da sede da Embaixada do Brasil no Equador, bem como a das Chancelarias de Berna e Camberra, a serem edificadas nos terrenos da própria Embaixada.

WASHINGTON

O caso da sede da Chancelaria em Washington está na dependência de uma solução para a alienação do prédio adquirido para aquêle fim e cujo não aproveitamento ficou definitivamente assentado, após inspeção local e parecer da CORBE.

COMUNICAÇÕES E ARQUIVO

Em 1961, houve total modificação no sistema utilizado para a expedição e o recebimento das malas diplomáticas. Até então, as malas eram entregues ao Departamento dos Correios e Telégrafos, que se incumbia de expedí-las aos seus respectivos destinos, sem que o Itamaraty tivesse conhecimento da rota ou companhia de navegação aérea que as transportasse; essa falta de contrôle redundava em atraso na entrega e na impossibilidade de fiscalização contábil, com a conseqüente impossibilidade de se fazer uma previsão orçamentária das despesas. Ademais, a taxa postal é aproximadamente 100% mais elevada do que a taxa carga.

O setor foi paulatinamente transferindo o transporte das malas do D.C.T. para as companhias particulares de navegação aérea. Adotou-se o sistema de «transporte dirigido» das malas diplomáticas, pela entrega das mesmas às companhias, para serem transportadas em vôos específicos e terem retirada imediata na chegada ao destino. Pode-se

afirmar que houve uma redução média de mais de 200% no tempo de transporte das malas diplomáticas e 50% de economia nos preços de transporte.

TELEGRAMAS

A instalação do serviço TELEX na Embaixada em Tóquio veio atender ao aumento considerável do movimento telegráfico entre aquela Missão diplomática brasileira e a Secretaria de Estado.

A simplificação do sistema de arquivamento de telegramas veio permitir um melhor funcionamento de todo o setor, que trabalha em dependência do seu arquivo.

Quanto ao volume de trabalho do setor, pode ser expresso mediante a comparação dos algarismos referentes às despesas com telegramas em 1961 e 1960, como se vê abaixo:

		1960	1961	Acréscimo em % (aprox)
Telegramas expedidos ..	Cr$	42.013.750,50	69.520.595,10	65,5
Telegramas recebidos ..	US$	140,303.76	200,729,41	43,3

Assim, vê-se que foi sensível o aumento de trabalho do setor de telegramas, mesmo que se leve em conta a alta do franco-ouro de Cr$ 70,00 para Cr$ 88,00.

MALAS DIPLOMÁTICAS

Quadro demonstrativo do movimento do setor de malas diplomáticas:

Expedidas

Missões diplomáticas	2.831
Repartições consulares	2.557
Delegações junto a Organismos Internacionais	538
Delegacia do Tesouro	57
	5.983

Recebidas

Missões diplomáticas	2.005
Repartições consulares	1.721
Delegações junto a Organismos Internacionais	215
	3.941

SETOR DE MALAS DE BRASÍLIA

Em 1961, foram remetidas para Brasília 268 malas aéreas e 125 malas de couro, num total de 393 malas. Para o Rio de Janeiro, vieram 75 malas de couro e 273 aéreas.

CARTEIRA DE SAÍDA

Movimento de expedientes na Carteira de Saída, em 1961, até 29 de dezembro:

Para a Expedição	11.613
Para as Missões diplomáticas	2.881
Para as Repartições consulares	680
Circulares	88
Em mão	1.224
Total	16.486

CARTEIRA DE ENTRADA

Registrou-se considerável acréscimo do volume de correspondência recebida pela Carteira de Entrada, em 1961. Remeteram-se ao setor de Classificação 1.160 malas de correspondência. O número de documentos considerados «particulares», recebidos e registrados na Carteira, elevou-se a 11.000. À antiga Divisão de Comunicações, foram enviadas 542 malas de correspondência.

Em 1961, deu-se entrada a 23.847 documentos oficiais.

CARTAS-TELEGRAMAS

Elevou-se bastante o número de CTs expedidas e recebidas, em 1961, com relação ao ano anterior:

	1960	1961
Recebidas	11.770	14.296
Expedidas	11.383	12.410

Foram expedidas, ainda, cêrca de 500 CTs particulares.

DATILOGRAFIA

Foi considerável o aumento de serviço da Datilografia.

Em 1961, datilografaram-se 19.989 expedientes, contra 12.401 em 1960.

Quadro Estatístico dos Expedientes executados pelo Setor

DOr/	1.892
DEA/	758
DPP/	1.454
DAI/	893
DAm/	871
DC/	97
DO/	551
DCn/	2.249
DPo/	1.164
DP/	912
DM/	82
DA/	336
DCl/	957
CNAT/	302
DET/	417
CLC/	91
SJ/	1.009

CAB/	74
CEBRUS/	85
DIm/	428
DEC/	56
DPC/	47
DCP/	37
SD/	124
MAR/	94
AH/	35
SPB/	42
B/	249
SCP/	124
SO/	4
DF/	64
OCS/	202
DCo/	431
Diversos/	3.468
	19.989

CORRESPONDÊNCIA ESPECIAL

O setor recebeu, classificou, distribuiu e arquivou, em 1961, 1.310 documentos, tendo expedido 600. Foi datilografada a correspondência especial conforme o seguinte quadro:

Ofícios	331
Despachos	186
Avisos	43
Notas	40

SEÇÃO DE MULTIPLICAÇÃO

O setor exerceu atividades que, em confronto com os trabalhos efetuados no ano anterior, apresentaram os seguintes resultados:

SERVIÇO DE MIMEOGRAFO

ANOS	CIRCULARES			INSTRUÇÕES DE SERVIÇO			DIVERSOS		
	N.º	pgs.	Tiragem	N.º	pgs.	Tiragem	N.º	pgs.	Tiragem
1960..............	244	1.134	231.600	17	25	13.750	1.507	11.319	1.000.900
1961..............	339	897	390.511	12	13	9.100	1.970	11.209	1.067.805

SERVIÇOS DE MULTILITH

ANOS	N.º DE TRABALHOS REALIZADOS	N.º DE PAGINAS	TIRAGEM
1960..................................	80	650	350.000
1961..................................	64	992	683.820

Os quadros acima parecem refletir um certo desequilíbrio na distribuição dos trabalhos pelos dois grupos; cumpre lembrar, entretanto, que a impressão em máquina *Multilith*, pela sua complexidade e elevado custo, deve ser restringida a uma produção numèricamente inferior ao trabalho realizado em mimeógrafo.

SERVIÇO DE EXPEDIÇÃO

Estêve a cargo do Serviço de Expedição o despacho de material de propaganda cultural e de livros e quadros para exposições no exterior, bem como o recolhimento, no aeroporto internacional, de malas diplomáticas, o desembaraço e transporte de bagagem de personalidades estrangeiras em visita ao Brasil e a distribuição de convites para solenidades oficiais.

MESES	MOVIMENTO		DESPESAS Cr$	
	CARTAS E OFICIOS	IMPRESSOS	CARTAS E OFICIOS	IMPRESSOS
Janeiro	2.415	2.115	52.086,50	16.277,70
Fevereiro	2.296	2.802	69.845,50	40.892,30
Março	2.937	820	71.904,30	17.396,40
Abril	3.196	1.871	9.726,10	26.990,80
Maio	3.254	2.114	60.046,40	53.503,20
Junho	6.151	3.680	75.502,40	96.232,60
Julho	2.887	2.662	75.106,00	17.921,90
Agosto	2.715	2.286	106.510,00	65.725,00
Setembro	2.617	1.789	107.839,00	39.152,00
Outubro	2.454	1.630	89.799,00	42.856,00
Novembro	1.929	1.777	87.435,00	44.135,00
TOTAIS	32.848	23.546	940.886,70	461.082,90

DISTRIBUIÇÃO DE IMPRESSOS

A Seção enviou, em 1961, para as Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras, 40.816 exemplares de publicações editadas pelo Ministério.

No mesmo período, remeteu a bibliotecas, instituições e universidades do país, 3.452 exemplares de obras diversas.

ARQUIVO

Graças à consignação de verba própria, resultados compensadores foram obtidos, em 1961, nos vários setores do Arquivo.

Microfilmagem

O laboratório atingiu, no ano de 1961, bom funcionamento.

A microfilmagem, que tem a capacidade de reduzir em mais de 90% o espaço necessário ao arquivamento de documentos, constituiu importante fator na solução do problema no Arquivo. Foram, desde a inauguração do setor, microfilmados 1.000 «dossiers» ou maços, contornando-se, assim, o impasse que surgiria nos primeiros meses de 1962, quando estivessem completamente ocupadas as últimas estantes de aço no anexo do Arquivo, onde são guardados os maços transferidos.

Não se limitou, contudo, a essa finalidade o trabalho do setor. Foram atendidos pedidos do Arquivo Histórico, da Mapoteca e da Biblioteca no sentido da reprodução de documentos, mapas e livros de seu acêrvo.

O setor de Microfilmagem, com a aquisição de novas máquinas, que deverão ser instaladas no princípio de 1962, estará habilitado a fornecer contribuição para a Divisão de Divulgação Cultural. Com a nova aparelhagem estará o Itamaraty de posse de um setor de Microfilmagem, aparelha-

do para atividades no campo do audio-visual. Poderão ser, com facilidade, confeccionados «slides» e diafilmes, em prêto e branco, bem como em colorido.

Classificação e Distribuição

Foi digno de menção o esfôrço exigido dêsse setor para assegurar aos serviços da Secretaria de Estado a regularidade na distribuição dos expedientes em decorrência da reforma administrativa do Itamaraty, que alterou as atribuições das Divisões. Teve de ser elaborado, em regime de urgência, um nôvo «Índice para Distribuição da Correspondência».

Arquivo de Originais

O Arquivo de Originais mereceu especial atenção e foi intensificada a encadernação de documentos. Aos 4.500 volumes encadernados no período de 1949 a 1960, foram acrescidos, em 1961, 1.000 novos códices: mantido êsse rítmo mais alguns meses, o Arquivo de Originais estará em dia com o seu programa de encadernação. Como complemento desse trabalho, foi feita revisão dos pacotes a serem encadernados, sendo solicitada às Missões Diplmoáticas e Repartições Consulares a remessa de cópia especial de documentos que faltavam nas séries. Completada essa tarefa, consegui -se devolver a êsse Setor do Arquivo a segurança e flexibilidade indispensáveis ao preenchimento de suas funções.

Arquivo de Antecedentes

A fim de descongestionar êsse Setor do Arquivo, foram transferidos todos os maços até 1957. Elevou-se a 6.000 o número de maços transferidos durante o ano para o anexo do Arquivo. Para que possa ser avaliada a importância do resultado conseguido, é preciso ressaltar que a transferência de um maço não se limita ao registro dos seus dados essenciais (classificação, índice, período) em livro especial;

o lançamento é precedido do preparo do «dossier», isto é, do fechamento do maço que contenha a documentação até 31 de dezembro de 1957 e abertura do correspondente a 1958/1961, com a substituição das capas e feitura de fichas.

Essa tarefa implicou a elaboração de 6.000 novas fichas.

Grupo de Revisão

É freqüente a necessidade de proceder-se à revisão de maços, mòrmente tendo em vista o grande aumento no volume da documentação do Arquivo, o que, naturalmente, torna difícil evitar a ocorrência de erros nos maços. O grupo de Revisão apresentou bom trabalho em 1961.

DOCUMENTAÇÃO

A Divisão de Documentação, criada pela reforma (lei n.º 3.917, de 14-7-1961), veio substituir o antigo Serviço de Documentação, e, de acôrdo com o anteprojeto de Regimento, contará na nova estrutura com uma Seção de Programação, que se incumbirá de planejar e organizar, para publicação, obras úteis aos diversos setores de trabalho do Ministério das Relações Exteriores.

BIBLIOTECA

Durante o ano de 1961, logrou alcançar êste setor, com a colaboração da antiga Divisão Cultural, a sistematização das bibliotecas no exterior, visando a um melhor equipamento bibliográfico das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Leitorados brasileiros.

Os novos acervos são de três tipos: a) constituído por uma coleção básica de referência, para as Repartições Consulares; b) constituído de cêrca de quarenta títulos — inclu-

sive dicionários, vocabulários, enciclopédias menores, livros de historiografia, geografia e ciências histórico-sociais que dêem um conspecto do Brasil no tempo e no espaço, — destinando-se tal coleção às Missões Diplomáticas recém-criadas ou àquelas que não possuem, ainda, uma biblioteca; c) constituído dos livros selecionados para o tipo *b*, além de obras literárias e volumes da «Brasiliana», «Documentos brasileiros», «Biblioteca Científica brasileira» e de outras séries de igual valor e interêsse, em virtude de se destinar quer à consulta, quer à leitura.

A primeira biblioteca básica do *tipo b* foi enviada para a Embaixada em Gana, catalogada, classificada e acompanhada do respectivo catálogo dicionário.

Posteriormente, foram preparadas as coleções destinadas a Rabat e Tunis. Há sete coleções idênticas em fase de organização, devendo, no primeiro trimestre de 1962, serem enviadas bibliotecas para as Embaixadas no Panamá, Senegal e na Tailândia.

Uma coleção do *tipo c*, contendo cêrca de 4.000 volumes, foi enviada para a Casa do Brasil em Roma. Êsse acêrvo foi enriquecido e aumentado com as obras já existentes na Embaixada.

A chefe da Biblioteca, assistida por uma bibliotecária da Secretaria de Estado, esteve em Lisboa, para estudos e observações sôbre as bibliotecas da Embaixada e do Instituto Brasileiro de Cultura. Em Paris, prestaram colaboração à biblioteca da Missão diplomática naquela capital,, como também às do «Institut des Hautes Études Latino-Américains» (Sorbonne), do «Institut d'Études Portugaises et Brésiliennes» (Université de Paris), e à da Casa do Brasil. Foram tomadas providências, nessa ocasião, no sentido de remeter, com regularidade, bibliografias correntes brasileiras, catálogos de livrarias e publicações oficiais.

A Biblioteca fêz-se representar, em 1961, nas reuniões sôbre classificação decimal universal, na «International Conference on Cataloguing Principles», realizada em Paris, de 9 a 18 de outubro e no 3.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Curitiba, Paraná.

Registro — Foram registradas no corrente ano 1.324 obras.

Catalogação — A catalogação continua sendo feita baseada no Código do Vaticano. O número de fichas elaboradas durante o corrente ano ultrapassou tôda estimativa. Além daquelas necessàriamente feitas para as obras que são incorporadas à Biblioteca da Secretaria de Estado, foram preparadas as fichas do catálogo dicionário que acompanha cada biblioteca básica remetida para o exterior.

Classificação — A Biblioteca, que vem adotando desde o início da sua organização a Classificação Decimal Universal para seus livros, vem acompanhando os trabalhos levados a têrmo pela «Federation International de Documentation». Assim é que se fêz representar na 10.º Reunião do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação para Classificação Decimal Universal, realizada, no mês de julho, em Poços de Caldas; na 11.º Reunião ordinária e 3.º Reunião luso-brasileira, realizada em Lisboa, no período de 25 a 29 de setembro. Dentre as resoluções tomadas, devem ser aludidas a que diz respeito à impressão, pela Comissão portuguêsa, da classe O da Edição desenvolvida, simultâneamente com a Edição abreviada; a resolução pela qual o IBBD/CDU comunica que imprimirá a Classe 1 da Edição desenvolvida com a inclusão das propostas portuguêsas, e a resolução que, por proposta da CP/CDU, se obriga a solicitar à FID/CCC autorização para que seja incluída, na Edição abreviada em língua portuguêsa, a nova divisão geográfica do Brasil.

Bibliografia e Referência — A Biblioteca vem estendendo, cada vez mais, êsse serviço. Foram organizados durante o ano de 1961: a) um arquivo vertical de recortes; b) um fichário de legislação onde estão arrumados, por assunto e por número, as leis, decretos, portarias numeradas do Ministério, circulares da Presidência da República e, ainda, acôrdos, trocas de notas, convênios e outros atos internacionais.

O Serviço de Bibliografia e Referência funciona como centro de informação e pesquisa para a Secretaria de Estado, Missões diplomáticas e Repartições consulares, bem como para outras bibliotecas nacionais e estrangeiras.

Entre as bibliografias elaboradas durante o corrente ano, podemos destacar: 1) Aspectos sociais, econômicos, políticos, históricos e geográficos do mundo, entre os anos de 1958/1961; 2) África, sob o ponto de vista econômico, social e político, abrangendo as obras publicadas depois de 1959 e existentes na Biblioteca da Secretaria de Estado.

A «Bibliografia Mensal» vem sendo publicada com regularidade. Quanto à «Bibliografia anual» para 1961, pretende a Biblioteca tê-la pronta, para distribuição, no primeiro trimestre de 1962.

Seção de Periódicos — A Seção de Periódicos prossegue no trabalho de completar e atualizar suas coleções. A catalogação analítica das principais revistas de política internacional e direito vem sendo feita com regularidade. Lamentàvelmente, por absoluta falta de espaço, deixa a Seção de Periódicos de tomar novas assinaturas de revistas e jornais que, sem dúvida, viriam trazer valiosa e atualizada documentação para a nova estrutura da Secretaria de Estado.

Seção de Empréstimo — Procura essa seção atender às requisições e às consultas no Salão de Leitura. Atendeu a 319 consulentes e emprestou 585 publicações.

Seção da O.N.U. — A Secção de O.N.U. da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, como acontece todos os anos, recebeu em 1961 quantidade enorme de documentos mimeografados, provenientes das Reuniões e Assembléias dos diferentes órgãos das Nações Unidas, os quais foram ordenados, catalogados e colocados à disposição de seus consulentes. Recebeu em quantidade menor obras impressas.

Doações — Durante o ano de 1961, foram doados 689 volumes, distribuídos pelas seguintes bibliotecas: Faculdade de Filosofia Nossa Medianeira (Friburgo), Prefeitura do Município de São Paulo, Centro Latinoamericano de Investigaciones en Ciencias Sociales, Ministério da Agricultura — Seção de Estudos e Pesquisas.

BIBLIOTECA

MOVIMENTO DO ANO DE 1961

	OBRAS GERAIS			PERIÓDICOS		
	OBRAS	VOLUMES	FOLHETOS	OBRAS	VOLUMES	FOLHETOS
Assinaturas de procedência nacional...	2	6	—	—	25	30
Assinaturas de procedência estrangeira..	—	5	—	2	480	1.409
Compradas no Brasil................	278	356	5	—	18	—
Compradas no exterior..............	255	269	6	—	3	—
Doações de procedência nacional......	342	289	371	—	161	42
Doações de procedência estrangeira....	447	347	495	1	124	560
Permutas de procedência nacional.....	—	—	—	—	—	
Permutas de procedência estrangeira...	—	—	—	—	—	—
Soma do ano........................	1.324	1.272	877	3	811	2.
Transporte do ano anterior...........	72.140	73.100	14.029	5.923	49.974	79.797
Soma...........................	73.464	74.372	14.906	5.962	50.785	82.220
Baixas..........................	297	270	127	—	51	199
TOTAL LÍQUIDO...................	73.167	74.102	14.782	5.926	50.734	82.021
ACERVO (vols. + folhetos)........		88.884			132.755	

	DIAS UTEIS	CONSULENTES	VISITANTES	VOLUMES		
				ENCADERNADOS	EXTRAVIADOS	REQUISITADOS
Durante o ano......................	280	3.381	—	1.687	—	5.243
TRANSPORTE.....................	—	—	—	—	—	
TOTAL...........................	280	3.381	—	2.687	—	5.243

MAPOTECA

No decorrer do ano de 1961, foram incorporadas e registradas nas suas coleções cartográficas as seguintes peças, obtidas por aquisição:

Mapas, cartas geográficas e plantas	478
Atlas Geográficos	40
Impressos diversos (livros, folhetos, etc.)	77
Total	595

Somados êsses números ao acêrvo já existente, ficou a Mapoteca, ao findar o ano, com o seguinte patrimônio:

Mapas, cartas geográficas e plantas	15.431
Atlas geográficos	330
Impressos diversos (livros, folhetos, etc.)	334
Total	16.095
Número de mapas consultados na sala da Mapoteca ..	559
Total dos empréstimos e doações	854
Total de mapas entelados	97
Total de peças microfilmadas em atendimento a pedidos externos	371

CATALOGAÇÃO

O catálogo móvel da Seção foi acrescido, no decorrer de 1961, de 2.600 novas fichas contendo dados informativos sôbre o conteúdo e importância de cada mapa ou atlas incorporado às coleções da Mapoteca. Dessas fichas, um grande número pertence ao catálogo-inventário, ora em elaboração.

Movimento de consultas e requisições — O número de consultas à Mapoteca, não só por parte dos funcionários do Ministério e das Comissões Demarcadoras de Limites,

como de elementos estranhos aos seus quadros, aumentou no ano de 1961.

Incluindo empréstimos e doações, abrangeram um total de 1.649 mapas, sendo de assinalar o aumento do intercâmbio de microfilmes com instituições brasileiras e estrangeiras.

V Centenário da morte do infante D. Henrique — Colaborando para os festejos do Centenário Henriquino, no decorrer do ano de 1961 foi editada a obra «Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores e descritos por Isa Adonias para as comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960», na qual estão relacionados 826 espécimes manuscritos pertencentes ao acêrco da Mapoteca.

ARQUIVO HISTÓRICO

Muitas revisões feitas, em 1961, nos catálogos de documentos anteriores à Independência e no arquivo particular de Duarte da Ponte Ribeiro, assim como nas fichas dos Atos Internacionais. Iniciou-se a catalogação de mais uma Seção, na parte denominada «Coleções Especiais».

Informações Históricas — As principais informações que foram prestadas referiram-se a dados biográficos de José Gaspar Rodriguez Francia e de Miguel Maria Lisboa, Barão de Japurá.

Pesquisadores estranhos à casa — Foram feitas consultas sôbre documentos anteriores à Independência, para o Instituto de Investigações de Buenos Aires; sôbre Acôrdos Comerciais, para um membro da Câmara Brasileira do Livro de São Paulo; sôbre o Físico-Mor do Reino de D. João VI para um representante brasileiro ao II Congresso Pan-Americano de História da Medicina; sôbre a formação de cidades brasileiras, no arquivo de Duarte da Ponte Ribeiro, para um

membro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo; sôbre Governos de Estados Ribeirinhos dos Rios Paraná e Uruguai, para um membro da Comissão Interestadual da bacia daqueles Rios, em São Paulo, e sôbre assuntos eclesiásticos, referentes aos catálogos ed. 1957 e 1960, para um Bispo do norte do país. Ainda foram preparados uns resumos biográficos de antepassados de um diplomata da Embaixada da Bélgica, assim como de um membro da Faculdade de Filosofia de São Paulo.

Pesquisadores da casa — Foram consultados, em 1961, pela antiga Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais, o Tratado de Montevidéu, o Acôrdo Básico para Assistência Técniac (FAO), a Ata Final da Reunião do Rio de Janeiro (III.ª Reunião), a Convenção de Berna, os Acôrdos Brasil-Argentina e Brasil-Itália, o Convênio de Comércio com o Paraguai, o Acôrdo Cultural Brasil-Irã, o Acôrdo sôbre produtos agrícolas entre o Brasil e os Estados Unidos da América, e a Ata Final do Acôrdo Brasil-França; pela Consultoria Jurídica, os ofícios recebidos das Missões Diplomáticas brasileiras em Montevidéu e Madrid (e antigos Pareceres do Consultor Jurídico; pelo Serviço de Demarcação de Fronteiras, o Relatório Guilhobel, o Diário de Dionísio Cerqueira, e o Relatório aprestntado ao Conselheiro F. C. de Carvalho Soares Brandão pelo Tenente Coronel Engenheiro Francisco Xavier Lopes Araujo; pelo Arquivo, a Coleção de Decretos e Portarias; pelo Departamento Cultural e de Informações, os arquivos da Embaixada do Brasil no México e Peru; pela Divisão da Europa Ocidental, as Instruções, à nossa antiga Legação na Itália, finalmente, pela Comissão de Estudos de Textos de História do Brasil, os arquivos da Missão Especial na Bolívia (Lopes Neto).

Visitantes Estrangeiros — Ilustres personalidade estiveram no Arquivo Histórico em 1961, valendo destacar as visitas de um membro da Harvard University (USA) e de um professor da Escola de Antropologia de Paris (França).

ESTATÍSTICA DO MOVIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO CÔNSULTADA

Armazém de Guarda — Volumes	900
Armazém de Guarda — Maços	1.500
Casa Forte (Arq. das Emb. e cons.) — Volumes	100
Atos Internacionais (acôrdos, tratados e convenções) — Unidades	218
Total (Volumes e Maços)	2.500

Microfilmagem — Foram fornecidas várias cópias microfilmadas de documentos dos catálogos das edições de 1952, 1957 e 1960, assim como dos arquivos particulares de Duarte da Ponte Ribeiro e do Barão do Rio Branco.

Atos Internacionais — Foram incorporados ao Arquivo Histórico, no ano de 61, trinta e nove Atos Internacionais.

PUBLICAÇÕES

A Seção editou, no ano de 1961, setenta e três publicações, com 53.800 exemplares. É a seguinte, a relação do que foi impresso:

Publicações periódicas:

	exemp.
Lista Diplomática set. e out. de 1960	1.700
Lista Diplomática nov. e dez. de 1960	1.700
Lista Diplomática jan. e fev. de 1961	1.700
Lista Diplomática março de 1961	1.700
Lista Diplomática abril e maio de 1961	1.700

	exemp.
Lista Diplomática junho de 1961	1.700
Lista Diplomática julho de 1961	1.700
Lista Diplomática agto. set. e out. de 1961	1.700
Relatório — 1959	1.700
Anuário — 1959	1.700
Relatório — 1960	1.700
Anuário — 1960 — 1961	1.700
Legislação separata do Anuário de 1960 — 1961	1.200
Anuário do Instituto Rio-Branco 1958/59/60	1.000

Atos Internacionais

N.º 388 — Brasil e outros países Acôrdo sôbre a revisão e renovação do acôrdo internacional do trigo	500
N.º 397 — Brasil e outros países Convenções de Genebra	500
N.º 400 — Brasil — Paraguai Acôrdo sôbre transportes aéreos regulares	500
N.º 401 — Brasil — Alemanha Acôrdo sôbre comércio e pagamentos	500
N.º 403 — Brasil — Chile Troca de notas pelas quais se mantém certos privilégios concedidos à importação de salitre do Chile	500
N.º 404 — Brasil — Diversos países Acôrdo relativo à concessão de um título de viagem para refugiados que estejam sob a jurisdição do Comitê intergovernamental de refugiados	500
N.º 405 — Brasil — Países Baixos Abolição de vistos em passaportes	500
N.º 406 — Brasil — Suécia Facilidades para a concessão de vistos em passaportes	500

exemp.

N.º 407 — Brasil — Suíça
Acôrdo sôbre isenção recíproca do impôsto de renda para emprêsas de navegação marítima e aérea 500

N.º 408 — Brasil — França
Ajuste de pagamento e comércio 500

N.º 410 — Brasil — Estados Unidos da América
Acôrdo sôbre direitos autorais 500

N.º 411 — Brasil — Argentina
Acôrdo sôbre a regulamentação das compras de trigo argentino pelo Brasil nos anos de 1958, 1959 e 1960 500

N.º 412 — Brasil — Alemanha
Disposições complementares ao acôrdo sôbre transportes aéreos regulares 500

N.º 413 — Brasil — Estados Unidos da América
Acôrdo sôbre financiamento de atividades de intercâmbio educacional 500

N.º 414 — Brasil — Peru
Convênio para o estabelecimento de bases de cooperação comercial, econômica e técnica 500

N.º 415 — Brasil — Estados Unidos da América
Ajuste de pagamentos e comércio 500

N.º 416 — Brasil — Equador
Convênio sôbre bases para a cooperação econômica e técnica 500

N.º 417 — Brasil — Bolívia
Acôrdo sôbre demarcação de limites 500

N.º 418 — Brasil — Bolívia
Acôrdo sôbre a estrada de ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra 500

N.º 419 — Brasil — Bolívia
Acôrdo sôbre obras complementares da estrada de ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra 500

N.º 420 — Brasil — Bolívia
Acôrdo sôbre tráfego mútuo e intercâmbio de material rodante e de tráfego 500

exemp.

N.º 421 — Brasil — Bolívia

Acôrdo para o estabelecimento do montante dos adiantamentos efetuados pelo Brasil para a construção da estrada de ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra 500

N.º 422 — Brasil — Bolívia

Acôrdo sôbre pesquisa e lavra do petróleo boliviano e abastecimento, em hidrocarbonetos, do mercado brasileiro 500

N.º 423 — Brasil — Bolívia

Acôrdo sôbre estudos técnicos para o abastecimento, em hidrocarbonetos, do mercado brasileiro 500

N.º 424 — Brasil — Bolívia

Acôrdo adicional relativo a distribuição de bôlsas de estudo 500

N.º 425 — Brasil — Bolívia

Ajuste adicional sôbre criação de comissões mistas permanentes, prevista pelo convênio comercial 500

N.º 426 — Brasil — Bolívia

Ajuste adicional sôbre operações em cruzeiros e pesos bolivianos 500

N.º 427 — Brasil — Bolívia

Denúncia do acôrdo de comércio e do ajuste de pagamentos entre o Banco do Brasil e o Banco Central da Bolívia, ambos de 24 de dezembro de 1953 500

N.º 428 — Brasil — Bolívia

Acôrdo sôbre financiamento aos produtores bolivianos, de borracha pelo Banco de Crédito da Amazônia 500

N.º 429 — Brasil — Bolívia

Denúncia do convênio de intercâmbio brasileiro-boliviano de gado, de 10 de outubro de 1953 .. 500

N.º 430 — Brasil — Bolívia

Denúncia do convênio sôbre o regime cambial para o comércio fronteiriço de 28 de junho de 1943 500

exemp.

N.° 431 — Brasil — Bolívia
Acôrdo adicional sôbre facilidades para a instalação em território brasileiro de entrepostos de depósito franco 500

N.° 432 — Brasil — Bolívia
Ajuste e utilização de zona franca em Manaus 500

N.° 433 — Brasil — Bolívia
Ajuste adicional sôbre comissões mistas de cooperação econnômica e técnica 500

N.° 434 — Brasil — Bolívia
Acôrdo adicional para a implementação do convênio de cooperação econômica e técnica 500

N.° 435 — Brasil — Bolívia
Acôrdo sôbre a instalação de uma agência do «Banco do Brasil S. A.» em La Paz 500

N.° 436 — Brasil — Bolívia
Acôrdo sôbre comunicações telegráficas 500

N.° 438 — Brasil — França
Compromisso de arbitramento para execução do artigo III, alínea I, inciso 2.° do acôrdo de resgate franco-brasileiro de 4 de maio de 1956 ... 500

N.° 439 — Brasil — Colômbia
Convênio sôbre bases para cooperação econômica e técnica 500

N.° 440 — Brasil — Alemanha
Ajuste sôbre isenção de impôsto de renda em emprêsas de navegação aérea 500

N.° 441 — Brasil — Argentina
Ajuste sôbre intercâmbio de frutas 500

N.° 442 — Brasil — Argentina
Disposições complementares ao ajuste de pagamentos 500

N.° 443 — Brasil — Chile
Ajuste de pagamentos 500

N.° 445 — Brasil — Chile
Acôrdo sôbre a criação de um grupo misto de cooperação industrial 500

exemp.

N.º 446 — Brasil — Argentina
Acôrdo sôbre a criação de um grupo misto de cooperação industrial 500

N.º 447 — Brasil — Diversos países
Protocolo à Convenção internacional para a regulamentação da pesca da baleia 500

N.º 448 — Brasil — França
Acôrdo sôbre cooperação técnico-administrativa . 500

N.º 449 — Brasil — Estados Unidos da América
Acôrdo de Intercâmbio Cultural 500

N.º 451 — Brasil — Peru
Acôrdo relativo à interpretação dos artigos IV e VI do convênio cultural brasileiro-peruano, firmado no Rio de Janeiro, a 28 de julho de 1945 500

N.º 452 — Brasil — Itália
Acôrdo para a supressão de vistos em passaportes diplomáticos e especiais 500

N.º 453 — Brasil — Argentina
Acôrdo para a supressão de vistos em passaportes diplomáticos e especiais 500

N.º 455 — Brasil — Espanha
Prorrogação do ajuste comercial de 24 de julho de 1952 500

N.º 456 — Brasil — Paraguai

N.º 460 — Brasil — Paraguai
Convênio de Turismo e trânsito de passageiros 500

N.º 461 — Brasil — Paraguai
Convênio de Turismo e trânsito de passageiros 500

N.º 464 — Brasil — Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte
Acôrdo sôbre prestação de Serviço Militar 500
Acôrdo para a construção da rodovia Concepción-Ponta-Porã 500

N.º 467 — Brasil — Estados Unidos da América
Prorrogação do Acôrdo relativo ao programa de Cooperação Técnica em matéria de Educação Industrial Vocacional 500

exemp..

N.º 468 — Brasil — Espanha

N.º 469 — Brasil — França

Acôrdo para a substituição do anexo ao Acôrdo sôbre Transportes Aéreos, assinado em Paris, a 27 de janeiro de 1947 500

N.º 471 — Brasil — Diversos países

Convenção para o Fomento das Relações Culturais Intermericanas 500

Acôrdo para a supressão de vistos em passaportes diplomáticos e especiais.

Diversos:

— Gestão do Ministro Horácio Lafer no Ministério das Relações Exteriores 1.200

— Política Imigratória Brasileira — Ilmar Penna Marinho 500

— Tratado sôbre a Nacionalidade — volume IV — Ilmar Penna Marinho ....

— Discurso de saudação a Adlai Stevenson, Ministro Afonso Arinos de Melo Franco 1.000

— Discurso de posse do Senhor San Tiago Dantas 1.000

— Pareceres dos Consultores Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores (1935-1945) 1.000

— Brasil-Argentina 1961.

Além das obras enumeradas, imprimiram-se: programa da posse do Presidente Jânio Quadros, programas de visita de personalidades estrangeiras, cartões para distribuição a jornalistas e fotógrafos na posse do Presidente, cartões de visita, fichas do Instituto Rio Branco e Mapa das principais estações de rádio brasileiras que operam em ondas curtas, para distribuição nas Embaixadas e Consulados.

Obras em andamento na Imprensa Nacional:

Atos internacionais

		exemp.
N.° 449 — Brasil — Estados Unidos da América	Acôrdo de Intercâmbio Cultural	500
N.° 450 — Brasil — Paraguai	Convênio de Comércio Fronteiriço	500
N.° 454 — Brasil — Diversos países	Protocolo destinado a colocar sob controle internacional as drogas não incluídas na Convenção de 13 de julho de 1931 para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes, emendada pelo Protocolo assinado em Lake Sucess, a 11 de dezembro de 1946	500
N.° 457 — Brasil — Itália	Acôrdo sôbre vistos em passaportes comuns	500
N.° 458 — Brasil — Diversos países	Convenção universal sôbre direito do autor	500
N.° 459 — Brasil — Portugal	Acôrdo sôbre vistos em passaportes comuns ..	500
N.° 462 — Brasil — Estados Unidos da América	Emenda ao acôrdo sôbre intercâmbio cultural, de 5 de novembro de 1957	
N.° 463 — Brasil — Argentina	Acôrdo para prorrogação das disposições do Tratado de Comércio e Navegação, de 23 de janeiro de 1940, de suas notas complementares e do ajuste de Comércio de 23 de março de 1953	500
N.° 465 — Brasil — Chile	Acôrdo para prorrogação das disposições do Tratado de Comércio e Navegação do Protocolo Adicional e das respectivas notas anexas	500
466.° — Brasil — Estados Unidos da América	Acôrdo complementar ao Acôrdo para empréstimo e Arrendamento de navios, concluído entre o Brasil e os Estados Unidos da América a 18 de setembro e a 19 de outubro de 1959	500

exemp.

N.° 470 — Brasil — Estados Unidos da América
Acôrdo sôbre produtos agrícolas, nos têrmos do título I da Lei de fomento do Comércio de Produtos Agrícolas e Assistência de 1954, e suas emendas 500

Diversos:

— Bibliografia da História do Brasil — 1953.

— Bibliografia Atual — 1958.

— Estudos da História do Brasil.

— Arquivo das Índias e o Brasil.

— Brasil 1961 — texto em inglês.

— Lista do Corpo Consular Brasileiro.

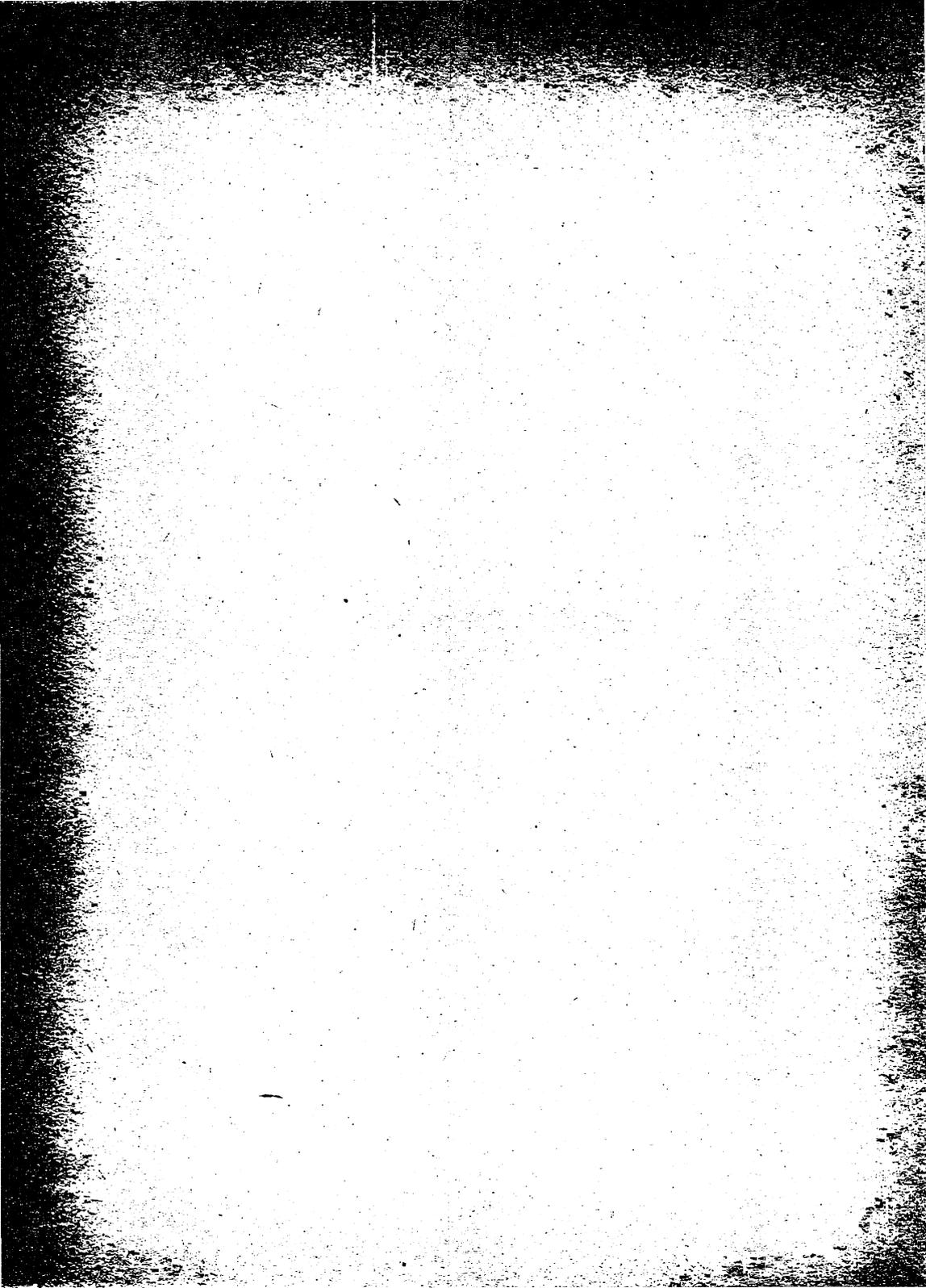
— Coleção de Portarias (normativas) dos Ministros de Estado das Relações Exteriores.

— Pareceres dos Consultores Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores (1913-1934).

— Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

MOVIMENTO DO DEPOSITO DE IMPRESSOS DURANTE O ANO DE 1961

	OBRAS GERAIS		PUBLICAÇÕES PERIODICAS DIVERSAS		RELATORIOS DO MINISTERIO		FOLHETOS
	EXEMP.	VOLS.	EXEMP.	VOLS.	EXEMP'	VOLS.	
Existentes em 1960	47.788	15.442	12.664	4.172	16.447	21.609	206.771
Entradas em 1961	5.898	1 390	1.320		2.656		66.170
TOTAL	53.686	16.832	13 984	4.172	19.103	21.609	372.941
Saidos em 1961:							
Para Diversos	1.451	526	1.108		115		15.762
Para a Biblioteca	781		46		10	—	7.616
Para outras Divisoes	1.525		745		425		12.386
TOTAL	3.757	526	1.889	4.172	550	21.609	35.764
SALDO EXISTENTE	49.929	16.306	12.085	4.172	18.553	21 609	237.177

INSTITUTO RIO-BRANCO

EXAME DE ADMISSÃO AO INSTITUTO RIO-BRANCO

Obedecendo ao disposto no Decreto n.º 45.535, de 5 de março de 1959, os exames de admissão ao Intituto Rio-Branco realizaram-se em duas etapas: o exame de seleção prévia, efetuado, concomitantemente, em Brasília, no Rio de Janeiro e nas capitais de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, e o exame vestibular, realizado na cidade do Rio de Janeiro.

Exame de Seleçãc Prévia

O exame de seleção prévia, cujas inscrições mantiveram-se abertas de 10 de abril a 9 de junho, realizou-se no dia 7 de julho.

Constou de uma prova de nível mental e de provas de português, francês e inglês, sob a orientação dos Professôres: Técnica de Educação Riva Bauzer, para nível mental, Hélcio Andrade Martins e Maria Luiza da Costa, para português, Raymonde Vasconcelos e Ivonne Goudemand, para francês e Christopher W. Pearson e Paul Kranc, para inglês.

Inscreveram-se 315 candidatos, dos quais apenas 223 compareceram às provas, assim distribuídos pelas cidades onde prestaram exame:

Rio de Janeiro	150
Recife	6
São Paulo	36
Belo Horizonte	4
Pôrto Alegre	19
Salvador	7
Brasília	1

Foram aprovados 52 candidatos:

Rio de Janeiro	44
São Paulo	6
Pôrto Alegre	2

Os exames de seleção prévia nos Estados transcorreram normalmente, sendo os seguintes os funcionários que receberam a incumbência de dirigir as provas nas diversas capitais: Pôrto Alegre — Conselheiro Luiz Almeida Nogueira Pôrto; Brasília — Conselheiro Maury Gurgel Valente; Recife — Secretário Heitor Pinto de Moura; Salvador — Secretário André Guimarães; Belo Horizonte — Secretário Aderbal Costa, e São Paulo — Secretário Rubens Ricupero.

Exame Vestibular

As instruções e o programa para o exame vestibular obedeceram ao disposto nas portarias ministeriais de 4 de maio de 1956, 6 de abril de 1959 e 13 de março de 1961 e no Decreto n.º 4, de 21 de setembro de 1961. Foram as seguintes as modificações fundamentais introduzidas no processamento do exame vestibular do ano em curso: alteração do programa de Geografia (portaria ministerial n.º 67, de 13 de março de 1961), supressão da prova de Cultura Geral e da prova oral de Português (portaria ministerial n.º 66, de 13 de março de 1961) e supressão da prova de Elementos de Economia Política (decreto n.º 4, de 21 de setembro de 1961).

Inscreveram-se no exame vestibular, cujas provas intelectuais se realizaram de 22 de setembro a 20 de outubro, os 52 candidatos aprovados no exame de seleção.

Dos 52 candidatos inscritos, 48 apresentaram-se para a primeira prova intelectual; 22 lograram aprovação final.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO COMPARECIMENTO — APROVAÇÃO E REPROVAÇÕES

	Entraram em prova	Reprovados	Aprovados
Português	48	6	42
Francês	42	7	35
Inglês	35 (*)	—	34
História do Brasil	34 (**)	4	28
Geografia	28	1	27
História Mundial Moderna	27	4	23
Noções Fundamentais de Direito	23	—	23

Integraram a banca examinadora do exame vestibular os seguintes Professôres: português — Professôres Cleonice Seroa da Motta Berardinelli e Adriano da Gama Kury; francês — Professôres Henry de Mazade e René Demoris; inglês — Professôres J. A. Cayton e Paul Kranc; história do Brasil — Professor Américo Jacobina Lacombe; geografia — Professor James Vieira da Fonseca; história mundial moderna — Professor Hugo Weiss, e noções fundamentais de Direito — Professor Hamilton Prisco Paraíso.

Os candidatos habilitados no Exame Vestibular classificaram-se na seguinte ordem:

José Guilherme Alves Melquior
Fernando Guimarães Reis
Bassul Athuil Neto

(*) Um candidato desistiu.
(**) Dois candidatos desistiram.
Um candidato foi eliminado no final do exame vestibular por não haver alcançado a média global mínima exigida.

Luís Filipe de Macedo Soares Guimarães
Maria do Carmo Camilo de Oliveira
Affonso Celso de Ouro Preto
Marco Cesar Meira Naslusky
Maria Luisa Gulikers de Aguiar
Carlos Felipe Alves Saldanha
Luiz Felipe de La Torre Benitez Teixeira Soares
Jorge Henrique Oliveira de Castro
Marcello José Moretzsohn de Andrade
Luciano Ozório Rosa
Luiz Antônio Jardim Gagliard
Rubens de Souza Sarmento
Samuel Pinheiro Guimarães Neto
Clovis Corrêa Palmeiro da Fontoura
Guido Fernando Silva Soares
Danilo Adão Mayr
Luiz Mattoso Maia Amado
Genaro Antônio Mucciolo
Carlos Alberto de Azevedo Pimentel

Com a finalidade de preencher o mais ràpidamente possível o grande número de vagas criadas com a reforma do Ministério das Relações Exteriores, o Instituto manteve abertas de 7 de agôsto a 7 de novembro as inscrições para o exame de seleção prévia e um segundo exame vestibular, que, a título excepcional, se efetuará nos princípios de 1962 e cujas provas prévias se realizaram no dia 19 de dezembro último. Inscreveram-se, para êsse exame, 276 candidatos, dos quais apenas 196 compareceram às provas, assim distribuídos pelas capitais onde as mesmas se realizaram:

Rio de Janeiro	135
Recife	5
São Paulo	16
Belo Horizonte	4
Pôrto Alegre	29
Salvador	4
Brasília	2
Belém	1

Foram aprovados 35 candidatos:

Rio de Janeiro	33
São Paulo	2

As provas, nas diversas capitais, tiveram a direção dos seguintes funcionários: Pôrto Alegre — Conselheiro Luiz Almeida Nogueira Pôrto; São Paulo — Secretário André Guimarães; Salvador — Secretário Nuno Álvares Guilherme d'Oliveira; Belém — Secretário Fernando Silva Alves; Recife — Secretário José Praseres Campelo; Belo Horizonte — Secretário Antônio Octaviano de Alvarenga Filho, e Brasília — Secretário Rubens Ricupero.

O exame teve a orientação dos seguintes Professôres: Técnica de Educação Riva Bauser, para nível mental; Hélcio Andrade Martins e Maria Luiza Costa, para português: Marcella Mortara e Guy Brytygier, para francês e Christopher Pearson e Paul Kranc, para inglês.

FUNCIONAMENTO DOS CURSOS

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

Durante o ano letivo de 1961, o Instituto Rio-Branco manteve em funcionamento o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata que, sob o regime de dois anos letivos, teve início a 1.º de março. Ainda para atender à necessidade que tem o Ministério das Relações Exteriores de prover, com o maior número de diplomandos, as vagas que se criaram com a aprovação da Lei que reorganiza o Itamaraty, antecipou-se para 31 de outubro a data do término do ano escolar dos segundanistas do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. O 1.º ano prosseguiu normalmente, havendo os exames finais terminado a 15 de dezembro.

1.º *ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata* — Da turma do 1.º ano fazem parte os seguintes alunos, em número de 19:

Arnaldo Carrilho
Álvaro Gurgel de Alencar Netto

Evaldo Cabral de Mello
Gilberto Coutinho Paranhos Velloso
Ginette Emilianne Scholte
Henrique Rodrigues Valle Jr.
Jayro Coelho
Lineu Medina Martins
Luiz Brun de Almeida e Souza
Luiz Dilermando Castello Cruz
Márcio Paulo de Oliveira Dias
Ney Lemos de Oliveira
Octavio José de Almeida Goulart
Paulo Dyrceu Pinheiro
Paulo Renato Costa Rodrigues Rocha Santos
Pedro Paulo Pinto Assumpção
Rubens Antônio Barbosa
Ruth Maria Baião
Vera Regina Behring Delayti.

Foram os seguintes os Professôres que se encarregaram de ministrar as matérias do 1.° ano do Curso: Português — Professôra Cleonice Seroa da Motta Berardinelli; francês — Professor André Selon; inglês — Professor Kenneth Payne; economia política — Ministro Miguel Álvaro Osório de Almeida; geografia — Professor Aluízio Capdeville Duarte; história diplomática do Brasil — Professor Manuel Maurício de Albuquerque; direito constitucional e administrativo — Professor Célio de Oliveira Borja, e direito civil — Professor Ebert Chamoun.

2.° ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata — São os seguintes os alunos do 2.° ano que terminaram o Curso, a 31 de outubro, por ordem de classificação:

Luís Jorge Rangel de Castro
Jório Dauster Magalhães e Silva
Agildo Séllos Moura
Carlos Átila Álvares da Silva

Antônio Sabino Cantuária Guimarães
Regis Novaes de Oliveira
Fernando Silva Alves
Carlos José Prazeres Campelo
Christovam de Oliveira Araújo Filho
Fernando Rodolpho de Souza
Antônio Octaviano de Alvarenga Filho
José Coelho Monteiro
Francisco de Lima e Silva
Carlos Luzilde Hildebrant
Flávio Moreira Sapha
Gilberto Ferreira Martins.

O 2.º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata estêve a cargo dos seguintes Professôres: português — Professor Adriano da Gama Kury; francês — Professor Jacques Lécuyer; inglês — Professôres F. G. Wood e Norman Henfrey (substituído no 2.º período escolar, por motivo de fôrça maior, pelo Professor Christopher Pearson); política econômica — Professor Hélio Schlittler Silva; política internacional — Ministro Jayme Azevedo Rodrigues (substituído, por motivo de fôrça maior, pelo Secretário João Frank da Costa); direito internacional público — Ministro Jayme Azevedo Rodrigues (substituído nos meados do ano, por motivo de fôrça maior, pelo Ministro Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva); direito internacional privado — Professor Haroldo Teixeira Valladão; direito comercial — Professor Alfredo Lamy Filho.

Atuaram como assessôres do Curso de Política Internacional, durante as aulas ministradas pelo Ministro Jayme Azevedo Rodrigues, os Secretários Sizínio Pontes Nogueira, João Carlos Pessoa Fragoso e Ítalo Miguel Alexandre Mastrogiovanni.

Curso sôbre Assuntos Africanos

Em vista do crescente interêsse de que o continente africano se reveste para a diplomacia brasileira, o Instituto Rio-Branco projetou e iniciou um curso sôbre assuntos africanos, para diplomatas em estágio na Secretaria de Estado. O referido curso começou com duas palestras pronunciadas pelo Professor Milton Santos, Diretor do Instituto de Geomorfologia da Universidade da Bahia e Professor catedrático de Geografia da mesma Universidade, que abordou os seguintes temas: «Formação dos países africanos» e «As cidades e o processo da organização da vida dos países africanos». Por motivo de fôrça maior, foi êsse curso interrompido, devendo, porém, prosseguir tão logo as circunstâncias o permitam.

Concurso e Provas para o cargo inicial da Carreira de Diplomata

Para atender ao mesmo fim de preenchimento rápido de vagas criadas pela reforma do Itamaraty, abrir-se-ão, dentro em breve, inscrições para um concurso de provas ao cargo inicial da Carreira de Diplomata. Êsse concurso se efetuará em meados do próximo ano e há de reger-se pelas instruções baixadas pela portaria ministerial n.º 71, de 15 de setembro de 1961.

PRÊMIO RIO-BRANCO

No dia 1.º de julho do corrente ano, em solenidade presidida por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, foi feita a entrega do «Prêmio Rio-Branco» — medalhas de «vermeil» e de prata — aos alunos classificados em 1.º e 2.º lugares no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata da turma 1959/1960, respectivamente, os Secretários Rubens Ricupero e Orlando Soares Carbonar.

PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

Em 1961 foi publicado o Anuário do Instituto Rio-Branco referente aos anos de 1958/59/60, organizado nesta Seção. Acham-se, ainda, no Departamento de Imprensa Nacional, os 2 volumes da obra: «História do Brasil nos Velhos Mapas», de autoria de Jaime Cortesão, dos quais apenas o 1.º tomo em composição. Com a mudança da Diretoria do D.I.N. para Brasília, houve considerável desfalque de pessoal e de máquinas, o que ocasionou sensível queda da produção e conseqüente atraso no andamento das publicações. O volume «Execução do Tratado», último da obra «Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid», cujos trabalhos se achavam interrompidos à espera do «Apêndice» que o autor levara para Portugal, já se encontra em vias de conclusão, pelo fato de termos recebido e corrigido o final da obra.

Em meados de 1961, foi entregue ao Instituto Rio-Branco, para ser editado, o «Dicionário de Direito Internacional Público», de autoria do Embaixador Rubens de Mello. O Instituto determinou a abertura de concorrência pública para a impressão da citada obra. Foi estipulado o prazo de 180 dias para o término da impressão.

Além dos demais trabalhos de rotina, foram atualizados o fichário e as listas de entidades culturais, tendo sido feita, igualmente, a distribuição das publicações solicitadas.

BIBLIOTECA

Aquisição e Permuta

O acêrvo da Biblioteca foi acrecido de 244 volumes, sendo 108 adquiridos por compra e 136 por doação.

A permuta de publicações com organismos internacionais e instituições culturais não sofreu solução de continuidade. A Biblioteca do Instituto Rio-Branco permutou pe-

riódicos com as seguintes bibliotecas: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais da Universidade do Recife, Fundação Getúlio Vargas, Conselho Nacional de Geografia, Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade do Rio de Janeiro e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Doou, outrossim, à Biblioteca do Itamaraty grande número de obras que não se enquadravam dentro da especialidade da Biblioteca do Instituto.

Encadernação, Catalogação e Classificação

Durante o período de férias escolares, de dezembro a março, foram restaurados e encadernados em brim, com legendas douradas, 235 volumes. Em novembro foram remetidos às oficinas de encadernação mais 65 volumes.

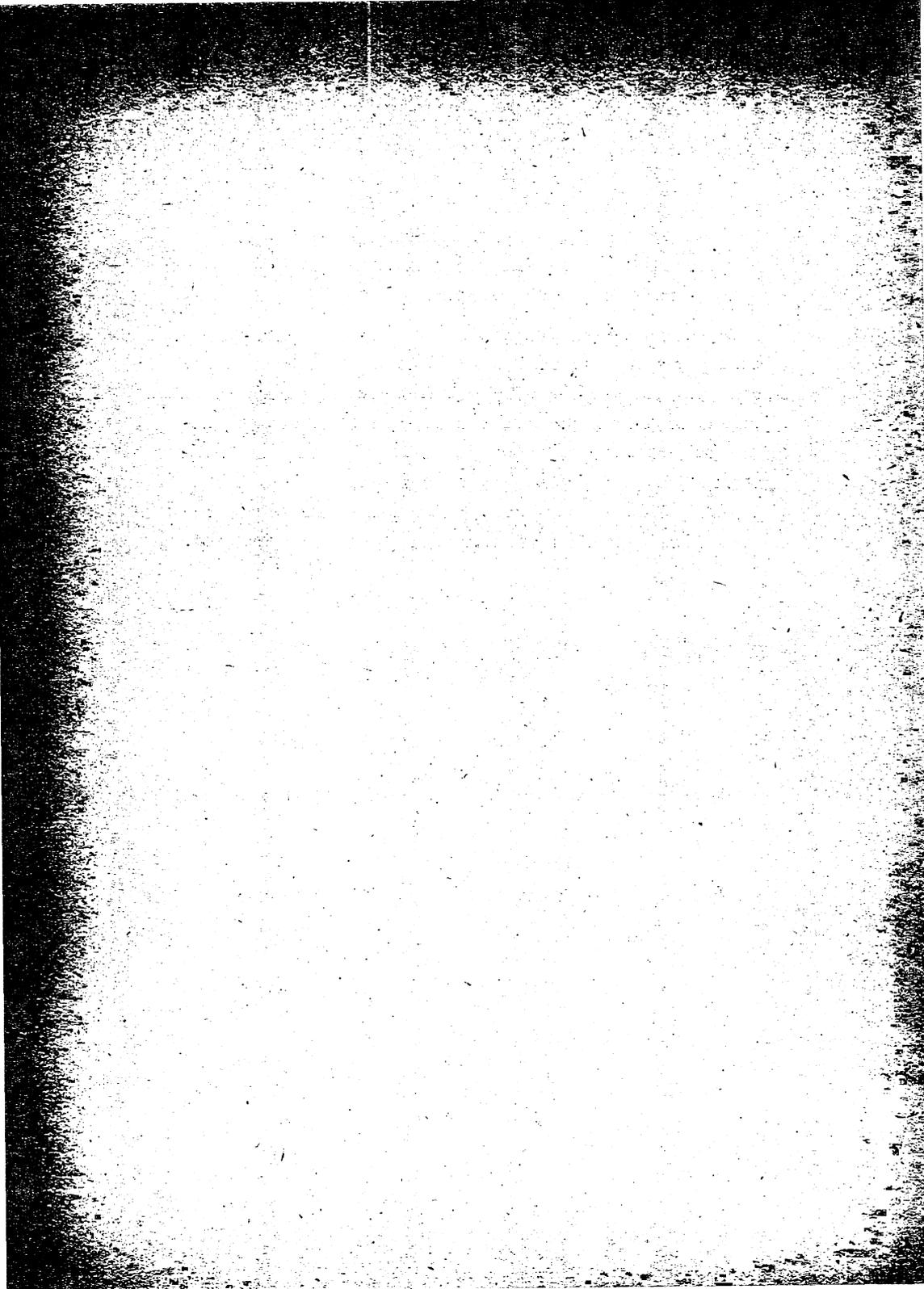
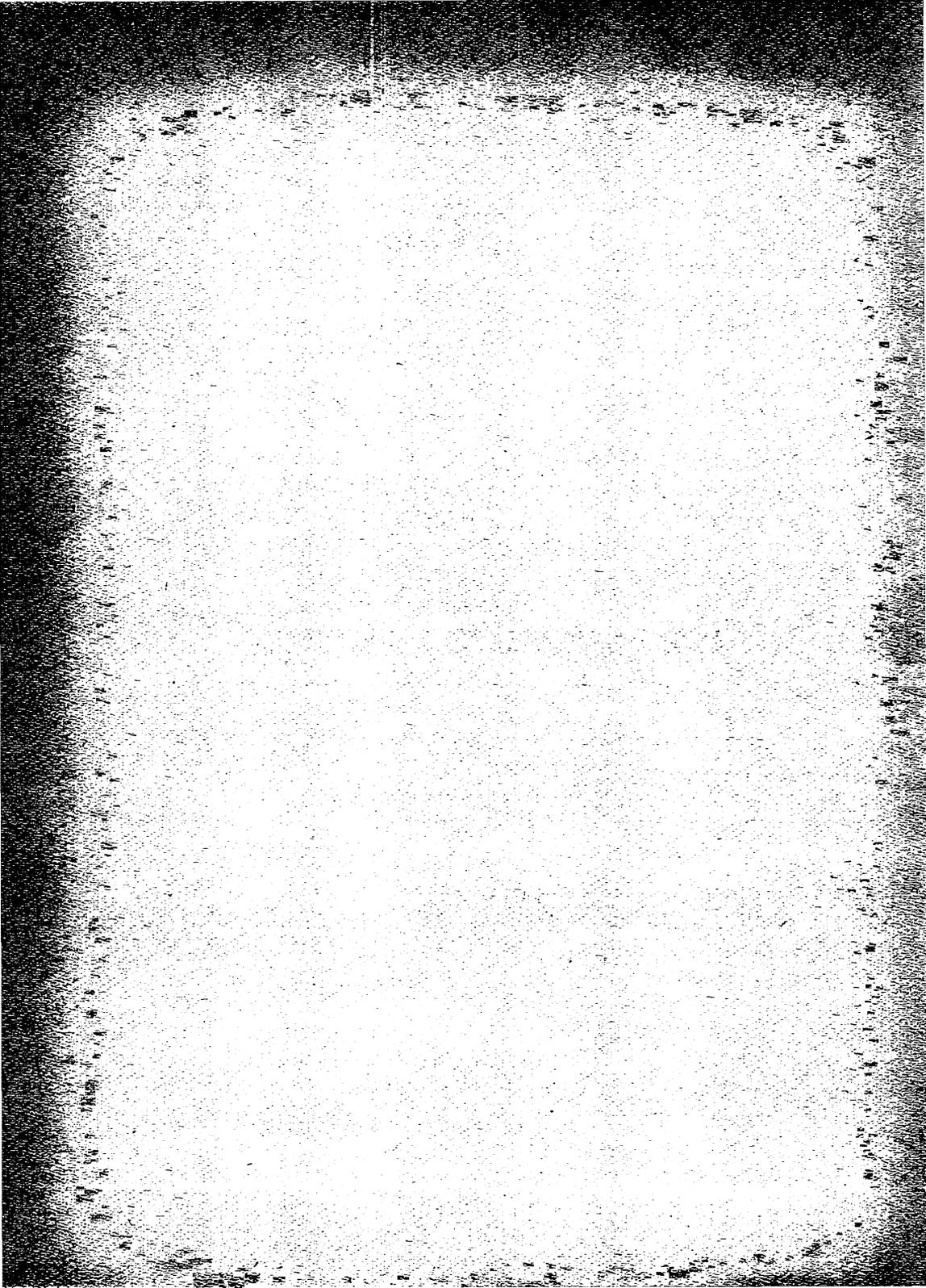
Os serviços de catalogação e classificação prosseguiram, normalmente, sendo utilizadas para a primeira as regras da Biblioteca Apostólica Vaticana, adaptadas pelo Serviço de Intercâmbio de Catalogação do I.B.B.D., e para a segunda as edições 14.ª e 15.ª da «Decimal Classification' de Melvil Dewey, complementadas na parte de Direito, Geografia e História, pelas classificações das Bibliotecas do Ministério da Fazenda e do I.B.G.E., respectivamente.

O movimento de Intercâmbio de catalogação com o S.I.C. foi o seguinte: fichas impressas recebidas: 466; fichas remetidas: 312, sendo 78 para imprimir e 234 de encomenda.

Serviços de Empréstimo e Referência

O empréstimo de livros, que se destinava exclusivamente aos alunos e professôres do Instituto Rio-Branco, foi estendido aos funcionários do Itamaraty, exceção feita das obras do currículo escolar.

Devido ao crescente interêsse pelos assuntos relacionados com a África, e à realização do «Curso sôbre assuntos africanos», no Itamaraty, a Biblioteca do Instituto Rio-Branco organizou uma bibliografia selecionada de livros e artigos de revistas sôbre o assunto.

O movimento de consulta somou um total de 792 empréstimos de livros e de 239 periódicos, excluídas as consultas feitas na própria sede da Biblioteca. As obras mais utilizadas foram as de Direito e Política Internacional, seguindo-se-lhes Economia, Geografia, História do Brasil, Literatura, Ciência Política, Obras Gerais, Filologia e Geologia. Os periódicos mais consultados foram, em ordem decrescente, os brasileiros, americanos, franceses e inglêses.

ASSUNTOS CONSULARES E DE IMIGRAÇÃO

SERVIÇOS CONSULARES

Atendendo à orientação político-econômica do Govêrno brasileiro coube à Divisão Consular, em 1961, propor ou processar a abertura dos Consulados de carreira em Lourenço Marques, Luanda, Salisbury e Nairobi, bem como os Consulados honorários em Beira, Lobito, Nova Lisboa, Mossâmedes, Bissau e Quelimane, todos na África. Foram criados também os Consulados honorários em Sucre, Bolívia; San Antonio, Chile; e Almeria e Murcia, na Espanha. Foi extinto o Vice-Consulado honorário em Vancouver e criado o Consulado de carreira na mesma cidade, e suprimido o Consulado honorário em Cherburgo, França.

Em virtude da Lei n.º 3.917, de 1961, foi também da competência da Divisão Consular elevar à categoria de Consulado honorário os seguintes Vice-Consulados honorários: Angra do Heroismo, Charleston, Colombo, Horta, Oran, Ponta Delgada, Punta Arenas, São João da Terra Nova, Savannah, Seattle, Singapura, Talcauano e Tunis.

JURISDIÇÃO CONSULAR

A Divisão Consular procedeu a estudo sôbre a jurisdição de todos os Consulados brasileiros e propôs alterações que visaram a facilitar, às Companhias importadoras e exportadores e ao público, os meios de incrementar nosso comércio com o exterior, especialmente, nos casos em que a distância entre a Repartição e as localidades de sua respectiva jurisdição era de tal ordem que excluía qualquer possibilidade de contato direto. É o caso, por exemplo, de Southampton com jurisdição sôbre Gibraltar, Malta e Chipre.

DESPACHO DE AERONAVES

Acompanhando de perto o desenvolvimento da Aviação Civil e as modificações que vão ocorrendo na legislação sôbre a navegação aérea, a Divisão foi chamada a emitir pareceres para dirimir dúvidas sôbre os pontos em que facilitações eram pedidas e os textos legais a elas se opunham.

Em virtude do Acôrdo firmado pelo Brasil em Chicago sôbre Aeronáutica Civil, foi elaborado um projeto de decreto, no qual colaborou a Divisão Consular, que «dispõe sôbre documentos e procedimentos para despacho de aeronaves em serviço internacional». Outrossim, a Divisão participou dos trabalhos da Comissão Interministerial para facilitação do transporte aéreo, criada por portaria do Ministério da Aeronáutica.

DESPACHO CONSULAR DE PETROLEIROS

O Consulado honorário em Punto Fijo foi a Repartição consular que maior número de telegramas recebeu (150), autorizando a importação de produtos petrolíferos; a seguir, o Consulado em Houston com cêrca de 90, o Consulado honorário em Oranjestad com 75, a Embaixada em Caracas com 50, o Consulado Geral em Nova Orleans com cêrca de 48, Puerto de la Cruz e Willemstad com cêrca de 40.

A Divisão Consular reiteradamente manifestou ao Conselho Nacional de Petróleo sua opinião sôbre o sistema em vigor, de despacho para pôrto único no Brasil. Considera-o causador de prejuízo não inferior a novecentos mil dólares. que deixam de ser arrecadados anualmente.

Para a revisão do Decreto-lei n.º 4.627, de 27 de agôsto de 1942, que regula o despacho de petroleiros, foi constituído um Grupo de Trabalho, no Itamaraty, com a participação dos presidentes do Conselho Nacional de Petróleo e

da Petrobrás e do subdiretor da Diretoria das Rendas Aduaneiras do Ministério da Fazenda. A Divisão Consular enviou, então, ao Conselho Nacional de Petróleo, um «dossier» sôbre o assunto, a fim de que aquêle órgão o analisasse e desse seu parecer.

Quanto ao transporte de petróleo e derivados, convém assinalar que continuam em vigor as determinações da Circular n.º 3.498, de 11 de abril de 1960, da Secretaria de Estado, que transmitiu às Repartições do Itamaraty, encarregadas do serviço consular, instruções, pelas quais a Frota Nacional de Petroleiros (FRONAPE) deve efetuar, com exclusividade, o transporte marítimo de petróleo e derivados (produtos claros e escuros) por seus navios ou pelos que vier a afretar. Só nos casos em que a FRONAPE declarar, por escrito, que está impossibilitada de executar o transporte, será concedida licença para que o serviço possa ser efetuado por navios de bandeira estrangeira.

EMOLUMENTOS

A cobrança de emolumentos consulares no exterior obedece aos ítens indicados na Nova Consolidação de Emolumentos Consulares (1960/61), atualizada até 5 de agôsto de 1961. A referida publicação apresenta, na sua parte final, uma relação alfabética dos beneficiados por isenção ou redução de emolumentos.

Durante o exercício de 1961, até 31 de outubro, a renda consular, que é cobrada à razão de US$ 1,00 por .... Cr$ 1.00 ouro, atingiu o montante de US$ 6.915.255,00, o que representa um aumento de arrecadação de, aproximadamente, US$ 1.455.000,00 sôbre o mesmo período de 1960.

RECONHECIMENTO DE FIRMAS E GUIAS PARA PAGAMENTO NA ALFÂNDEGA

Durante o período de 1.º de janeiro a 30 de novembro foram efetuados 20.400 reconhecimentos de assinaturas em documentos expedidos no exterior, para efeitos no Brasil. A êsse setor, compete também a expedição de guias de recolhimento de emolumentos à Alfândega do Rio de Janeiro nos casos estabelecidos e previstos, ou seja, de documentos procedentes de países onde o Brasil não tem representação consular.

A Divisão Consular recomendou às Repartições Consulares, no exterior, alertassem os emigrantes com destino ao Brasil sôbre a conveniência de ser autenticada a certidão de nascimento ou de casamento, documento indispensável à emissão da Carteira Modêlo 19.

AUTOMÓVEIS E BENS

A Divisão Consular, em colaboração com o Ministério da Fazenda, tem supervisionado e regularizado a entrada de veículos em território brasileiro.

Tôda permissão para a entrada de base no Brasil, especialmente de automóveis, é obrigatòriamente precedida de uma consulta ao Itamaraty por parte da Repartição competente. Os têrmos e os requisitos que devem constar da consulta estão expressos na Circular 2.218, de 21 de março de 1955. Por outro lado, cabe à autoridade consular que fêz a consulta comprovar a propriedade do veículo, mediante a apresentação de fatura, notas de venda ou documento equivalente, bem como exigir a apresentação da respectiva matrícula, registro da licença de trânsito e, sempre que possível, o título de propriedade emitido há mais de seis meses antes do embarque do interessado.

Em 1961, a Secretaria de Estado autorizou, através da Divisão Consular, a legalização dos documentos de embarque de cêrca de 870 (oitocentos e setenta) automóveis. As Repartições consulares de maior movimento no setor foram o Consulado Geral em Nova York, que recebeu autorização para legalizar os documentos de embarque de cêrca de 345 automóveis, e o Consulado em Baltimore, que foi autorizado a legalizar 235. Outros Consulados podem ser citados, tais como o de Los Angeles e de Miami, com 40 autorizações, o de Francfort Sôbre-O-Meno com 25, o de Chicago com 23, o Consulado Geral em Hamburgo com 20, os Consulados Gerais em Paris e Buenos Aires com 17, o de Boston com 17 e o Consulado Geral em Londres com 15.

O Itamaraty, por intermédio da Divisão Consular, respondeu negativamente a consultas sôbre legalização de documentos de embarque de cêrca de 37 automóveis.

TURISMO

Um Grupo de Trabalho foi constituído para examinar o tráfego automobilístico entre o Brasil, o Uruguai e a República Argentina.

O Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Fazenda examinaram o assunto. Foi apresentado relatório sugerindo projeto de decreto que virá permitir a entrada de automóveis de turistas no Brasil sem os problemas hoje acarretados pelo «carnet de passage en douanes». Sugeriu-se, igualmente, a realização de entendimentos entre os representantes diplomáticos dos países limítrofes, com o fim de ser assinado Convênio sôbre o assunto.

ATOS NOTARIAIS

A Divisão Consular remeteu, ao Departamento do Interior e da Justiça, a fim de serem registradas, 290 certidões

de nascimento e óbito, recebidas das Repartições consulares.

SUCESSÃO

Os casos referentes a sucessão têm tido solução rápida, graças à cooperação das nossas repartições no exterior, especialmente dos Consulados Gerais em Lisboa e Pôrto. Em 1961, sessenta expedientes foram feitos sôbre o assunto.

FRETAMENTOS

O Decreto n.º 47.255, de 12 de novembro de 1959, veio confirmar as disposições estabelecidas pela Instrução n.º 181, da SUMOC, de 22 de abril do mesmo ano, segundo as quais as mercadorias importadas com subsídio cambial, como petróleo e derivados, fertilizantes, trigo e máquinas destinadas à ampliação de indústrias nacionais, serão transportadas, obrigatòriamente, em navios de bandeira brasileira. Para atender ao transporte de grande quantidade de mercadorias, as companhias nacionais de navegação utilizaram, em 1961, além das suas próprias unidades, um elevado número de navios afretados, procurando contrabalançar as deficiências da nossa frota mercante.

LIBERAÇÃO DE CARGAS

Uma vez comprovada a impossibilidade de se efetuar, em navios brasileiros, o transporte de mercadorias subsidiadas, seja por indisponibilidade de espaço nos navios ou ausência de linhas nacionais no pôrto de embarque, os importadores brasileiros obtêm autorização da Comissão de Marinha Mercante para embarcar a mercadoria em navios de bandeira estrangeira, isto é, obtêm a «liberação de carga».

Não poderiam as autoridades brasileiras fazer cumprir o Decreto n.º 47.255 com o órgão controlador sediado no Brasil.

Aos Consulados brasileiros coube a ajuda para a solução do problema, exercendo fiscalização nos portos de embarque e reprimindo a prática de carregamentos que contrariavam os dispositivos legais.

Nesse esfôrço para limitar ao mínimo o embarque de cargas subsidiadas em navios de bandeira estrangeira, em defesa dos interêsses das companhias nacionais de navegação, evitando-se, assim, um enorme escoamento de divisas, decorrente do pagamento de fretes a armadores estrangeiros, a Comissão de Marinha Mercante e a Divisão Consular têm mantido uma colaboração estreita. Todos os casos de fretamentos e de liberação de carga são comunicados, pela Comissão, à Divisão Consular e transmitidos às Repartições consulares. Os documentos referentes a cargas subsidiadas, embarcadas com desresfeito ao Decreto nº 47.255, não são legalizados, a menos que a Repartição consular tenha conhecimento da liberação da carga.

Foram recebidas comunicações sôbre o fretamento de 159 navios, sendo expedidos 317 telegramas e 23 circulares aos Consulados brasileiros. A Frota Nacional de Petroleiros, transportando petróleo e derivados; o Lóide Brasileiro, operando nas linhas européias, e algumas emprêsas particulares, como a Navegação Mercantil S. A., L. Figueiredo de Navegação S. A., a Intercontinental de Navegação S. A., e a Navegação Catarinense S. A., transportando trigo norte-americano, foram as companhias que registraram os maiores índices de fretamento, considerando-se o número de navios fretados e não a tonelagem.

A Divisão Consular expediu mais de 400 cartas-telegramas, 8 telegramas, cêrca de 30 ofícios e 2 Circulares, informando sôbre liberações de carga.

SINISTROS MARÍTIMOS

Os mais importantes, registrados durante o ano de 1961, foram o naufrágio do navio «Maragogipe», pertencente à Companhia de Navegação Bahiana, ocorrido em fevereiro, na costa portuguêsa e o acidente provocado pelo navio «Lóide Argentina», do Lóide Brasileiro, que rompeu os cabos telegráficos no estreito de Messina, na Itália, fato ocorrido em julho.

Alguns protestos marítimos foram lavrados nos Consulados brasileiros, do que foi dado conhecimento à Comissão de Marinha Mercante.

FATURAS

Em 2 de março de 1961 entrou em vigor o Decreto n.° 49.977, que dispõe sôbre o visto consular em faturas comerciais. Com relação à matéria, a Divisão Consular distribuiu às Repartições consulares a seguinte lista de alterações:

1) A Letra N, do Artigo 2, determina que seja indicada na fatura a data da partida da embarcação, aeronave ou veículo que conduzir a mercadoria. Tal providência é indispensável, uma vez que o nôvo Regulamento determina prazo diferente para a legalização da fatura.

2) Letra A, do Artigo 7: Algumas Repartições confundiram o conhecimento original com a cópia não negociável. Esta é que deve acompanhar a fatura.

3) Artigo 8 — No preparo das faturas, algumas firmas usavam processos que nem sempre eram bem legíveis. Êste artigo determina que qualquer processo pode ser usado, desde que, a critério da autoridade consular, seja considerado legível.

4) O artigo 11 merece tôda atenção, uma vez que indica quando não é exigível fatura, ao passo que o artigo 31 refere-se aos casos em que não há o visto, embora os importadores devam ser notificados da obrigação da apresentação da fatura para desembaraço da mercadoria, independente do visto.

5) O parágrafo único do artigo 11 refere-se a mercadorias isentas da apresentação de fatura quando o expedidor deseja autenticá-la. Nesse caso, será adotado apenas o reconhecimento da assinatura e a cobrança de emolumentos indicados no n.º 540 da Tabela de Emolumentos.

6) Artigo 13: Muito importante a alteração, uma vez que, em lugar do visto dado sòmente antes da chegada da mercadoria, passou a ser *até 30 dias após a partida da embarcação, aeronave ou veículo*. Além disso, reduziu de 5 para 4 o número de faturas.

7) O parágrafo 1.º do artigo 13 também merece tôda atenção, tornando-se indispensável a aposição do carimbo, conforme modêlo do anexo 3.

8) O artigo 18 admite corrigir na fatura pequenas emendas, rasuras ou palavras inutilizadas.

9) O artigo 19, no parágrafo 1.º, define «grande distância».

10) O artigo 20 sofreu completa remodelação.

11) O artigo 21, no item III, alterou o valor dos prêmios.

12) Os artigos 22, 23, 24, 25, 26, 27, e 28 foram redigidos pelo Ministério da Guerra, havendo nêles algumas modificações.

13) O parágrafo 4.° do artigo 30 indica como proceder em caso de alterações na licença de importação e aposição do visto consular em data posterior à da apresentação da fatura.

14) O parágrafo 7.°, do artigo 30 fixa em Cr$ 8,00, ouro, os emolumentos pelo visto em reforma de fatura.

15) A letra «D» do artigo 37 refere-se à restituição da fatura no dia útil imediato à apresentação da fatura-comercial.

16) O artigo 38 manda destruir, no início de cada exercício, as faturas visadas dois anos antes.

17) O parágrafo 1.° do artigo 41 determina que só a Repartição Consular poderá dar a certidão da quarta via;

18) Os ítens 8 e 9 da Tabela de Emolumentos sofreram alterações.

CONTRABANDO

A Divisão Consular manteve, no prazo abrangido por êste relatório, contatos constantes com o Serviço Federal de Prevenção e Repressão das Infrações contra a Fazenda Nacional, transmitindo as informações recebidas das Repartições brasileiras no exterior, principalmente daquelas situadas em regiões limítrofes.

Cumpre ressaltar a participação ativa da Divisão Consular quando da apreensão de mercadorias transportadas irregularmente pelo navio «Aletes» e as providências tomadas *in loco*, pelo Chefe da Divisão, relativas ao contrabando de café em São Borja.

SETOR DE REPATRIAÇÕES E PROTEÇÃO A BRASILEIROS DESVALIDOS NO EXTERIOR

O Ministério das Relações Exteriores atendeu, através da Divisão Consular, a diversos pedidos de proteção a bra-

sileiros desvalidos no exterior, promovendo a repatriação para os que se encontrvam doentes, ou dando-lhes assistência jurídico-legal quando necessária.

Cumpre ressaltar, no entanto, que essa assistência só é prestada em casos em que as dificuldades advêm de acidente, ou motivo de fôrça maior, como estabelece o artigo 472, da Consolidação, não tendo direito a ela aquêles que, voluntàriamente, se colocaram, pela sua imprevidência e extravagância, em tal situação.

Para exato cumprimento das normas regulamentares torna-se necessário o estudo escrupuloso de cada caso, por parte das Representações no exterior, as quais, em seguida, se dirigem à Secretaria de Estado expondo as razões que recomendam a concessão de auxílio, a fim de que sejam autorizados gastos, quando necessários.

Quando se trata de repatriação, as Repartições Consulares, obtêm do Lóide Brasileiro ou de Companhias de navegação passagens gratuitas em navios que gozem da regalia de paquête. Em alguns casos, entretanto, a repatriação deve ser feita de lugar onde não tocam navios nessas condições; assim, a Divisão Consular promove o transporte do repatriando, tanto quanto possível, sem despesa, até onde haja escala para tais navios. Neste particular, o Itamaraty tem contado com o prestimoso auxílio de outros órgãos do Govêrno, como os Ministérios da Marinha e da Aeronáutica. Houve mesmo um caso de repatriação do interior da África Portuguêsa que só foi possível realizar graças a inestimável colaboração do Ministério da Marinha, que promoveu o transporte de uma família brasileira de Luanda até Moçambique, no navio «Custódio de Mello», ocasionalmente em viagem de congraçamento através da África.

Houve casos em que a dupla nacionalidade dos repatriandos exigiu tato e habilidade dos nossos representantes consulares, pois o conflito entre os princípios de «jus san-

guinis» do direito estrangeiro e do «jus solis» do direito americano criou uma certa dificuldade, contornada por nossos diplomatas.

Pode-se afirmar que os realmente desvalidos têm sido socorridos, e, graças a circulares periódicas, expedidas às Repartições no exterior, contendo a lista dos repatriados dentro de certo período, tem-se evitado o abuso dos que, por irresponsabilidade, pretendem viajar para o estrangeiro, contando com o custeio de suas despesas de regresso por parte dos cofres públicos.

Durante o ano de 1961, foram feitas 85 repatriações, assim discriminadas:

Atenas, 2; Assunção, 9; Barcelona, 1; Belgrado, 1; Buenos Aires, 7; Cadiz, 5; Florença, 3; Gênova, 1; Hamburgo, 12; Lisboa, 13; Londres, 1; Marselha, 1; México, 1; Milão, 1; Montevidéu, 12; Nápoles, 3; Paris, 7; Pôrto, 7, e Praga, 1.

NACIONALIDADE

Sempre que chega ao conhecimento de uma Representação no exterior que um brasileiro praticou voluntàriamente ato que acarrete perda de nacionalidade brasileira, faz-se comunicação à Secretaria de Estado, que a encaminha ao Departamento do Interior e Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Algumas vêzes está bem definido o ato voluntário que determina a perda da nacionalidade brasileira, ou por aquisição de nacionalidade estrangeira ou por aceitação de comissão ou pensão de emprêgo de Govêrno estrangeiro, sem a necessária autorização do Presidente da República ou por sentença judiciária, cancelando naturalização já concedida. Em outros casos, porém, o cidadão brasileiro é automàticamente considerado nacional do país de onde procedem seus pais ou espôso, não sendo portanto voluntária a aquisição

da nacionalidade estrangeira. Nestas condições, a Repartição consular faz sentir ao interessado que êle, voltando ao Brasil, conserva ainda o direito à nacionalidade brasileira, sendo detentor de dupla nacionalidade.

No ano de 1961, foram expedidas ao Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça 53 ofícios sôbre nacionalidade.

Foram decretadas 20 perdas de nacionalidade brasileira, comunicadas por Circulares às Missões diplomáticas e Repartições consulares, assim discriminadas, de acôrdo com a nacionalidade adquirida:

Alemã, 2; argentina, 10; equatoriana, 1; libanesa, 1; norte-americana, 5, e suiça, 1.

SERVIÇO MILITAR

As Repartições consulares, como órgãos alistadores do Ministério da Guerra no exterior, têm, entre outras, a atribuição de proceder à regularização da situação militar dos brasileiros residentes no exterior.

Compete à Divisão Consular efetuar o encaminhamento, à Diretoria do Serviço Militar do Ministério da Guerra, de todos os expedientes que venham constituir prova de que o cidadão está em dia com suas obrigações militares.

Especìficamente, o setor trata de:

a) Alistamento Militar — De acôrdo com a Lei do Serviço Militar, Decreto-lei n.º 9.500, de 23 de julho de 1946, todo brasileiro deve alistar-se para o serviço militar e dentro dos primeiros seis meses do ano civil em que completar 17 anos de idade.

b) Adiamento de Incorporação — Todo cidadão brasileiro, alistado ou não, prescreve a mesma lei, deverá considerar-se convocado para o serviço militar no ano civil em

que completar 18 anos de idade, independentemente de edital, aviso ou notificação. O convocado que se encontra no exterior deverá apresentar-se ao Consulado mais próximo de sua residência para a concessão do adiamento de incorporação. Êsse adiamento é comunicado ao Ministério da Guerra através da Secretaria de Estado e deve ser renovado cada ano, enquanto o convocado não regressar ao Brasil e não houver atingido a idade de 30 anos. Atingido êsse limite, o Consulado deve solicitar a expedição de um certificado de reservista.

c) Certificados — Além do certificado de reservista, constituem prova de que o cidadão está em dia com suas obrigações militares o certificado de alistamento militar e o certificado de isenção militar. Assim, a expedição de certificados constitui parte integrante das atividades dêste setor ao encaminhar os requerimentos à Diretoria do Serviço Militar para posterior remessa ao interesado.

No decorrer de 1961, a Divisão Consular encaminhou 194 expedientes à Diretoria do Serviço Militar, os quais constaram de:

75 ofícios remetendo fichas de alistamento militar, 83 expedientes sôbre adiamentos de incorporação, 4 solicitando certificados de reservista, 6 concedendo certificados de isenção, 12 comunicando não ter havido alistamento, além de 14 consultas e esclarecimentos sôbre o assunto.

Cumpre ressaltar que, durante o ano em curso, a Diretoria do Serviço Militar submeteu à apreciação do Itamaraty, para estudo, um anteprojeto de «Normas para Aplicação da LSM no Exterior», que foi detalhadamente estudado, e que sem dúvida, será de valia para o setor, alcançando-se, desta forma, maior objetividade e simplicidade em sua execução.

CONCESSÃO DE EXEQUATUR

O Govêrno brasileiro concedeu *exequatur* à nomeação das seguintes autoridades consulares estrangeiras:

Hyman Bloom, Cônsul dos Estados Unidos da América em Pôrto Alegre. — 2-1-61.

Gustavo Garcia Moreno, Cônsul Geral da Colômbia em São Paulo. — 2-1-61.

Kaare Ringseth, Vice-Cônsul da Islândia no Rio de Janeiro. — 8-1-61.

Alphonso Pulido Sisniega, Cônsul do México no Rio de Janeiro. — 4-2-61.

James F. Shea, Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo. — 9-2-61.

Benjamim C. Hillard, Cônsul dos Estados Unidos da América no Rio de Janeiro. — 9-2-61.

Pedro Delamare São Paulo, Cônsul Geral Honorário de Honduras no Rio de Janeiro. — 9-2-61.

Robert W. Maskek, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte, em Belém. — 28-2-61.

Manuel Oños Plandolit, Cônsul Geral da Espanha em São Paulo. — 4-3-61.

M. W. d'Escury, Cônsul Geral da Holanda em São Paulo. — 4-3-61.

Hernan Ayala Requena, Cônsul Geral da Bolívia em São Paulo. — 4-3-61.

Elias Casado, Cônsul Geral da Venezuela em São Paulo. — 4-3-61.

Joseph Yoshio Kiyonaga, Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo. — 15-3-61.

Raul Gomes Jauregi, Vice-Cônsul da Bolívia em São Paulo. — 15-3-61.

Clóvis Ribeiro do Rêgo Melo, Cônsul Honorário da Venezuela no Recife. — 16-3-61.

Russel Talbot Landale, Cônsul da Grã-Bretanha no Distrito Federal. — 16-3-61.

Ricardo Brugada Doldan, Cônsul Geral do Paraguai no Rio de Janeiro. — 23-3--61.

Deusdedith de Moura Ribeiro, Cônsul Honorário do Uruguai em Belém. — 23-3-61.

David Enzo Guaspari, Cônsul Honorário do Haiti em Pôrto Alegre. — 22-3-61.

Robert William Nadeau, Vice-Cônsul do Canadá no Rio de Janeiro. — 27-3-61.

Felix Molinas, Cônsul do Paraguai em Foz do Iguaçu. — 2-4-61.

Abgail Vilalba Rojas, Cônsul da Venezuela no Rio de Janeiro. — 26-4-61.

Ricardo Julian Marecos Galeano, Vice-Cônsul do Paraguai no Rio de Janeiro. — 26-4-61.

Ernest H. Guaderrama, Cônsul dos Estados Unidos da América em Recife. — 27-4-61.

Albertino Lopes, Vice-Cônsul de Portugal em Pôrto Velho. — 3-5-61.

James Demar Maclauzin, Cônsul do Canadá no Rio de Janeiro. — 8-5-61.

Jorge Peña, Cônsul do Paraguai em Curitiba. — 8-5-61.

Richard Scarfo, Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo. — 9-6-61.

Jack Earl Vyant, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo. — 9-6-61.

Henry E. Hattux, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo. — 9-6-61.

Yug A. Fasoli, Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo. — 9-6-61.

José Nautista Gago, Cônsul Adjunto da Argentina em São Paulo. — 19-6-61.

Juan Carlos Ibañez, Vice-Cônsul da Argentina em São Paulo. — 19-6-61.

Ambrósio Pereira, Cônsul Geral da Venezuela em São Paulo. 19-6-61.

Manuel Cordeiro Vilaça, Vice-Cônsul do Peru no Recife. — 26-6-61.

R. W. Vigg, Cônsul dos Países Baixos no Rio Grande. — 26-6-61.

Henrique Adler, Cônsul honorário da Áustria em Salvador. — 29-6-61.

Herman G. Mestres — Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo. — 14-7-61.

Luís Alcivar Elizalde, Cônsul Geral honorário do Equador no Rio de Janeiro. — 14-7-51.

Pablo Alberto Briceño Quintero, Cônsul da Venezuela em Manáus. — 21-7-61.

George T. Colman Junior, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em Pôrto Alegre. — 1-8-61.

Hugh D. Kessler, Cônsul dos Estados Unidos da América em Curitiba. — 10-8-61.

Manuel Cordeiro Vilaça, Cônsul Honorário do Peru no Recife. — 27-8-61.

Júlio Cesar Rehnfeldt, Cônsul do Paraguai em Bela Vista. — 17-8-61.

Walter Seabra, Cônsul Honorário da República Dominicana em Pôrto Alegre. — 17-8-61.

Albert A. Rabida, Cônsul dos Estados Unidos da América em Recife. — 19-9-61.

Francis R. Campbell, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América no Rio de Janeiro. — 20-9-61.

Horst Pommersenning, Cônsul da República Federal da Alemanha em Belo Horizonte. — 20-9-61.

Wolfram Hucke, Cônsul da República Federal da Alemanha em Pôrto Alegre. — 27-9-61.

Roberto Oscar Rodrigues Ayan, Cônsul Adjunto da Argentina em Pôrto Alegre. — 27-9-61.

Antonio Patrício Bettencourt Cônsul de Portugal em Belém. — 2-10-61.

Antônio de Almeida Rodrigues Nunes, Cônsul de Portugal em Pôrto Alegre. — 5-10-61.

Jack Liebof, Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo. — 2-10-61.

Datus C. Proper, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo. — 2-10-61.

Antônio Pinto Mesquita de M. e Vasconcelos, Cônsul-Geral de Portugal no Rio de Janeiro. — 2-10-61.

Carlos Henrique Ferreira Lemonde de Macedo, Cônsul de Portugal em São Paulo. — 2-10-61.

Javier Gonúcio Reyes, Cônsul da Bolívia em Corumbá. — 5-10-61.

CARTAS PATENTES

Receberam seus diplomas as seguintes autoridades consulares brasileiras, durante o ano de 1961 :

Henning Nilson, Vice-Cônsul interino em Estocolmo; Jacques Clebsaltel, Vice-Cônsul Honorário em Dunquerque; Ney Moraes de Mello Mattos, Cônsul em Rosário; Mauro da Costa Lôbo, Cônsul em Cardiff; Alcides da Costa Guimarães Filho, Cônsul em Florença; Herbert Hovel, Cônsul

Honorário em Aachen; Charles Merliner, Cônsul Honorário em Tampa; Salin Chucri Monkarzel, Cônsul Honorário em Adis-Abeba; Adriano Benayon do Amaral, Vice-Cônsul em Amsterdam; Jorge Carlos Ribeiro, Vice-Cônsul em Marselha; Heitor Soares Moura Filho, Vice-Cônsul em Londres; Asdrubal Pinto de Ulisséia, Vice-Cônsul em Glasgow; Antônio Francisco Azeredo da Silveira, Cônsul Geral em Paris; Beata Vettori, Cônsul Geral em Londres; Rinaldo de Carvalho e Silva, Cônsul em Gotemburgo; Sotero Cosme, Cônsul no Havre; Luiz Fernando do Couto Nazareth, Vice-Cônsul em Roma; Manoel de Teffé, Cônsul Geral em Marselha; David Monteiro de Barros Lins, Cônsul em Duesseldorf; Sérgio Seabra de Noronha, Vice-Cônsul em Nápoles; Augusto Ramos de Freitas, Cônsul Honorário em Nice; José Constâncio Austregésilo de Athayde, Vice-Cônsul em Trieste; Aluizio de Magalhaens, Cônsul Honorário em Mônaco; Orlando Pimentel de Bittencourt Leal, Cônsul em Cádiz; Carlos Meissner Júnior, Cônsul Honorário em Puerto la Cruz;é Renato Madasi, Vice-Cônsul em Washington; Arnaldo de Vasconcelos, Cônsul Geral em Copenhague; João Luiz Areias Netto, Cônsul Adjunto em Copenhague; Roberto Barthel-Rosa, Cônsul em Damasco; Carlos Augusto de Carvalho e Souza, Cônsul em Dacar; Felippe de Santa Cruz Guimarães, Cônsul Geral em Liverpool; Luiz Octávio de Amorim Parente de Mello, Encarregado do Serviço Consular da Embaixada em Atenas; Arnaldo de Oliveira Ferreira, Cônsul em Casablanca; Daniel Joseph Corbett Júnior, Cônsul Adjunto em Buenos Aires; José Carlos Cavalcanti Linhares, Cônsul Adjunto em Gênova; Hugo Bassedas Balvé, Cônsul Privativo, em Rivera; Ori Fortes, Cônsul Privativo em Corrientes; José Gaspar Ferreira, Cônsul Privativo em Rio Branco; Demétrio Ribeiro, Cônsul Privativo em Paso de los Libres; Vicente Valero Belenguer, Cônsul Honorário em Múrcia; Alfredo Parfonry Y Quesada, Cônsul Honorário em Almëria; Luiz J. Vivanco Cantuária, Cônsul Hono-

rário em Múrcia; Cesar M. Gutierrez Jr., Cônsul Honorário em Monterrey; Reginals Shappe, Cônsul Honorário em Kuala-Lampur; Francisco de Borja Baptista de Magalhães, Cônsul Geral em Capetown; Hélcio Tavares Pires, Vice-Cônsul em Chicago; Odilon de Camargo Penteado, Vice-Cônsul em Toronto; Marcos Antônio Salvo Coimbra, Cônsul Adjunto em Gênosa; Alexandre Papadimitrou, Vice-Cônsul Honorário em Jacarta; Dina Molinari Fumagali, Vice-Cônsul Honorário em Lugano; Raul Rui Barbosa Airosa, Vice-Cônsul interino em Paris; Roberto Bruno Escobar, Vice-Cônsul em Montreal; Frederico Carlos Carnaúba, Cônsul em Luanda; Fábio Fumagali, Cônsul Honorário em Lugano; Lael Simões Barbosa Soares, Vice-Cônsul em Capetown; André Lordoff, Vice-Cônsul Honorário em Pau; José Bonifácio Lourenço de Andrada, Encarregado do Serviço Consular da Embaixada em Atenas; Fitzroy Montague Veitch, Vice-Cônsul Honorário em Singapura; Carlos Augusto de Carvalho e Souza, Encarregado do Serviço Consular da Embaixada em Jacarta; Cyro Gabriel do Espírito Santo Cardoso, Vice-Cônsul em Washington; Jean Massif Torbey, Cônsul Honorário em Trípoli; Joayrton Martins Cahú, Cônsul-Adjunto no Pôrto; Edmundo Radwanski, Encarregado do Serviço Consular da Embaixada em Camberra; Olavo Carvalho de Hollanda, Vice-Cônsul interino no Pôrto; Ramiro Hércules de Magalhães Silva Ribeiro, Vice-Cônsul interino no Pôrto, e Abdallah, do Amaral Murtinho, Cônsul Honorário em Guaiaquil.

CARTEIRA DE IDENTIDADE DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

A partir de 25 de agôsto de 1961, foi a Divisão Consular incumbida do preparo e emissão das cadernetas de identidade dos Agentes consulares estrangeiros no Brasil. Foram concedidas 27 carteiras.

PASSAPORTES

Emitem-se e prorrogam-se tantos passaportes diplomáticos e especiais quanto mais intensa fôr a participação do Brasil em assembléias, congressos, conferências, comissões e negociações de caráter econômico, financeiro, comercial, político ou cultural, para assinatura de atos que refletem a múltipla atividade do país no exterior. As Missões especiais que percorrem o Leste Europeu, a Ásia e a África em busca de novos mercados de exportação e os compromissos por nós assumidos, como por exemplo a manutenção de um Batalhão em Suez e de um contingente da FAB no Congo, influem necessàriamente no ritmo de trabalho da Divisão. As viagens oficiais de parlamentares e militares e as missões especiais às posses de Chefe de Estado e às comemorações pela independência de novos países são outras manifestações da projeção internacional do Brasil que repercutem nas atividades da mesma Divisão. Quer isso dizer, portanto, que cresceu em 1961 o volume de suas tarefas, sobretudo se considerar-se que continuou a opinar sôbre a natureza dos vistos, a providenciar os expedientes para as Missões diplomáticas estrangeiras, a conceder e prorrogar carteira de identidade para funcionários administrativos das referidas Missões, a distribuir passaportes comuns e para estrangeiros às Repartições autorizadas no Brasil a expedí-los, a informar sôbre extravio de passaportes brasileiros, a registrar os passaportes concedidos e prorrogados e a comunicar a expulsão de estrangeiros.

ACÔRDOS SÔBRE VISTOS E CONVÊNIOS DE TURISMO

Em 1961, foram iniciadas negociações com o Uruguai e os Estados Unidos da América para a conclusão de Acôrdos isentando de visto os portadores de passaportes diplomáticos e especiais, em têrmos similares aos do Acôrdo firmado com a Argentina em 26 de novembro de 1959. Tive-

ram prosseguimento, encontrando-se em sua fase final, as negociações com os Países Baixos, a Dinamarca e a Finlândia, para a celebração de novos Acôrdos, mais amplos e precisos, os quais virão substituir os atualmente em vigor, firmados entre 1950 e 1956.

Finalmente, foram concluídos acôrdos com a Grã-Bretanha e a Grécia, os dois únicos países da Europa Ocidental com que o Brasil não mantinha acôrdos sôbre vistos, e um novo Convênio de Turismo com o Chile.

VISTOS PERMANENTES

Cumpre salientar, nesse setor, o trabalho desenvolvido pela Embaixada Especial do Brasil sob a chefia do Senhor João Portella Ribeiro Dantas. Através de gestões junto aos Governos da Bulgária, da România e da Hungria, logrou autorização de saída para nacionais dêsses países que procuravam, há muitos anos, obter visto e passaporte para vir reunir-se no Brasil a parentes seus, aqui domiciliados. Uma vez que não estava ainda instalada Missão diplomática ou Repartição consular do Brasil em Sofia, Bucarest e Budapest, os vistos às referidas pessoas foram concedidos pela própria Embaixada Especial, para evitar aos interessados a despesa de se dirigirem a Viena ou Paris, a fim de visar seus passaportes. A curta permanência da Missão Especial naqueles países, porém, não permitiu aos interessados completar em tempo as gestões necessárias à obtenção de seus passaportes, pelo que os vistos foram concedidos em fôlhas separadas, para futura anexação aos respectivos passaportes. Foram concedidos 70 vistos nessas condições, assim distribuídos: 4 na Bulgária, 31 na România e 35 na Hungria.

Prosseguiu a emigração, para o Brasil, de nacionais do Leste Europeu. No selecionamento dos candidatos são escolhidos, de preferência, os que têm família já radicada no

Brasil, ou os que possuem capacidade profissional de elevado interêsse para o desenvolvimento técnico industrial do país. Para melhor conhecer a situação pessoal de cada alienígena, a Divisão de Passaportes mantém contacto com a Cruz Vermelha (Comitês Húngaro, Romeno e Polonês), Comissão Nacional Católica de Imigração, Conselho Mundial das Igrejas, United Hias Service e outras entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, que visam a facilitar a imigração baseada no plano «Reunião de família».

Em 1961, a Secretaria de Estado autorizou a concessão de 2.717 vistos permanentes.

Êsses vistos foram concedidos, em sua maior parte, pelas seguintes Missões diplomáticas e Repartições consulares: Embaixada em Viena — 559 vistos, concedidos, na maioria, a nacionais de países do Leste Europeu; Consulado em Gdynia — 114 vistos a familiares de refugiados poloneses residentes no Brasil; Consulado em Hong-Kong — 102 vistos a refugiados russos no Extremo Oriente; Consulado em Kobe — 1.172 vistos, a família de agricultores japonêses autorizados pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização a se estabelecerem no sul do país, e Consulado Geral em Paris — 122 vistos, também a refugiados do Leste Europeu, sobretudo da România.

A não ser nos casos acima mencionados, a concessão de visto permanente independe de consulta à Secretaria de Estado, ficando sua outorga a critério da autoridade consular.

As Repartições que concedem anualmente o maior número de vistos permanentes e de retôrno são os Consulados Gerais no Pôrto e em Lisboa que, em 1961, expediram, respectivamente, 7.026 e 6.434 vistos.

VISTOS TEMPORÁRIOS — VIAGENS DE HOMENS DE NEGÓCIOS E TÉCNICOS ESTRANGEIROS

Durante o ano de 1961, o intercâmbio comercial brasileiro continuou em ritmo de crescimento com os países da Europa Oriental (Tcheco-Eslováquia, Iugoslávia, Polônia e República Democrática Alemã), o que acarretou a vinda ao Brasil de elevado número de representantes de emprêsas estatais daqueles países, com a finalidade de manterem contatos tanto com entidades públicas quanto com firmas particulares estabelecidas nos ramos de importação e exportação. A Divisão de Passaportes desempenha, nesse particular, a tarefa de, para efeito de concessão do visto solicitado, estabelecer ligação com as entidades brasileiras interessadas na vinda daqueles representantes. O mesmo ocorre quando se trata de técnicos estrangeiros contratados ou em missão oficial de seus Governos.

CIRCULARES

Foram expedidas, durante o ano de 1961, numerosas circulares sôbre expulsão de estrangeiros, denegação de visto, cassação de permanência definitiva no Brasil, cancelamento de passaportes, extravio de passaportes brasileiros, acôrdos sôbre vistos com a Grécia e a Grã-Bretanha, concessão de facilidades de visto aos participantes do Segundo Conselho Mundial da Juventude Operária Católica (JOC), e da XV Assembléia Geral da Associação Médica Mundial.

Foi preparada, ainda, uma Circular com a relação de todos os países com os quais o Brasil mantém acôrdos sôbre vistos em passaportes diplomáticos, especiais e comuns, ou que concedem, unilateralmente, isenção ou gratuidade de vistos aos titulares de passaportes brasileiros, visando a facilitar o trabalho das Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras e das autoridades federais e estaduais, encarregadas da expedição de passaportes ou de contrôle da entrada de estrangeiros no país.

IMIGRAÇÃO

Como complemento dos pontos-de-vista defendidos em 1961 pelas Delegações brasileiras nas diversas reuniões dos órgãos do CIME, foram tomadas as seguintes medidas, com o fim de melhorar a estrutura do fluxo migratório que demanda o Brasil e retirar a contribuição financeira para o transporte de imigrantes que não interessem ao desenvolvimento nacional:

restrição dos graus de parentesco das pessoas que, no Programa de Reunião de Famílias, dão ao patrocinado o direito de vir para o Brasil como imigração dirigida;

abolição da prática de conceder aos patrocinados pelas diversas Agências Benévolas uma contribuição financeira «per capita» para seu transporte, uma vez que os movimentos feitos pelas Agências Benévolas são, pela conceituação da lei brasileira, imigração espontânea.

Com essas medidas, passam a valer-se da contribuição financeira do Brasil apenas os imigrantes que sejam operários qualificados, devidamente selecionados e seus familiares.

III REUNIÃO DO SUBCOMITÊ DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DO CIME

Reuniu-se em Haia, de 24 a 30 de abril, e em Washington, de 5 a 10 de setembro, o Subcomitê de Orçamento e Finanças do CIME. O Brasil fêz-se representar em ambas as reuniões.

XIV SESSÃO DO CONSELHO DO CIME

A XIV Sessão do Conselho do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias reuniu-se em Genebra, de 10 a 18 de maio. De 3 a 10 de maio, realizou-se a

XVII Sessão do Comitê Executivo. A Delegação brasileira teve a seguinte constituição: Chefe: Embaixador Afranio de Melo Franco Filho, Embaixador do Brasil em Berna; Delegados: Ministro Sérgio Affonso Corrêa da Costa, Chefe do Serviço Brasileiro de Seleção de Emigrantes na Europa; Secretário Jorge D'Escragnolle Taunay, Chefe da Divisão de Imigração do Itamaraty; Secretário Jatyr de Almeida Rodrigues, da Embaixada do Brasil em Londres; Assesor; Terceiro-Secretário Carlos Antônio Bettencourt Bueno, da Delegação Permanente do Brasil em Genebra.

A Delegação brasileira sustentou o ponto-de-vista de que o CIME, desaparecidos os problemas do excesso populacional na Europa e grandemente reduzidos os contingentes de refugiados europeus, deve concentrar suas atividades em fornecer assistência técnica à América latina, nos setores de imigração, colonização e formação profissional, e estabelecer um programa mínimo de emigração de operários qualificados e técnicos europeus para os países-membros da América latina. Nesse sentido, conseguiu a Delegação brasileira fazer aprovar a Resolução n.º 233.

REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO CRIADO PELA RESOLUÇÃO N.º 233

Reuniu-se em Washington, de 10 a 15 de setembro, o Grupo de Trabalho criado pela Resolução n.º 233 do Conselho do CIME, com o objetivo de estudar a reestruturação dos serviços e da organização daquele Comitê, e a adoção de medidas práticas para o incremento de imigração qualificada e da assistência técnica aos países-membros da América Latina. O Govêrno brasileiro, que, juntamente com os Governos americano, holandês, australiano, canadense e italiano, constituiu o Grupo de Trabalho, fêz-se representar pelo Secretário Jatyr de Almeida Rodrigues, da Embaixada do Brasil em Londres, e Terceiro-Secretário Tarcísio

Marciano da Rocha, Chefe-Substituto da Divisão de Imigração do Itamaraty.

Os representantes brasileiros descreveram os tipos de assistência técnica que o CIME deve prestar à América latina, na elaboração e implementação de projetos de centros de formação profissional e de ante-projetos de colonização, bem como no reequipamento e ampliação dos Serviços brasileiros de recepção, hospedagem e colocação de imigrantes estrangeiros e de migrantes brasileiros.

O Grupo de Trabalho fêz um relatório em que recomendava ao Conselho daquela Organização concentrar seus esforços administrativos, financeiros e técnicos na solução dos problemas de recepção, hospedagem e colocação de imigrantes, formação profissional de nacionais, colonização, levantamento do cadastro de mão-de-obra, assimilação e adaptação de estrangeiros, na América latina, além de suas atividades tradicionais no transporte de migrantes.

XV SESSÃO DO CONSELHO DO CIME

Realizou-se em Genebra, de 23 a 28 de outubro, a XV Sessão do Conselho do CIME, precedida pela XVIII Sessão do Comitê Executivo, a qual teve lugar de 16 a 22 de outubro. A Delegação brasileira foi assim constituída: Chefe — Ministro Sérgio Affonso Corrêa da Costa, Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil em Roma; Delegados: Secretário Paulo Padilha Vidal e Terceiro-Secretário Carlos Antônio Bettencourt Bueno, da Delegação Permanente do Brasil em Genebra.

A Delegação brasileira defendeu as diretrizes estabelecidas no relatório do Grupo de Trabalho criado pela Resolução n.º 233 do Conselho, isto é, a ampliação das áreas de recrutamento de imigrantes na Europa, a extensão dos serviços do CIME ao norte da África e, em exposição pormenorizada, descreveu o pensamento do Govêrno brasileiro

sôbre o futuro do CIME, o qual, para continuar merecedor do interêsse dos países latino-americanos, tem de deixar de lado sua tradicional orientação de transportar grandes contingentes de emigrantes da Europa e passar a cuidar mais da qualidade dêsses imigrantes, aumentando a porcentagem de operários qualificados dentro do fluxo emigratório para a América latina.

Na referida Sessão, o Govêrno brasileiro foi reeleito como um dos representantes da América latina no Comitê Executivo da Organização.

IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS

Nas cartas trocadas entre o Ministro de Estado das Relações Exteriores e o Diretor do CIME, em 27 de outubro de 1960, foram previstos diversos projetos de assistência técnica e financeira daquele Comitê ao Govêrno brasileiro. Dêsses projetos, foram implementados em 1961 os seguintes:

a) Centro de Treinamento e de Adaptação Profissionais de São Paulo:

Em agôsto começou a funcionar o Centro de Treinamento e de Adaptação Profissionais para operários brasileiros e imigrantes, montado no Departamento de Imigração e de Colonização do Estado de São Paulo, com a orientação da Divisão de Imigração do Itamaraty, assistência técnica e financeira do CIME e colaboração do Departamento Regional do SENAI do Estado de São Paulo. Concluído o primeiro curso em novembro, o referido Centro está tendo suas instalações ampliadas para receber 38 alunos, em vez dos 24 que comportava no início de seu funcionamento.

b) Ampliação e reequipamento da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo:

Com a contribuição financeira do CIME, até o máximo de US$ 15,000.00, estão sendo ampliados e reequipa-

das as instalações da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, que, a partir de fevereiro de 1962, terá mais amplas e confortáveis acomodações para imigrantes nacionais e estrangeiros.

Assinale-se também a adaptação de um prédio do Departamento de Imigração e Colonização do Estado de São Paulo, o qual deverá abrigar um novo e amplo Centro de Formação Profissional para ministrar formação profissional de base exclusivamente a operários brasileiros.

c) Preparação e Edição de Livreto de Informações para Candidatos à Imigração:

A fim de suprir a deficiência de informações especialmente destinadas a atrair imigrantes úteis ao desenvolvimento econômico do Brasil, foi elaborado e editado em francês, italiano, espanhol, alemão, holandês, inglês, e grego o livreto intitulado «Seu Futuro no Brasil». A referida publicação encerra informações gerais sôbre história, geografia, sociedade e clima do Brasil e esclarecimentos detalhados sôbre as formalidades exigidas aos que desejam emigrar para o Brasil e sôbre as oportunidades que aqui encontrarão.

O citado livreto destina-se a divulgação não sòmente nos países onde opera o Serviço Brasileiro de Seleção de Imigrantes, mas também naqueles onde pode ser incrementada a imigração espontânea de operários qualificados e técnicos.

d) Pesquisa para Formação do Cadastro de Mão-de-Obra:

A fim de determinar, com a maior aproximação possível, as necessidades do parque industrial brasileiro em matéria de suprimento de mão-de-obra qualificada, foram iniciadas nos maiores centros industriais do Brasil — São Paulo, Estado da Guanabara e Belo-Horizonte, — pesquisas sôbre as condições atuais e a evolução do mercado de mão-de-obra, com o objetivo de estabelecer as bases e diretrizes

para o levantamento sistemático e permanente do cadastro da mão-de-obra, demandada pela indústria para as profissões qualificadas e técnicas.

VISITAS

Em junho, veio ao Brasil o Senhor Giacinto Maseli, chefe dos serviços de formação profissional do CIME, para, juntamente com os técnicos do SENAI, elaborar os cursos do Centro de Treinamento e Adaptação Profissional de São Paulo.

No mesmo mês, visitou-nos o Senhor Karel Norsky, Assessor Especial do Diretor do CIME, a fim de estudar as possibilidades de vincular a projetos específicos de desenvolvimento econômico a imigração de técnicos e de operários qualificados.

Também visitou o Brasil o Representante do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados na América Latina, Embaixador Francisco Urrutia, que tratou, com o Itamaraty, das bases para a criação, com sede no Rio de Janeiro, de um Escritório Regional de Operações do ACNUR na América latina, subordinado diretamente ao Alto-Comissariado.

IMIGRAÇÃO ESPONTÂNEA

Considerando que a imigração espontânea é, pelo seu volume e pela sua porcentagem de operários qualificados, mais importante para o país que a imigração dirigida, a Divisão de Imigração, com a cooperação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e do Departamento de Imigração e Colonização do Estado de São Paulo, estabeleceu um sistema de coleta e processamento de *curriculum vitae* de candidatos à imigração espontânea e normas práticas para se lhes

estender tôda a assistência que, em matéria de recepção, hospedagem e colocação, é prestada à imigração dirigida.

Essas medidas visam sobretudo a atrair para o Brasil europeus de alto nível técnico-profissional, que se vêem forçados a retirar-se da África, ou estabelecidos em países que não promovem emigração dirigida, como, por exemplo, França e Suiça.

AGÊNCIAS BENÉVOLAS

A Divisão examinou as condições em que se constituem e operam no Brasil as diversas Agências Benévolas, confessionais ou não, que promovem imigração, com o fim de disciplinar tôda a matéria de imigração espontânea patrocinada e corrigir certas irregularidades que vinham ocorrendo no fluxo imigratório proveniente de alguns países.

Como resultado dessas pesquisas, foi exigido às Agências Benévolas que se registrem no INIC e retirada a contribuição financeira do Govêrno brasileiro aos movimentos por elas patrocinados através do CIME.

GRUPO DE ESTUDO DA MÃO-DE-OBRA

Foi constituído, em julho, um Grupo de Estudo da mão-de-obra, destinado a estudar os problemas relativos à mão-de-obra agrícola e industrial necessárias ao desenvolvimento nacional.

O Grupo foi dividido em 4 Subgrupos: Mercado de Trabalho, Formação Profissional, Imigração e Migrações Internas.

O III Subgrupo, Imigração, que teve como coordenador o representante do Ministério das Relações Exteriores, discutiu o seguinte temário: análise da experiência anterior em imigração urbana e rural; disponibilidade de mão-de-obra no mercado internacional; fatôres geo-econômicos e tecnológicos na orientação do recrutamento de imigração coloniza-

dora; novas áreas de recrutamento; tratamento legal e administrativo da imigração no Brasil; fomento, promoção e seleção da imigração agrícola e industrial; ampliação da rêde de serviços brasileiros de recepção, colocação e hospedagem de imigrantes; equipamento específico, técnico e financeiro, para pesquisa e planejamento regionais; levantamento quantitativo e distributivo das necessidades prioritárias de colonização no Brasil; financiamento internacional; assistência técnica estrangeira para a elaboração de ante-projetos de colonização.

ANTEPROJETO SÔBRE CENTROS DE FORMAÇÃO PROFISSIÓNAL

Em razão da insuficiente formação nacional de mão-de-obra qualificada, a Divisão de Imigração promoveu a reunião de um grupo de trabalho informal, constituído com a participação do INIC, do Departamento Nacional do SENAI e do CIME, para a preparação do anteprojeto de estabelecimento de centros de formação profissional de grande capacidade, em vários Estados do Brasil.

O anteprojeto elaborado contempla a criação dos citados centros, cada unidade comportando cem alunos e localizados em Belo-Horizonte, São Paulo, Pôrto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Fortaleza. Destinam-se êles à formação de base nas profissões de: ajustador, torneiro mecânico, eletricista enrolador, mecânico de motôres de combustão interna, soldador elétrico e oxiacetilênico e fresador.

Para a implementação do aludido anteprojeto, já foram iniciados entendimentos com os diversos Govêrnos estaduais. Parte das despesas do estabelecimento dos referidos centros de formação profissional será financiada mediante doações do Departamento de Assistência Técnica da Organização dos Estados Americanos, de acôrdo com a Direção daquêle Departamento.

COLONIZAÇÃO

Em 1961, a Divisão de Imigração dedicou especial atenção aos problemas de colonização agro-pecuária de alto nível técnico, visando, principalmente, a atrair para o Brasil agricultores europeus que, em razão da evolução político-social do continente africano, tiveram ou terão de abandonar a África.

Êsse trabalho foi desenvolvido com a estreita colaboração da Comissão do Vale do São Francisco, Ministério da Agricultura, Governos de Minas Gerais, Bahia e Goiás, Prefeitura do Distrito Federal e do CIME, e por êle se buscou projetar colonização de alto nível técnico, com agricultura intensiva irrigada e a disseminação de técnicas agrícolas mais avançadas no meio rural brasileiro.

PLANO DE COLONIZAÇÃO NO BAIXO RIÕ DAS VELHAS

Com a assistência da Comissão do Vale do São Francisco e da Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais, a Divisão de Imigração promoveu a elaboração de um ante-projeto de colonização agro-pecuária no baixo Rio das Velhas, Municípios de Várzea da Palma e Pirapora, com o fim de alí implantar um núcleo colonial misto de brasileiros e imigrantes do norte da África, êstes possuidores de avançada técnica de cultivo de zonas semi-áridas.

A importância primordial dêsse núcleo reside em constituir êle a primeira exploração agrícola com irrigação, em alta escala, em zona semi-árida do Brasil, e em situar-se na periferia do Nordeste, sôbre um dos principais eixos de circulação das migrações internas.

Os trabalhos de preparação do ante-projeto do baixo Rio das Velhas estão atualmente em curso, tendo sido precedidos de um estudo geral das possibilidades de emigração

de europeus da Argélia para o Brasil, tanto no setor agrícola como no industrial.

Para êsse fim, foi enviado à França e à Argélia, em julho, o Secretário Tarcísio Marciano da Rocha que, além de proceder ao levantamento acima referido, deu conhecimento do projeto às autoridades de Paris e de Argel.

VISITA DO DOUTOR HERZEL WEIZMANN

A convite do Itamaraty, veio ao Brasil, em agôsto, o Doutor Herzel Weizmann, Chefe dos Serviços de Colonização do CIME e autor de vários projetos de colonização em Israel.

Suas pesquisas, no Brasil, estenderam-se a três Estados. Em Minas Gerais examinou o projeto do Baixo Rio das Velhas e estudou as possibilidades de reestabelecimento de agricultores na zona de Três Marias e ao longo dos eixos rodoviários Belo Horizonte — Brasília e Belo Horizonte — São Paulo. Em Goiás, examinou as perspectivas de colonização com migrantes nordestinos numa área de 400.000 hectares no norte do Estado. No Distrito Federal, trabalhou na elaboração de projetos-pilôto de desenvolvimento de culturas agrícolas essenciais ao abastecimento da nova Capital.

Os relatórios do Doutor Weizmann foram encaminhados aos Governos Estaduais interessados.

PRIMEIRO NÚCLEO COLONIAL BELGA NO BRASIL

Coroando os entendimentos havidos entre o Itamaraty, a Embaixada da Bélgica no Rio de Janeiro e o Ministério do Comércio Exterior e de Assistência Técnica da Bélgica, chegaram a Santos, em setembro, os primeiros 45 componentes de um núcleo colonial belga estabelecido em uma gleba

de aproximadamente 10.000 hectares, situada no Município de Botucatu, Estado de São Paulo. Essa colônia deverá expandir-se até compreender, em inícios de 1962, 100 famílias de ex-alunos de uma escola de agronomia belga do Congo.

O empreendimento foi integralmente financiado pelo Govêrno belga, no montante de Cr$ 800.000,00, estipulando-se condições excepcionalmente favoráveis de reembôlso.

Além dessa imigração de agricultores, a Divisão de Imigração estabeleceu com o INIC as bases de um programa para a vinda de operários qualificados e técnicos, tendo sido montado em Bruxelas, com a colaboração do CIME, um escritório regional do Serviço Brasileiro de Seleção de Emigrantes na Europa.

IMIGRAÇÃO DE AGRICULTORES INGLÊSES DE QUÊNIA

No mesmo esfôrço de atrair para o Brasil agricultores europeus da África, foram iniciados entendimentos com um grupo de inglêses do Quênia, que pròximamente estabelecerão um núcleo colonial no sul do Estado de Mato Grosso.

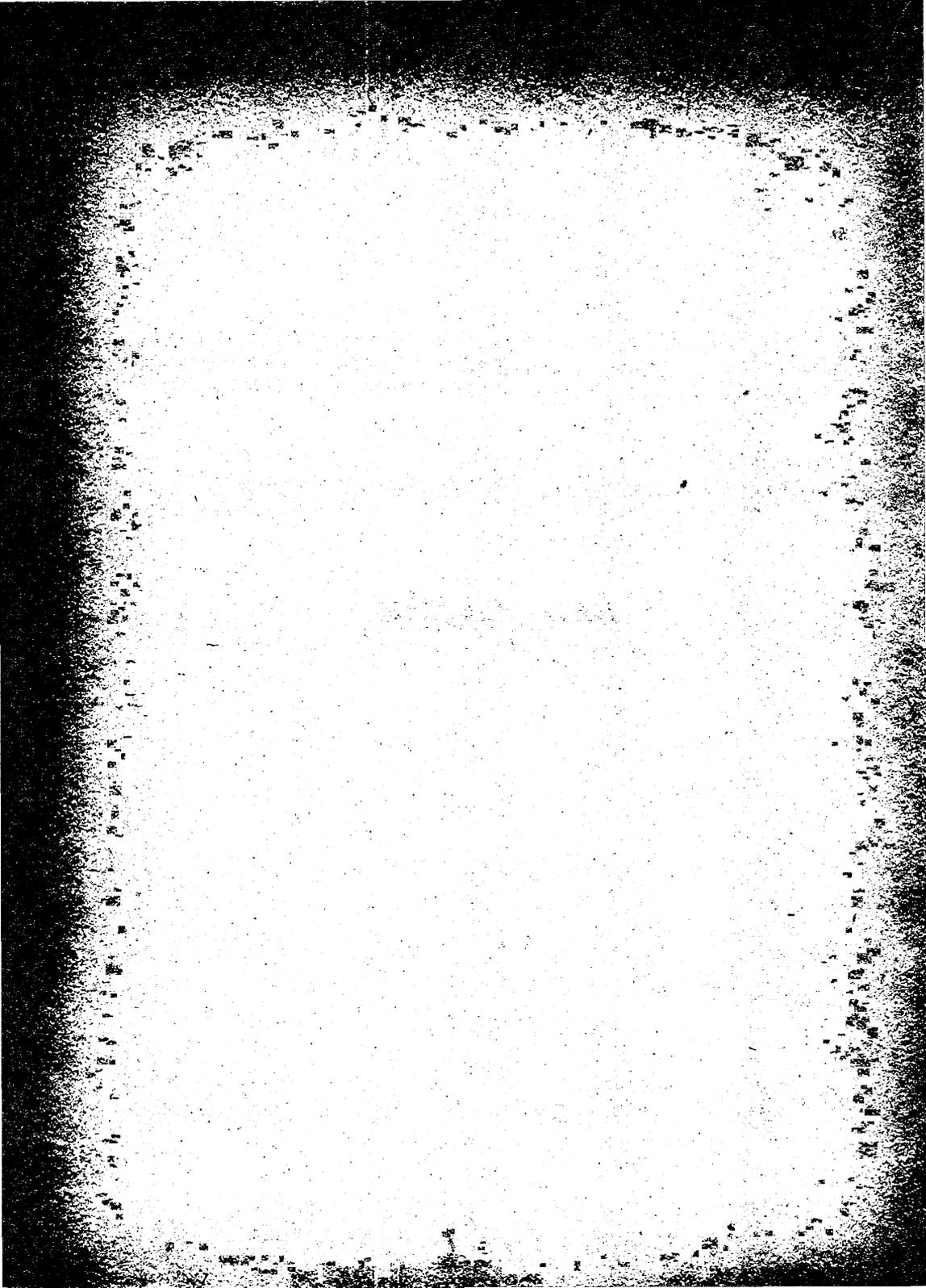
RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE ESPANHÓIS DO MARROCOS

Defendendo, na XV Sessão do Conselho do CIME, a extensão dos serviços de recrutamento e seleção dêsse Comitê, ao norte da África, o Itamaraty estabeleceu com o INIC, com o Serviço Brasileiro de Seleção de Emigrantes na Europa, com o CIME e com o Instituto Espanhol de Emigração as bases de um programa de recrutamento e seleção de operários qualificados espanhóis do Marrocos, candidatos à emigração para o Brasil.

Reforma agrária

A Divisão de Imigração organizou, através das Missões diplomáticas do Brasil no exterior, a coleta e sistematização de dados sôbre legislação agrária e reforma agrária em países estrangeiros.

Amplo material foi coligido e remetido à Comissão Especial de Reforma Agrária do Congresso Nacional, ao Ministério da Agricultura e às Secretarias de Agricultura dos Estados.

ASSUNTOS JURÍDICOS

Criado por fôrça do disposto no art. n.º 5 da Lei n.º 3.917-61, o Departamento de Assuntos Jurídicos iniciou suas atividades nos primeiros dias de dezembro de 1961, já determinada sua estrutura e fixadas suas atribuições específicas.

Suas funções são de relevância na órbita das atividades do Ministério das Relações Exteriores. Cuida o Departamento recém-criado da processualística dos Atos Internacionais, através de Divisão de igual nome, e estuda problemas de ordem jurídica, como reivindicações de Governos estrangeiros, recursos judiciários, fixação da nacionalidade brasileira, assistência jurídica internacional, além de outras atividades de menor monta. E não se limita a atribuições deliberativas, pois é também órgão consultivo.

ATOS INTERNACIONAIS

ATOS INTERNACIONAIS ASSINADOS PELO BRASIL EM 1961

Brasil — Estados Unidos da América

Tratado de Extradição.

Assinado no Rio de Janeiro em 13 de janeiro de 1961.

Brasil — Grécia

Acôrdo, concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 20 de janeiro de 1961, para prorrogação, pelo período de 6 meses, a partir de 31 de janeiro de 1961, da vigência do Acôrdo Provisório de Comércio e Pagamentos de 30 de julho de 1960.

Brasil — Paraguai

Ata Final da Reunião da Comissão Mista Plena Brasil-Paraguai.

Assinada no Rio de Janeiro, a 23 de janeiro de 1961.

Brasil — Japão

Acôrdo Cultural.

Assinado em Tóquio, a 23 de janeiro de 1961.

Brasil — Diversos países

Protocolo que concede novo prazo à Bolívia para firmar o Tratado de Montevidéu na qualidade de Estado Signatário.

Assinado em Montevidéu, a 1º de fevereiro de 1961.

Brasil — Estados Unidos da América

Acôrdo relativo a donativos, por parte do Govêrno dos Estados Unidos da América, destinados a auxiliar o Govêrno dos Estados Unidos do Brasil na aquisição de equipamentos e materiais para reatores nucleares de pesquisa.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 10 de outubro de 1960 e 17 de março de 1961.

Brasil — CIME

Acôrdo sôbre a aplicação do item V, do Acôrdo de 27 de outubro de 1960.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 22 de março de 1961.

Brasil — Espanha

Acôrdo, prorrogando pelo período de 6 meses, a partir de 1.º de abril de 1961, a validade do Acôrdo Comer-

cial assinado em 24 de julho de 1952 e prorrogado em 28 de setembro de 1960.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 27 de março de 1961.

Brasil — Diversos países

Convenção Única sôbre Entorpecentes.

Assinada em Nova York, a 30 de março de 1961.

Brasil — Grécia

Acôrdo para supressão de vistos em passaportes diplomáticos.

Concluído em Atenas, por troca de notas, datadas de 23 de setembro de 1959 e 3 de abril de 1961.

Brasil — Albânia

Protocolo de Negociações.

Assinado em Tirana, a 14 de abril de 1961.

Brasil — Albânia

Projeto de Acôrdo de Cooperação Cultural.

Assinado em Tirana, a 14 de abril de 1961.

Brasil — Diversos países

Convenção sôbre Relações Diplomáticas.

Assinada em Viena a 18 de abril de 1961.

Brasil — Estados Unidos da América

Acôrdo para emenda do Acôrdo sôbre Produtos Agrícolas de 31 de dezembro de 1956.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 4 de janeiro e 18 de abril de 1961.

Brasil — Bulgária

Acôrdo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica.

Assinado em Sofia, a 21 de abril de 1961.

Observação: Na mesma data, foi efetuada uma troca de notas sôbre a possibilidade da exportação de antracita da Bulgária para o Brasil.

Brasil — Bulgária

Acôrdo de Cooperação Cultural e Técnico-Científica.

Assinado em Sofia, a 21 de abril de 1961.

Brasil — Argentina

Declaração Conjunta.

Assinada em Uruguaiana, a 21 de abril de 1961.

Brasil — Argentina

Declaração Econômica.

Assinada em Uruguaiana, a 21 de abril de 1961.

Brasil — Argentina

Declaração sôbre Intercâmbio Cultural.

Assinada em Uruguaiana, a 21 de abril de 1961.

Brasil — Argentina

Convênio de Amizade e Consulta.
Assinado em Uruguaiana, a 21 de abril de 1961.

Brasil — Iugoslávia

Protocolo Adicional ao Ajuste de Comércio e Pagamentos de 1.° abril de 1958.

Assinado em Belgrado, a 29 de abril de 1961.

Brasil — Diversos países

Ata de depósito dos instrumentos de ratificação do «Tratado que estabelece uma Zona de Livre Comércio e institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio».

Assinada em Montevidéu, a 2 de maio de 1961.

Brasil — Estados Unidos da América

Acôrdo sôbre Produtos Agrícolas, nos têrmos do Título I da Lei de Fomento do Comércio de Produtos Agrícolas e Assistência, de 1954, e suas emendas.

Assinado no Rio de Janeiro, a 4 de maio de 1961.

Observação: Na mesma data, foi assinado um Têrmo de Entendimento e efetuada uma troca de notas, relativa ao Acôrdo.

Brasil — Rumânia

Acôrdo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica.

Assinado em Bucarest, a 5 de maio de 1961.

Observação: O Acôrdo foi regulamentado por duas trocas de notas.

Brasil — Rumânia

Acôrdo concernente à Cooperação Técnico-Científica.

Assinado em Bucarest, a 5 de maio de 1961.

Observação: Na mesma data, foi efetuada uma troca de notas concernente à assistência técnica para desenvolvimento da indústria petrolífera no Brasil.

Brasil — Indonésia

Declaração Econômica.

Assinado no Rio de Janeiro, a 13 de maio de 1961.

Brasil — Hungria

Acôrdo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica.

Assinado em Budapest, a 15 de maio de 1961.

Observação: O Acôrdo foi regulamentado por quatro trocas de notas.

Brasil — Hungria

Acôrdo concernente à Cooperação Técnico-Científica.

Assinado em Budapest, a 15 de maio de 1961.

Brasil — Tcheco-Eslováquia

Protocolo de Cooperação Econômica.

Assinado em Praga, a 19 de maio de 1961.

Brasil — Tcheco-Eslováquia

Protocolo sôbre Cooperação Técnico-Científica.

Assinado em Praga, a 19 de maio de 1961.

Brasil — Polônia

Acôrdo de Cooperação Técnica e Científica.

Assinado em Varsóvia, a 25 de maio de 1961.

Brasil — União Soviética

Protocolo Comercial.

Assinado em Moscou, a 27 de maio de 1961.

Brasil — União Soviética

Protocolo aos Têrmos do Entendimento entre a Missão Comercial Brasileira e a Delegação Comercial Soviética sôbre Problemas de Comércio e Pagamentos, de 9 de dezembro de 1959.

Assinado em Moscou, a 27 de maio de 1961.

Brasil — Alemanha

Protocolo de Conversações.
Assinado em Berlim, a 28 de maio de 1961.

Brasil — Argentina

Ata Final da Reunião da Comissão Mista Brasil — Argentina.
Assinado no Rio de Janeiro, a 30 de maio de 1961.

Brasil — Argentina

Acôrdo para a interpretação do item 3.° da Agenda da Comissão Mista Brasil-Argentina.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 30 de maio de 1961.

Brasil — Argentina

Acôrdo para pôr têrmo ao Ajuste de Pagamentos de 1° de setembro de 1958.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 30 de maio de 1961.

Brasil — Argentina

Acôrdo para regulamentar as operações de câmbio entre os dois países.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 30 de maio de 1961.

Brasil — Argentina

Acôrdo para regulamentar o sistema de pagamentos entre os dois países.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 30 de maio de 1961.

Brasil — Euratom

Acôrdo de cooperação no campo das utilizações pacíficas da energia atômica.
Assinado em Brasília, a 9 de junho de 1961.

Brasil — Diversos países

Estatutos da Associação Internacional de Desenvolvimento.

Assinado em Washington, a 29 de junho de 1961.

Brasil — Grécia

Acôrdo, prorrogando pelo período de 6 meses, a partir de 30 de junho de 1961, a vigência do Acôrdo Provisório de Comércio e Pagamentos concluído em 30 de junho de 1960 e prorrogado em 20 de janeiro de 1961.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 4 de julho de 1961.

Brasil — Chile

Declaração Conjunta.

Assinada em Brasília, a 4 de julho de 1961.

Brasil — Chile

Ata de Conversações sôbre relações econômicas e comerciais.

Assinada no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1961.

Brasil — Chile

Acôrdo relativo ao intercâmbio comercial entre os dois países.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 5 de julho de 1961.

Brasil — Chile

Acôrdo para regulamentar o sistema de pagamentos entre os dois países.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 5 de julho de 1961.

Brasil — Chile

Acôrdo para pôr têrmo ao Ajuste de Pagamentos de 10 de setembro de 1958.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 5 de julho de 1961.

Brasil — Chile

Convênio de Trânsito de Passageiros e Turismo.
Assinado no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1961.

Brasil — Chile

Convênio de Intercâmbio Cultural.
Assinado no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1961.

Brasil — Argentina

Acôrdo sôbre Privilégios Aduaneiros das Repartições e Agentes Consulares de Carreira.
Assinado no Rio de Janeiro, a 6 de julho de 1961.

Brasil — Argentina

Acôrdo para a abertura de um concurso literário entre os dois países.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 6 de julho de 1961.

Brasil — Argentina

Acôrdo para a troca de correspondência oficial em malas diplomáticas especiais.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 6 de julho de 1961.

Brasil — Reino Unido

Acôrdo para a consolidação de compromissos comerciais.

Assinado no Rio de Janeiro, a 21 de julho de 1961.

Observação: Na mesma data, foi efetuada uma troca de notas, relativa aos entendimentos havidos entre a «Shell International Petroleum Company Limited» e o Banco do Brasil S. A.

Brasil — Peru

Declaração Conjunta.

Assinada em Brasília, a 1.º de agôsto de 1961.

Brasil — Paraguai

Acôrdo sôbre cooperação para usos pacíficos da energia atômica.

Assinado em Assunção, a 18 de agôsto de 1961.

Brasil — Argentina — Paraguai — Uruguai

Carta de Iguazú.

Assinada pelos Ministros de Saúde Pública dos quatro países, em Puerto Iguazú, a 23 de agôsto de 1961.

Brasil — Itália

Acôrdo Sanitário.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 24 de agôsto de 1961.

Brasil — Cuba

Acôrdo para a criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Cubana.

Concluído em Havana, por troca de notas, datadas de 24 e 25 de agôsto de 1961.

Brasil — Cuba

Ajuste de Pagamentos entre o Banco do Brasil S. A. e o Banco Nacional de Cuba.

Assinado em Havana, a 25 de agôsto de 1961.

Brasil — Reino Unido da Grã-Bretanha

Ajuste sôbre vistos em passaportes.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 11 de maio e 29 de agôsto de 1961.

Brasil — França

Acôrdo para a consolidação de compromissos comerciais.

Assinado no Rio de Janeiro, a 19 de setembro de 1961.

Observação: Na mesma data, foi efetuada uma troca de notas relativas ao Acôrdo.

Brasil — Alemanha

Acôrdo para a consolidação de compromissos comerciais.

Assinado no Rio de Janeiro, a 22 de setembro de 1961.

Observação : Acôrdo regulamentado por um «aide mémoire» da Embaixada alemã e por duas trocas de notas, efetuadas na mesma data.

Brasil — Espanha

Acôrdo, prorrogando pelo período de seis meses, a partir de 1.º de outubro de 1961, a vigência do Acôrdo Comercial assinado em 24 de julho de 1952 e prorrogado a 27 de março de 1961.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 28 de setembro de 1961.

Brasil — Argentina

Acôrdo, prorrogando as disposições da Ata Final de 22 de dezembro de 1958, relativas ao transporte marítimo entre os dois países.

Concluído em Buenos Aiires, por troca de notas, datadas de 30 de setembro de 1961.

Brasil — Polônia

Acôrdo Cultural.

Assinado em Brasília, a 19 de outubro de 1961.

Brasil — Venezuela

Acôrdo, prorrogando pelo período de um ano, a partir de 2 de outubro de 1961, a vigência do «modus vivendi», assinado em 11 de junho de 1940 e prorrogado em 24 de outubro de 1960.

Concluído em Caracas, por troca de notas, datadas de 4 e 5 de outubro de 1961.

Brasil — Estados Unidos da América

Acôrdo sôbre um programa de participação conjunta entre a «National Aeronautics and Space Administration» dos Estados Unidos da América, e o Departamento de Correios e Telégrafos dos Estados Unidos do Brasil, em provas intercontinentais com satélites experimentais de comunicação.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 27 de outubro de 1961.

Brasil — Argentina

Convenção sôbre Assistência Judiciária Gratuita.
Assinada em Buenos Aires, a 15 de novembro de 1961.

Brasil — Argentina

Tratado de Extradição.
Assinada em Buenos Aires, a 15 de novembro de 1961.

Brasil — Argentina

Declaração Conjunta, chamada Declaração Cárcano-San Tiago Dantas.

Assinada em Buenos Aires, a 15 de novembro de 1961.

Brasil — Uruguai

Declaração Conjunta.

Assinada no Rio de Janeiro, a 8 de dezembro de 1961, pelo Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente do Conselho Nacional de Govêrno da República Oriental do Uruguai.

Brasil Uruguai

Ata de Conversação, assinada no Rio de Janeiro, a 8 de dezembro de 1961, pelos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Uruguai.

Brasil — Argentina

Acôrdo para a prorrogação, por um ano, do ajuste sôbre transportes marítimos, de 1958.

Troca de notas, no Rio de Janeiro, a 29 de dezembro de 1961.

ATOS INTERNACIONAIS DENUNCIADOS PELO BRASIL EM 1961

— Por nota de 25 de outubro de 1961, o Brasil denunciou o Acôrdo de Comércio com a Espanha, assinado a 3 de dezembro de 1925.

— Por notas de 14 de novembro dirigidas pelo Ministério das Relações Exteriores às Embaixadas da Dinamarca, Noruega, Suécia, Suiça e Países Baixos, no Rio de Janeiro, o Brasil denunciou os seguintes Acordos:

a) Acôrdo sôbre Transportes Aéreos entre o Brasil e a Dinamarca, assinado no Rio de Janeiro, a 14 de novembro de 1947.

b) Acôrdo sôbre Transportes Aéreos, entre o Brasil e a Noruega, assinado no Rio de Janeiro, a 14 de novembro de 1947.

c) Acôrdo sôbre Transportes Aéreos entre o Brasil e a Suécia, assinado no Rio de Janeiro, a 14 de novembro de 1947.

d) Acôrdo sôbre Transportes Aéreos entre o Brasil e a Suíça, assinado em Berna, a 10 de agôsto de 1948, e

e) Acôrdo sôbre Transportes Aéreos entre o Brasil e os Países Baixos, assinado no Rio de Janeiro, a 6 de novembro de 1947.

ATOS INTERNACIONAIS APROVADOS PELO CONGRESSO NACIONAL EM 1961

Decreto Legislativo n.º 1, de 1961. — Aprova o Tratado que estabelece uma Zona de Livre Comércio e institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, assinado em Montevidéu a 18 de fevereiro de 1960. — Promulgado em 3 de fevereiro de 1961. — Publicado no Diário Oficial e no Diário do Congresso Nacional de 4 de fevereiro de 1961.

Decreto Legislativo n.º 3, de 1961 — Aprova a Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais, assinada em Roma, a 6 de dezembro de 1951, por ocasião da VI Sessão da Conferência da FAO. — Publicado no Diário Oficial e no Diário do Congresso Nacional de 19 de maio de 1961.

Decreto Legislativo n.º 8, de 1961. — Aprova o Convênio Cultural entre Brasil e Honduras, assinado no Rio de Janeiro, a 22 de outubro de 1957. — Promulgado em 26 de julho de 1961. — Publicado no Diário Oficial e no Diário do Congresso Nacional de 27 de julho de 1961.

Decreto Legislativo n.º 11, de 1961. — Aprova o Convênio Cultural, assinado no Rio de Janeiro, a 22 de novembro

de 1957 — Promulgado em 30 de agôsto de 1961. — Publicado no Diário Oficial e no Diário do Congresso Nacional de 1º de setembro de 1961.

Decreto Legislativo nº 15, de 1961. — Aprova a Convenção sôbre os danos causados a terceiros, na superfície, por aeronaves estrangeiras. — Assinado pelo Brasil, em Roma, a 7 de outubro de 1952. — Promulgado a 28 de novembro de 1961.

Decreto Legislativo n.º 17, de 1961. — Aprova, com emendas, o Acôrdo de Comércio e Pagamentos entre o Brasil e a Tcheco-Eslováquia. — Promulgado em 15 de dezembro de 1961. — Publicado no Diário Oficial e no Diário do Congresso Nacional.

ATOS INTERNACIONAIS RATIFICADOS PELO BRASIL EM 1961

Brasil — Diversos países

Tratado que estabelece uma Zona de Livre Comércio e institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

Assinado em Montevidéu, a 18 de fevereiro de 1960.

Ratificado por Carta de 6 de março de 1961.

Depositado o instrumento de ratificação junto ao Govêrno da República Oriental do Uruguai, a 2 de maio de 1961.

Brasil — Itália

Convenção para isentar da bitributação as rendas relativas ao exercício da navegação marítima e aérea.

Assinada no Rio de Janeiro, a 4 de outubro de 1959.

Ratificada por Carta de 15 de agôsto de 1961.

Observação: O instrumento de ratificação, constante do Relatório de 1960, foi extraviado.

Brasil — Diversos países

Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais.

Assinada em Roma, a 6 de dezembro de 1951, por ocasião da VI Sessão da Conferência da FAO.

Ratificada por Carta de 12 de agôsto de 1961.

Depositado o instrumento de ratificação junto ao Diretório Geral da FAO, a 14 de setembro de 1961.

ATOS INTERNACIONAIS PROMULGADOS NO BRASIL EM 1961

Brasil — Diversos países

Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados.

Concluída em Genebra, a 28 de julho de 1951, por ocasião da Conferência de Plenipotenciários sôbre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas.

Assinada pelo Brasil em 15 de julho de 1952.

Instrumento brasileiro de ratificação depositado junto ao Secretariado-Geral das Nações Unidas, a 15 de novembro de 1960.

Promulgado pelo Decreto 50.215, de 28 de janeiro de 1961.

Publicado no Diário Oficial de 30 de janeiro de 1961.

Brasil — Reino Unido da Grã-Bretanha

Acôrdo sôbre a Prestação de Serviço Militar.

Assinado no Rio de Janeiro, a 5 de abril de 1955.

Ratificação confirmada pelo Govêrno do Reino Unido, por nota de 22 de novembro de 1960.

Promulgado pelo Decreto n.º 50.144, de 27 de janeiro de 1961.

Publicado no Diário Oficial de 11 de fevereiro de 1961.

Brasil — Diversos países

Tratado que estabelece uma Zona de Livre Comércio e institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

Assinado em Montevidéu, a 18 de fevereiro de 1960.

Instrumento brasileiro de ratificação depositado junto ao Govêrno da República Oriental do Uruguai, a 2 de maio de 1961.

Promulgado pelo Decreto n.º 50.656, de 24 de maio de 1961.

Publicado no Diário Oficial de 25 de maio de 1961 e retificado no Diário Oficial de 26 de maio de 1961.

Brasil — Diversos países

Convenção para o Fomento das Relações Culturais Interamericanas.

Assinada em Caracas, a 28 de março de 1954, por ocasião da X Conferência Interamericana.

Instrumento brasileiro de ratificação depositado junto à União Pan-Americana, a 7 de outubro de 1960.

Promulgada pelo Decreto n.º 50.735, de 7 de junho de 1961.

Publicado no Diário Oficial de 7 de junho de 1961.

Brasil — Diversos países

Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais.
Assinada pelo Brasil, em Roma, a 6 de dezembro de 1951, por ocasião da VI Sessão da Conferência da FAO.

Instrumento brasileiro de ratificação depositado junto ao Diretor-Geral da FAO, a 14 de setembro de 1961.

COLEÇÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

A antiga D.A.I. cuidou, em 1961, de atualizar a Coleção de Atos Internacionais, tendo preparado para publicação os textos — sempre em dois idiomas — de setenta e dois (72) Tratados, Convenções e Acôrdos.

COMISSÃO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE ENTORPECENTES

A Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes é órgão consultivo do Ministério das Relações Exteriores.

Em 1961, coube-lhe preparar o assessoramento técnico e o exame do Terceiro Projeto de Convenção Única sôbre Entorpecentes, apresentado à Conferência de Plenipotenciários, reunida em Nova York, de janeiro a março de 1961.

Realizou no Palácio Itamaraty 24 sessões ordinárias e 3 extraordinárias. Efetuou viagens de inspeção e fiscalização de farmácias e hospitais de loucos nos Estados da Guanabara, Ceará, Pernambuco e Alagoas, verificando o teor das receitas médicas fornecidas a toxicômanos e controlando o consumo lícito de entorpecentes. Prosseguiu no censo dos toxicômanos e alcoólatras em cada unidade da Federação.

Participou, em São Paulo, do Simpósio sôbre Maconha, sob os auspícios da Faculdade Paulista de Medicina e Farmácia, ao qual compareceram os maiores técnicos brasileiros no assunto, quer no setor médico como no da repressão ao tráfico ilícito.

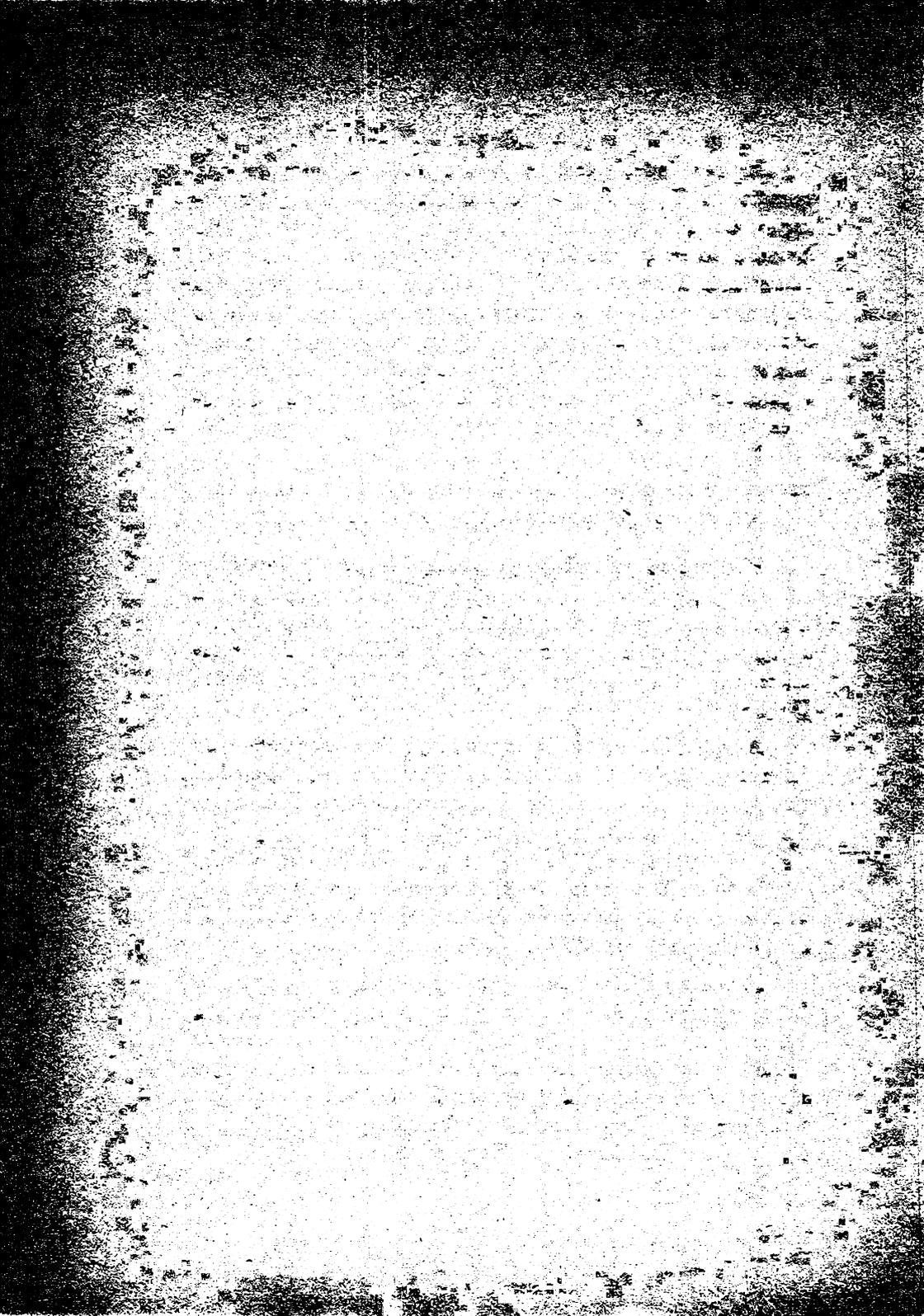
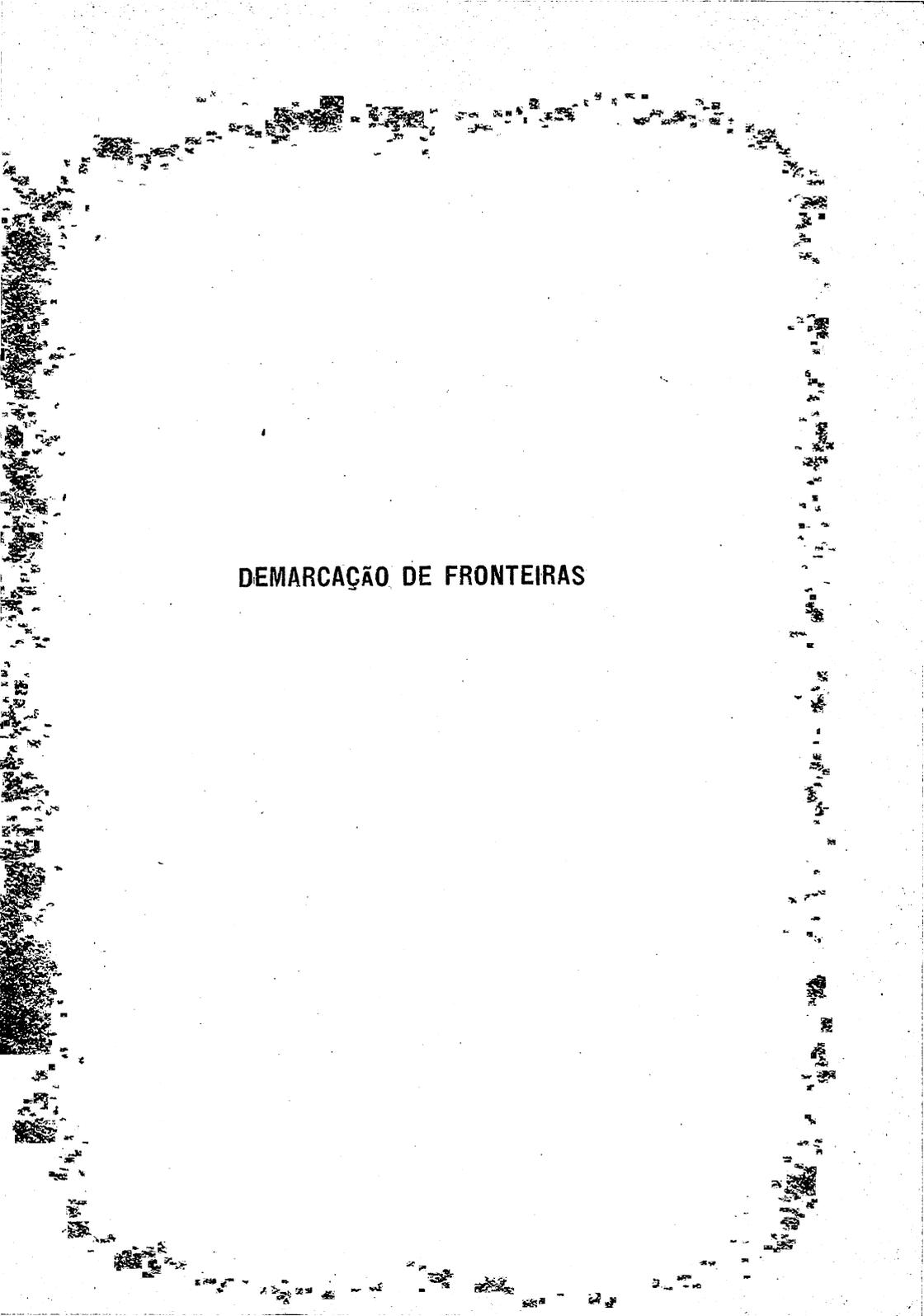
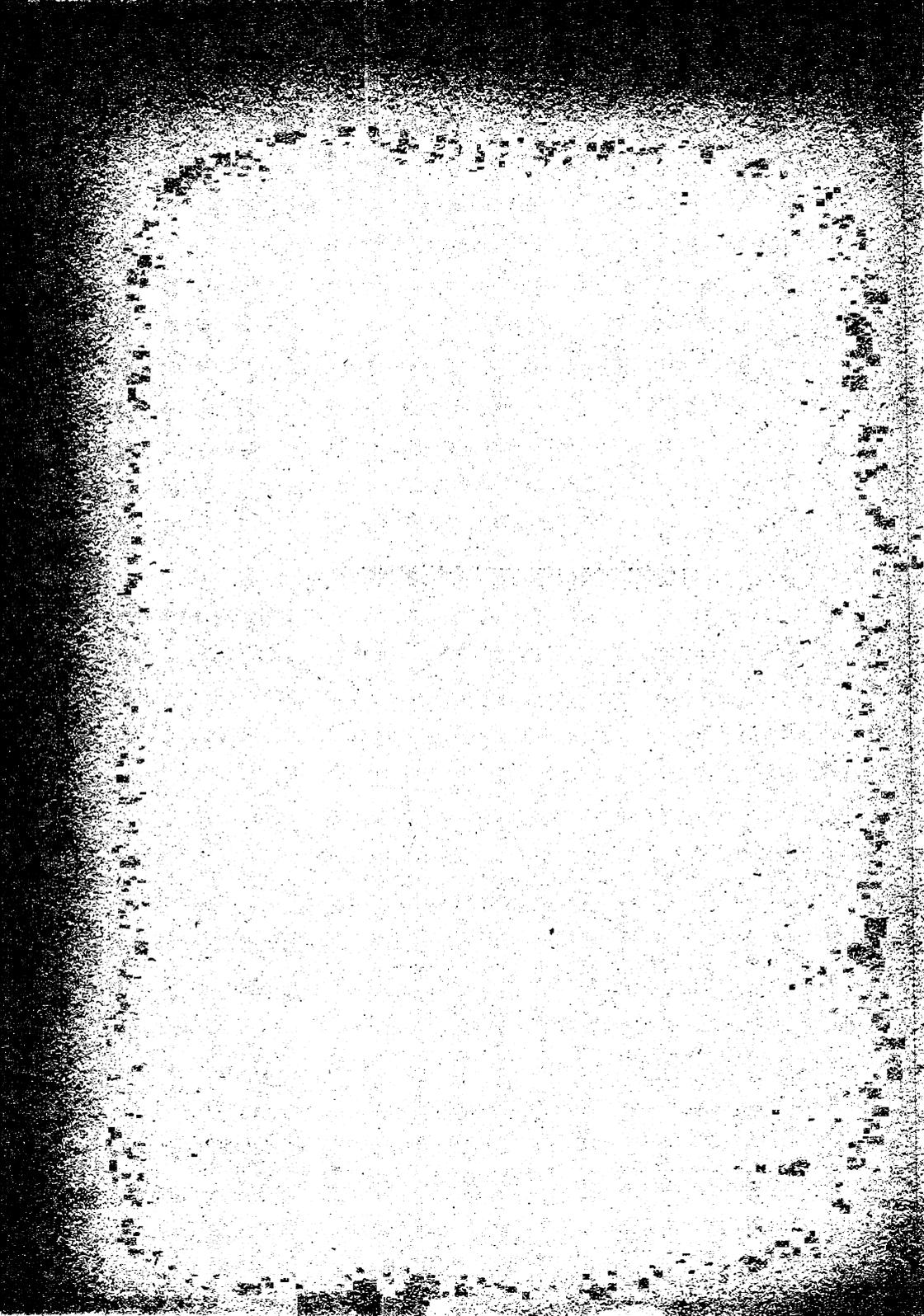
Firmou, com o Govêrno do Estado de Alagoas, um Convênio para a erradicação das plantações de maconha no referido Estado, prestando-lhe assistência financeira. Foram localizadas centenas de plantações clandestinas e iniciada a sua destruição e incineração, num montante de dezenas de toneladas.

As atividades técnicas da Comissão culminaram na reunião do Grupo Consultivo Interamericano sôbre Fiscalização de Entorpecentes, promovida, por solicitação do Brasil e do Peru, pela Divisão de Entorpecentes e Junta de Assistência Técnica das Nações Unidas, e realizada no Rio de Janeiro, de 27 de novembro a 7 de dezembro. As teses apresentadas pela Delegação brasileira, composta «in totum» dos membros da Comissão, foram contribuição valiosa para o intercâmbio de informações e formação de peritos na repressão ao uso de tóxicos.

REUNIÃO NO RIO DE JANEIRO DO GRUPO CONSULTIVO INTERAMERICANO SÔBRE FISCALIZAÇÃO DE ENTORPECENTES

Realizou-se no Palácio Itamaraty, de 27 de novembro a 7 de dezembro de 1961, por solicitação do Brasil e do Peru, a reunião do Grupo Consultivo Interamericano sôbre Fiscalização de Entorpecentes, promovida pela Divisão de Entorpecentes e pela Junta de Assistência Técnica das Nações Unidas.

À referida reunião compareceram representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Estados Unidos da América, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela, Uruguai e, pela primeira vêz numa reunião interamericana, do Canadá. Coube ao Chefe da Delegação brasileira presidir os trabalhos, que contaram com a colaboração de técnicos das Nações Unidas, da Organização Mundial de Saúde e da Interpol.

A antiga Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais (DAI) preparou e organizou a reunião, por lhe estar afeto, desde o início, o assunto e por não se achar então em funcionamento a recém-criada Divisão de Organismos, Conferências e Assuntos Gerais. A contribuição brasileira de caráter técnico foi preparada pela Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes.

DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

Durante o ano, o Itamaraty — por sua secção específica, a *Divisão de Fronteiras*, convertida, no «Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores», aprovado pelo Decreto nº 1, de 21 de setembro de 1961, em *Serviço de Demarcação de Fronteiras* — não só deu geral seguimento aos encargos de deslindar e assinalar a extensa linha de limites do Brasil, senão que também cuidou de desenvolvê-los e reativá-los, em esquema e rítmo.

Assim, ao examinar, desde janeiro, com os planos de aplicação das verbas orçamentárias consignadas ao custeio das tarefas em 1961, os programas a executarem-se pelas duas Comissões Brasileiras Demarcadoras, em conjunto com as Comissões dos países limítrofes, teve-se em vista, principalmente, reavivar o curso dos trabalhos, nos sectores em que se vinham prolongando por tempo excedente ao previsto para sua normal realização. Para tanto, promoveram-se, em ocasiões, gestões diplomáticas, tratando de remediarem-se as causas de retardo na execução dos serviços em pauta. Por outro lado, sempre que possível, procurou-se obter para as Comissões Demarcadoras o máximo de facilidades práticas, de modo a efetuarem-se em maneira rápida, econômica e segura, os seus deslocamentos e as operações de campanha.

Antes de reiniciar suas atividades na região do Acre a Comissão Mista Brasileiro-Boliviana, o Serviço de Demarcação de Fronteiras estudou convenientemente os assuntos que poderiam ser objeto de exame dos Comissários demarcadores e elaborou instruções, fornecidas ao Chefe da Comissão Brasileira, sôbre a interpretação das estipulações do Tratado

de Limites e Comunicações Ferroviárias, de 25 de dezembro de 1928, referente à determinação da nascente principal do rio Chipamânu e à demarcação da linha geodésica entre a foz do mesmo e a vertente do Rapirrã. De posse dêsses esclarecimentos, o Chefe e demais membros da Comissão Brasileira partiram para Corumbá, onde se reuniram com os componentes da Comissão Boliviana, presidida pelo Embaixador Antonio Mogro Moreno, constituindo-se a 15.ª Conferência da Comissão Mista, que se iniciou no dia 22 de julho e teve por principal finalidade assentar o programa dos trabalhos comuns, retomados, na fronteira, logo após.

Tendo o Ministério das Relações Exteriores da Colômbia manifestado o desejo de que uma nova Comissão Mista venha a reunir-se, a fim de proceder à inspeção dos marcos existentes na fronteira brasileiro-colombiana, particularmente na linha geodésica Apapóris-Tabatinga, o Chefe da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 1.ª Divisão foi autorizado a entrar em contacto com os técnicos daquele país para tal missão designados.

Com o Paraguai, achavam-se pràticamente paralisados, desde 1958, os trabalhos de demarcação, porquanto a Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia interrompera as operações de campo — quando faltavam uns poucos marcos por construir, no trecho, de aproximadamente 20 kms., entre as nascentes do arroio Vito-y-Cuê e a margem direita do rio Paraná — e sua 25.ª Conferência, que deveria efetuar-se em maio de 1959, vinha sendo protelada, em sucessivos adiamentos. Concertou-se, afinal, em 1961, sua reunião, que pôde realizar-se, no Rio de Janeiro, de 20 de novembro a 1.º de dezembro, colhendo-se resultados satisfatórios dos trabalhos, que, em clima de compreensão e cordialidade, cumpriram o temário seguinte:

I — Aprovação da construção de 71 marcos de concreto armado, numerados de 271/IV a 341/IV, nos pontos prè-

viamente escolhidos durante os trabalhos demarcatórios de 1956 e 1957, e que passam a caracterizar cêrca de 32 quilômetros da fronteira, na Serra de Maracaju (*Cordillera de Mbaracayu*), no trecho compreendido, aproximadamente, entre as nascentes dos arroios Jacareí (*Guavirá*) e Vito-y-Cuê, sendo lavrado, na ocasião, um Têrmo de Construção.

II — Exame de levantamento aerofotogramétrico da região das Sete Quedas, executado para atender a um pedido da Comissão paraguaia.

III — Exame e autenticação das fôlhas definitivas dos deslindes das localidades de Ponta Porã — Pedro Juan Caballero, Sanga Puitã — Sanja Pytá, Antônio João — Capitan Bado.

IV — Autenticação dos desenhos existentes sôbre o divisor de águas das Serras de Amambai e Maracaju (*Cordilleras de Amambay e Mbaraca Yu*) desde a cabeceira do arroio Estrêla até a do Jacareí (*Guavirá*), que ainda não haviam sido autenticados, num total de 55 fôlhas, após prévio confronto com os originais de campo existentes nos arquivos da Comissão Brasileira, ficando pràticamente solucionada a concordância de arquivos das Comissões.

V — Programação dos seguintes trabalhos para a campanha a ser iniciada nos primeiros dias de abril de 1962:

a) levantamento regular do divisor de águas do último trecho da Serra de Maracaju, ainda não demarcado, sendo que a partir da cota 327, da quadrícula (2344-2346; 464-466) da carta aerofotogramétrica na escala de 1: 20.000, serão levantados os divisores que vão em direção ao Salto das Sete Quedas;

b) projetar a locação dos marcos no trecho acima referido;

c) após a aprovação dêsse projeto, construção dos marcos;

d) início dos trabalhos de astronomia e topografia necessários para o levantamento do rio Apa, cuja cobertura aerofotográfica foi executada em 1960.

O Presidente da Delegação paraguaia, General Don Milcíades Ramos Giménez, formulou o convite para que a 26.ª Conferência se realize na cidade de Assunção, nos últimos meses de 1962.

O Serviço de Demarcação das Fronteiras cuidou de retomar a publicação, interrompida desde 1939, das Atas das conferências ou reuniões das Comissões Mistas, não só de prática valia para os trabalhos correntes, mas também de particular interêsse, como fonte de consulta, para os historiadores e estudiosos das questões territoriais. Para maior utilidade, preferiu-se, porém, a organização de volumes respectivos a cada fronteira, compendiando os dados referentes à sua fixação e definição, desde a nossa independência política. O primeiro, relativo aos limites Brasil-Argentina, já se acha coligido, obedecendo ao seguinte teor: a) descrição da linha divisória; b) breve notícia sôbre os trabalhos de demarcação; c) discriminação das ilhas situadas nos trechos limítrofes dos rios Uruguai e Iguaçu, adjudicadas respectivamente a um ou outro dos países, por ocasião da demarcação; índice dos tratados, convenções, acôrdos e demais atos vigentes sôbre os limites do Brasil com a Argentina; índice das atas das conferências das Comissões Mistas Demarcadoras dos limites, e de exploração ou reconhecimento de territórios fronteiriços, com os respectivos locais, datas e assuntos nelas tratadas; textos das Atas ainda não divulgados nos Relatórios do Ministério das Relações Exteriores ou em outras publicações oficiais. Encontra-se também em preparação, de acôrdo com o mesmo plano, o volume segundo, correspondente à fronteira com a Bolívia.

Para atender à Comissão de Acôrdos Brasil-Bolívia, o Serviço de Demarcação de Fronteiras procedeu a um reexame

da Nota Reversal sôbre Limites, assinada em Roboré, a 29 de março de 1958, tendo coligido e aprontado os dados e documentação referentes ao assunto.

Tomaram-se providências para ser reparado, com a maior brevidade possível, o marco divisório situado a cêrca de 10 kms. do Forte Coimbra, à margem direita do Rio Paraguai, na fronteira Brasil-Bolívia, o qual ameaça ruir, pela erosão de sua base, provocada pelas constantes enchentes daquele rio.

Continuando a prática, inaugurada em 1960, de fazer com que jovens diplomatas testemunhem e participem dos serviços de tanta significação e relevância, foi também designado, em 1961, um funcionário da Carreira, para integrar a expedição da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 1ª Divisão, que subiu o Rio Oiapoque a fim de proceder à caracterização da linha divisória na serra de Tumucumaque. Ao mesmo tempo, facilitou-se a viagem, nessa expedição, de um funcionário da Agência Nacional, incumbido de colher dados referentes à demarcação de nossas fronteiras.

Seguem-se, sucintamente relatados, os trabalhos de demarcação e caracterização realizados em 1961 pelas Comissões Mistas.

Brasil-Bolívia

Continuando e ultimando as do ano anterior, as atividades da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 2.ª Divisão, aplicaram-se na região do Território do Acre compreendida pelo arroio Baía e a nascente principal do rio Chipamânu. Concluiu-se, assim, a demarcação de nossos limites com a Bolívia na parte referente àquele Território, de acôrdo com o que determina o Tratado de Natal, de 25 de dezembro de 1928. Realizaram-se, para essa demarcação, as seguintes operações de campo:

I — Determinação de duas posições astronômicas: na nascente do braço oriental do Igarapé Baía, que serviu de «datum» para os levantamentos na região Igarapé Baía — Rio Chipamânu; e na confluência do rio Rapirrã com o Rio Abunã, nas proximidades de Vila Plácido de Castro, que serviu para se calcularem as coordenadas geográficas dos marcos reconstruídos na bôca do Rapirrã;

II — Construção de 7 marcos principais, sendo 3 na foz do Igarapé Baía, 2 na foz do rio Rapirrã, 1 na nascente do rio Chipamânu e 1 na nascente do braço oriental do Igarapé Baía;

III — Construção de 14 marcos secundários, dos quais 12 materializam, no terreno, a linha geodésica «Nascente oriental do Igarapé Baía — nascente do rio Chipamânu», e 2 assinalam a confluência dos braços oriental e ocidental do Igarapé Baía;

IV — Trabalhos topográficos necessários ao levantamento do Igarapé Baía e de várias nascentes do rio Chipamânu, e de uma certa extensão do seu curso, para melhor conhecimento dessa importante área;

V — Medições topográficas necessárias ao transporte de coordenadas geográficas para os marcos construídos;

VI — Cálculo das coordenadas geográficas dos 21 marcos construídos durante a campanha;

VII — Abertura de 60 quilômetros de picadas carroçáveis na mata virgem, para o transporte de pessoal e material de Vila Epitácio às nascentes do Igarapé Baía e ao rio Chipamânu;

VIII — Abertura de mais de 150 qulômetros de picadas, em plena selva, para as medições topográficas e o levantamento dos cursos d'água.

A Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — II.ª Divisão, além de efetuar os cálculos correspondentes às operações astronômicas e topográficas necessárias para o levantamento da faixa em que se encontra a nossa linha de limites, providenciou todos os trabalhos fotogramétricos destinados à preparação e composição de 9 fôlhas topográficas da fronteira Brasil-Bolívia, compreendidas entre os paralelos de 17° 25' e 18° 40' e abrangendo o rio Paraguai desde a lagoa Uberaba até o sul da baía do Castelo. Concluíram-se os desenhos cartográficos dessas fôlhas, que definem gràficamente a nossa linha de limites num trecho de quase 200 quilômetros, caracterizado por 12 marcos principais e 35 secundários.

Brasil — Guiana Francesa

A Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 1.ª Divisão, dando cumprimento ao que se estabelecera em Ata da 3ª Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Francesa, preparou e enviou sua expedição incumbida das operações do terreno que poriam têrmo à demarcação da referida fronteira, com o erguimento dos marcos de situação, prèviamente escolhida, no trecho da serra de Tumucumaque compreendido entre o ponto de trijunção Brasil-Suriname-Guiana Francesa e a nascente do rio Keriniutu, formador principal do Oiapoque.

Circunstâncias inesperadas impediram o comparecimento da Comissão francesa, cujo Chefe, entretanto, com perfeito espírito de cooperação, acedeu ao apêlo de seu colega brasileiro, no sentido de fazer-se representar por um Delegado, que, acompanhando as atividades da Comissão Brasileira, e delas co-participando, conferisse-lhes a condição de caráter misto, que deveria presidir às operações demarcatórias. Com essa solução, e vencendo tôdas as dificuldades da selva agressiva, pôde a Comissão Brasileira realizar a demarcação

de largo trecho sôbre o dorso da serra de Tumucumaque, numa extensão que vai para além de 90 quilômetros de desenvolvimento.

Obedecem às seguintes designações e referências de valores das correspondentes posições geográficas os marcos que se levantaram naquele segmento;

Marco n.º 7 (marco das nascentes do rio Keriniutu) — a 2.º 11' 18",5 de Latitude N. e 53º 16' 51",2 de Longitude W.Gr.; marco n.º 6 — a 2º 20' 49",0 de Latitude N. e 53º 21' 27",7 de Longitude W.Gr.; marco n.º 5 — a 2º 16, 41",7 de Latitude N. e 53º 35, 50",1 de Longitude W. Gr.

O que resta, para completar a definição dos limites, na referida serra, entre o Brasil e a Guiana Francesa, é tarefa que no ano próximo poderá ter definitivo e cabal desempenho.

Brasil-Paraguai

O grande atraso com que se realizou a 25ª Conferência da Comissão Mista, quando as condições climáticas já se apresentavam desfavoráveis a uma campanha naquela fronteira, não permitiu em 1961 o reinício das atividades, interrompidas desde 1959, mas que felizmente deverão retomar-se no ano que vem.

Brasil-Venezuela

Ao começar o ano de 1961, a Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 1.ª Divisão, enfrentando a áspera e vertiginosa serra de Tapirapecó, empenhava-se no reconhecimento e exploração do trecho da cordilheira Parima que abrange os formadores do rio Marari, e, desde o ponto em que se ergue o marco dêste nome, avança, no sentido geral de Oeste, em formações que dão as vertentes dos rios Maraiuá e Prêto.

Todo êsse largo trecho é de tão difícil acesso quanto de penosas condições de trato e permanência. As escarpadas encostas, sem vegetação suficiente para apoio à subida e abrindo-se em grotões e perigosos precipícios, foram contínuo e inevitável embaraço ao desenvolvimento das operações. Dura, pois, e de tal modo fatigante a escalada, que, numa exploração realizada através de 110 quilômetros de levantamentos topográficos, de tôdas as contínuas e pertinazes tentativas para se chegar à cumiada da cordilheira, só três lograram resultado positivo, respectivamente nas altitudes de 1.731, 1.251 e 1.247 metros.

A cada um dos pontos assim alcançados sôbre o divisor da fronteira, coorrespondeu, em conseqüência, o erguimento de um marco, com as seguintes respectivas expressões de designação de posição geográfica: Marco Y-1 — a 1° 12' 38",4 de Latitude N. e 64° 57' 27",9 de Longitude W. Gr.; Marco Y-2 — a 1° 10' 47",6 de Latitude N. e 64° 58' 00",4 de Longitude W.Gr.; Marco Y-3 — a 1° 07' 40",0 de Latitude N. e 65° 00' 19",6 de Longitude W.Gr.

Determinaram-se, ainda, para amarração dos levantamentos topográficos, as posições geográficas de mais dois pontos : Base de Canoas no rio Marari — a 1° 11' 22",0 de Latitude N. e 64° 52' 47",0 de Longitude W. Gr.; e Chavascal (fora do divisor-fronteira) — a 1° 08' 08",9 de Latitude N. e 64° 58' 04",8 de Longitude W. Gr.

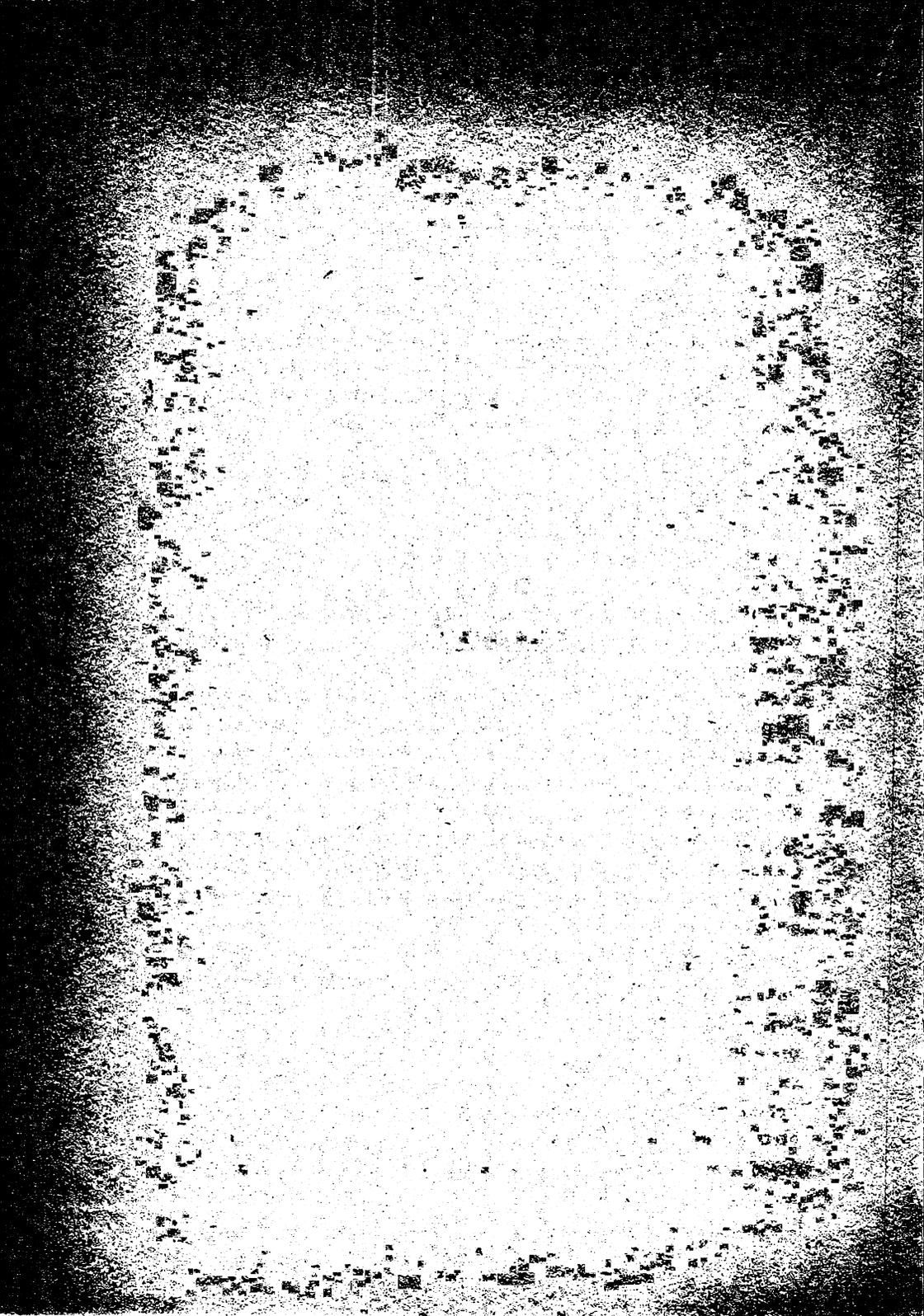
Ter-se-á melhor idéia das dificuldades encontradas para a determinação do divisor-fronteira sabendo-se que, nos levantamentos efetuados para exploração e reconhecimento, as poligonais topográficas que acompanharam o desenvolvimento ao longo da serrania que carateriza êsse divisor, e dos cursos d'água que dali manam, para os lados do Brasil e da Venezuela, alcançaram a mais de 100 kms., ao passo que os percursos permitidos sôbre o mesmo divi-

ser, levados a efeito com base em cada um dos pontos em que se plantaram os marcos acima mencionados, não chegaram, em soma, a 10 kms., tão rígidas e inexpugnáveis as condições de inacessibilidade opostas pelo terreno.

Preparou-se, todavia, outra turma, que volveu, no mês de dezembro, àquele mesmo trêcho da fronteira com a Venezuela, na serra de Tapirapecó.

Brasil-Uruguai

Durante o ano de 1961, estiveram suspensas as atividades da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia, uma vez que o programa para a continuação dos trabalhos, proposto pelo Chefe da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 2.ª Divisão, aguarda a aprovação do Comissário uruguaio, que o submeteu à consideração da Chancelaria daquele país.

CERIMONIAL

Em decorrência da reforma de estrutura por que passou o Itamaraty em 1961, o Cerimonial sofreu transformação em sua vinculação administrativa, adquirindo categoria de Departamento, em subordinação direta ao Ministro de Estado.

Essa medida significou a quebra de uma tradição que apresentava vantagens e inconvenientes. Assim, o Chefe da antiga Divisão do Cerimonial, órgão do Departamento Político e Cultural, tinha maior conhecimento dos assuntos políticos em curso, o que lhe permitia funcionar como uma das principais antenas políticas do Itamaraty, na sua constante comunicação com os Chefes de Missões no Rio de Janeiro. No sistema atual o contacto que o Chefe da Divisão do Cerimonial mantinha com uma única pessoa — o Chefe do Departamento Político e Cultural — desdobrou-se em cinco contactos diversos, vale dizer aquêles que o Chefe do Cerimonial há de manter com os Secretários Gerais Adjuntos. Por outro lado, no entanto, ganhou-se com a proximidade efetiva e necessária que agora tem o Chefe do Cerimonial com o Ministro de Estado, de quem depende, dentro do Itamaraty, o curso e a solução dos assuntos que interessam ao Cerimonial.

Contemporâneamente com as citadas modificações, passou o Cerimonial a enfrentar um ritmo acelerado de trabalho que, esboçado e iniciado nos primeiros meses do ano de 1961, através da nova orientação imprimida à política exterior brasileira pelo ex-Presidente Jânio Quadros e continuada pelo atual Govêrno, encontrou sua formulação mais efetiva no segundo semestre do mesmo ano. Essa nova orientação representou o aumento do número de Missões

diplomáticas estrangeiras (63 atualmente) e a criação de novas Missões brasileiras no exterior, fruto do estabelecimento ou do restabelecimento de relações diplomáticas com largas áreas geográfico-políticas do mundo de hoje, a África e o Bloco Socialista. No cálculo mais modesto, êsse ritmo nôvo no trabalho traduziu-se em incremento de 50% nos expedientes entrados e saídos do Cerimonial.

O primeiro acontecimento de importância com que teve de se ocupar o Cerimonial em 1961 foi a posse do Presidente Jânio Quadros. Esta, na forma indicada pela Constituição Federal, realizou-se ante o Congresso Nacional, em sessão solene, presentes altas autoridades brasileiras e todos os Chefes de Missões Diplomáticas estrangeiras, acreditados como Embaixadores Especiais. Em seguida à posse, procedeu-se à transmissão do poder no Palácio do Planalto. Às 15,30 horas, o Presidente recebeu cumprimentos dos Embaixadores em Missão Especial e, finalmente, às 22 horas ofereceu solene recepção no Palácio da Alvorada. Duas inovações marcaram a posse do Presidente Jânio Quadros: a transmissão do poder em praça pública, e, em virtude das condições peculiares de Brasília, a concentração de tôdas as solenidades em um só dia.

A 19 de abril, regressando de uma visita oficial à Argentina, o Senhor Giovanni Gronchi, Presidente da República Italiana, fêz escala no Aeropôrto do Galeão, onde, após receber as honras do estilo e ser homenageado com um almôço, manteve importantes conversações com o Presidente Jânio Quadros.

No dia seguinte, o Presidente Quadros embarcava para Uruguaiana, onde conferenciaria, durante todo o dia 21, com o Presidente Frondizi. Nessa ocasião, Sua Excelência foi agraciado com o Grande Colar da Ordem do Libertador San Martin.

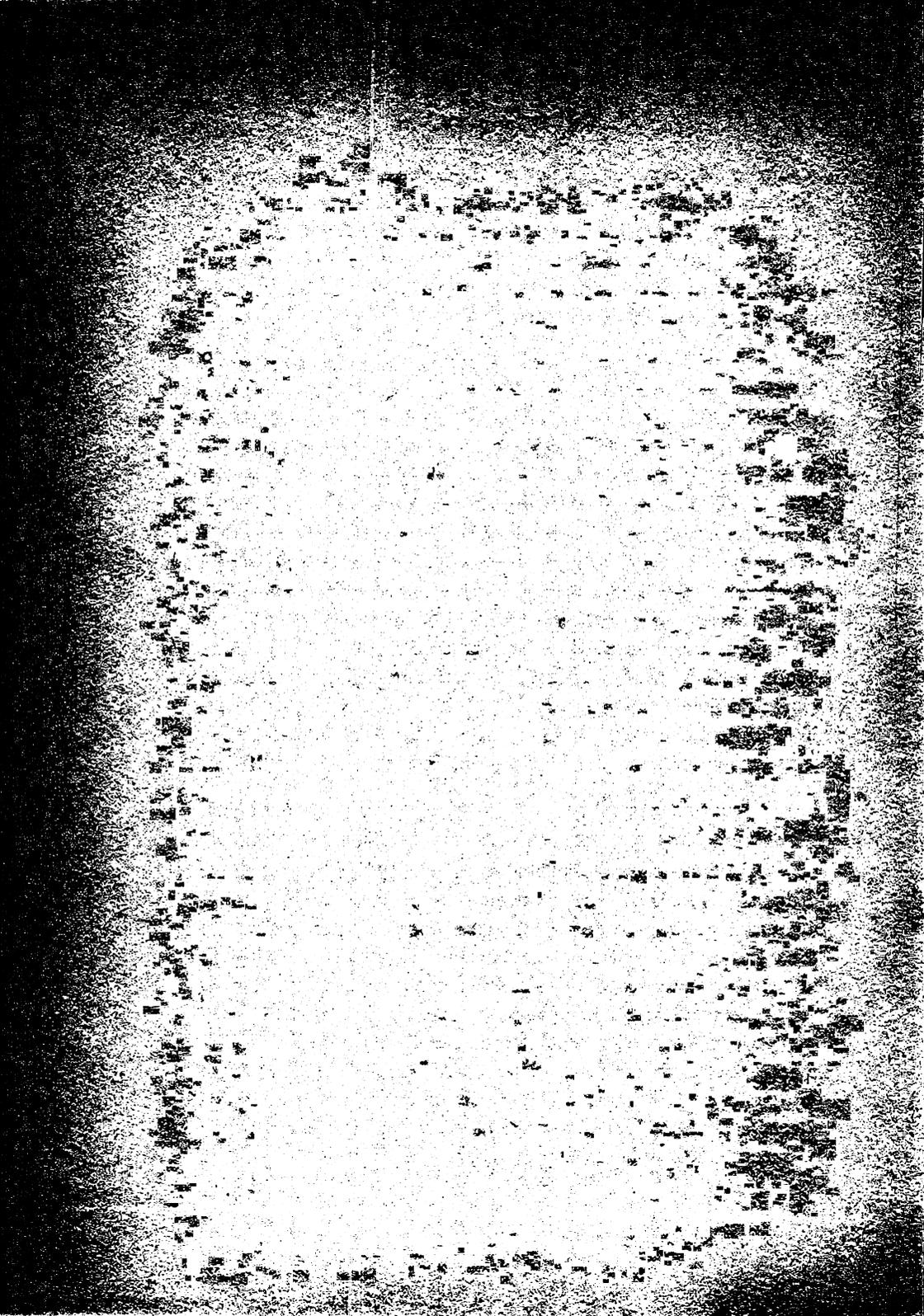
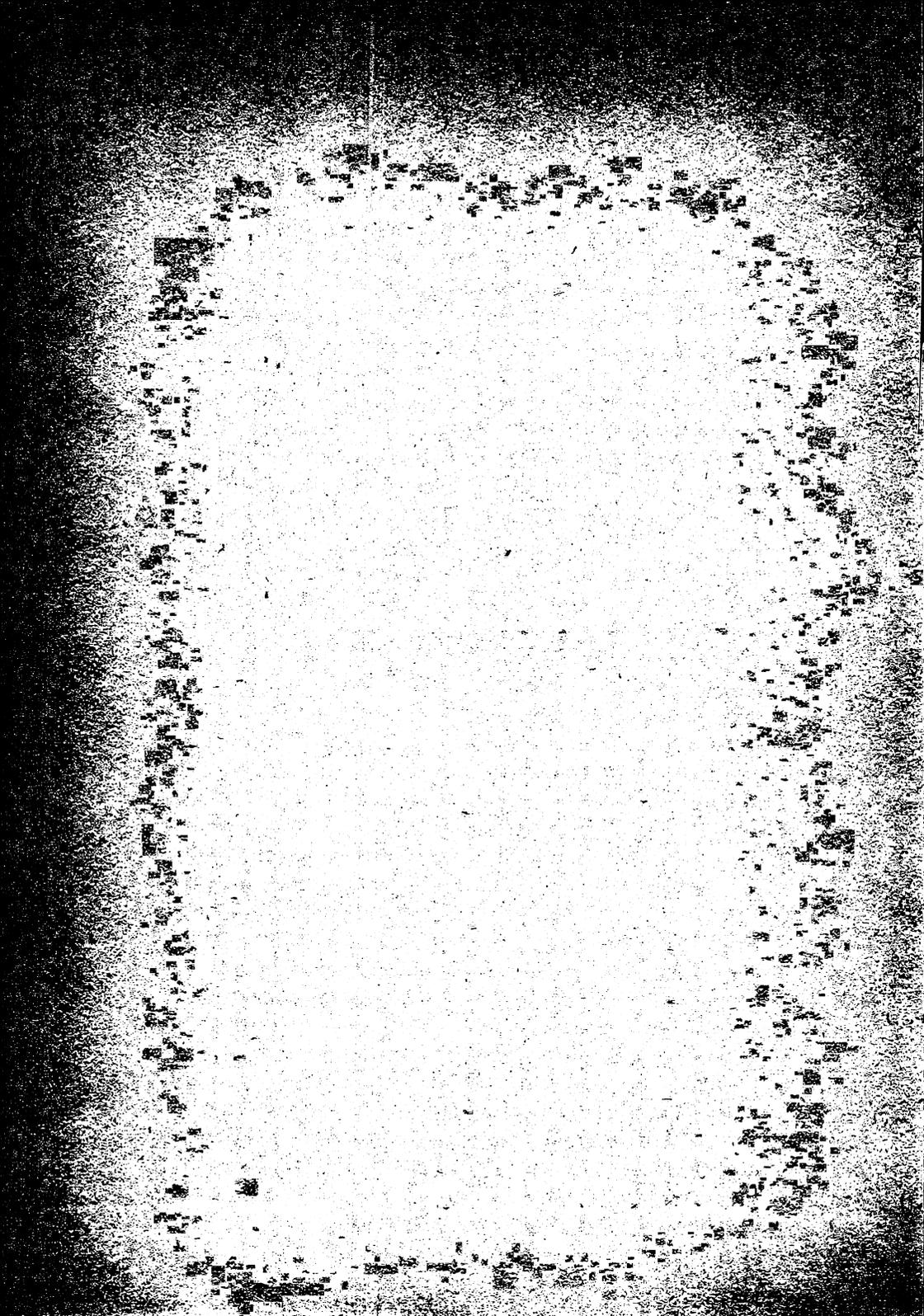
No correr dos meses de junho e julho visitaram o Brasil os Ministros das Relações Exteriores e da Economia do

Chile, o Ministro das Relações Exteriores da Argentina, a Missão Soviética da Boa Vontade, o Embaixador Adlai Stevenson, Delegado Permanente dos Estados Unidos da América junto às Nações Unidas e Representante Pessoal do Presidente Kennedy, o Ministro do Trabalho da Nigéria e o Astronauta Yuri Gagarin.

Em fins de julho, chegava ao Brasil o Presidente do Peru e Senhora Manuel Prado, para uma visita oficial que se prolongaria por uma semana. Sua Excelência foi recebido em Brasília pelo Presidente da República, discursando perante o Congresso Nacional, reunido em sessão solene. Almoçou com o Presidente da República e Senhora Jânio Quadros, ocasião em que condecorou o Chefe de Estado brasileiro com o Gran-Colar da Ordem do Sol. No Rio de Janeiro, foi-lhe oferecido jantar e recepção de gala no Itamaraty. Sua Excelência visitou ainda São Paulo, de onde regressou a Lima.

Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, coube ainda uma vez ao Cerimonial organizar as cerimônias de posse do nôvo Presidente da República, Senhor João Goulart. Tais cerimônias revestiram-se de tôda a dignidade, tendo a elas comparecido os Chefes de Missões acreditados no Brasil.

Em outubro estêve no Brasil, em visita oficial, o Senhor Adam Rapacki, Ministro do Exterior da Polônia.

A última visita oficial realizada em 1961 foi a do Senhor Eduardo Victor Haedo, Presidente do Conselho Nacional de Govêrno do Uruguai. Recebido com as honras devidas, Sua Excelência visitou, além da Capital Federal, os Estados do Rio Grande do Sul, Guanabara e São Paulo. Em Brasília foi recebido pelo Congresso Nacional, em sessão solene, visitou o Supremo Tribunal Federal e lançou a pedra fundamental da Embaixada do Uruguai. No Rio, o Presidente uruguaio e Senhora Haedo ofereceram um almôço ao Presidente e Senhora Goulart, que lhes retribuíram com um jantar e recepção de gala no Itamaraty.

CONSULTORIA JURÍDICA

A Consultoria Jurídica assumiu, desde algum tempo, a função de encaminhar cartas rogatórias e pedidos de extradição.

Além de respostas diretas a consultas que lhe são feitas, emitiu, em 1961, o Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores pareceres acêrca de algumas questões de caráter confidencial, além de outras de natureza ostensiva, sôbre os seguintes assuntos:

Pedido de sugestões sôbre a chamada «Crise do Supremo Tribunal Federal». Arquivado por já ter sido o assunto definitivamente resolvido.

Convenção sôbre a Prestação de alimentos no Estrangeiro — Designação das Autoridades Remetentes e das Instituições Intermediárias brasileiras.

Inviabilidade de inclusão de Diplomata, em exercício de mandato legislativo, na lista de acesso.

Tratamento pelo Brasil de navio mercante estrangeiro ocupado por rebeldes. Tradição Jurídico-internacional brasileira. Convenção da Havana de 1928 sôbre Direitos e Deveres dos Estados nas Lutas Civis.

Projeto de Lei Uniforme sôbre Arbitragem Comercial Internacional.

Inaplicabilidade da lei penal brasileira e incompetência dos tribunais brasileiros a respeito de crimes realizados em alto mar a bordo de navio mercante estrangeiro, não incluídos nos casos excepcionais de ultraterritorialidade previstos no art. 5.º do Código penal.

Atribuições do Congresso e do Presidente da República com referência à política externa do país — Atribuições do Conselho de Segurança Nacional para o estudo dos problemas relativos à defesa do país — Conexão entre política externa e defesa do país — Funções do «National Security Council» no Direito dos Estados Unidos.

Ineficácia, no Brasil, da nacionalização por Estado estrangeiro, de pessoa jurídica de direito privado sem indenização aos respectivos sócios.

Inexistência de controvérsia jurídica relevante.

Impôsto sôbre propriedade do Govêrno brasileiro no Distrito de Colúmbia.

Exportação de cacau em amêndoas. Ausência de manifesto ou conhecimento.

Isenção da quota de previdência nos fretes pagos pelas Missões diplomáticas e repartições consulares de carreira e seus funcionários.

O.I.T. Convenções ns. 112, 113 e 114.

Submissão ao Congresso Nacional da Convenção número 110.

Jurisdição consular na Suiça.

Instalação de aparelhos de Rádio. Comunicações nas Missões Diplomáticas sediadas no Brasil.

Aplicação do Divisor de Conversão a ajudas de custo, diárias e auxílio para transporte.

Acôrdo Nipo-Brasileiro em Matéria Judicial — Inconveniência de acôrdo investindo Chefes de Missões Diplomáticas ou Repartições Consulares da capacidade de proceder a citações e tomada de depoimentos de testemunhas no território nacional.

Conferência das Nações Unidas Sôbre Redução ou Eliminação da Apatrídia.

Citações, notificações e atos notariais.

Requisição da funcionária Felicy Ludmila Wotzasech de Carvalho. Assinatura da correspondência pelo Sr. Ministro de Estado.

ALALC. Privilégios e imunidades.

Aplicação do Tratado de Amizade e Consulta Brasil-Portugal. Consulta sôbre serviço militar de indivíduo de dupla nacionalidade.

Direito contra prisão, prisão preventiva ou exílio arbitrário. Resolução 2 (XIII) da Comissão de Direitos do Homem.

Situação dos ex-representantes dos Estados bálticos no Brasil.

Relações Brasil-Lituânia. Situação da Colônia Lituana no Brasil.

Adesão de países ao GATT. Pedido de parecer ao Serviço Jurídico.

ALALC. Situação de acordos bilaterais. Audiência do Consultor Jurídico.

Situação dos ex-representantes dos Estados bálticos no Brasil.

Pedido de indenização por danos morais e materiais — Giovanna Margelli.

Criação do Fundo Rotativo. Proposta da Delegação brasileira à reunião do Comitê de Programas e da Junta-Executiva do FISI. Garantias pelas Municipalidades de financiamento pelo BNDE.

Asilo diplomático pela Embaixada do Uruguai de brasileiros, oficiais do Exército. Convenção de Havana de 1928.

Reconhecimento tácito de Estado ou Govêrno e estabelecimento tácito de relações diplomáticas.

Convenção n.º 110 da O.I.T.

Pedido de informação sôbre Tratado de extradição com a Itália.

Acôrdo de Comércio e Pagamento Brasil-Bulgária.

Atribuições e aquisição da nacionalidade portuguêsa.

Projeto de Tratados de Extradição e Assistência Judiciária a serem assinados entre o Brasil e a Argentina.

Requisição de funcionário servindo no estrangeiro para depor em Juízo. José Nogueira Pinto Machado.

Acôrdo Brasil-Argentina sôbre privilégios aduaneiros para Repartições e Agentes consulares de carreira.

Intercâmbio comercial Brasil-RDA. Alvará para localização de representação comercial.

Restrições ao número de membros da missão diplomática e à liberdade de circulação dos respectivos membros.

Asilo político em navios de guerra.

Anulação de promoção.

Retratação do reconhecimento do regime de Cuba.

Execução de sentença de juiz brasileiro contra Sprague Steamship Line de Boston, U.S.A.

Grupo de Trabalho sôbre a Reforma.

Consulta sôbre cumprimento de cartas rogatórias e territorialidade da lei penal nos Estados Unidos da América.

Nacionalidade do Auxiliar Victor Genin.

Ação de despejo contra funcionário da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos.

Invalidade de decreto assinado pelo Presidente da República porém não referendado pelo respectivo Ministro de Estado.

Convenção sôbre educação de base das populações das regiões subdesenvolvidas do Brasil.

Taxa para desconto em saques do Imposto de Renda e do IPASE.

Mandado de segurança para inclusão de diplomata em Quadro de Acesso — Lei n.º 3.917 e veto parcial. Ato da Comissão de Promoção *ad hoc* e não do Ministro de Estado.

Mandado de Segurança para inclusão de diplomata em Quadro de Acesso — Lei 3.917 e veto parcial. Inexistência de direito adquirido antes de 30 de setembro de 1961 — A data de vigência da parte vetada é a data de vigência da lei primitiva.

Projeto de Resolução da Comissão para soberania Permanente sôbre Recursos Naturais.

Requerimento da Auxiliar contratada Gulnara Pereira.

Interpretação do art. 12 do Decreto 3, de 21-9-61, sôbre promoções por antigüidade.

Necessidade de matrícula nos Consulados dos brasileiros de menoridade.

Indenização à Embaixada dos Estados Unidos da América.

Interstício de 3 anos para entrada no Quadro de Acesso a Ministro de 1.ª Classe.

Exploração e navegação no Rio Purus por parte de colombianos.

Imunidade de jurisdição do Estado brasileiro perante tribunais estrangeiros.

Anulação de promoção.

Quadros de Acesso para as vagas do 1º Trimestre de 1961 e do ano de 1962.

Associações de emprêsas estatais estrangeiras a emprêsas brasileiras.

Critério para desempate em caso de promoções simultâneas por merecimento.

Inclusão condicional em Quadro de Acesso.

Requerimento de Parecer do Consultor Jurídico. Manutenção de Diplomatas no Quadro de Acesso.

Manutenção de Diplomatas no Quadro de Acesso ali incluídos em virtude de mandado de segurança.

Isenção de impôsto de sêlo. British Council.

O Assistente Jurídico emitiu pareceres sôbre os seguintes assuntos:

Embarque de automóvel. John Powell Gilmore.

Importação de automóvel. Ely Toscano Barbosa.

Acôrdo de empréstimo e arrendamento entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Interpretação do art. 7º do Acôrdo por troca de notas de 15 de abril de 1948. Processo em que é requerente Agostinho Soares de Mendonça.

Pedido de revisão de processo. Artur Iberê de Lemos.

Representação de Diplomatas.

Acôrdo sôbre malas diplomáticas. Pedido de instrução à Secretaria de Estado.

Direitos autorais. Consulta da Câmara Brasileira do Livro.

Seção de Segurança Nacional. Decreto n.º 47.445, de 17 de dezembro de 1959.

Mandado de segurança impetrado por George Daniel Landau contra o Senhor Diretor do Instituto Rio Branco.

Opção pela nacionalidade brasileira: o optante deve ser filho de brasileiro à época do nascimento.

Nações Unidas. Questionário sôbre a situação da mulher em face do direito das sucessões.

Criação de zonas e portos francos em território nacional.

Cancelamento de inscrição no vestibular do Instituto Rio Branco.

Pagamento ao Coronel Floriano Pacheco.

Pagamento de indenização a ex-funcionário da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Petróleo. Senhor Arnaldo Jordan Portales.

Prova de tempo de serviço público. Cônsul Privativo Ori Fortes.

Regime de pensões e tratamento legal, no Brasil, dos ex-Presidentes da República. Embaixada da Venezuela.

Contagem de tempo de serviço. Art. 268 da lei n.º 1711, de 28 de outubro de 1952. Secretário Benedicto Rocque da Motta.

Situação do aposentado Mauro de Freitas.

Designação da funcionária Marina Iliema de Figueiredo Pessôa para a função gratificada FG-6, de Encarregada da Turma de Entrada — Requerimento feito por Alcyone Xavier.

Incremento das exportações brasileiras de madeira para os Estados Unidos da América: redução dos atuais preços mínimos — O problema em face do art. II do Tratado de Comércio e Navegação, de 1940, entre o Brasil e a Argentina — Cláusula de nação mais favorecida.

Consulta da Embaixada do México. Exercício por estrangeiros de profissões liberais no Brasil.

Legalização de fatura comercial. Importação de cavalos de carreira puro sangue. Licença de importação concedida no regime do art. 18, III, do Decreto nº 47.712, de 29 de janeiro de 1960. A superveniência do Decreto 49.977, de 23 de janeiro de 1961 (art. 21, III): direito transitório.

Recurso perante a Suprema Côrte dos Estados Unidos da América. Jan Bata. Solicitação de ingresso do Govêrno Brasileiro no processo como *amicus curiae*.

Aquisição de material permanente e de consumo. Consulta do Chefe da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 2.ª Divisão.

Pedido de revisão de processo administrativo. Arthur Iberê de Lemos.

Brasil-França. Proteção de obras literárias.

Designação da funcionária Marina Iliema de Figueiredo Pessôa para a função gratificada FG-6, de Encarregada da Turma de Entrada — Requerimento feito por Alcione Xavier.

Importação de automóvel. Elisabeth von Siemens.

Mandado de Segurança. Anselmo Nogueira Macieira.

Promoção de diplomata. Carlos Eugênio Catta-Preta.

Construção da sede da Embaixada em Beirute.

Limite de idade de candidatos ao Concurso de Provas para o cargo inicial da Carreira de Diplomata.

Limite de idade para inscrição no Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Sentença penal estrangeira. Conseqüência da condenação de cidadão brasileiro domiciliado no Brasil.

Processo Bata — Julgamento pela Côrte Suprema dos Estados Unidos da América. *Amicus curiae*. Proteção diplomática: requisitos.

Transportes de mercadorias importadas com subsídio cambial. Companhia Brasileira de Navegação Intercontinental.

Pedido de indenização por danos morais e materiais. Giovanna Margelli.

Projetos de Convenções. Brasil-Itália.

Direito contra prisão, prisão preventiva ou exílio arbitrários. Resolução (XIII) da Comissão de Direitos do Homem.

Escritura definitiva de compra e venda do palácio Doria Pamphilj.

Requerimento de funcionário. Reconsideração de ato. Vera Regina Amaral Sauer.

Devolução de automóvel roubado no exterior.

Contagem de tempo de serviço. João Baptista da Silva Telles Soares de Pinna.

Importação de automóvel. Renildo Victor Reis.

Acôrdo Básico de Cooperação Técnica Brasil-França.

Escritura do Palácio Doria Pamphilli.

Ascendente e descendente na mesma Repartição Consular Honorária.

Servidores amparados pela lei nº 3 967, de 5 de outubro de 1961. Enquadramento.

Tomada de contas. Encarregado do Almoxarifado. Claudionor Aires Estruc.

Estágio probatório: dispensa. Parágrafo 2º do art. 1º da lei nº 2 735, de 18 de fevereiro de 1956. Estabilidade adquirida precedentemente em instituição pública descentralizada. Roberto de Salvo Coimbra.

Requerimentos de indenização de ex-funcionários comissionados de extintos Escritórios Comerciais.

Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana. Doutor Henrique José Vieira Neto. Pedido de complemento de indenização por despedida.

O serviço de cartas rogatórias e extradições encaminhou 430 cartas rogatórias e 17 pedidos de extradição, além da conseqüente expedição de ofícios e notas verbais, dirigidos ao Supremo Tribunal Federal, Tribunais de Justiça, Juízes, Ministério da Justiça e Embaixadas.